



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADES, CULTURAS E PODERES
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E MEMÓRIA

SIMONE BEZERRIL GUEDES CARDOZO

“APLAUDIR A MUDANÇA, QUE NOS ABRE PERSPECTIVAS NOVAS”

Sentidos inaugurais de República e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos (1889-1895)

RECIFE
2023

SIMONE BEZERRIL GUEDES CARDOZO

“APLAUDIR A MUDANÇA, QUE NOS ABRE PERSPECTIVAS NOVAS”

Sentidos inaugurais de República e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos (1889-1895)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História. Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

RECIFE
2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

C268a Cardozo, Simone Bezerril Guedes.
“Aplaudir a mudança, que nos abre perspectivas novas” : sentidos inaugurais de república e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos (1889-1895) / Simone Bezerril Guedes Cardozo. – 2023.
276 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Flávio Weinstein Teixeira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. República. 3. Cidadania. 4. Impresses. 5. Paraíba. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-215)

SIMONE BEZERRIL GUEDES CARDOZO

“APLAUDIR A MUDANÇA, QUE NOS ABRE PERSPECTIVAS NOVAS”

Sentidos inaugurais de República e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos (1889-1895)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História. Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovada em: 29/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

Membro titular interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dra. Claudia Engler Cury

Membro titular externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr. Elio Chaves Flores

Membro titular externo (Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Membro titular externo (Universidade Federal da Paraíba)

A Celina, meu amor maior!

AGRADECIMENTOS

O fato de estar escrevendo estas linhas já é, por si só, motivo suficiente para agradecer a Deus, sobretudo. Sobreviver, juntamente com minha família, a uma cruel e implacável pandemia mundial me fez perceber o quanto a vida é frágil e pode ser abreviada a qualquer momento. Infelizmente, amigos e professores queridos tiveram suas trajetórias drasticamente encurtadas e a eles dedico este trabalho, pelo incentivo que sempre me deram e por acreditarem que esta conquista seria possível.

Voltar à universidade depois de quatro anos, desde que terminei o mestrado, proporcionou-me alegrias dentro e fora da sala de aula. Primeiro, tive a oportunidade de conhecer um novo ambiente acadêmico, a UFPE (da qual muito me orgulha de ter feito parte), e professores que me encantaram pela maneira como conduziam a docência e pela paixão com que falavam da História. Em especial, agradeço a professora Regina Beatriz Guimarães Neto por cada aula incrível, que, ao final, sempre rendia a frase “hoje ela se superou”. Sua maneira poética de conceber a História, seus ensinamentos, sua delicadeza e sensibilidade só fizeram aumentar meu amor pelo ofício de “historiar”. Muita coisa pensada nesta tese teve influência dela. Que honra ter essa admirável professora e exímia pesquisadora como examinadora deste trabalho!

Prazeroso também se tornou conviver com colegas de curso que logo se tornariam amigos: Rosely, Rivaldo, Tatiana e Gleyce. Em particular, destaco Gláucia Freire, de quem me aproximei atraída por sua simplicidade e maneira leve de encarar a vida. Foi com ela que compartilhei, nos últimos tempos, os desafios e as angústias em torno desta tese. Mas, juntas vivenciamos a grande felicidade de concluir nossos trabalhos.

O doutorado ainda patrocinou o reencontro com um amigo de épocas passadas: Rodrigo Henriques da Costa, pessoa com a qual jamais quero perder novamente o contato, pois sua presença faz diferença na minha vida. As idas a Recife se tornaram mais prazerosas em sua companhia, juntamente com o amigo Rivaldo. Maravilhoso também foi dividir o itinerário para a UFPE com Lidiana Justus, minha amiga desde o mestrado, uma pessoa que é só explosão em matéria de animação, por quem tenho tamanha admiração e com quem muito me identifico.

Às minhas “Kiridas” Lindjane, Lillian e Polliana, amizade que chegou à casa dos 20 anos (união firmada desde os primeiros passos no Curso de Comunicação Social), só posso dizer: como sou sortuda por tê-las em minha vida. A trajetória que me trouxe até aqui conta com a valorosa contribuição de cada uma de vocês, sobretudo quando se disponibilizaram a

ficar com minha pequena para que eu pudesse qualificar e se prontificaram a ler meu trabalho cuidadosamente. A todas, minha mais sincera gratidão e o meu mais profundo carinho.

A Janielly Souza, que mui gentilmente, mesmo com as inúmeras atribuições que comporta, fotografou os exemplares do jornal *Verdade*, sou grata por essa colaboração essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, ainda, ao professor Waldeci Ferreira Chagas, que me alegrou com a oferta de vários livros de memórias sobre a Cidade da Paraíba, além das enriquecedoras sugestões para a tese.

Durante este percurso, tive a honra de encontrar, por acaso, a historiadora Inês Caminha Lopes Rodrigues, a quem também muito sou grata pela gentileza em me presentear com uma importante obra de sua autoria. *A gangorra do poder*, livro que trata sobre política na Paraíba durante a Primeira República, teve importância ímpar na construção deste trabalho.

À banca examinadora, todo o meu agradecimento. A escolha não foi aleatória. Cada um dos membros teve uma importância singular na minha trajetória acadêmica. A história que me fez chegar até aqui é movida por um apanhado de aprendizados e experiências múltiplas, sendo muitas delas configuradas durante as aulas de professores da grandeza de Paulo Giovani Antonino Nunes e do quilate de Cláudia Engler Cury. O primeiro é um antigo professor por quem tenho muito apreço e com quem muito aprendi sobre História e sobre os modos de concebê-la. Com uma simplicidade ímpar, Paulo Giovani exala amor pelo que faz. A ele, agradeço imensamente por ter aceitado contribuir com este trabalho.

Uma felicidade foi encontrar a professora Cláudia Engler Cury durante o processo de pesquisa. Ela me possibilitou ampliar a visão sobre os impressos e, principalmente, enxergar os jornais de uma forma diferente, metodologicamente falando. Muito do que trago nesta tese (autores, abordagens) tem contribuição direta das aulas por ela ministradas. Fico honrada de ter como avaliadora deste trabalho uma pesquisadora tão admirável e extremamente gabaritada no trato com os impressos jornalísticos.

Faço um agradecimento especial ao professor Elio Chaves Flores. Dele, fui aluna uma única vez, e já no mestrado. Mas, desde que o conheci, quando o procurei para pedir um texto de sua autoria relacionado a jornais (na ocasião estava preparando um seminário sobre as interfaces entre história e jornalismo), nunca mais parei de perturbá-lo. Compôs a banca que examinou meu TCC, referente ao Curso de Comunicação Social; depois, o convidei para ser meu orientador no Curso de História.

No mestrado, tive o privilégio de tê-lo novamente como orientador. Agora, no doutorado, está ele aqui mais uma vez. É muita honra. Com o professor Elio aprendi a ser pesquisadora, ainda que não no nível dele, claro. A cada texto corrigido, a cada intervenção que

fazia em meus escritos, sua postura como orientador, tudo isso era para mim um aprendizado singular, e eu tinha noção disso, porque sabia que estava diante de alguém portador de grande erudição e, ao mesmo tempo, de uma incrível humildade e paciência para ensinar. Fiz questão de registrar tudo isso para dizer que Elio não é somente um docente, é um professor que faz diferença na vida de seus alunos. Por me ensinar o caminho e por me fazer acreditar que seria possível trilhá-lo, a ele, minha eterna gratidão.

Agradecimento maior faço, e não poderia ser diferente, ao meu orientador: professor Flávio Weinstein Teixeira. Com seu rigor e criticidade, fala o que precisa ser dito de forma direta, sem traços de agressividade, pois sabe lidar com as palavras como ninguém. Ele ainda é gentil, acessível e de uma simpatia acolhedora, e, por que não dizer, também de um humor peculiar.

De erudição admirável, Flávio é um orientador bastante exigente. Ter um escrito elogiado por ele é motivo para festejar, porque se sabe que se fez algo considerável. E, quando tal fato se dava, ganhava no meu mundo um *status* de acontecimento (lia e relia os comentários). Ainda bem que ele é assim, pois seu método nos faz aprender e amadurecer no universo da pesquisa e da vida. Não poderia ter tido melhor orientador, nem orientação mais adequada: leituras cuidadosas, correções precisas, incorporações enriquecedoras, comentários instrutivos e, principalmente, construtivos.

A minha trajetória com Flávio neste doutorado se deu, devido às circunstâncias, com poucos encontros presenciais. Mas, isso em nada atrapalhou o processo de orientação, porque ele é um orientador atento a tudo o que escreve seu orientando. Posso dizer mais: ele não apenas orienta, como também tece explicações detalhadas, ou melhor, sempre dá uma aula, e muito aprendi com ele durante esse tempo do doutorado. Faltam-me palavras para traduzir a dimensão do meu agradecimento ao professor Flávio, meu querido e estimado orientador, que simplesmente defino em duas palavras: maestria e elegância.

A Sandra Regina, secretária do PPGH, o meu muito obrigada, pelo profissionalismo e pela forma gentil e carinhosa com que sempre me atendeu.

Encerro esta seção de agradecimentos citando aqueles que dão sentido ao meu mundo: meus pais e minhas irmãs, suportes de uma vida; meu marido, companheiro inseparável; e a minha amada filha Celina – a razão do meu viver.

RESUMO

Esta tese tem o propósito de analisar os sentidos inaugurais de República e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos nos anos iniciais do regime político instaurado em 1889. Trata-se de uma temporalidade marcada por incertezas quanto aos rumos e à estruturação da nova ordem que, por conseguinte, viu emergir a possibilidade de definição/redefinição dos citados conceitos em formação. Para tanto, investigou-se que contornos e configurações acerca de tais noções foram articulados e postos em circulação por um conjunto de veículos que se autoproclamava independente. O presente trabalho está centrado entre os anos de 1889-1895, período que engloba o tempo de vida dos jornais analisados: *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* e *Verdade*. São impressos que, nascidos no Império, receberam a República munidos por uma espécie de “dever de cidadania”, conceito que se relacionava com a própria construção do regime republicano e que, de certa forma, teria começado a brotar em torno das questões abolicionistas. A imprensa é aqui tomada como uma força central na fixação de repertórios conceituais, ou seja, crucial para bem apreender os termos em que se dá o debate público. Contudo, tem-se consciência de que tal poder apresenta limitações, pois as acepções que se dinamizam pelo mundo social não podem ser direta e exclusivamente correlacionadas àquelas que circulam nos meios jornalísticos. Por outro turno, observa-se que jornais e jornalistas, enquanto sujeitos ativos na sociedade, possuem peculiaridades, que necessitam ser examinadas à luz de seu tempo, como condição essencial para se descortinar, em períodos diversos, a teia de sociabilidade que estabelecem. Desse modo, este estudo se movimenta a partir da dimensão historiográfica que relaciona a história política à cultural, que apreende o político de forma ampliada, considerando seus diferentes modos de representação.

Palavras-chave: República; cidadania; impressos; Paraíba

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze the inaugural meanings of the Republic and citizenship in journalistic spaces in Paraíba in the early years of the political regime established in 1889. This was a period of time marked by uncertainty as to the direction and structure of the new order, which consequently saw the possibility of defining/redefining the aforementioned concepts emerge. To this end, we investigated the contours and configurations of these notions that were articulated and put into circulation by a group of self-proclaimed independent media outlets. This work focuses on the years 1889-1895, a period that encompasses the lifetime of the newspapers analyzed: *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* and *Verdade*. These are newspapers that, born in the Empire, welcomed the Republic with a kind of "duty of citizenship", a concept that was related to the very construction of the republican regime and which, in a way, began to emerge around abolitionist issues. The press is seen here as a central force in establishing conceptual repertoires, in other words, it is crucial for understanding the terms in which public debate takes place. However, we are aware that this power has its limitations, as the meanings that circulate in the social world cannot be directly and exclusively correlated to those that circulate in the journalistic media. On the other hand, it should be noted that newspapers and journalists, as active subjects in society, have their own peculiarities, which need to be examined in the light of their time, as an essential condition for uncovering, in different periods, the web of sociability they establish. In this way, this study is based on the historiographical dimension that relates political history to cultural history, which understands the political in a broader way, considering its different modes of representation.

Keywords: Republic; citizenship; newspaper; Paraíba

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Primeira página da <i>Gazeta da Parahyba</i> , 8 de maio de 1890.....	161
Imagem 2 – Primeira página da <i>Gazeta do Sertão</i> , 1º de setembro de 1888.....	170
Imagem 3 – Primeira página do jornal <i>Verdade</i> , 22 de janeiro de 1889.....	175

SUMÁRIO

1	NASCIMENTO DE UMA TESE	13
1.1	UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA CONSTRUÍDA.....	13
1.2	TRAÇANDO O CAMINHO	21
1.3	DELIMITANDO E APRESENTANDO O TEMA.....	26
2	REPÚBLICA E CIDADANIA NO BRASIL.....	53
2.1	MONARQUIA DEPOSTA, REPÚBLICA PROCLAMADA	53
2.2	INCERTEZAS E INDEFINIÇÕES DOS PRIMEIROS TEMPOS.....	59
2.3	A CONSTITUIÇÃO DE 1891	65
2.4	CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO	75
3	IMPrensa, ABOLIÇÃO E CHEGADA DA REPÚBLICA EM SOLO PARAIBANO	87
3.1	“SEM MAIS SENHORES E ESCRAVOS”: A DEFESA DA LIBERDADE SOB A ÉGIDE DA ABOLIÇÃO.....	87
3.2	REPÚBLICA: “ASSUNTO <i>MAXIME</i> DEPOIS DO FIM DO CATIVEIRO”	98
3.3	OS PRIMEIROS DIAS DO NOVO REGIME.....	115
3.4	VENÂNCIO NEIVA: IMPLANTAÇÃO DO GOVERNO REPUBLICANO	123
3.5	DUAS DÉCANAS: DOMÍNIO DA OLIGARQUIA ALVARISTA	131
4	PARAÍBA: JORNAIS, POLÍTICA E PERIODISTAS ÀS VÉSPERAS DA REPÚBLICA.....	136
4.1	PERIODISMO NO APAGAR DAS LUZES DA MONARQUIA	136
4.2	UM LIGEIRO PERFIL DOS JORNALISTAS PARAIBANOS DE FINS DO SÉCULO XIX.....	153
4.3	JORNAIS QUE ATRAVESSARAM O IMPÉRIO E RECEPCIONARAM A REPÚBLICA	157
4.3.1	<i>Gazeta da Parahyba</i>: jornal diário de maior circulação	157
4.3.2	<i>Gazeta do Sertão</i>: uma voz no interior do Estado	169
4.3.3	<i>Verdade</i>: um periódico a serviço da coletividade.....	172
4.4	HOMENS DE IMPRENSA E POLÍTICA	181
4.4.1	Eugênio Toscano de Brito	181
4.4.2	Arthur Aquiles	188
4.4.3	Francisco Retumba.....	191
4.4.4	Irineo Joffily.....	193

4.4.5 Manuel da Silva	194
5 IMPRENSA EM AÇÃO: SENTIDOS E CONFIGURAÇÕES DE REPÚBLICA E CIDADANIA NO ALVORECER DE UM NOVO REGIME POLÍTICO	199
5.1 REPÚBLICA: “APLAUDIR A MUDANÇA, QUE NOS ABRE PERSPECTIVAS NOVAS”	202
5.2 CONSTRUINDO O FUTURO: DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM NOVO TEMPO.....	222
5.3 DIREITOS: O QUE NÃO SE ADMITE NA ERA REPUBLICANA	234
5.4 LIBERDADE DE IMPRENSA: QUESTÃO MAIOR EM ASSUNTOS DE REPÚBLICA	248
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
REFERÊNCIAS	264

1 NASCIMENTO DE UMA TESE

1.1 UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA CONSTRUÍDA

Refletir sobre o trabalho desenvolvido é tão importante para a historiografia quanto a apresentação dos seus resultados. Por tal razão, neste tópico será realizada uma reflexão teórico-metodológica sobre a construção da presente narrativa, observando como se deu a ligação dos diversos e diferentes fios que fizeram com que sua existência fosse possível.

Produzir uma tese não é nada fácil, e isso não é nenhuma novidade. Entretanto, o desafio pode adquirir um grau jamais cogitado, diante de um contexto totalmente inesperado, que, como um acontecimento, na perspectiva de François Dosse (2013), tudo modifica e transforma, de modo que nada será mais como antes.

O atípico ano de 2020, marcado por uma implacável pandemia mundial, acarretou consequências diversas, todas profundas, muitas delas irreversíveis. Estava o ser humano em sua condição mais vulnerável, dependente, seja física, seja psicologicamente. A lição ficou: foi no isolamento extremo que nós, humanos, percebemos, de verdade, na camada mais densa da pele, como necessitamos uns dos outros, e como a consciência dessa interdependência faz diferença na vida de todos.¹

Pesquisar, catalogar, reunir, documentar e escrever se tornaram tarefas ainda mais desafiadoras para o pesquisador. A dificuldade começava pelo impedimento de acesso aos arquivos públicos, que, atendendo a medidas sanitárias e essenciais, tiveram que fechar suas portas para o público.

Depois, o emocional se encontrava na fase mais perturbadora que se possa imaginar. Como colocar em prática um dos três pilares que compõem o tripé do conhecimento histórico? Diria a Paul Ricouer (2007) que as perguntas não vinham, já que o pensamento se encontrava limitado e difuso diante da finitude escancarada na face, em meio a perdas repentinas e momentâneas de parentes e amigos.

Mas, se não se tem como fazer história à margem da sociedade, as marcas do tempo sempre permanecerão de alguma maneira. E o historiador, na execução de seu trabalho, teve que aprender, mais uma vez, a lidar com suas emoções e seguir com seu ofício, que é dar corpo ao passado por meio do relato (Ricouer, 2007). A ajuda foi mútua entre aqueles que estavam na

¹ Judith Butler há tempos já falava sobre a condição de interdependência do ser humano e de como esse traço é fundamental para se viver melhor em sociedade. Ver: BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 57-97.

mesma situação. As palavras de apoio, de consolo e de incentivo tornaram-se combustíveis. Aos poucos, se ia notando o que os documentos falavam (Farge, 2011) e, lentamente, a escrita começava a ganhar forma e a tese dinamismo.

Sabe-se que a constituição do conhecimento histórico implica um exercício dinâmico, complexo e autorreflexivo. Primeiramente, para desenvolver um trabalho acadêmico, não basta simplesmente ter uma nova ideia e levantar uma hipótese: é necessário dispor de documentos e referências historiográficas para legitimá-la. Assim, seria uma espécie de habilidade indispensável ao pesquisador articular e adequar a criatividade às regras da ciência histórica, cujas diretrizes, como ressalta Michel De Certeau (1982), estão relacionadas ao lugar sociotemporal e às práticas institucionais.

Mas, se por um lado, é impossível construir o saber histórico sem se sujeitar ao lugar e aos procedimentos de produção, por outro, não se pode concebê-lo como algo condenado ao engessamento. Objetivos e hipóteses orientam a pesquisa, mas não seguem uma linha reta e imóvel, pois obedecem, antes, a uma dinâmica de movimentos que se torna fundamental para a práxis do historiador, que, como um artesão, vai dando vida a sua obra. Assim, pode-se atribuir à pesquisa a denotação de um processo criador e, de tal maneira, em constante mutação.

Por outro viés, mais do que dispor dos instrumentos indispensáveis à pesquisa proposta, é imprescindível ter paixão pelo trabalho em desenvolvimento, torná-lo parte de sua vida, porque é na vivência cotidiana que se aflora a criatividade e se dá lugar à inspiração, como bem apontou o sociólogo Charles Wright Mills (2009).

Novos contornos e novas luzes são possíveis, e bem-vindos, durante o percurso que culminará na escrita, que, por sua vez, vai se configurando a partir do diálogo estabelecido com outros historiadores que já escreveram sobre o tema que se está tratando, relacionando seus argumentos às análises desenvolvidas a partir dos documentos selecionados.² Assim, pensa-se, também, a História como um texto cujas palavras que apresenta produzem novos significados e, com isso, contribui para a ampliação do conhecimento.

É fato em História que a narrativa toma o lugar do acontecido. Mas, a pergunta-chave está em como fazê-la. Muitas vezes, me vi com sérias dificuldades na hora de edificar um dado parágrafo. Contar histórias convincentes não é nada fácil, contudo é preciso aprender, e só

² No campo historiográfico, como bem ressaltou Jörn Rüsen, prática e teoria devem caminhar juntas, pois a autorreflexão é inerente ao ofício do historiador. Para o referido teórico alemão, é preciso apenas olhar para a própria práxis para perceber onde e como se pode alçar acima dela, uma vez que “a autorreflexão é, com efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência” (RÜSEN, 2001, p. 25). Ver: RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. UNB, 2001, p. 25-51.

existe uma forma para isso – treinar. É necessário ter em mente que é justamente na performance da escrita que se vai comprovando o acontecido, ao se recorrer a elementos de visualização que remetam ao que está sendo contado.

Ao voltar à infância, lembro de minha avó contando histórias para os netos em noite de lua cheia. Era o momento mais esperado, quando estávamos no sítio, todos na calçada, ansiosos por aquela hora após o jantar. Ouvia o que ela narrava e parecia que eu mesma era a personagem. Sentia e via o que ia sendo descrito. Minha avó esmiuçava histórias como ninguém. Tinha o dom de prender a atenção e fazia a gente entrar nas tramas e esquecer de tudo que nos estivesse em volta.

Quando me pego pensando sobre como construir um relato histórico, logo surge a ideia de que é preciso considerar que narrar em História é dar vida a um passado por meio de uma escrita que ganha sentido no presente.³ Não se trata de resgatar o passado tal como realmente aconteceu, pois isso seria impossível, mas de construir uma rede de significados que configure uma forma de entender e apreender as ações do homem no tempo, seguindo a trilha do conceito de História elaborado por Marc Bloch, em *Apologia da História ou o Ofício de historiador*.

Para a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2010), a sistematização mais vigorosa, em tempos recentes, acerca do estatuto narrativo da História foi desenvolvida pelo filósofo francês Paul Ricouer, ao apontar que a historiografia sempre é narrativa, ou seja, para ele, a História é escrita do começo ao fim da operação historiográfica – do arquivamento dos testemunhos ao texto.

Nesta direção, dentre as proposições elaboradas por Ricouer, e destacadas pela referida autora, saliento a seguinte: “a armação da intriga em História possibilita a transição entre narrar e explicar e lhe confere o que é intrínseco, a sua dimensão narrativa, que a distingue das demais ciências sociais” (Silveira, 2010, p. 58).

³ Sabe-se que a questão em torno do estatuto narrativo ocupa a cena do debate historiográfico desde o século XIX, quando, mediante o desejo dos positivistas de conferirem o *status* de ciência à História, delineavam-se as primeiras preocupações acerca do processo de cientificidade do conhecimento histórico, com a defesa de uma História descritiva e factual, elaborada com base em documentos escritos e oficiais. Tal concepção de escrita foi repudiada pelo movimento do *Annales*, a partir de 1929, que negligenciou esse modelo de narrativa de seus estudos pelo fato de ser considerado incompatível com uma nova noção de História (História problema) interdisciplinar e total que começava a se configurar. De acordo com os apontamentos da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2010), a discussão acerca da narrativa voltaria a ganhar força na década de 1970, suscitada por Lawrence Stone e Hayden White, cujas assertivas em relação à dimensão narrativa da História e a proximidade ou mesmo indistinção entre o relato histórico e o ficcional repercutiram de forma acalorada no universo historiográfico, culminando na reação, em diferentes momentos, de vários autores que partiram em defesa do caráter científico da História, mas sem deixarem de negar sua condição narratológica, tais como: Paul Veyne, Michel De Certeau e Roger Chartier. Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso (orgs). *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2010.

O trabalho do historiador ganha corpo e movimento por meio da narrativa, na qual estão impressas as marcas de um fazer. De tal modo, o fato se constitui em um enunciado que tem a finalidade de representar o que aconteceu, sendo construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelece (Ricouer, 2007).

É preciso lembrar, na esteira de Ricouer, que os documentos não provam nada, pois antes são construções dos historiadores, que os selecionam e lhes atribuem status documental. São, desta forma, fragmentos de uma totalidade, imbuídos de uma capacidade potencial para indicar sempre novos sentidos.⁴ Assim, o filósofo assegura que “rastros, documentos, perguntas formam o tripé de base do conhecimento histórico” (Ricouer, 2007, p. 188-189).⁵

Por outro turno, não é possível negar (nem se deve) que o documento legitima o trabalho do historiador. Mas, tão importante quanto a fonte documental selecionada e apresentada é o fato do historiador ter que contar história com quem contou histórias similares, pois sua narrativa específica não é solitária, está no meio de uma teia de histórias, sendo nesse processo que se dá a conexão com os pares.

De tal maneira, a comprovação no campo da História está mais relacionada a uma conexão de citações, que faz parte de uma rede de documentos, que, como já falado, dá legitimidade ao que está sendo contado. Assim, o estatuto de verdade não é dado pelo documento em si. O procedimento historiográfico desempenhado pelo historiador centra-se no modo como ele pode desnaturalizar o documento e não considerar como algo consagrado.

Os homens do *métier* não podem ficar presos aos seus documentos, tampouco repetir o que eles dizem. Devem situá-los numa trama de sentidos e, com essa prática, conferir-lhes novas acepções, pois a recepção de um documento não ocorre de forma passiva, põe o significado em ação, transformando-o a partir de outras relações estabelecidas. Só assim é possível contar novas histórias.

⁴ Para Ricouer, “torna-se assim documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado” (Ricouer, 2007, p. 189), pois os fatos não estão nos documentos à espera dos historiadores para extraí-los. Pelo contrário, segundo o autor, “o fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo” (Ricouer, 2007, p. 190). Nesta direção, enfatiza que o historiador deveria escrever sempre “o fato de que isto ou aquilo aconteceu”. Ver: RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

⁵ O autor se baseia em teóricos como Marc Bloch (e a sua crítica à noção da verdade dos documentos, aos moldes do pensamento dos historiadores tidos como positivistas), Antoine Prost (que afirma que o objeto em História é construído por meio de perguntas, ao considerar que não há observação sem hipóteses nem fato sem perguntas) e Paul Veyne (que considera o trabalho do historiador como um “alongamento do questionário”, em que à hipótese, perguntas, ideias de fontes e procedimentos não se dão forma separada). Ver: RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Em outras palavras, pode-se dizer: dependendo do êxito da articulação textual arquitetada, numa narrativa histórica, prova-se mais o fato ao se discutir e debater o tema com especialistas do que simplesmente se apresentando o documento selecionado. O modo como se narra confere realismo ao narrado – o trabalho do historiador é fazer o outro (seus pares) confiar na narrativa que constrói.

É preciso lembrar que a narrativa histórica é aberta, ou seja, pode ser analisada e refeita por outros historiadores. Por isso, existe a necessidade do relato histórico comprovar o dito, uma vez que esse é passível de verificação. Como diria Paul Ricouer (2007), a prova é tão importante quanto a arte de narrar. Dessa forma, integrante de uma operação historiográfica (Certeau, 1982), a narrativa histórica não é objetiva, como defendiam os positivistas. Trata-se de um conhecimento subjetivo porque não há como fazer História à margem do meio social no qual o historiador está inserido.

Nessa direção, seguindo os apontamentos de Marc Bloch, entende-se que, se o passado é, por definição, um dado que em nada se modificará, o conhecimento sobre ele é algo em progresso, que se transforma e aperfeiçoa incessantemente. Para o citado historiador, o processo fundamental do ofício do historiador é compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente. Ainda de acordo com o estudioso, a missão primeira do historiador é a observação histórica, depois a crítica.

Continuando no caminho construído por Marc Bloch, lembra-se que a História, como uma ciência, apresenta, dentre suas principais características, o fato de ser poética, condição essa que pode, segundo ele, significar sua fraqueza, mas também sua virtude, pois a História não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas. Em suas próprias palavras, diz Bloch: “Evitemos retirar de nossa ciência sua parte de poesia” (Bloch, 2002, p. 19).

É preciso também reconhecer a importância da imaginação como uma dimensão fundamental para o historiador, pois sem ela não se conta nada, além do que é uma condição *sine qua non* fazer uso dela para compreender e preencher as lacunas deixadas pelos documentos. Como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior, a História é a arte de inventar o passado, uma vez que o acontecimento, o evento em História, não é [...] um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser tramado e refeito pelo historiador” (Albuquerque Junior, 2017, p. 63).

Entretanto, não se deve confundir imaginação com fantasia ou mentira. Trata-se de uma imaginação criadora. Nessa direção, recursos de verossimilhanças são essenciais para conferir legitimidade ao escrito, e criar uma cena visual com palavras, seguindo a trilha do escritor

Orhan Pamuk. De tal maneira, objeto e objetivos devem ser mobilizados a partir da criatividade do pesquisador, ao narrar sua história.

Poderia se dizer, então, que a autenticidade de um texto historiográfico tem como base não apenas os documentos e a bibliografia utilizados em sua pesquisa, mas, fundamentalmente, a construção narrativa, pois escrever, ou melhor, contar, é conferir sentidos, traçar uma trama, usar a imaginação, seguindo diversos pontos, diferentes pistas e variados rastros, que, por sua vez, não são dados evidentes (Ginzburg, 2007). É justamente por meio da escrita que o historiador tem liberdade para criar.

Contar história é imprimir cor, dar vida a um mundo. É fazer surgir imagens por meio de ângulos diversos. É, sobretudo, como já pontuado, despertar a imaginação. Isso seria pincelar o mundo por meio da escrita, construir um universo tridimensional, utilizando apenas palavras. É o que apontam as reflexões sobre o ato de compor romances desenvolvidas pelo escritor turco Orhan Pamuk, no livro *O romancista ingênuo e o sentimental* (2011). Contar histórias, para ele, nada mais é do que pintar quadros com palavras.

Ao relatar suas experiências com o romance, enquanto leitor e escritor, Pamuk consegue sistematizar o percurso que evidencia a maneira como uma narrativa literária vai ganhando forma. O autor revela que a criação de uma imagem mental antecede a escrita de seus romances, sendo seu objetivo torná-la visível por meio da linguagem. De tal forma, de acordo com a arte literária, é possível afirmar que as palavras “pintam” imagens que formam narrativas, as quais montam quadros, que, por sua vez, contam histórias.

Os apontamentos do referido escritor são capazes de proporcionar a um historiador reflexões sobre a construção poética do mundo, caráter que não pode ser considerado como incompatível com o fazer historiográfico, pois, como bem ressalta Heinhart Koselleck (2006), a condição poética é inerente à escrita da História. Assim, pode-se pensar na História também como uma criadora de quadros, cujas dimensões são determinadas e tecidas por um conjunto de sentidos que vão dando forma e cor aos acontecimentos narrados – uma teia histórica vai se conformando por meio dos rastros e vestígios encontrados nos documentos.

Outra proposição levantada por Pamuk, que serve como ponto de reflexão para o historiador, diz respeito ao fato de que uma das regras fundamentais da arte do romance é contar histórias dos outros como se fossem suas e as próprias como pertencentes a outros. Nessa direção, segundo o escritor, “o prazer real de ler um romance surge com a capacidade de ver o mundo não a partir de fora, mas pelos olhos dos protagonistas que habitam esse mundo” (Pamuk, 2011, p. 15).

Trata-se de questões que se encaixam perfeitamente na *práxis* do historiador: buscar compreender um período histórico a partir do ponto de vista dos sujeitos que são contemporâneos a esse momento; tentar se inserir nesse contexto para melhor entender como se dá sua configuração sociopolítica.

Para o autor, “o romance conta uma história, mas não é só uma história. A história emerge, pouco a pouco, de muitos objetos, descrições, ruídos, conversas fantasias, lembranças, informações, pensamentos, eventos, cenas, momentos” (Pamuk, 2011, p. 22). O historiador também deve permitir que a história venha à tona no decorrer da escrita, a partir da interligação dos diversos vestígios, falas, acontecimentos; não se pode permitir se orientar por hipóteses já definidas, imutáveis. É preciso possibilitar, aos poucos, vida à narrativa.

Nas palavras de Pamuk, é fundamental deixar emergir o centro secreto do romance, o que se poderia equiparar, em termos da operação historiográfica, a seguir os fios e os rastros. Nessa direção, no romance, assim como no relato histórico, todas as inserções devem estar relacionadas às personagens ou sujeitos sociais envolvidos na trama. Como diz o escritor turco, todas as descrições ou análises de objetos, situações e eventos devem ter relação com os protagonistas da história, devem ganhar sentidos por meio da visão que têm do mundo no qual vivem e do qual fazem parte.

Ao prestar atenção à explicação de Orhan Pamuk sobre como um romance se configura, observa-se que os relatos literário e histórico têm muita coisa em comum, pois, embora lidem com fatos de natureza diferente, ambos se configuram a partir da união de uma multiplicidade de pontos, construindo-se uma malha pela qual uma linha liga, não de forma retilínea, diversos acontecimentos, detalhes, informações. De tal maneira, análises vão tecendo o enredo, conferindo sentidos ao que está sendo narrado.

Por outro lado, ao classificar o romancista ingênuo como aquele que não reflete sobre o trabalho que desenvolve e o romancista sentimental ou reflexivo como aquele que tem consciência dos métodos e das técnicas que utiliza (que planeja e refaz constantemente os caminhos de sua obra, colocando sob crítica o trabalho que empreende), o autor dá pistas para se pensar sobre o modo como os historiadores conduzem suas pesquisas e elaboram suas escritas.

Sem dúvidas, o historiador está mais para o romancista sentimental do que para o literato ingênuo, pois no percurso de seu ofício vai edificando estudos e (re)definindo sua escrita como um artesão vai moldando sua obra: planejando, reunindo documentos, delimitando temas, fazendo e refazendo objetivos, revisando hipóteses, estabelecendo tópicos e montando sua narrativa.

Com isso, o historiador tem consciência de que constrói representações que buscam se aproximar daquilo que aconteceu, mas sabe que nunca terá acesso à realidade propriamente dita. Dessa maneira, apoiado na criticidade, compreende-se a escrita (quando aliada a um complexo jogo que envolve aparato documental, metodologias e recursos conceituais) como uma operação que produz deslocamentos semânticos e novos significados. É assim que o conhecimento histórico se transforma.

Quantas vezes me vi voltando a parágrafos, refazendo-os, modificando palavras, frases. Parecia que buscava compor um quadro perfeito, que fosse capaz de produzir no outro imagens e sensações. Como um artista que vai contornando sua obra ou fazendo os acabamentos que considera necessários, eu me via tentando fazer com que minha escrita falasse de forma mais clara, bem como que fosse capaz de produzir na mente do leitor imagens do que se ia lendo. Nem sempre, a gente consegue colocar em prática o que almeja, mas tentar sempre já faz grande diferença no resultado final de um trabalho.

Ainda no caminho guiado por Pamuk, “o aspecto mais distintivo da arte do romance consiste em mostrar o mundo tal como os protagonistas o percebem, com todos os seus sentidos” (Pamuk, 2011, p. 58). De tal maneira, o autor ressalta que “o romancista desenvolve seus heróis de acordo com os tópicos que quer pesquisar, explorar e expor e com as experiências de vida que deseja pôr sob o foco de sua imaginação e sua criatividade” (Pamuk, 2011, p. 59). Tal prática não ocorre de forma diferente na História, pois os historiadores selecionam seus documentos seguindo a temática e o assunto que pretendem abordar.

Por outro prisma, numa abordagem em que trata de trama e tempo, as considerações de Pamuk, acerca do entendimento de que o tempo se constitui por meio de uma linha que une os diversos momentos de uma trama, remetem às proposições de Paul Ricouer (2012) sobre a relação intrínseca existente entre tempo e narrativa, quando o filósofo argumenta que o primeiro se torna tempo humano apenas por meio da narrativa e que essa ganha significação ao esboçar os traços da experiência temporal.

O trabalho em foco se fez assim, com a preocupação de trazer àquele que um dia fosse lê-lo elementos que lhe proporcionassem adentrar na história narrada. Se consegui ou não, o que mais importa para mim é seguir tentando sempre apresentar uma narrativa que seja capaz de despertar a imaginação, pois é ela que ocupa o passado, temporalidade que deveria ser, na esteira de Pamuk, apresentada como se diante de um quadro estivesse.

Como o tempo só pode ser apreendido por meio da narrativa (Ricouer, 2012), que seja ela capaz de despertar, junto ao senso crítico, o aspecto visual, e, com isso, produzir uma trama histórica que mobilize o interesse no tema abordado. É isso que espero que vigore, no leitor, o

desejo de querer saber mais sobre as dimensões políticas que marcaram o nascer da República brasileira e como a noção de cidadania nessa conjuntura se configurou.

1.2 TRAÇANDO O CAMINHO

“Os desafios da República”

(Persistem no País profundas desigualdades e perversos privilégios) (*Estadão*, 15 de novembro de 2019)

“Após 130 anos: República ainda não torna nação menos desigual” (Todos são iguais perante a lei, mas categorias mantêm privilégios e autoridades perpetuam mensagens não republicanas) (*Folha de São Paulo*, 15 de novembro de 2019)

Em 15 de novembro de 2019, o Brasil festejou 130 anos de Proclamação da República. A data comemorativa ocorreu numa sexta-feira, mesmo dia da semana que marcou a saída do Império do cenário político brasileiro, em 1889. A efeméride pautou dois dos principais veículos de comunicação do país, *Estado de S. Paulo*⁶ e *Folha de S. São Paulo*, cujos editoriais, publicados com destaque em seus suportes, sendo o da *Folha* veiculado como manchete principal do dia, denunciaram, ou reafirmaram, a questão da desigualdade social no país. Aliás, a permanência dessa problemática, ao longo do tempo, seria o traço mais marcante da sociedade brasileira (Prado, 2005).

Matérias que abordam questões republicanas em termos de direitos, em suas diferentes esferas, demonstrando como a cidadania ainda não é satisfatória no Brasil, vêm ganhando, cada vez mais, espaço no universo jornalístico.⁷ Demandas oriundas, sobretudo, de periferias urbanas se fazem pautar mediante uma pressão reivindicatória por recursos, espaços, infraestrutura, respeito e segurança, culminado no que James Holston (2013) classifica como luta pelo direito à cidade, invocada por uma cidadania que insurge como fruto de uma histórica distribuição discrepante de direitos.

⁶ Ressalta-se que, na semana em que a República comemorou 130 anos de existência no Brasil, o jornal *Estado de S. São Paulo* publicou uma série de reportagens, tendo como eixo temático “os novos desafios da República”. Segundo o veículo, foram entrevistadas 53 lideranças, de diversas áreas, as quais responderam as seguintes perguntas: quais promessas da República foram cumpridas e quais valores deveriam ser reafirmados em um novo manifesto republicano? O jornal informou que a resposta mais frequente à segunda questão foi o combate à desigualdade.

⁷ Alguns títulos publicados na imprensa, em 2018, confirmam: “*Bolsonaro ataca liberdade de expressão e processa donos da Folha*” (*Brasil 247*: 28 de outubro de 2018), “*‘Invisíveis’ e o direito de ter direitos*” (*Estadão*: 9 de junho de 2018), “*Luta por moradia: por que criminalizar a cidadania?*” (*Opinião – Estadão*: 8 de agosto de 2019), “*O que é Estado de Direito*” (*Editorial – Estadão*: 14 de outubro de 2019).

Para além das problemáticas que envolvem a dimensão dos direitos sociais, algumas conquistas consideradas, na Constituição Federal de 1988, como fundamentais aos cidadãos, têm sido, nos últimos anos, alvo de constantes ameaças de retrocesso, como o próprio direito à informação e à liberdade de expressão.

Para se ter uma ideia, passados apenas dez dias da comemoração pela Proclamação da República, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, durante entrevista concedida nos Estados Unidos: “Não se assustem se alguém pedir o AI-5”, diz Guedes”, após indagação de repórteres sobre manifestações populares contrárias a reformas econômicas protagonizadas em países vizinhos ao Brasil. Embora o ministro tenha corrigido a fala, afirmando que a democracia brasileira não admite ato de repressão, fica claro como declarações antidemocráticas marcam o governo do presidente Jair Bolsonaro desde o primeiro ano de seu mandato.⁸

Os desafios impostos por uma gestão que não prezava pelo respeito à imprensa e à livre opinião se estenderam durante os anos seguintes, se prologando até o final do mandato do citado chefe do poder executivo federal. Os veículos de comunicação reagiram a cada situação de possível censura e buscaram afirmar constantemente a relevância da imprensa para a sociedade. De tal maneira, em conjunto, meios diversos encabeçaram uma campanha no Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, comemorado em 7 de junho de 2022, com o objetivo de lembrar aos cidadãos brasileiros a importância desse direito para a democracia.

Sabe-se que assegurar direitos implica travar uma batalha permanente para garantir sua vigência. E o embate se dá por várias vias, marcado por experiências distintas e interesses diversos. Mas, sem dúvida, um lugar onde as reivindicações ganham forte visibilidade é na imprensa, que se torna praça do debate público.⁹

Aproveito para esclarecer que o uso, nesta tese, da expressão espaços jornalísticos, em referência aos jornais como um todo, se justifica por entender que os veículos se configuram como lugares simbólicos onde, a partir do desempenho da pena do jornalista, o debate ganha forma, se potencializa e de lá se espalha em diferentes dimensões, ganhando sentidos múltiplos, dependendo do público receptor. É assim que os cidadãos de ontem e hoje veem os impressos

⁸ *Frases antidemocráticas e referências à ditadura marcam governo Bolsonaro; relembre.*

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/frases-antidemocraticas-e-referencias-a-ditadura-marcam-governo-bolsonaro-relembre.shtml>. Acesso: 26 de novembro de 2019.

⁹ “O que acontece, na realidade, é que em certos momentos da história a publicização do espaço público toma uma forma particular; já o foram, cada uma à sua maneira, a Igreja, a Monarquia, a festa e o bufão na Idade Média, hoje são as mídias” (Charadeau, 2012, p. 120). Ver: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

e por isso que a tais suportes sempre recorrem ao buscarem imprimir e, conseqüentemente, publicizar suas exigências e necessidades. Dessa maneira, seja no passado, seja no presente, vigora a premissa, ostentada pelos próprios meios de comunicação, de que a mídia é a voz da sociedade.

Abrir este tópico com uma publicação jornalística foi a chave utilizada para anunciar que são os jornais as fontes e os objetos principais desta pesquisa. A imprensa é aqui tomada como uma força ativa na fixação de um determinado repertório conceitual, em consonância com o qual as concepções de modelos de apreensão dos fenômenos da vida social se dão. Contudo, tem-se consciência de que tal poder apresenta limitações. Ou melhor, os sentidos e as representações que se dinamizam pela sociedade não podem ser direta e exclusivamente correlacionados àqueles que circulam nos meios jornalísticos, embora os veículos sejam cruciais para bem apreender os termos em que se dá o debate público.

Compreende-se, ainda, que os suportes midiáticos desempenham papel indispensável na configuração de uma democracia efetiva, mas é preciso não esquecer que não se faz jornalismo à margem do social, e isso envolve uma série de questões, inclusive de cunho metodológico, que serão desenvolvidas e debatidas no decorrer desta escrita.

Não é de hoje, nem de quando ingressei no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2017, para cursar o doutorado, que se desperta em mim o interesse em estudar temáticas relacionadas à imprensa, sobretudo, aos periódicos, bem como aos aspectos inerentes a esse tipo de suporte midiático. Sem dúvidas, minha inclinação em trabalhar com jornais se deve a minha primeira formação, Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo. O contato com as teorias e metodologias da referida área me proporcionaram refletir, cada vez mais, sobre a atuação e os impactos sociopolíticos da atividade jornalística nos espaços onde os meios se encontram inseridos.

Os primeiros passos nessa direção foram dados, de fato, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao propor investigar o desempenho do jornal paraibano *A União* no processo histórico que culminou na “Revolução de 1930”. A intenção era analisar como o periódico, um sujeito construtor de símbolos e ideias, teria contribuído para a eclosão do movimento ao seguir uma linha editorial que tinha como premissa enaltecer a figura e o governo do Presidente¹⁰ do Estado da Paraíba, João Pessoa, cuja persona política era edificada nas folhas do impresso pelo véis da modernidade administrativa e da moralidade da gestão pública.

¹⁰ Atribuição dada ao que hoje corresponde a governador.

Assim, movida por tal objetivo, se deu a configuração da monografia *Como o Jornalismo interfere na História: Um estudo sobre a participação do jornal A UNIÃO na deflagração da Revolução de 1930*. A ideia do trabalho era mostrar o viés político da imprensa, entendida como um sujeito ativo na sociedade, que não apenas nomeia os fatos, mas, principalmente, impulsiona para a ação.

Todas as manhãs, durante quatro anos, tinha um destino certo: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e as instalações do Departamento de Comunicação, antigo DECOM. À tarde, o ambiente continuava o mesmo, mas as dependências eram outras, e o curso também. Passados dois anos, desde que tinha iniciado o curso de Jornalismo, consegui aprovação em outra graduação, depois de submetida a um processo seletivo. Agora a História também começava a fazer parte de minha vida acadêmica.

Tem-se, desse modo, duas áreas do conhecimento que me acompanham desde quando, praticamente, ingressei no ensino superior. E, nesse percurso, uma interdisciplinaridade vai se constituindo e ganhando força, pautando meu modo de pensar e agir academicamente. Assim, começaram a surgir alguns projetos, sendo muitas das ideias brotadas em sala de aula, quando se discutia um conteúdo e, de repente, uma possibilidade de pesquisa emergia, como, por exemplo, a própria pretensão de desenvolver a citada monografia, em Jornalismo, sob a ótica da relação imprensa/história.

Aproximava-se o período de se pensar e definir o tema a ser investigado no TCC em História. Claro, o caminho não poderia ser outro. As leituras sobre a história da imprensa haviam se ampliando e novas perspectivas de abordagens se tornavam viáveis. Desta vez, meu olhar estava voltado para outras problemáticas. Interessou-me, naquele momento, uma reflexão teórico-metodológica acerca da intersecção entre História e Jornalismo.

O *fazer* que caracterizava o ofício do jornalista e do historiador e o enriquecimento recíproco das citadas áreas no universo da pesquisa se constituíam em alguns dos objetivos a perseguir, bem como outras dimensões que tornavam tais atividades tão próximas e dialogáveis. Ocupei-me também de problematizar alguns conceitos que abrangiam as duas áreas, como fato e acontecimento. Dessa maneira, nasceu a monografia *História e Jornalismo: campos que dialogam, interferências que se afirmam*.

Em 2013, voltei a trilhar o percurso principiado anos atrás no campo do Jornalismo. Tratava-se, desta vez, de um degrau a mais, o Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, em nível de mestrado. Os esforços estavam agora inclinados para a construção de uma dissertação. E um fato novo começaria a chamar minha atenção: jornalistas escrevendo sobre

temas históricos e conseguindo obter grande êxito editorial, com milhares de exemplares vendidos.

Levantando a hipótese de que se estava diante de produções de cultura histórica, conceito definido, nas palavras do historiador Elio Chaves Flores (2007), como o que está além e aquém da cultura historiográfica, sendo esta compreendida como aquela que dita, como bem relata Michel Certeau (1982), as regras do fazer historiográfico, desenvolvi a dissertação intitulada *Usos do Passado: Leitura da história na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes, no livro 1808*.

Nesse novo momento acadêmico, o foco era não apenas diferenciar o trabalho desempenhado por profissionais da História e do Jornalismo, mas, sobretudo, mostrar que havia uma preocupação maior da mídia com o público leitor em relação à construção de uma narrativa mais palatável, tanto que os livros de abordagem histórica desenvolvidos pelos homens da imprensa acabavam sendo legitimados pela sociedade, que os consumiam em grande escala. De tal maneira, chamava-se atenção da classe historiadora para a escrita, para que uma comunicação mais eficaz fosse estabelecida com o público em geral. O conhecimento histórico precisava deixar de ficar preso entre paredes universitárias.

Depois de trabalhar questões metodológicas e comparativas envolvendo História e Jornalismo, outras indagações começaram a chamar minha atenção. Diante de um crescente número de matérias e notas em defesa da liberdade de imprensa e de temas que englobavam direitos em suas diversas facetas, comecei a refletir sobre a importância de uma imprensa livre para a garantia da democracia, slogan, aliás, que estampa muitos dos sites noticiosos.¹¹ Ressalta-se que defender o direito à livre expressão não é uma demanda da contemporaneidade: essa bandeira já era levantada por muitos periódicos do século XIX.

Embora decorridos mais de 130 anos, desde que a República fora implantada do Brasil, em 1889, percebe-se que muitas problemáticas e iniciativas, que não correspondem a um regime que tem como cerne preceitos democráticos e inclusivos, ainda persistem e são expostos na arena do debate público midiático. Desse modo, examinar como os jornais se comportaram no início da República se tornou um caminho a ser trilhado.

Após levantamentos de jornais e de uma vasta historiografia, surgiu o projeto “*Aplaudir a mudança, que nos abre perspectivas novas*”: *sentidos inaugurais de República e cidadania em espaços jornalísticos paraibanos (1889-1895)*, submetido e aprovado na seleção de 2017, do doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Portanto, trabalhar

¹¹ Como exemplo o slogan “Apoie a democracia”, do site *Folha de S. Paulo*, que aparece ao lado do link “Assine Folha”.

a presente temática pelo prisma da imprensa, diante de um contexto de ameaças à liberdade de expressão e a direitos já conquistados, como anteriormente salientado, tornou-se um imperativo para mim enquanto cidadã e, sobretudo, como historiadora, com o intuito de compreender um pouco mais sobre essa República em permanente construção, marcada por avanços e retrocessos.

A contribuição deste trabalho para o Programa de Pós-Graduação da UFPE se justifica pelo fato de que ainda são pouco exploradas as análises conjunturais que abordam os jornais enquanto construtores de significados, entendidos como sujeitos operantes na sociedade, sendo colocados como documentos centrais da pesquisa. Além disso, são praticamente inexistentes estudos que trabalhem o tema em foco levando em consideração a dimensão territorial e temporal aqui recortados.

O nascedouro da República, esse período que logo sucedeu à abolição da escravatura, encontra-se praticamente inexplorado pela historiografia paraibana. Assim, esta tese busca preencher algumas das lacunas deixadas, ao menos se apresentando como uma base para que novas pesquisas sejam realizadas, e, dessa forma, visa promover o alargamento do conhecimento histórico. De tal maneira, as linhas que seguem compõem uma narrativa que traz ao debate a atuação de jornais paraibanos, tomados como sujeitos semióticos (com corpo, fala e movimento, seguindo os preceitos defendidos, em suas aulas, pelo professor de Comunicação Social Wellington Pereira), no contexto histórico republicano, em sua fase inicial.

1.3 DELIMITANDO E APRESENTANDO O TEMA

Como uma janela para o mundo, a imprensa transporta em seus suportes notícias que podem atingir lugares remotos, interligando uma rede de informações que tem não só o poder de ampliar o debate público, mas, sobretudo, de fazer emergir novas ideias e projetos políticos.

Foi por intermédio dos “homens de imprensa” que os rumores sobre a implantação de um novo regime político no Brasil chegaram em terras do Norte, mais especificamente na Paraíba,¹² até então uma província composta por uma população, de acordo com dados compilados pelo IBGE relativos a 1890, de 457, 232 mil habitantes, cuja economia “tinha como suporte as culturas algodoeira e canavieira, em crise, decadentes e geridas por uma classe dominante beneficiária das relações de produção em vigor sob o centralismo imperial” (Rodrigues, 1989, p. 13).

¹² O termo Paraíba faz referência ao estado; já a designação Cidade da Paraíba, à capital paraibana.

Já era noite naquela sexta-feira de 15 de novembro de 1889, quando uma “grande massa de povo afluíu para a frente” da oficina do jornal *Gazeta da Parahyba*, atraída pelo conteúdo do telegrama que acabara de ser afixado em uma tabuleta pelos redatores do citado periódico. “Até alta noite grande número de cidadãos de ambos os partidos” permaneceu no escritório da *Gazeta*, comentando e discutindo “os graves acontecimentos que se passam na Corte”. Nesse cenário, descrito na edição da *Gazeta da Parahyba* do dia 16 de novembro, “o povo parecia entretanto receber a notícia, senão com indiferença, ao menos friamente”.

Sim, talvez aquelas novidades não fizessem diferença para as pessoas comuns, ou lhes parecessem algo muito distante de suas realidades. O próprio jornal buscou ser cauteloso na publicação. Noticiou “que assumiu o governo provisório o Sr. general Deodoro da Fonseca”, mas também frisou: “Aguardemos, entretanto, os acontecimentos e suas consequências para darmos notícias mais detalhadas e minuciosas”.

Ressalta-se, ainda, que os tidos acontecimentos, classificados como graves, não pautaram a primeira página do jornal em destaque, foram veiculados apenas na terceira folha, em duas pequenas colunas, sob o título “Governo republicano” e “Ontem à noite”.

Em publicação do dia seguinte, 17 de novembro, a *Gazeta da Parahyba* novamente fazia menção aos últimos episódios políticos de cunho nacional, mas sem os elencar como tema principal de seu veículo. O assunto foi mais uma vez para a sua terceira página. Sob o título “Dia de Ontem”, o jornal trouxe outro relato sobre como se deu a manifestação na Cidade da Paraíba, e sobre como a Rua da Misericórdia, onde se localizava a redação do periódico, se tornaria um centro de referência pela busca de notícias:

O dia de ontem passou-se mais ou menos com algum movimento nas ruas da cidade, atento aos acontecimentos que se passam na corte e que muito naturalmente preocupam o espírito público por mais indiferente que ele seja.

À proporção que recebíamos as notícias, quer ou não telegrafadas, as afixávamos na tabuleta em frente ao nosso escritório, onde conservou-se sempre aglomerada grande massa de povo ansiosa por notícias.

Não passou, entretanto, disto as manifestações de nossa população ao novo estado de cousas, e ela parece disposta a aceitá-la, se vier, sem batalha nem matinada (*Gazeta da Parahyba*, 17 de novembro de 1889).

Na coluna “Telegramas”, ainda na edição do dia 17 de novembro, a *Gazeta da Parahyba* veiculou, também em sua página de número três, informações chegadas, no dia anterior, do Rio, de Recife e Fortaleza sobre os mais recentes acontecimentos. Os conteúdos transcritos davam

conta de como se encontrava a antiga Corte e como algumas províncias recebiam as notícias sobre a nova ordem em implantação.

RECIFE, 16, 10h e 15 da m.

Serviço particular da GAZETA

Dão-se graves acontecimentos na corte. O telégrafo acha-se dirigido pelo oficial da armada Vinhaes, redator d'O Paiz. O imperador de volta de Petrópolis acha-se no paço da cidade. As tropas estão aquarteladas Ladario, ministro da marinha, ferido. Grande aglomeração de povo pelas ruas. Está constituído o governo provisório com os Srs. General Deodoro, Bocaiuva e Benjamin Constant. O visconde de Ouro Preto solicitou a sua demissão a ordem está garantida. Aqui aguardemos novos acontecimentos.

RECIFE, 10 e 35 da m.

A guarnição da Bahia não aderiu ao movimento republicano na Corte e quer a continuação da monarquia. A população reunida no largo do palácio reprova os movimentos e está disposta a sustentar as instituições. O general Hermes declarou sua adesão ao Imperador.

RECIFE, 11 e 30 da m.

Foi proclamada a República. Reina aqui entusiasmo.

RIO

O Imperador, ouvido o conselho d'Estado pleno, encarregou o senador Saraiva de organizar ministério.

RIO (PARTICULAR)

Triunfo militar completo. República proclamada. Venâncio Neiva proclamado governador do Estado da Paraíba.

FORTALEZA, 16, 6h. da tarde

Povo, exército e armada depuseram o presidente da província e aderiram a República. Tenente coronel Luiz Antônio Ferraz foi aclamado chefe do poder executivo.

(*Gazeta da Parahyba*, 17 de novembro de 1889).

Tais recortes demonstram como tudo ainda parecia instável, embora se vislumbrasse a constituição de alguns governos provisórios nos agora estados republicanos. Salienta-se que, mesmo pautando-se por notas sobre o fato nas edições anteriores, passaram-se três dias, após o ato da Proclamação da República, para que notícias que retratassem o fato estampassem a primeira página do periódico fundado em 1888, por Eugênio Toscano de Brito. A partir de então, conteúdos relacionados à República ditariam, com destaque, cinco publicações consecutivas da *Gazeta da Parahyba*. As edições traziam em suas páginas principais títulos como: “O movimento republicano ou o 89 brasileiro”, “A nova aurora”, “República do Brasil”, “Nova situação política”, “A República em Campina”.

Como se pode constatar, as primeiras informações acerca da chegada da República no Brasil circularam na Paraíba no mesmo dia de sua ocorrência, mas, suscitando, como sugerem os escritos da *Gazeta da Parahyba*, bem como aponta a historiadora Monique Cittadino (2010), dúvidas quanto a sua credibilidade.

Segundo a historiadora Inês Caminha Lopes Rodrigues (1989), verificava-se na Paraíba uma acentuada indiferença pelo movimento republicano, da mesma forma que ocorria, de acordo com a autora, na maioria das províncias. Contudo, mesmo diante dessa concepção, defendida pela historiografia e ressaltada pela *Gazeta*, de indiferença dos cidadãos em relação àquelas mais “quentes” notícias políticas de âmbito nacional, percebe-se, nos relatos veiculados pelo próprio periódico, que uma movimentação incomum, impulsionada por informações inesperadas, se fez presente à Rua da Misericórdia, no dia 15 de novembro.

Pode-se dizer, de tal maneira, que notas sobre os acontecimentos eclodidos no Rio de Janeiro não deixaram de movimentar as ruas, nem que fosse por curiosidade das pessoas, e as páginas da folha, cujas palavras impressas se fizeram ouvir tanto na Cidade da Paraíba quanto nas cidades do interior, e mesmo em outros estados, onde o jornal também era lido. Isso sem falar, de acordo com relato presente na página da *Verdade*, que grande euforia marcaria a cidade de Areia, logo após se espalharem informes sobre a Proclamação, como será discorrido no terceiro capítulo.

As linhas até aqui escritas trazem à cena um importante marco da História do Brasil, o nascimento do período republicano, que, como afirma Angela de Castro Gomes (2002), não surge pronto, sendo justamente nos anos iniciais que vai se construindo a República e se aprendendo a construí-la. De tal maneira, supõe-se que, no brotar da nova ordem, ainda não existia uma noção concreta, em todas as suas dimensões, acerca do novo regime, que desde cedo se viu em volta de disputas e discordâncias quando ao seu destino e estruturação.¹³

Por outro lado, nascia um novo sujeito social, não havia mais súditos, e a passagem da Monarquia para o regime republicano “precisava viabilizar a constituição do corpo de cidadãos, já que a soberania estaria, diretamente, alocada na nação, dispensando-se toda e qualquer forma de representação simbólica centrada na figura do príncipe” (Prado, 2005, p. 21). Tudo isso nos induz a pensar sobre como, em meio a um cenário tão confuso e instável de ideias no centro político do Brasil, noções de República iam se constituindo em diferentes lugares do país.

¹³ As incertezas que marcaram o começo desses novos tempos são assunto para o próximo capítulo.

É na mencionada fase que recai o interesse em investigar a atuação da imprensa paraibana no processo de busca de legitimação e consolidação do novo sistema político, pois se trata de um momento histórico em que nada se encontrava definido de antemão, sendo, desse modo, importante analisar o debate acerca dos contornos e configurações de que República estava sendo arquitetada. Considerando o contexto, esta tese está centrada, mais precisamente, entre os anos de 1889-1895, período que engloba o tempo de vida dos jornais selecionadas para análise.

Voltar os olhos para a citada temporalidade perpassa o caminho de analisar que concepções e expressões foram postas em movimento pela imprensa mediante a eclosão de um novo contexto político, que, supostamente, deveria estar relacionado à renovação de valores da esfera pública e direcionado ao interesse coletivo. Será examinado como se deu tudo isso longe do Rio de Janeiro, capital do Império e agora da República, *locus* de muitas pesquisas já realizadas, conferindo, assim, visibilidade a um outro contexto sociopolítico, mas que mantém vínculo com o nacional.

É compreensível, por outro turno, que numa República que se edifica em um meio inseguro de ideias e projetos, as práticas de cidadania ainda fossem algo abstrato ou mesmo disperso.¹⁴ Torna-se fundamental, dessa maneira, historicizar o período estudado, ao investigar, sob a influência da história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2006), que conteúdos preencheram o conceito de cidadania no espaço-tempo em estudo.

Partindo da concepção de cidadania como um referente com significação elástica, que ganha corpo, dinamismo e sentidos plurais a depender do contexto histórico em questão, discussão essa apresentada no próximo capítulo, nesta tese se levará em conta, como elementos de cidadania, tudo que se projetar, em forma de ações, manifestações e reivindicações, em função do desejo de mudanças na esfera pública e social. Ou melhor, se terá como norte verificar que necessidades ou urgências sociopolíticas se fizeram sentir no cotidiano daqueles tempos que demarcaram o início da vida republicana.

Nessa direção, guiando-se pelos raciocínios de Maria Emília Prado (2005), pergunta-se: que perspectivas emergem em um estado do Norte do país diante de um sistema político recém-

¹⁴ Tendo por base diversos estudos que tratam sobre cidadania, pode-se afirmar que a maneira como foram pensados e definidos os parâmetros de cidadania no Brasil guarda estreita relação com o modo de como se deu a formação do Estado nacional, fundado em 1822. Não é à toa que o precursor e um dos principais pesquisadores sobre o tema cidadania no Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho (2001), argumenta que o caminho pelo qual a cidadania se direciona e se configura está diretamente imbricado pelo modo como as pessoas estabelecem suas relações com o Estado e a nação. Dessa maneira, ainda na trilha de Carvalho, cidadania, Estado-nação e lutas por direitos são dimensões e ações intrinsecamente conjugadas. Ver: *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

inaugurado? Que acontecimentos ocorridos na Capital Federal eram repercutidos na imprensa local e com que significados? Como foram articulados os parâmetros da cidadania na e pela imprensa na origem da República brasileira e que horizontes foram lançados para a construção de um Brasil diferente daquele até então existente?

A hipótese aqui construída inclinou-se pela perspectiva de investigar as concepções que os jornais fizeram circular, conseqüentemente, alimentando o debate político, visando à compreensão dos sentidos inaugurais que foram lançados na direção das noções de República e de cidadania. Dessa maneira, foram rastreadas as palavras mais recorrentes na imprensa daquela época, com o intuito de verificar as significações que davam vida a esses vocábulos, que se fizeram impor como dominantes na origem do regime republicano.

Sabe-se que com a ocorrência de um acontecimento, tudo se modifica. Sua eclosão implica uma ruptura, mas também uma nova configuração, uma outra atmosfera contextual (Dosse, 2013). Desse modo, diante das distintas matizes de República em disputa na aurora do regime recém-implantado, como será tratado no segundo capítulo, buscou-se compreender que República se almejou edificar, ou que expectativa de República se pensou tornar realidade há mais de 130 anos, analisando os caminhos apontados para tal fim. Tudo isso não deixa de ser um exercício que nos proporciona refletir sobre a República que se tem hoje e a que se pretende ter no futuro, culminado no pensamento de que ela ainda permanece em fase de construção.

Ciente de que, em diversificadas épocas e lugares, há diferentes entendimentos e condições de existência e organização em sociedade, ressalta-se que os significados que preenchem o termo República não podem ser encarados de outra forma que não em um apanhado de conceitos múltiplos, embora haja, com base nos estudos de Francisco Falcon (2007), uma tendência, até hoje, de essencializar um entendimento único, atribuindo-lhe um sentido de entidade eterna e universal, ou seja, sem levar em consideração a historicização do conceito.

A tese em foco compreende que “os sentidos de República podem variar, e de fato variam, conforme a época que se tenha em vista” (Falcon, 2007, p. 391). Por isso, o interesse em analisar o (s) sentido (s) que o termo adquire na gênese do regime político que assumiu o lugar do Império no Brasil.

Dito isso, alguns questionamentos se colocam: que noções de República, em termos de gestão pública, direitos e cidadania, foram compartilhadas pela imprensa paraibana? Que lutas, por meio das palavras impressas, foram postas em movimento em prol do ideal republicano? Que cultura política republicana ganhou espaço nas páginas dos jornais paraibanos? E,

apoiando-se em François Dosse (2012), também se indaga: a eclosão de um acontecimento desse tipo contribuiu para que releitura de passado e que projeção de futuro?

Pergunta-se, ainda: que possíveis contribuições e que debates foram propostos pela imprensa paraibana? Que sujeitos aparecem nos espaços jornalísticos como dignos de serem reconhecidos como cidadãos na República? Como os jornais liam as transformações em curso? Como normas e sujeições eram legitimadas pelos discursos jornalísticos? Que problemáticas e caminhos foram apontados? Qual o vocabulário mais frequente?¹⁵

Assim, tem-se um ponto importante: entender o que os jornais escolheram para preencher os sentidos de República, bem como de direitos e de cidadania na fase que marca o começo do novo regime político. Ou seja, o que os discursos jornalísticos selecionavam para veicular? Que seleção e hierarquização fizeram dos temas apresentados e o que excluíram do universo de temas possíveis?

Claro, ser portador de uma conduta crítica e reflexiva é característica, ou deveria ser, de qualquer um que carregue o título de historiador, cuja profissão lhe cobra uma postura cidadã mais ativa, questionadora, pois fazer História significa interagir com temporalidades, seja no campo semântico, seja na prática. Penso que os profissionais do *métier* historiográfico deveriam se inspirar no espírito de “responsabilidade social” que possuía o historiador Marc Bloch, um cidadão e intelectual comprometido com seu tempo.

Usando as palavras de Lilia Moritz Schwarcz, na apresentação da edição brasileira do livro *Apologia da História ou Ofício de historiador* (2002), Marc Bloch “foi sobretudo um homem de seu tempo quando se engajou nas causas que se apresentavam bem diante de seus olhos, mas esteve à frente de todos quando não permitiu que os males do momento contaminassem sua capacidade de reflexão” (Schwarcz, 2002, p. 11).

Após discorrer sobre os temas a serem tratados, é preciso conferir, agora, espaço para apresentar o corpus documental selecionado e a metodologia a ser desenvolvida nesta tese. Começando pelas fontes, que também são objetos principais de análise, esclareço que foi realizado um levantamento dos jornais paraibanos em circulação no momento em que a República se tornaria uma realidade no país nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e da Hemeroteca Nacional, bem como da Biblioteca Átila Almeida, situada

¹⁵ Aqui, saliento a inspiração para tais perguntas a partir do artigo da professora Regina Beatriz Neto: Amazônia, território em movimento: vidas precárias. *História Unisinos*. Jan/Abr, 2017, p. 38-50, que argumenta como o vocabulário dos agentes históricos revela significações e pode representar resistências simbólicas.

na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, e do site Jornais e Folhetins Literários da Paraíba do século.¹⁶

Constatou-se a existência de sete jornais no Estado da Paraíba na época da implantação da República no Brasil. Como critério de seleção adotado, foram levados em consideração o estado de conservação e a possibilidade de manuseio dos periódicos, bem como as veiculações referentes à temática desta tese.

Um fato em comum me chamou atenção em três periódicos: são defensores dos princípios republicanos, mas sem deixar de ter posturas críticas frente ao novo regime em construção. São eles: *Gazeta da Paraíba (1888-1890)*, com sede na Capital; *Gazeta do Sertão (1888-1891)*, oriundo de Campina Grande; e *Verdade (1888-1895)*, originário de Areia.

Trata-se de jornais que nasceram no Império e chegaram à República buscando imprimir uma política editorial mais independente. Mais que isso, são órgãos que, desde 1888, quando surgem no cenário impresso paraibano, conferem espaços que asseguram a representação de minorias, como por exemplo, a luta pela aplicação da lei que garantia a libertação de escravos, denunciando casos de permanência de cativos, mesmo depois da abolição. Foram folhas que também abriram as “portas” de seus veículos para homens negros,¹⁷ muitas vezes, provendo causas em prol da importância da instrução para os libertos e para a sociedade.

Outros jornais foram fundados durante a Monarquia e conseguiram adentrar a República, como o *Jornal da Parahyba*. Também havia aqueles que nasceram no começo do contexto republicano, como *Estado da Parahyba* e *A União*. Entretanto, são impressos declaradamente vinculados ao campo da situação, tendo o primeiro, conservador e monarquista de nascimento, se tornado aliado de primeira hora do governo republicano inaugurado na Paraíba. Os dois últimos foram criados por gestores republicanos, ou seja, se constituíam em órgãos oficiais, cujas demandas atendiam, portanto, a interesses específicos.

Tais condições impediam que os referidos periódicos pudessem agir de forma mais criteriosa quanto ao contexto político em voga. Mesmo que algum impresso tivesse sido conduzido por nome de grande influência na época, o caso do *Estado da Parahyba*, dirigido

¹⁶ Trata-se do projeto “Jornais e Folhetins Literários da Paraíba do século 19”, coordenado pelas professoras Socorro de Fátima Pacífico Barbosa e Fabiana Sena, vinculadas, respectivamente, aos Programas de Pós-Graduação em Educação e Letras da Universidade Federal da Paraíba. O acervo está disponível no endereço eletrônico www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins.

¹⁷ Ver: ROCHA, Solange. Eliseu Elias César, de tipógrafo a patrono literário. In: ROCHA, Solange; Guimarães, Matheus Silveira (orgs.). *Travessias atlânticas e a Paraíba afro-diáspora*. Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial. João Pessoa: UFPB, 2018, p. 346-365; e FLORES, Elio Chaves; DOMINGUES, Petrônio, ROCHA, Solange P. *De poeta a patrono literário*: fragmentos da vida de Eliseu Elias César (1871-1923). Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502849906_ARQUIVO_ANPUH2017ELISEUELIASCES_ARREVISTO.pdf. Acesso: 18/05/2019.

por Epitácio Pessoa, julga-se que todos os atos nele proferidos tenham sempre se inclinado para enaltecer a República de forma incondicional. E tal viés não apresenta consonância com o interesse estabelecido nesta tese, que buscou analisar as contribuições dos jornais que tinham liberdade para avaliar, ponderar e criticar o novo regime, sem que dele abrissem mão, e com essa prática acreditavam estar contribuindo para a edificação de uma nova era.

Da mesma forma, não se levou em conta os escritos de Epitácio Pessoa, que, sem desmerecer sua importância política e histórica, não se enquadravam na perspectiva aqui considerada, pois a ele cabe o desenvolvimento de trabalhos específicos, como os vários que compõem a historiografia paraibana.

Retomando os periódicos selecionados, esses pautaram-se por temáticas sociopolíticas relevantes, levando aos seus leitores informações sobre os desdobramentos do movimento republicano no Brasil, quando a maioria dos jornais paraibanos, de tendência monárquica, nada retratava sobre o tema. E assim procediam bem antes da eclosão do 15 de Novembro, assunto que será melhor debatido no terceiro capítulo.

A título de antecipação do debate, informações sobre a dinâmica do republicanismo no país, nas folhas da *Verdade*, datam de abril de 1888, um ano e seis meses antes da Proclamação da República. Aliás, o periódico deixa clara a sua posição em editorial veiculado no dia 19 de junho de 1888, ao afirmar que aceita a bandeira da República como “única capaz de fazer a felicidade de nossa pátria”. No mesmo texto, o jornal enfatiza: “Emprenhamos nossa rude pena e nossa debilíssima palavra em prol da ideia Republicana”. Por sua vez, *Gazeta da Parahyba* e *Gazeta do Sertão* dispunham de seções fixas para tratar o tema em suas páginas desde os primeiros meses de 1889, denominadas, respectivamente, “Secção Republicana” e “Movimento Republicano”.

A ideia central é compreender que consensos de República eram construídos e compartilhados por periódicos que sempre defenderam, uns mais que outros, a importância do regime republicano para o Brasil. Mas, isso não significa dizer que a presença daqueles não elencados como documentos principais não permeará a presente análise, pois não se pode desprezar o fato de que os silêncios e as denegações, bem como, pode-se acrescentar, as desqualificações, são formas de dizer, de empreender um embate.

A postura crítica dos periódicos aqui elencados os fazia defender, constantemente, como forma de legitimação, sobrevivência e permanência em meio a outros jornais, alinhados ao governo local, a relevância da atividade jornalística, os princípios de liberdade de expressão e o compromisso social que se diziam exercer em nome do progresso e de um futuro melhor para

o estado e o país. Em artigo publicado, por exemplo, na *Gazeta da Parahyba*, procura-se demonstrar como o periódico desempenha um papel de luta em prol do bem-estar social:

Os melhoramentos reais do Estado têm encontrado n'estas colunas modestas mais sincera e viva defesa, bem como os direitos do povo; e a solicitude com que alguns, ou antes, todos os representantes bem intencionados dos poderes públicos atenderem as nossas reclamações, sempre justas, sempre inspiradas no bem estar do nosso meio social, atesta a imparcialidade e o critério das nossas ponderações (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

A *Gazeta da Parahyba*, embora com vida curta, 1888-1890, fez história na imprensa paraibana pelos modos como se diferenciava dos jornais contemporâneos a ela e pela expectativa que fez surgir sobre sua atuação em outros periódicos, os mesmos que pareciam não acreditar no seu encerramento, quando anunciado pelo fundador Eugênio Toscano de Brito.

O impresso buscou inaugurar uma maneira moderna de se fazer jornalismo, prezando pela amplitude do número de notícias e pela agilidade em informar (contava com serviço próprio de telégrafo), bem como apregoando sua atividade diária e ininterrupta. Sobretudo, procurava se legitimar como órgão a serviço da sociedade, começando por não atribuir à sua folha nenhuma vinculação partidária, como era comum constar nos subtítulos dos demais jornais da época, em sua maioria ligados aos partidos Conservador ou Liberal. Entretanto, tal constatação não quer dizer, necessariamente, que a *Gazeta da Parahyba* não tivesse vínculos políticos, como se verá no quarto capítulo.

Propagando em suas edições a importância da atividade jornalística para a sociedade, a *Gazeta da Parahyba* levantava constantemente a bandeira que carregava: de ser um jornal independente e ter sua estabilidade “garantida pelo apoio espontâneo da opinião pública”. Além dos motivos já mencionados, eleger tal periódico como objeto central desta pesquisa, dentre outros existentes na época, se justifica pelas seguintes razões: era o único jornal de publicação diária,¹⁸ no Estado no momento de implantação da República, que também circulava em outros estados, como se observa ao vislumbrar que trazia taxas de valores para assinantes das demais entidades federativas; buscava estabelecer uma independência editorial; e era considerado o

¹⁸ Dentre os jornais que circulavam na Paraíba do Norte, quando implantada a República, havia apenas dois com circulação diária, embora exemplares de um deles não constem nos arquivos públicos pesquisados. Trata-se do *Diário da Parahyba*, cujo acervo existente no IGHP dão conta dos anos de 1884 a 1885. Entretanto, sabe-se que esse jornal teve vida mais longa, ao menos mais três anos, pois se verifica menção ao veículo em 1888, em publicações da *Gazeta da Parahyba*, o segundo jornal paraibano com publicação diária. De tal maneira, a *Gazeta da Parahyba* pode ser tomada aqui como único jornal diário da época com acervo preservado e disponibilizado ao público. Ele ainda é referido em publicação de 8 de maio de 1890 da própria *Gazeta da Parahyba* como o único jornal da capital paraibana. Ver quarto capítulo.

jornal de maior circulação na época, fato vangloriado em suas páginas, mas que também pode ser verificado em alguns jornais a ele contemporâneo, que faziam menção a esse título.

Por sua vez, a seleção da *Gazeta do Sertão* se configurou por se dar primazia a um jornal produzido no interior do estado, que guarda a singularidade de ser o primeiro órgão a ser publicado na cidade de Campina Grande, importante centro comercial localizado no Planalto da Borborema, que polarizava, como o próprio nome sugere, a região do sertão. Fundado em 1888, pelo advogado Irineo Joffily e pelo engenheiro Francisco Soares Retumba, o citado impresso circulava semanalmente, ostentando como subtítulo a denominação “Órgão Democrata”.

Tratava-se de um jornal de oposição ao governo estadual. Não informa a tiragem, mas pelo fato de fixar valores de assinatura para a Comarca e para fora dela, imagina-se que não se restringia apenas a cidade sede, abrangendo outras localidades do sertão, o que justificaria o seu nome.

O terceiro periódico elencado, com sede em Areia, no brejo paraibano, segunda cidade do Brasil a abolir a escravidão, e antes da decretação da Lei Áurea, destaca-se pelas pautas sociais que fez circular em suas folhas. Publicando-se com periodicidade diversificada, característica não identificada até então pela historiografia, que o atribui uma publicação de três vezes por semana (às terças, quintas e aos sábados), o jornal *Verdade* foi considerado, na época, o impresso de maior longevidade que já existiu na cidade, tendo circulado por sete anos (1888-1895). Também se tornou o mais longo da Paraíba depois do fechamento dos jornais citados anteriormente. Vale ressaltar que fontes secundárias serão incorporadas à pesquisa, como suporte de análise dos citados jornais, tais como livros de memórias e publicações da Revista do IHGP.

São impressos que acreditavam na República, enquanto regime mais democrático que a Monarquia, mas sem abrir mão de estampar em seus suportes o enredamento de palavras que configurassem ideias e noções de como construir e colaborar com o novo sistema político em formação. Considerar como recorte temporal o curto tempo de duração das atividades dos jornais selecionados nesta pesquisa não desqualifica a potencialidade desses suportes jornalísticos, que compartilharam projeções de República antes mesmo que o fato se tornasse uma realidade.

Ou melhor, os periódicos em questão não aderiram à República às vésperas de sua implantação, pois a defesa do que denominavam na época de ideias renovadas, referindo-se ao ideário republicano, já fazia parte de suas linhas editoriais e, de modo amplo, não se limitando

apenas a assuntos locais. Além disso, jornais que conseguiram o respeito e o apoio de seus contemporâneos por não dependerem de financiamento político.

Por outro lado, ao trazerem à praça pública posicionamentos que julgavam importantes na construção do sistema que acabara de ser implantado, tais impressos pagaram um alto preço: sofreram perseguições políticas, acabando por serem obrigados, por representantes do regime que sempre defenderam, a fechar suas redações, o que, de certa forma, não fez com que seus fundadores fossem definitivamente exilados do mundo jornalístico, a exemplo de Eugênio Toscano de Brito, que voltaria a atuar na imprensa dois anos depois do fim da *Gazeta da Parahyba*. Irineo Joffily também não se deligaria dos impressos com fim de sua folha. Passaria a escrever para um jornal carioca depois de se mudar para o Rio de Janeiro.

É essencial observar que por trás dos suportes estão indivíduos que mantêm relações de sociabilidade, e, de tal maneira, torna-se fundamental, ao analisar os jornais em foco, identificar os jornalistas que estavam em suas direções. A teia de relações por eles constituída na sociedade onde se encontravam reflete, sem dúvida, na forma como seus jornais abordavam um dado assunto. Assim, tais “homens de imprensa” não têm como ficar de fora desta tese, pois os papéis sociais que exerciam dizem muito sobre seus impressos.

Dessa forma, é na dimensão historiográfica que relaciona a história política renovada¹⁹ à história cultural²⁰ que se inclui esta pesquisa. A tese ganha um movimento especial a partir da perspectiva do pensador Pierre Rosanvallon (2010), que compreende o político como um campo ampliado da política, ou seja, que não fica aquém das questões partidárias ou exclusivamente na esfera do poder dominante, mas implica em um modo de também perceber

¹⁹ Na Nova História Política, destaca-se o historiador René Rémond, responsável pela organização da Coletânea *Por uma história política*, publicada na década de 1980, um verdadeiro manifesto em defesa do estudo do político. A obra reúne artigos de diversos autores que, ao proporem a análise de diferentes objetos de estudo, argumentaram em direção aos enfoques, ao *corpus* documental e às renovações metodológicas que condicionaram o surgimento de uma história política diferenciada daquela que vigorava (de prestígio) desde o século XIX e que fora tão rejeitada, a partir da década de 1930, pela crítica dos *Annales*, que a caracterizou como superficial, elitista e individual. Entretanto, como argumenta René Rémond (2003), o contato com diversas ciências sociais culminou na eclosão de um novo pensamento político, revestido pela interdisciplinaridade. Ver: REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

²⁰ A (Nova) História Cultural – que, para alguns historiadores, originou-se no Século XVIII, e para outros, encontra raízes na tradição historiográfica francesa pós-1960 – é uma corrente historiográfica internacionalizada, que apresenta novos métodos, procedimentos e objetos de investigação histórica. Tal vertente considera os aspectos culturais e as representações sociais como os principais pontos de análise das experiências humanas. O historiador inglês Peter Burke, um dos principais defensores da História Cultural, elabora um esquema explicativo, buscando apontar a origem desse movimento. O autor sugere as seguintes fases: a clássica, desenvolvida no Século XVIII; a história social da arte, praticada a partir da terceira década do Século XX; a história da cultura popular, de 1960 e, posteriormente, aquilo que seria a nova história cultural que, segundo o autor, sofrera influências do campo da Antropologia. Sobre o assunto, ver obras de dois importantes historiadores culturalistas: BURKE, Peter. *O que é História cultural*: Rio de Janeiro: Zahar, 2008; e CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

o universo sociocultural, pois, segundo o autor, o político é “operado pela mobilização dos mecanismos simbólicos de representação” (Rosanvallon, 2010, p. 30).

O presente trabalho ainda se move pela vertente da cultura política, conceito aqui adotado seguindo a proposição do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que a define como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2009, p. 21). Ambos os direcionamentos tratam de alicerces conceituais facilmente aplicáveis à imprensa, mediante às representações que imprime diariamente, bem como em virtude das articulações temporais que se promovem por meio da *práxis* jornalística.²¹

Para trabalhar melhor as questões levantadas, a leitura da obra *A ordem do discurso*, de Michel Foucault (1999), tornou-se imprescindível, porque, ao excluirmos temas, os jornais também revelam quais concepções sobre direitos e cidadania buscam colocar em circulação. Nesse aspecto, outra fundamental contribuição parte do teórico da Comunicação Maurice Mouillaud, segundo o qual “os grandes acontecimentos da mídia seriam aqueles que permitem não somente ver, mas não ver. [...] O acontecimento seria um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é” (Mouillaud, 2002, p. 80-81).

Vale destacar que, em se tratando de impressos jornalísticos no Oitocentos, a Paraíba vem sendo frequentemente visitada por alguns pesquisadores interessados em temáticas relacionadas ao Ensino, à Instrução Pública e à Literatura, sobretudo estudiosos vinculados à área da Educação. Mas, é crescente o entusiasmo de historiadores paraibanos por esse tipo de documento e recorte temporal. Em sua maioria, ocupam-se em analisar jornais dessa época movidos por problemáticas que refletem processos de cultura histórica²² e política, sendo a imprensa classificada como uma portadora e disseminadora de passado educacional.²³

²¹ Isso implica, por outro lado, reconhecer a “pluralidade de culturas políticas” coexistindo em um mesmo espaço nacional. Ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.

²² O conceito se expande em direção a leituras e visões do passado por sujeitos diversos, se constituindo numa categoria que não se delimita pelo campo da cultura historiográfica, que implica procedimentos teóricos-metodológicos, mas que pode, por outro lado, ser objeto de estudo dos historiadores. Ver: DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2009.

²³ A noção de Cultura educacional não está restrita à historiografia. De acordo com Antônio Carlos Ferreira, a concepção não se limita aos trabalhos desenvolvidos “pelo segmento vinculado às universidades e, principalmente, àqueles atrelados aos programas de pós-graduação, mesmo que esses sejam, hoje, mais reconhecidos socialmente como produtores de conhecimento e de saberes especializados” (Pinheiro, 2009, p. 108). Para ele, “os intelectuais e as pessoas simples, do povo, contribuem para a produção de leituras e de interpretações sobre o passado e o presente educacional” (Pinheiro, 2009, p. 108). Ver: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009.

Não foi por acaso que recorri, ao abrir este tópico, aos impressos jornalísticos para verificar como se deram as primeiras informações sobre o ocorrido no dia 15 de novembro de 1889, pois, como se viu, são eles os documentos principais desta pesquisa. Trata-se de suportes comunicacionais cujas funções e interações se configuram por meio de uma rede de sociabilidade²⁴ que os torna agentes ativos no meio social onde se encontram inseridos.

Ao recuar no tempo, percebe-se que jornais do século XIX não apresentam as mesmas características de organização, produção e veiculação das informações de um impresso contemporâneo. O contexto histórico é outro, as condições de produção também. Vale ressaltar, como bem advertiu o historiador Marco Morel no prefácio do livro *História cultural da imprensa – Brasil: 1808-1900*, escrito por Marialva Barbosa (2010), que o citado século não é tão fácil de ser compreendido, pois é, ao mesmo tempo, próximo e distante de hoje, tendo gerado instituições, vocabulários e valores, que semelhantes aos atuais, são também bastante diferentes.

A concepção de notícia nem sempre foi concebida com o sentido que tem atualmente: “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratada” (Charaudeau, 2012, p. 132). Se as redações dos veículos de comunicação são pautadas, na contemporaneidade, pelos requisitos de atualidade, proximidade e relevância (os chamados regimes de *noticiabilidade*),²⁵ no nascedouro da imprensa eram outros os pontos considerados, mesmo porque aquele tempo histórico também era outro.²⁶ Entretanto, é preciso ter ciência de que, ao buscar se elaborar uma história por meio dos jornais, é imprescindível se deixar de lado o enredo que se releva em seus suportes e a história que marca e demarca sua existência.

Durante o XIX, não havia manchetes nem editorias fixas, tampouco uma linguagem jornalística, mas não se pode dizer que um mundo social não fosse produzido e apresentado à

²⁴ De forma mais restrita e direta, pode-se dizer que se referem a indivíduos (jornais são feitos por pessoas) imersos em relações estruturais cujos vínculos se dão com base em convergências culturais, políticas e ideológicas, bem como se configuram em espaços específicos e são caracterizados por conexões de amizade, cumplicidade, disputa, hostilidade e debate, podendo ser, ainda, marcados por algum sentimento de pertença. Ver: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093>. Acesso em: 22/07/2022.

²⁵ Para Nelson Traquina, os acontecimentos jornalísticos são constituídos tendo como referência, pelo menos, um ou a combinação de vários valores-notícias. Ele dá ênfase aos seguintes: relevância (grau de importância para o público); novidade (ineditismo ou imprevisível); tempo (tem como parâmetro o gancho para outros assuntos, como no caso em questão: data comemorativa do bicentenário da chegada da Corte ao Brasil) e consonância (a interpretação da notícia num contexto familiar ao leitor). Ver: TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. V. II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

²⁶ O termo estava mais relacionado às propriedades de conhecimento e erudição.

sociedade, ou melhor, tornado visível e inteligível para um público leitor. Mais que isso, as palavras impressas nos e pelos jornais se transformavam em áudios que chegavam aos ouvidos daqueles não alfabetizados, que também se moviam pelo interesse em saber o que estava acontecendo no meio se encontravam inseridos.

Nessa direção, para referenciar a história da imprensa nacional, os impressos que por aqui circularam, desde a chegada da família real portuguesa, não apenas testemunharam, registram e veicularam os acontecimentos que marcaram a história do país, sendo, antes de tudo, parte fundamental na formação da nação brasileira (Martins; De Luca, 2008).

Marco Morel (2008) tem razão quando diz que o impresso jornalístico se constitui em um palpável agente histórico que impõe uma efetiva força simbólica nas palavras postas em circulação. Dessa maneira, como o autor mesmo enfatiza em outro trabalho, juntamente com a pesquisadora Mariana Monteiro de Barros (2003), a imprensa, desde seu surgimento no Brasil, está intrinsecamente ligada às transformações nos espaços públicos, pois, ao passo que o material produzido pelos jornais era colocado em movimento, ajudava a configurar identidades culturais e políticas.

Sem dúvidas, ao produzirem e registrarem os acontecimentos, os jornais não apenas refletem traços da sociedade da qual fazem parte, mas também interagem intensamente com seu contexto. Eles atuam como sujeitos históricos, selecionando, interpretando e interferindo nos rumos tomados pela sociedade. E, claro, isso não poderia ser diferente, pois

o espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. Mortos são mortos, mas para que se signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais (Charaudeau, 2012, p. 131).

Os empreendimentos que buscaram dar conta da história da imprensa brasileira começaram, segundo os escritos de Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2008), com as iniciativas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, em 1897, seguidas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em torno da publicação, em 1908, de um volume especial acerca do *Primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil*. Já a partir de 1940, “autores que elegeram a história da imprensa como tema de análise não mais se

limitaram ao elenco de seus títulos, mas procuraram contextualizar aquela produção” (Martins; De Luca, 2008, p. 15).²⁷

Dois estudos propriamente vinculados ao campo da historiografia se destacam pelo pioneirismo no tratamento dos periódicos como fonte e objeto de pesquisa histórica. Trata-se, ainda de acordo com De Luca e Martins (2008), dos trabalhos desenvolvidos por Ana Maria de Almeida Camargo, *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil* (1971), e pelas pesquisadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo* (1980).

A historiografia com foco nos impressos se expandiu, outros significantes trabalhos começaram a despontar, demonstrando o protagonismo dos periódicos nos processos políticos. A historiadora Isabel Lustosa, por exemplo, desenvolveu um relevante trabalho sobre a militância jornalística que se deu às vésperas da Independência do Brasil, no livro *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, publicado no ano 2000, pela Companhia das Letras. Outros historiadores que se tornaram referência para pesquisas impulsionadas pelos impressos são: Lúcia Maria B. Pereira das Neves, com *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo; a cultura política na independência, 1820-1822* (2003); e Marco Morel, autor de *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)* (2005).

Entretanto, a mídia, entendida como o conjunto dos meios de comunicação, demorou a figurar como relevante fonte e objeto de estudos para a pesquisa historiográfica, bem como para outros campos, a exemplo da Literatura.²⁸ Embora os *Annales* tenham feito forte crítica, em 1930, ao modo tradicional de concepção de documento histórico, tal fato não reflete o imediato reconhecimento das potencialidades da imprensa, que seguiu “relegada a uma espécie de limbo” (De Luca, 2005).²⁹

²⁷ As citadas pesquisadoras conferem destaque para as produções de Hélio Vianna, *Contribuições à História da imprensa brasileira: 1812-1869* (1945), considerado por elas como, talvez, o primeiro estudo sistemático sobre o tema; Carlos Rizzini, com a publicação de *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822* (1946); e José Freitas Nobre, com o lançamento, em 1950, da obra *História da imprensa de São Paulo*. Na lista das autoras, dentre outros trabalhos citados como relevantes ao longo do século XX, seguem as obras de Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil* (1966), cuja pretensão foi de apresentar um estudo de cunho global sobre a história da imprensa; do historiador José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica* (1969), que faz citações bibliográficas de obras produzidas em diversos estados. Ver: MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁸ Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

²⁹ “Porém, no que diz respeito aos estudos sociológicos e da história do cotidiano, o pioneirismo e a exceção ficaram por conta de Gilberto Freire que, ainda na década de trinta do século passado, em ‘o escravo nos anúncios de jornais brasileiros do tempo do Império’, já demonstrava a importância e a riqueza dessa fonte para reconstruir aspectos do cotidiano da época por meio, sobretudo, dos anúncios, cujas possibilidades de pesquisa julgava ilimitadas” (BARBOSA, 2009, p. 88). Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Velhos objetos, novas

Ao serem consideradas fontes duvidosas, de caráter subjetivo e parcial, o debate sobre o uso de jornais como objeto de pesquisa para a escrita da história só começaria a ganhar força a partir de 1970. Como bem observa a pesquisadora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, mesmo que no decorrer do século XX tenha se dado partida às pesquisas que tomaram o periódico como fonte primária, “até bem pouco tempo, a pesquisa na imprensa tinha seu sentido bastante restrito, limitado ao guardião de documentos: atas, notícias, discursos oficiais, registros cotidianos, até mesmo livros inteiros, que foram primeiramente publicados nesse suporte (Barbosa, 2009, p. 87).

Como se vê, nem sempre foram creditados aos veículos de comunicação a importância que hoje eles têm no universo historiográfico. Para dar conta dessa afirmação, recorro, novamente, ao prefácio do historiador Marco Morel, presente no livro *História cultural da imprensa – Brasil: 1808-1900* (2010). De acordo com as explicações de Marco Morel, a historiografia sobre a imprensa no Brasil é marcada por três fases. A primeira, nas décadas iniciais do século XX, acompanha uma visão historicista, imputando aos impressos uma dimensão objetiva, sendo a imprensa considerada “narradora de fatos e verdades”.

Já a partir de meados do Novecentos, começa-se a desenvolver uma preocupação em contextualizar os periódicos, com a publicação de obras que objetivam traçar suas trajetórias, mas classificando impressos segundo suas disposições mais aparentes (Morel, 2010). Poucos anos depois, uma segunda fase se configuraria, levantando bandeira contrária à concepção dos impressos jornalísticos como guardiões de “informações verdadeiras”.

A imprensa, vista por alguns pesquisadores como “reflexo da realidade”, também passaria a ser classificada por outros “potencialmente como falsificadora do real” (Morel, 2010).³⁰ Ou melhor, se, por um lado, os jornais se viram negligenciados pela historiografia nacional, por outro, havia, ao mesmo tempo, uma parcela de pesquisadores que utilizavam a produção jornalística de forma não crítica, tratando-a como espelho da realidade (Capelato, 1988).

Ainda no percurso de Marco Morel, uma terceira fase, acerca da historiografia da imprensa no país, ganharia forma a partir da década de 1980, mediante as renovações no campo

abordagens: o jornal como fonte para a história cultural. In: CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (orgs). *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2009.

³⁰ Como ressalta Marco Morel (2010), há exceções nas duas fases. Na primeira, o autor cita o livro de Barbosa Lima Sobrinho, *O problema da imprensa* (1923), classificado por Morel como pioneiro pelo tom analítico e interpretativo da comunicação imprensa no decorrer do século XIX. Os destaques da segunda fase, que não abandonam os jornais nem os classificam como espelhos da realidade, foram para os estudos, com diferentes abordagens, de Carlos Rizzini, Hélio Vianna, Marcelo e Cybelle Ipanema, Nelson Werneck Sodré e José Marques de Melo. Ver: MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

historiográfico internacional, tendo a França papel decisivo na eclosão de novas abordagens de cunho político e cultural.

A aproximação da História com outras áreas do conhecimento, bem como as mudanças no cenário social, fez eclodir uma nova forma de se pensar e fazer a História política, cuja transformação foi essencial para a ampliação do conceito de documento histórico, tendo a imprensa ganhado espaço significativo em pesquisas que se encaminhavam pelas trilhas dessa categoria de investigação,³¹ contribuindo para a ampliação de estudos acerca do entendimento de cultura política.³²

Com esse mesmo entendido, para Vavy Pacheco Borges (1991), uma mudança significativa, que contribuiria para a entrada dos jornais no *hall* das fontes histográficas, está relacionada à renovação no campo das pesquisas sobre história política, que, por sua vez, foi impulsionada por “dois grandes eixos – bastante imbricados – [...]: as mudanças sociais, que condicionam a reflexão sobre o político, e os progressos da história como forma de conhecimento, decorrente, sobretudo, da interdisciplinaridade” (Borges, 1991/2, p. 18).

À mediada em que as dimensões políticas e culturais se revestiriam de uma nova reformulação teórica-metodológica, no campo da História, culminando no desenvolvimento de novas abordagens, os periódicos receberiam uma atenção especial. Novos olhares se voltaram para esse tipo de material, que viria a ser reconhecido pelo dinamismo que lhe é inerente e por sua capacidade de atuar no contexto social do qual faz parte.

Assim, se redimensionaria o peso da relevância conferida aos impressos jornalísticos. Logo, a imprensa passaria a ser tida como fonte documental, na ótica de um testemunho, ao passo que enuncia expressões e protagonistas (Morel, 2007), mas, principalmente, “como protagonista ela mesma, peculiar e complexo agente histórico que intervém nos embates e episódios, não mero ‘reflexo’ de uma realidade já definida” (Morel, 2007, p. 8).

Os escritos de Marco Morel deixam claro que os periódicos são sujeitos ativos e agem na complexidade de um contexto. Mas, como trabalhar esse tipo de material? Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos nesta direção, buscando avançar nos caminhos e direcionamentos teórico-metodológicos. Sabe-se que a constante utilização dos impressos jornalísticos, por parte

³¹ “Os objetos da História Política passam a ser todos aqueles que se mostrem atravessados pela noção de ‘poder’ em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes” (Barros, 2012, p. 28). Ressalta-se que os escritos de Michel Foucault tiveram influência primordial na abrangência da compreensão da concepção de poder. Ver: BARROS, José d’Assunção. História social e retorno do político. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. *Campos da política: discursos e práticas*. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-47.

³² Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

dos historiadores, contribuiu para o alargamento das pesquisas, comprovando, desse modo, sua potencialidade para a investigação de conteúdos diversos, o que possibilita aos pesquisadores o desenvolvimento de temáticas múltiplas, tais como: gênero, infância, trabalho, práticas socioculturais e políticas (De Luca, 2005).

Portanto, os periódicos rendem aos historiadores uma gama de diretrizes investigativas, através de um “mergulho” no universo das palavras e dos enredos que fazem circular em diferentes épocas e lugares. Não se trata de suportes paralisados, estão em constante movimentação, colocando em ação o modo pelo qual decidem e são impelidos a representar o mundo para os seus leitores.

Não há dúvidas de que “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado” (Martins, De Luca, 2008, p. 8). Desse modo, o número de pesquisas historiográficas fundamentadas a partir das fontes impressas é cada vez mais expressivo, e, paralelamente a essa expansão, se deu a preocupação, o desenvolvimento e a busca pelo aperfeiçoamento dos processos metodológicos aplicados, que ainda enfrentam desafios.

Agora, é preciso ter em mente que abordar uma determinada temática sob a ótica da imprensa significa também debater a própria imprensa,³³ pois não há como tratar assuntos que se fizeram ecoar por meio dos jornais sem levar em consideração os sentidos que produzem e a força que detêm, o que os tornam mais ingrediente que registro no processo do acontecimento (Darnton, 1996).

Ou melhor, os impressos jornalísticos atuam na produção dos relatos sobre as ocorrências sociais, e, com essa prática, constroem representações de um dado tempo e espaço, fazendo com que acontecimentos, ideias e informações circulem, de forma que não se tornam apenas responsáveis por seus registros, mas deles fazendo parte.

Uma evidência que deve ser considerada, antes de qualquer coisa, é que a imprensa tem razão específica de existir, ou seja, não existe para que os homens do *métier* historiográfico, ou mesmo os científicos sociais, façam pesquisa (Cruz; Peixoto, 2007). Dizendo de outra maneira, o jornal não tem a missão de se transformar em fonte futura para o historiador. Seu papel é outro e circunstanciado.

³³ Levando em consideração o entendimento de René Barata Zicman (1985), história e imprensa estão ligadas por meio de dois campos: a história contada tendo os impressos como fonte de pesquisa e a própria transformação histórica sofrida pelos impressos jornalísticos ao longo do tempo. Ver: ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

Os veículos de comunicação, como qualquer outra fonte histórica, desempenham uma função própria que justifica sua vivência, cabendo ao historiador, como bem demonstra Paul Ricoeur (2007), provocar o deslocamento dos seus lugares de origem ao elegê-los, selecioná-los, como objetos de estudo, transformando-os em documentos.

Aliás, para Ricoeur, o ato inaugural de fazer História se dá com a iniciativa que visa preservar os rastros da atividade historiadora, com a inscrição dos testemunhos nos arquivos. Somam-se a isso as medidas sistemáticas de organização e preservação, para que, a partir de então, aconteça “a consulta do fundo dentro dos limites das regras que lhe autorizam o acesso” (Ricoeur, 2007, p. 178).

Ao concordar com o entendimento de Marc Bloch acerca da constatação de que o objeto da História são “os homens no tempo”, exposta no livro *Apologia da história ou o ofício de historiador*, originalmente publicado em 1949, e defender que os fatos não são dados à espera dos historiadores no arquivo, tampouco a atividade historiográfica é neutra e imparcial (crítica de Bloch ao positivismo), o filósofo francês argumenta que

se se pode falar de observação em história, é porque o rastro é para o conhecimento histórico o que a observação direta ou instrumental é para as ciências naturais. [...] É um rastro escrito, aquele que o historiador encontra nos documentos de arquivos. Enquanto nas trocas ordinárias o testemunho e sua recepção são globalmente contemporâneos, na história o testemunho se inscreve na relação entre o passado e o presente, no movimento da compreensão de um pelo outro. A escrita é, então, a mediação de uma ciência essencialmente retrospectiva, de um pensamento “às avessas” (Ricoeur, 2007, p. 180).

É o historiador que produz o documento, que não é o passado em si. Por outro lado, sabe-se que, ainda na esteira de Ricoeur (2007), se o documento pode provar algo é porque os pesquisadores sabem interpelá-lo com as perguntas certas e, de tal maneira, na articulação que cruza documentos diversos e impõe diálogos com a historiografia, nasce o relato histórico, referente que irá ocupar o lugar do passado.

É preciso, também, levar em consideração a historicidade do material que se elege como objeto e a própria característica da produção historiográfica, pois “os objetos da História são considerados sempre em contextos; [...] Por outro, [...] são construídos sempre a partir de um ponto de vista, que é, em si mesmo, histórico” (Prost, 2008, p. 257). Torna-se, assim, essencial considerar os impressos como sujeitos simbólicos, e, nesse aspecto, tanto as palavras que fazem circular quanto sua materialidade são produtores de sentidos.

Trabalhar os jornais como fontes documentais já era um interesse presente na vida profissional da historiadora Maria do Rosário da Cunha Peixoto, desde a primeira metade da década de 1980, quando, em parceria com Maria do Pilar de Araújo Vieira, desenvolveu uma pesquisa intitulada “Imprensa e sociedade”, visando investigar a atuação dos jornais *O Correio Paulistano* e *O Combate*, durante o processo político sucessório de 1930.

As pesquisadoras objetivavam desvendar o lugar social que demarcava a fala de cada jornal, como relatam no livro *A pesquisa em História* (1989), no qual apresentam, como técnica de pesquisa em jornal, a elaboração de fichas orientadoras utilizadas na análise de artigos dos citados impressos. Nelas, foram levadas em consideração, além do título do artigo, jornal, data e página, os seguintes tópicos: diagnóstico/caminhos/ propostas/destinatário-observação.

Estavam na pauta de preocupação das historiadoras a busca pela representação que os jornais faziam do real, os projetos de sociedade que tentavam generalizar e os caminhos apresentados para alcançá-los. Tem-se, assim, um exemplo de como os jornais se tornavam documentos históricos sob os olhares de pesquisadoras, há trinta anos. Maria do Rosário da Cunha Peixoto estava ciente de que muito caminho ainda havia de se percorrer na busca por um tratamento metodológico cada vez mais adequado para se investigar a imprensa. E seu empenho em contribuir para esse fim prosseguiria.

A autora, conhecedora de que o enquadramento documental é tarefa do pesquisador, publicou, em 2007, um artigo que serve de base para qualquer pesquisador que pretenda investigar os indícios deixados pela imprensa. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, produzido com a também historiadora Heloísa de Faria Cruz, traz uma problematização dos usos correntes que historiadores fazem da imprensa, com o intuito de avançar na discussão de um repertório sobre procedimentos teórico-metodológicos.

O trabalho aponta a necessidade de se refletir sobre a historicidade e a conjuntura de cada veículo estudado e apresenta como sugestão “um roteiro e procedimentos metodológicos que buscam articular a análise de qualquer jornal ou material periódico que se estude ao campo de lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 253).

Assim, a transformação de um jornal em fonte ou objeto histórico é, antes de tudo, vale enfatizar, na esteira das referidas autoras, resultado de um processo de escolha e seleção promovido pelo historiador, sob a condução de princípios metodológicos. Trata-se, sobretudo, de compreender a imprensa como linguagem constitutiva do social que, ao possuir historicidade e peculiaridades, necessita ser examinada e compreendida a partir de tal perspectiva, condição essencial para se desvendar, a cada período, as relações que estabelece com a sociedade, bem com os movimentos que constituem e instituem o social (Cruz; Peixoto, 2007).

O jornalismo não dispõe das características de objetividade e neutralidade por se tratar de um produto que é resultado de um processo anteriormente pensado e organizado. O planejamento de um jornal, primeiramente, passa pela pauta, que, por sua vez, direciona a informação, ao promover a seleção do que é considerado “digno” de ser noticiado, sendo por meio de tais mecanismos que se aplica, de fato, a linha editorial de um veículo.

A seleção revela, desse modo, a maneira como um determinado jornal, leia-se seus proprietários, vê o mundo. Dessa visão decorre o que se decide publicar em cada edição, “privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos” (Melo, 1985, p. 59).³⁴ E, ao selecionarem um tema, os impressos agem sobre ele, da mesma forma que também interferem em um dado contexto ao silenciar aquilo que não se quer dar a ver.

Aliás, é preciso ter em mente, seguindo o raciocínio de Patrick Charaudeau (2012), que o acontecimento só significa como acontecimento, seja histórico, seja jornalístico, em um discurso. Se, por um lado, cabe aos historiadores significarem os documentos, e, com isso, construírem acontecimentos concretizados na forma de narrativa; por outro, a atribuição de sentidos a uma determinada ocorrência do cotidiano, por parte do jornalista, é o que possibilita sua transformação em acontecimento jornalístico, ao torná-la conhecida.

Nessa direção, se o acontecimento histórico, em sua constituição, atende a critérios determinados pelo *habitus* do historiador e estabelecidos por uma instituição do saber, por outro, a subjetividade do jornalista, juntamente com as concepções ideológicas que lhe são imputadas no ambiente de trabalho, direciona os critérios que estabelecem que episódios do cotidiano serão reatualizados em forma de acontecimentos jornalísticos, ou melhor, quais deverão ser veiculados como notícias, e, principalmente, em que posição, ou destaque, aparecerão diante do leitor.

Parafraseando Maurice Mouillaud (2002), o acontecimento mediado pela imprensa confere sentido aos fatos por meio de apreensões de fragmentos de uma totalidade, e isso ocorre em todos os momentos da história da imprensa. Desse modo, vislumbrado como uma leitura dentre várias possíveis de significados que se atribuem a um ou a combinação de vários fatos, “o acontecimento entra em um campo semântico aberto, incerto, e as mídias vão lhe atribuir um significado, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido” (Dosse, 2013, p. 28).

³⁴ Aliás, no Brasil, a tarefa de editor ficou durante muito tempo ao encargo dos próprios donos dos jornais, que procuravam influenciar as pessoas a incorporarem suas ideias. Segundo Luiz Beltrão, “o jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública” (Beltrão, 1980, p. 52). Ver: BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

Assim, se, na História, um fato pode ser elevado a histórico; no Jornalismo, pode ser elevado a acontecimento. Então, tanto o presente, como as dimensões temporais que lhe são inerentes – as atualidades – quanto o passado são instâncias temporais e espaciais que dialogam constantemente.

Dessa maneira, algumas questões são consideradas primordiais ao se analisar um periódico, como estas elencadas por Cruz e Peixoto:

Nossas perguntas iniciais e centrais são relativas a como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (Cruz; Peixoto, 2007, p. 260).

Como alertam as citadas historiadoras, os veículos, independentemente do tipo de suporte em que se apresentam, não nascem prontos, pois são antes de tudo “produto da experimentação e da criação social e histórica”, ou seja, seus conteúdos e formas passam pelo crivo da negociação sociocultural “num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 260).

Para além das questões introdutórias (caráter ideológico, interesses imediatos de proprietários e anunciantes), as historiadoras observam que a grande dificuldade em relação à imprensa, diferentemente de outros materiais, como depoimentos orais e fotografias, está no fato de se ter avançado pouco no debate e nas assertivas de um repertório de procedimentos metodológicos voltado ao exame desse tipo de documento.

Para as autoras, é essencial indagar de que modo os jornais constroem suas perspectivas históricas e apresentam um diagnóstico da realidade social em uma determinada conjuntura, bem como se posicionam no campo da memória social. Ou poderia se perguntar, seguindo Cruz e Peixoto: “De que forma e com que referências um jornal articula passado/presente/futuro”? Isso leva a identificar que cultura política é compartilhada num dado momento.

No mesmo caminho de Cruz e Peixoto, e, inclusive, em publicação realizada anteriormente, Tania Regina de Luca (2005) chama atenção para o fato de que é fundamental observar os aspectos que norteiam a materialidade dos periódicos, tais como: o tipo do suporte, a estruturação e hierarquização das matérias, os temas abordados, o público almejado e a

construção dos enunciados, pois tudo é indício de significados e nada tem de natural.³⁵ É preciso, portanto, estar atento ao que é produzido na e pela imprensa à luz de sua temporalidade.

A pesquisadora também aponta para a necessidade de se fugir das armadilhas que se voltam para o recorte de textos ou de enunciados direcionados previamente por um objetivo apontado pela pesquisa. Para De Luca (2005), é uma condição *sine qua non* ir além do que aparece escrito nas páginas dos periódicos, sendo fundamental entender as teias de sociabilidades criadas e alimentadas por cada jornal.

Na mesma vertente de De Luca, a pesquisadora Socorro Barbosa, com larga experiência em pesquisa com jornais do século XIX, orienta a quem utiliza esse tipo de fonte que “é necessário não se fixar apenas nos lugares já consagrados, mas ficar alerta aos pequenos títulos, enfim, a toda matéria e notícia, mesmo as que não dizem respeito ao assunto” (Barbosa, 2009, p. 97-98). Como bem observa a autora, em se tratando de impressos jornalísticos, o melhor é sempre ficar alerta e desconfiar de toda empresa ou organização.

Por outro viés, não se deve tratar a história da imprensa numa perspectiva linear, voltada a uma contínua ampliação da esfera pública, de forma gradual e progressiva, “pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257). Os veículos impressos operam, dentre outros, na delimitação de espaços, na demarcação de temas, na mobilização de opiniões, na constituição de adesões e consensos, na mobilização para a ação, na disseminação de valores e ideias, na produção de referências homogêneas, na formação do consumidor (Cruz; Peixoto, 2007).

De tal maneira, a imprensa, como força social que visa produzir hegemonia, a todo momento põe em articulação uma compreensão de temporalidade, faz diagnósticos do presente, promove memórias de sujeitos, de eventos e projetos, e, nesses termos, relaciona presente e passado, bem como dinamiza perspectivas de futuro (Cruz, Peixoto, 2007). Assim, os impressos jornalísticos, que desde o século XIX vêm afirmando sua força de atuação nas esferas da vida sociopolítica e cultural, não podem ser compreendidos por meio de uma visão reducionista, como meros instrumentos de comunicação.

É impossível, sem prejuízo das abordagens construídas, analisar jornais sem estar consciente das historicidades que lhe são próprias, do poder simbólico que os cerca, da capacidade de ação que carregam, das representações sociais que constroem e das redes de

³⁵ Ver: BEZERRIL, Simone S. “A *Imprensa*: Um jornal paraibano a serviço da sociedade (1897-1903)”. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564755916_ARQUIVO_textoparaanpuhpnacional_simonebezerril.pdf. Acesso em: 13/02/2020.

sociabilidade que estabelecem. Para tanto, é preciso estar familiarizado com metodologias específicas, que funcionem como ferramentas orientadoras, ao se examinar cada folha de um periódico.

Desse modo, a partir das pistas, ou dos fios, deixadas na historiografia, como bem enfoca o historiador Carlo Ginzburg (2007), no que diz respeito às fontes e às obras historiográficas, os periódicos enumerados na presente pesquisa representam os rastros a serem seguidos. Assim, algumas perguntas, como as já destacadas, se constituem como centrais em suas análises, com o intuito de verificar, na linha de Cruz e Peixoto (2007), como as publicações em foco se constituem como força histórica ativa nas conjunturas das quais fazem parte.

Dito tudo isso, a presente pesquisa, de característica exploratória e documental, foi colocada em prática, primeiro, a partir de uma leitura mais apurada sobre a historiografia nacional e paraibana que contempla a temática República. Em seguida, tendo como base as direções metodológicas apontadas anteriormente, sobretudo das historiadoras Peixoto e Cruz (2007), foi realizada uma análise de conteúdo dos editoriais e de outras peças jornalísticas de cada jornal selecionado, mas sem deixar de levar em consideração o periódico como um todo, partindo, assim, dos temas abordados aos sujeitos que estavam por trás de cada um dos suportes jornalísticos em foco, passando ainda pela distribuição das matérias, organização do conteúdo apresentado e público almejado.

Também foram tomados como parâmetros para o exame dos jornais aqui elencados questões do tipo: como se intitulam, onde circulam, número e valor das tiragens, quantitativo de páginas e colunas, periodicidade, montante de anúncios, colaboradores, produtores, diretores, grupos políticos adversários e aliados. A meta foi entender que correlação de força estabelecem para, a partir de então, compreender melhor o conteúdo que veiculam e as ideias que fazem movimentar a partir de suas folhas.

A somar-se com este escrito introdutório, a composição desta tese compreende cinco capítulos. “República e cidadania no Brasil” é o título que abre o segundo capítulo, composto por quatro tópicos. Nele, serão debatidas as temáticas: “Monarquia deposta, República proclamada”, “Incertezas e indefinições dos primeiros tempos” e “A Constituição de 1891”, por meio das quais, respectivamente, pontuou-se a transformação historiográfica em torno do tema República, a partir de 1970; contextualizou-se como se deu a configuração do regime em seus primeiros momentos; e discorreu-se sobre o processo de elaboração da primeira constituição republicana, apontando o protagonismo do governo provisório e as discussões promovidas pelo parlamento.

“Cidadania em construção” fecha o citado capítulo, trazendo uma abordagem teórica sobre a conceitualização do termo, cujos contornos são frutos de contextos específicos, e, de tal modo, devem sempre ser analisados de acordo com o tempo e espaço em questão. Trata-se de avaliar a noção de cidadania em historicidade, bem como apontar os principais estudos desenvolvidos sobre o tema e examinar como se deu sua construção no Brasil.

Uma discussão em torno de imprensa, abolição e chegada da República em solo paraibano delinea o terceiro capítulo. “‘Sem mais senhores e escravos’: a defesa da liberdade sob a égide da abolição” se apresenta como item número um, no qual será tratado como os jornais paraibanos estavam envolvidos na causa da libertação dos escravizados, e como a preocupação em inserir os “novos cidadãos” se fez presente em suas páginas após o marco de 13 Maio de 1888.

“República: ‘assunto *maxime* depois do fim do cativoiro” aparece na ordem para argumentar que o ideário republicano não se tornou conteúdo de vésperas, mas que teve lugar nos suportes dos jornais selecionados, com acenos para diversos pontos, inclusive para o federalismo. Os títulos seguintes denominam-se: “Os primeiros dias do novo regime”, “Venâncio Neiva: implantação do governo republicano”, “Duas décadas: domínio da oligarquia alvarista”. Como é possível perceber, esse conjunto temático apresenta uma contextualização sobre o período, demonstrando como se efetivaram os arranjos políticos na fase inicial do regime republicano, no estado.

O quarto capítulo traz à cena o debate “Paraíba: jornais, política e periodistas às vésperas da República”. Com o intuito de passear um pouco pela Cidade da Paraíba daqueles tempos de transição de Império para a República, de citar alguns importantes jornais que circularam à época, de trazer à tona nomenclaturas referentes à imprensa e aos indivíduos que faziam parte do contexto em voga e, sobretudo, de mostrar como era fazer jornalismo na referida temporalidade, foi produzida a seção “Periodismo no apagar das luzes da Monarquia”.

“Um ligeiro perfil dos jornalistas paraibanos em fins do século XIX” tem como propósito traçar especificidades dos publicistas que atuavam na virada do século XIX para o XX. Para tanto, apontou-se as principais características que marcaram os homens de imprensa do período estudado, demonstrando, principalmente, como eram intercambiáveis os mundos da palavra impressa e das instituições políticas.

Em “Jornais que atravessaram o Império e receberam a República” serão apresentados os objetos de pesquisa desta tese. Informações sobre fundação, estrutura, circulação, tiragens compõem o conteúdo desta subdivisão. Ou melhor, o que será demonstrado

aqui é como a materialidade dos jornais, seus suportes, dizem muito sobre eles, tem história própria, sendo por tal razão fundamental não se limitar ao que neles e por ele é produzido.

E, como os jornais não se fazem sozinhos, mas por indivíduos envolvidos em uma rede de sociabilidade, o ponto que encerra o capítulo, “Homens de imprensa e política”, faz um apanhado sobre jornalistas que fundaram os jornais selecionados nesta tese, discorrendo sobre o perfil de cada um e sobre o modo como relacionavam o binômio imprensa\sociedade no contexto em que estavam imersos.

A tese conclui-se com o capítulo “Imprensa em ação: sentidos e configurações de República e cidadania no alvorecer de um novo regime político”, no qual são sistematizados quatro tópicos, que objetivaram, seguindo a metodologia proposta, discorrer e identificar os principais assuntos e vocábulos debatidos e postos em circulação pelos periódicos em foco. A ideia é justamente abordar que o sistema republicano sempre foi benquisto por eles, mas nunca isento de ponderações e avaliações, mesmo quando se admitia alguma incoerência do regime, em nome de sua consolidação.

Problemas levantados, caminhos sugeridos, condições idealizadas para o que acreditavam ser o começo de uma nova era, além da defesa de direitos, foram os assuntos destrinchados a partir das seguintes seções: “República: ‘Aplaudir a mudança, que nos abre perspectivas novas’”; “Construindo o futuro: desafios e propostas para um novo tempo”; “Direitos: o que não se admitia na era republicana”; “Liberdade de imprensa: questão maior em assuntos de República”.

2 REPÚBLICA E CIDADANIA NO BRASIL

2.1 MONARQUIA DEPOSTA, REPÚBLICA PROCLAMADA

O FUTURO DO BRASIL

A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade.

[...]

Assim desaparece a única Monarquia que existia na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a Liberdade! (*Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1889).³⁶

Já se passaram mais de 130 anos desde aquela sexta-feira que no calendário assinalava 15 de novembro de 1889. Como bem pontuou Margarida de Souza Neves, jamais se imaginaria, no raiar daquele dia, que o mesmo sol que nasceria no horizonte da Corte imperial se poria já na sede da República brasileira. O evento, que marcaria a história do Brasil, teve como epicentro a cidade do Rio de Janeiro, em cujas ruas não se lia ou ouvia outra notícia que não fosse a de que “a monarquia estava deposta e a República proclamada” (Neves, 2003, p. 32).

Coube ao jornal *Gazeta da Tarde*, um dos diários mais vendidos na capital fluminense (Sodré, 1999), veicular as primeiras notas acerca dos acontecimentos que eclodiram na manhã da referida data. Ao informar a mudança de regime político no país, a folha vespertina, em editorial acima destacado, comemorou a chegada da República, vibrando por meio de palavras que sinalizam a expectativa de um futuro promissor.

O clima que tomou conta da cidade, bem como toda a movimentação gerada pelas recentes e inesperadas ocorrências, pode ser vislumbrado nas páginas de outro importante periódico do Rio de Janeiro, tido como popular e barato, fruto do investimento em rotativas modernas de impressão que possibilitaram o aumento sucessivo de suas tiragens (Barbosa, 2007). Assim, a *Gazeta de Notícias* relatava, em publicação de 16 de novembro de 1889:

15 DE NOVEMBRO

A data de ontem vai ficar assinalada na história.

³⁶ Como não está em jogo nenhuma questão de ordem filológica, decidiu-se atualizar, gramaticalmente, os textos retirados dos jornais, preservando apenas a escrita original dos títulos dos periódicos.

Extraordinário movimento agitou a população fluminense, desde o rompimento do dia.

O espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notara em todos os olhares, em todas as fisionomias. O povo invadiu as ruas e praças em busca de notícias, sabendo então que o exército tinha-se declarado abertamente em oposição ao ministério [de Ouro Preto] (*Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1889).

Em mais um veículo contemporâneo aos fatos tratados, o *Jornal do Commercio*, em sua edição de 16 de novembro de 1889, os acontecimentos que promoveram a queda da Monarquia também receberam a classificação de inesperados, sendo “tão imprevisos que as primeiras horas do dia foram de geral surpresa”. Enquanto isso, no norte do Brasil, especificamente na capital da Província da Paraíba, a novidade política chegaria, via telégrafo, apenas no final da tarde do dia 15, também ficando surpresos, ao ponto de duvidar, aqueles que sobre a notícia tiveram conhecimento, como se detalhará no terceiro capítulo.

A esse cenário, soma-se a tão conhecida expressão de Aristides Lobo sobre como o povo teria assistido, na Praça da Aclamação, os episódios do dia 15 de novembro: “bestializado”, fora a principal impressão do jornalista paraibano, transcrita em carta publicada, naquele mesmo dia, no jornal carioca *Diário Popular*. Tem-se, como chama atenção Marcelo de Sousa Magalhães (2005), uma percepção que influenciaria historiadores de diferentes épocas.³⁷

Em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), José Murilo de Carvalho conferiria um significado peculiar à declaração daquele que é considerado o grande propagandista do regime instaurado em 1889. Para o pesquisador, o povo carioca não se comportara de forma atônita, diante dos acontecimentos políticos e militares que culminaram na implantação de um novo regime político. Tratava-se, segundo ele, de uma conduta que revelava uma espécie de esperteza, bilontraria, diante da possível percepção de que a República não possibilitaria o alargamento da cidadania, ou seja, de que a modificação de regime pouco contribuiria para um processo real de participação do povo na configuração política do país.

Ressalta-se que os primeiros olhares historiográficos sobre a “Primeira República” começariam a ser lançados a partir dos anos 1970, após um distanciamento temporal, então considerado necessário por historiadores de ofício para a análise dos acontecimentos. Tal constatação é apontada pela historiadora Angela de Castro Gomes (2014), que, no artigo

³⁷ Na década de 1910, por exemplo, atribuía-se ao termo cunhado por Aristides Lobo uma não reação em defesa da monarquia. Nos anos de 1950, tal expressão era vista como conduta de indiferença ao regime político implantado. Ver: MAGALHAES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: SOIHET, Raquel BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊIA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

“Primeira República no Brasil: uma história da historiografia”, traçou um mapeamento das obras produzidas ao longo do século XX, demonstrando como se deu a construção de uma cultura histórica, entendida como o lugar concebido ao passado, em relação aos trinta anos que se seguiram à implantação da República no Brasil. Assim, listou autores, obras e temas, bem como destacou abordagens apresentadas e revisitadas no decorrer do tempo.³⁸

Entretanto, é apenas na década de 1990 que a chamada Primeira República se tornaria “objeto de um interesse ainda maior e, principalmente, de profundas revisões e interpretações, até então compartilhadas, todas, no fundamental, convergindo para a fórmula da República ‘velha’” (Gomes, 2014, p. 88).³⁹ A expansão dos programas de pós-graduação foi fundamental, segundo indica a autora, para que os historiadores se voltassem para aquele passado agora distante, elegendo, assim, novos objetos e métodos de investigação histórica.⁴⁰ De tal maneira,

a Primeira República se transforma, abrindo-se a investigações que passam sistematicamente a considerá-la um período estratégico para a construção de instituições e de atores políticos modernos, bem como um espaço de tempo extremamente rico para experiências associativas de diversos tipos (Gomes, 2014, p. 89).

Embora não negue a operação de condutas políticas fraudulentas e tentativas de uma construção cultural incompatível com a realidade brasileira, durante os anos iniciais da República, imagem fortemente reforçada e divulgada pelo Estado Novo (1937-1946), Angela de

³⁸ Tal abordagem pode ser verificada em duas produções da autora. A primeira, publicada em 1989, em parceria com Marieta de Moraes Ferreira, denominada “Primeira República: um balanço historiográfico”, publicada na *Revista Estudos Históricos* (Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2287/1426>, Acesso: 20 de junho de 2018); e a segunda, onde consta o citado artigo, publicado no livro *A experiência da primeira República no Brasil e em Portugal* (2010), organizado por ela, juntamente com a historiadora portuguesa Alda Mourão.

³⁹ É relevante ressaltar que a denominação “República Velha”, como revelam os estudos da referida autora, foi cunhada pelos ideólogos do Estado Novo, que objetivam edificar uma nova imagem para o presente histórico no qual estavam inseridos. A ideia era justamente buscar impor uma ‘nova era’ em detrimento da edificação de um passado negativo, considerado político e culturalmente improdutivo para a nação brasileira. Surgia, assim, um conceito político produzido a posteriori, pois, como bem observa Francisco Falcon, “em sua própria época, ela era apenas a República, adjetivada ou não, é claro, porém segundo perspectivas contemporâneas, ainda não temporalizadas” (Falcon, 2007, p. 392). Ver: FALCON, Francisco J. C. *Historiografia republicana e historiografia da República*. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiros da; ISAÍÁ, Artur César (orgs.). *Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910*. Coimbra – PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 389-409.

⁴⁰ A noção de que a instauração do sistema republicano aconteceria de forma inevitável e naturalmente, defendida pela historiografia tradicional, dentre a qual pode ser mencionada a obra de Leôncio Basbaum – *História sincera da República, de 1889-1930* (1957), era posta em segundo plano. Muitos contribuíram para a “desnaturalização” do referido acontecimento, tais como os historiadores Celso Castro, por meio da obra *A Proclamação da República* (2000), e Emília Viotti da Costa, a partir de revisionismo historiográfico, verificado no livro *Da Monarquia à República* (2007). Ambos consideraram que a historiografia escrita logo após os anos iniciais da República se fez por meio de análises superficiais, devido, principalmente, à proximidade do evento.

Castro Gomes defende que aquele período histórico não poderia e não deveria ser resumido apenas a esses tipos de representação. Sim, é preciso ter em mente que o período que marca os primeiros tempos republicanos se fez em meio a uma gama de experimentações em torno da esfera política, o que implicou em ideias, embates e perspectivas diversas e contrastantes.

Só aos poucos, como aponta Francisco Falcon, “os diversos períodos ditos republicanos foram se constituindo enquanto objetos distintos, com características próprias” (Falcon, 2007, p.392). O historiador chama atenção para o fato de que o desenvolvimento teórico e metodológico da História contemporânea “levou a uma espécie de fragmentação temática traduzida em trabalhos e estudos dedicados a aspectos históricos específicos em função de recortes ditados pelas especializações dos próprios historiadores” (Falcon, 2007, p. 392).

Assim, como observa o citado autor, se verificou a materialização, nas duas últimas décadas do século XX, de “certa maneira a tendência historiadora no sentido de estudar temas ou aspectos muito específicos da realidade histórica republicana” (Falcon, 2007, p. 392).

Considerando os primórdios da República brasileira, José Murilo de Carvalho (tido por Angela de Castro Gomes (2014) como o principal historiador que atuou na renovação das pesquisas sobre o tema) afirma que as concepções sobre cidadania eram diversas e inconsistentes, diante de uma época em que vigorava um enorme fluxo de ideais. Segundo ele, “liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas” (Carvalho, 1987, p. 42).

O citado historiador argumenta, no livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), que, com exceção de um pequeno número de radicais, os diversos grupos que buscaram em modelos republicanos uma alternativa para a Monarquia terminaram conferindo ênfase ao Estado, até mesmo os que comungavam de premissas liberais. Dizia o autor que se tratava de “uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania” (Carvalho, 1990, p. 29).

Em seus escritos, além de apontar a existência de uma desestruturação política e uma diversidade de projetos para o país, Carvalho enfatiza que a não participação do povo na implantação da República devia-se a uma própria resistência popular, por não vislumbrar, segundo o estudioso, possibilidades de atuação ativa no novo cenário político, onde prevaleceu o modelo norte americano de República, o federalismo, em detrimento de outras perspectivas cogitadas a partir da influência francesa: o positivismo, aos moldes de uma ditadura republicana, e o jacobinismo, relacionado à representatividade verificada na Grécia Antiga, com a ação direta dos que faziam parte da categoria cidadão (Carvalho, 1990).

A leitura política promovida por José Murilo de Carvalho (1987) aponta não para a existência de uma irracionalidade popular ao, supostamente, “dispensar” os meios formais de participação política, mas para uma percepção de que nada ou pouca coisa mudaria pelas vias formais da política. Ao formular o conceito de cidadania em negativo, o referido historiador sinaliza para o fato de que “havia um potencial de participação que não encontrava canais de expressão dentro do arcabouço institucional e que, também, não tinha condições de articular arcabouço alternativo” (Carvalho, 1996, p. 356).

Para o pesquisador, de modo geral, o povo agia politicamente apenas contra o que considerava uma interferência das autoridades em suas vidas ou o que existia no Brasil era uma “estadania”, ou seja, a vinculação ao Estado por relações pessoais. Nessa direção, na passagem do Império para a República, José Murilo de Carvalho não vislumbra transformações significativas.⁴¹ Enfatiza que até 1930 não existia no país povo politicamente organizado, nem sentimento nacional fortalecido.⁴²

Contudo, em artigo que analisa a luta por direitos na Primeira República,⁴³ a pesquisadora Gladys Sabina Ribeiro demonstrou, por meio de uma vasta documentação processual do Supremo Tribunal Federal, que não se deve estreitar a visão sobre cidadania, amarrando-a apenas aos direitos políticos. Ou seja, a partir das consultas aos autos, a historiadora verificou, diferentemente de Carvalho, que a população não foi apenas reativa: ela era propositiva e recorria à Justiça para reivindicar direitos. Assim, na esteira da pesquisadora, o Estado não era acionado apenas pela busca de interesses pessoais, já existindo, segundo Ribeiro, alguns consensos sobre o que se convencionou chamar atualmente de sociedade civil.

⁴¹ Em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001), José Murilo de Carvalho traça, para o caso brasileiro, a hipótese de que a tradição oitocentista estaria mais próxima de um tipo de cidadania edificado de cima para baixo, no qual se destacaria a cultura política súdita, quando não paroquial. Assim, de acordo com o autor, o período colonial teria chegado ao fim com uma população, em sua maioria, excluída da esfera dos direitos civis e políticos, além da não existência de um sentido de nacionalidade. Apenas alguns centros urbanos estariam dotados, segundo Carvalho, de uma população politicamente mais combativa, portando um sentimento de identidade regional. Já na época da Independência, não se verificou, para o historiador, uma mudança radical no panorama descrito, embora reconheça que mesmo sem participar da vida política formal, não exercendo o voto, “ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado” (Carvalho, 2001, p. 75). Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

⁴² Em trabalho anterior, *Cidadania: tipos e percursos* (1996), que versa sobre como se deu a construção de cidadania no Brasil, o pesquisador toma como referência as análises de Bryan S. Turner, que define diferentes tradições de cidadania a partir de dois eixos, de baixo para cima e de cima para baixo, e de quatro tipos (francesa, norte-americana, inglesa e alemã); e dos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba sobre cultura política, os quais estabelecem três tipos: paroquial, ou localista, súdita e participativa. Um quarto tipo seria, segundo Carvalho, a cultura cívica, uma combinação dos três anteriores. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: Tipos e Percursos*. In: *Estudos Históricos*, vol. 9, n. 18, 1996.

⁴³ Ressalta-se, segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges, que o termo Primeira República foi cunhado por Edgar Carone na década de 1970, sob a influência da periodização da História francesa. Ver: BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 140.

Procurava-se, assim, uma regulamentação mais ampliada. Quem recorreu à Justiça contava com o auxílio de advogados para expressar aquilo que julgava ter direito, e muitas vezes esses direitos não eram tradicionais; estavam, sim, ligados a novas realidades da cidade e do país; partiam de concepções diferenciadas que esses indivíduos foram tendo do que lhes era devido em troca do que davam ao Estado. Portanto, a leitura dos processos aponta na direção contrária àquela da “estadania”, pois as pessoas usaram o Poder Judiciário desde o período imperial para alargarem direitos, e foram partícipes na configuração do Direito no Brasil (Ribeiro, 2009, p. 108).

Tal estudo comprova que as pessoas recorriam às instituições políticas para cobrar direitos, fato que, como se viu, contraria as assertivas de José Murilo de Carvalho acerca da possibilidade de existência de um esgotamento político e rejeição a mecanismos de representação oficial. Consta-se, ainda, tendo também outros estudos como parâmetros, que a concepção de cidadania compreende um amplo leque de práticas e condutas que ultrapassam o campo formal da política, como José Murilo de Carvalho mesmo já reconheceu, estando aí, talvez, a sua maior contribuição para a renovação e dinamização dos estudos sobre a temática.

Na vertente de Angela de Castro Gomes, *em Direitos e cidadania: memória, política e cultura* (2007), cidadania se configura a partir de “um longo e permanente processo de interação político-cultural que envolve tanto instituições formais do Estado quanto entidades da sociedade civil e inclui uma grande diversidade de atores sociais, mesmo não organizados” (Gomes, 2007, p. 7). Isso implica dizer que demandas diversas de cidadania refletem múltiplas maneiras de se buscá-la. De tal maneira, vários podem ser os canais de expressão utilizados para se fazer participar da esfera política e ter acesso a direitos.

Importantes pesquisas elucidaram como a construção e o exercício da cidadania se deram, ao longo do século XIX, de forma estendida e protagonizada por diferentes personagens. Em algumas delas, a imprensa é apontada como principal meio, ou espaço, para se discutir e imprimir reivindicações.⁴⁴ Ou seja, elementos de cidadania podem ser encontrados em diversos setores e manifestados de diferentes formas, bem como por diversificados grupos que compõem

⁴⁴ Ao recuar no tempo, e voltando ao período colonial, a historiadora Letícia Bicalho Canêdo, que traça, no artigo “Aprendendo a votar” (2003), uma cenografia da prática eleitoral no Brasil, demonstrando o significado do ato de votar desde o período colonial, destaca que tanto a aprendizagem do ofício de ser cidadão quanto a identificação da cidadania local com a nação não se constituem em processo que se desencadeou sem que houvesse dificuldades. E, nesse processo, a autora ressalta a importância da imprensa, pois o suporte jornalístico “vai, cada vez mais, associar as consequências das eleições para a vida cotidiana do eleitor alfabetizado das classes médias, tornando, assim, mais natural a ideia de cidadania” (Canêdo, 2003, p. 535). Dessa maneira, imprimindo um ritmo de desenvolvimento diversificado desde o início do período republicano, o impresso jornalístico conduz a política nacional até as cidades interioranas, “e os grandes acontecimentos são marcados por imagens, notícias e críticas das ocorrências eleitorais” (Canêdo, 2003, p. 535).

Ver: CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 517-544.

uma mesma sociedade. É preciso estar atento às condições, ou aos meios, que certos indivíduos possuem para fazer valer o que acreditam ser seus direitos.

2.2 INCERTEZAS E INDEFINIÇÕES DOS PRIMEIROS TEMPOS

No mesmo editorial em que se veiculava o fim da dinastia monárquica no Brasil e se festejava a mudança no cenário político nacional, a *Gazeta da Tarde* conferia todo o mérito do feito às forças armadas. Pelo prisma dos redatores, “foi o exército quem operou esta magna transformação [em referência à mudança de regime no país]; [...] Hoje proclamou, no meio da maior tranquilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo” (*Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1889).

Analisando o aspecto factual do 15 de Novembro, poderia se dizer que a República brasileira parecia ser obra do imprevisto, resultante de um golpe militar, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, convencido por lideranças do setor civil a tomar o poder (Neves, 2003).

Contudo, apresentam-se, aqui, dois pontos fundamentais, sendo um deles relacionado à questão de que os militares não detêm a exclusividade no feito da República, “pois os civis conspiraram e uma aliança se efetivou” (Prado, 2005, p. 174). Depois, não é possível negar o protagonismo militar no processo que desencadeou a implantação da nova forma de governo no Brasil, hipótese, aliás, respaldada pelos contemporâneos ao acontecimento e pela historiografia (Neves, 2003).

O episódio da instauração tem valor simbólico inegável, mas as raízes da República necessitam ser buscadas mais longe e mais a fundo (Carvalho, 1990). É preciso avaliar que, para além da movimentação ocorrida no dia 15 de novembro, que resultou no fim de um modelo político que se perpetuou por quase 50 anos e sob o comando de uma mesma figura, o imperador D. Pedro II, a combinação de outros fatores teve importância essencial para que se chegasse à proclamação do sistema republicano.

Primeiro, pontua-se, segundo a historiografia, que a defesa do republicanismo brasileiro fora oficializada a partir de 1870, tendo como evento fundador a escrita do *Manifesto Republicano* e sua posterior publicação na primeira edição do periódico *A República*. Assim, aumentando o ângulo de visão, levando em conta o tempo antecessor ao ocorrido em novembro de 1889, verifica-se, como demonstra Margarida de Souza Neves (2003), que a queda da Monarquia não fora apenas fruto do descontentamento e da ação do Exército, ou de parte de seus setores.

Apontando o abandono de explicações sobre a queda da Monarquia, baseadas em versões subjetivas de testemunhos, e indicando interpretações mais recentes acerca do movimento de 1889, Emília Viotti da Costa, em *Da monarquia à República: momentos decisivos*, destaca que a República fora resultado de profundas transformações que vinham operando no país, e que juntas atuaram para minar o “edifício” monárquico, tais como: “a decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação” (Viotti, 1999, p. 451).

Ainda segundo a historiadora, a implantação de um novo sistema político no Brasil teria sido resultado da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. Em tal direção, estando o exército identificado com os interesses do primeiro, “realizou a mudança do regime que deixaria de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade” (Viotti, 1999, p. 452).

Tal constatação fora apontada bem antes por Sérgio Buarque de Holanda (2014 [1972]), em *O Brasil republicano*, obra que faz parte de coleção considerada referência clássica da historiografia brasileira,⁴⁵ ao argumentar que a derrocada do Império não se deveu unicamente à efervescência militar.

A verdade é que, enquanto o poder monárquico aparentou consistência externa, capaz de dar-lhe respeitabilidade, as Forças Armadas só prestaram continuamente a servir de instrumento à ordem civil dominante, ainda quando os políticos, e mesmo as instituições, estivessem expostos ocasionalmente a críticas isoladas de oficiais militares, principalmente oficiais do Exército. A situação irá agravar-se no momento em que a construção política, independentemente dessas críticas, dá mostras de fragilidade (Holanda, 2014, p. 403).

Sérgio Buarque de Holanda chama atenção para o fato de que os militares ganham força, tornando-se fortes e decisivos, a partir do momento em que um vazio de poder começa a se constituir. Nessa direção, para além da insatisfação militar com o regime, pode-se dizer que o Império mergulhava numa onda política perigosa para sua sobrevivência, na qual se conjuntava:

⁴⁵ Trata-se da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, editada pela Difusão Europeia do Livro, na segunda metade do século XX (1960-1984). A iniciativa contou, primeiramente, com a coordenação de Sérgio Buarque de Holanda; depois, de Boris Fausto. No período que abrange a atuação de Sérgio Buarque de Holanda, foram publicados, separadamente, dois tomos, denominados *A época colonial* e *O Brasil monárquico*, fazendo parte deste o volume *Do império à República*, originalmente lançado em 1972. Ao todo, a coleção encabeça onze volumes.

A perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes, como os cafeicultores do Vale do Paraíba – grande parte deles com interesses escravistas – e do Oeste paulista – que consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império; [...] a inabilidade da política imperial para lidar com os interesses corporativos da Igreja católica, a saúde periclitante do monarca [...]; [bem como] a propaganda dos partidários da República (Neves, 2003, p. 29).

O domínio monárquico, ainda na trilha de Sérgio Buarque de Holanda, atravessou, nos nove anos que antecedem a derrocada do Império, um período de grande instabilidade política. Durante esse tempo, governos com pontos de vista diferentes assumiram sucessivamente o poder, fato que impedia qualquer tipo de ação continuada e a longo prazo. Foram quatro legislaturas, “normalmente, cada qual deveria ter duração de quatro anos, mas todas foram interrompidas antes de findo o prazo normal” (Holanda, 2014, p. 404).

Segundo o referido autor, os Ministérios dispunham de pouca força ou vontade para acatar o imperativo de reformas que se fixava cada vez mais forte. Na Paraíba, por exemplo, já se percebia o instável cenário político do Brasil, como se verifica em editorial de 9 de julho do jornal *Verdade*: “Cada novo governo se apresenta ao país com um programa, que reduz-se quase sempre ao bem conhecido sistema do papelório, dando em resultado aumento de despesas e arranjos de família dos fidalgotes – os turiferários do trono” (*Verdade*, 9 de julho de 1888).

Por outro lado, com o fim da escravidão, perdera a Monarquia sua razão de existir. Mais que isso, a abolição fizera exacerbar os ânimos tanto em relação à questão da indenização e da reorganização do trabalho quanto no tocante à intensificação do “descontentamento frente à centralização político-administrativa do governo imperial” (Prado, 2005, p. 156).

Antes mesmo da implantação da República, o terreno minado do Império e uma mudança de regime já eram inferidos por brasileiros e não brasileiros, como exemplifica Margarida de Souza Neves (2003), ao trazer escritos do historiador João Ribeiro e cartas enviadas aos seus governos por parte de representantes diplomáticos da Espanha e do Reino no Brasil. Nas narrativas, datadas de junho de 1888 a janeiro de 1889, ou seja, períodos posteriores à libertação dos escravos, são apontados a existência de “um fermento revolucionário por toda parte”, “uma força republicana soberana” e um crescimento à adesão das ideias republicanas.

Dessa maneira, é plausível afirmar que a ruína da Monarquia, e a instauração da República em seu lugar, não se apresentava como um cenário imprevisível, embora inesperado para muitos, no momento em que ocorreu, inclusive para o imperador, que, na ocasião, desfrutava de descanso em Petrópolis. Seis anos antes da Proclamação, em 1882, "o próprio D. Pedro, expandindo-se francamente com o Barão Alexandre Hübner sobre a situação política do

Império, mostrava-se despreocupado com a possibilidade do advento da República, pelo menos em futuro próximo” (Holanda, 2014, p. 309).

De tal modo, se, por um lado, a mudança de regime não chegara de relance, por outro, também não fora obra de um planejamento rigoroso (Prado, 2005). E, diante dos acontecimentos que se propagavam, dando conta da origem do novo regime político no país, e após quase sete décadas de Monarquia (1822-1889), não é de se estranhar que muitas dúvidas se passassem na cabeça dos poucos mais de 520 mil habitantes do Rio, de acordo com censo de 1890.

Sensível ao seu tempo, Machado de Assis não só testemunhou os fatos políticos que marcaram o final do século XIX como registrou em romance de leitura fascinante a agitação e a incerteza em relação aos novos tempos inaugurados com a transição do Império para a República. Publicado em 1904, *Isaú e Jacó* apresenta quadros narrativos que têm servido a diversos historiadores como cenários para a reconstituição de situações vivenciadas no alvorecer da República brasileira.

Dentre as diversas cenas de fundo político que enfocam ações e pensamentos de personagens, na citada obra literária, resgato a que traz para primeiro plano a angústia de Custódio, que era dono de uma confeitaria no Catete. Diante do eminente contexto em formação, ele revela não saber o que fazer, nem como agir, em relação ao nome de seu estabelecimento que, durante 30 anos, ostentou a denominação “Confeitaria do Império”.

Inseguro com a situação política pela qual atravessava o país, que tabuleta agora deveria recepcionar seus clientes, se perguntava Custódio. Como outros, ele não tinha certeza sobre a permanência daquele governo recém-instaurado. Assim, ao pedir a opinião do conselheiro Aires, proferiu:

V. Ex^a crê que, se ficar "Império", venham quebrar-me as vidraças? — Isso não sei. — Realmente, não há motivo, é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo. — Mas pode pôr "Confeitaria da República"... — Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro [tinha encomendado uma tabuleta nova, que ficou pronta no momento em que o Império chegara ao fim].⁴⁶

⁴⁶ Leitura da obra em versão digital, na qual não consta número de páginas.

Implantado em 1889, a sobrevivência do governo republicano até 1899 era muito incerta, como destaca o historiador Renato Lessa.⁴⁷ Havia muitas imprecisões, sobretudo, “não se sabia de que República se estava falando” (Lessa, 1999, p. 12). Euforia, desconfiança e discordância em relação à estruturação e aos rumos que se deveria seguir marcaram os tempos inaugurais da República brasileira, existindo, naquele momento, como já relatado no capítulo anterior, divisões e disputas até entre os defensores da nova ordem (Gomes, 2002; Costa, 2007).

Considerado um movimento pacífico, o 15 de Novembro logo fez transparecer um leque de divergências e posições políticas conflitantes. Para se ter uma ideia, o primeiro governo da República reuniu em seu alto escalão “representantes de tendências muito diferenciadas e das mais variadas latitudes republicanas” (Neves, 2003, p. 34). Têm-se, já em seus primeiros dias de vida, uma República em meio a um confronto entre positivistas e liberais, no que se refere à forma de governo a ser adotada (Resende, 2003).

Por outro turno, para a jovem República, um aspecto tão fundamental e complexo como a própria necessidade de estabilidade política é a sua legitimidade. E, no horizonte de uma nascente cultura política republicana, que “vai brotando dos próprios fatos e neles se enraizando” (Flores, 2003, p. 51), era preciso criar uma identidade e ressignificar o passado, ou seja, imprimir valores e construir símbolos para o regime recém-implantado.

O imaginário que se buscou configurar em torno do nascente contexto pode ser vislumbrado em estudos de Maria Emília Prado (2005), que demonstrou que passado histórico, eventos marcados como inaugurais, fora requisitado e valorizado como antecessor do novo regime. Como destaca Prado, a República buscou sua legitimidade nos anseios e nas lutas de outrora, tendo como ponto de referência os movimentos que buscaram rompimento com o estatuto colonial, no final do século XVIII.

A nova forma de governo que se instaurava em 1889 precisava se diferenciar da anterior, mas como não foi estabelecida de modo revolucionário não podia renunciar, inteiramente, à memória do Estado. Ao contrário, ela reivindicava parte dessa memória: o 7 de Setembro de 1822, e apenas invertia a narrativa construída pela monarquia. Entendiam os republicanos que o episódio da independência foi uma distorção resultado de um golpe, pois o que se queria, à época, era o rompimento dos laços coloniais, e a fundação de um Estado republicano. Mais que isso, afirmavam os republicanos que desde as primeiras lutas em prol da quebra do estatuto colonial, sempre se almejou um governo republicano (Prado, 2005, p. 27).

⁴⁷ LESSA, Renato. A invenção republicana. Cadernos da Escola do Legislativo. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/10/invencao.pdf. Acesso em: 04/05/2018.

Em contribuição datada anteriormente, o historiador José Murilo de Carvalho (1990) apresenta importante obra que aborda a batalha pelo imaginário popular republicano. Como enfatiza o pesquisador, símbolos, alegorias, rituais e mitos constituem-se em instrumentos poderosos de projeção para múltiplas aspirações, sendo a manipulação do imaginário social “particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (Carvalho, 1990, p. 11).

Assim, buscou-se, por parte do novo governo e de intelectuais a ele ligados, como frisa, posteriormente, a pesquisadora Margarida de Souza Neves (2003), trilhar a construção de referências simbólicas, uma vez que “tanto quanto o controle das cisões e oposições políticas, era importante inscrever a República nos corações e nas mentes dos brasileiros” (Neves, 2003, p. 37).

Os anos vão passando, e, durante quase uma década, desde o episódio da Proclamação, observa-se, como bem demonstra Renato Lessa, na obra *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*, originalmente publicada em 1988, que “as questões institucionais e as formas de regulação, de alguma forma, resolvidas pelo Império, ficaram submetidas a um estado de mundo caótico, que continha uma multiplicidade de ordens possíveis” (Lessa, 1999, p. 74).

Importador de ideias e instituições, o Brasil mirava modelos de República em vigor na Europa e na América, sendo a França e os Estados Unidos os principais inspiradores (Carvalho, 1990).⁴⁸ Ao menos, três arquétipos de República predominavam entre os republicanos brasileiros. Embora guiados por premissas distintas, “dois deles, americano e positivista, [...] acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro [jacobino] colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização” (Carvalho, 1990, p. 22).

No confronto entre positivistas e liberais, “os primeiros solicitam a Deodoro a transformação do governo provisório em uma ditadura militar, enquanto os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), com políticos mineiros e, ainda, Ruy Barbosa, pressionam para formalizar a convocação de uma Constituinte” (Resende, 2003, p. 106).

Mediante a publicação do decreto de qualificação dos eleitores, em 19 de novembro de 1889, que versava sobre o processo eleitoral para a Constituinte, delineia-se a preponderância

⁴⁸ Ressalta-se que se inspirar em modelos externos e importá-los não seria uma marca exclusiva dos republicanos. “Ideias e instituições norte-americanas e europeias já tinham sido adaptadas por políticos imperiais. Antes mesmo da independência do país, rebeliões coloniais tinham se inspirado seja na Revolução Americana, seja na Francesa” (Carvalho, 1990, p. 22). Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

e vitória do ideário liberal de República, em detrimento do projeto de ditadura militar encabeçado pelos positivistas, que, mesmo assim, conseguiram imprimir seus princípios na Constituição de 1891 (Resende, 2003). Ressalta-se que o esquema norte-americano de República atendia, sobretudo, a interesses de proprietários paulistas, embora tenha sido empregado em sentido diferente. Assim explica o historiador José Murilo de Carvalho:

Lá [EUA], como bem lembrou Hannah Arendt, a revolução viera antes, estava na nova sociedade igualitária formada pelos colonos. A preocupação com a organização do poder era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração de desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (Carvalho, 1990, p. 25).

Liberalismo e individualismo não eram novidades por aqui. Como ressalta Maria Efigênia Lage de Resende, ao adotar o modelo norte-americano de organização, a principal inovação da Constituição de 1891 era o federalismo (bandeira levantada a partir de 1870, com a publicação do Manifesto Republicano), “isso porque a inspiração liberal do individualismo político e econômico, ascendente nas primeiras décadas do século XIX e no auge ao findar do século, já deixara sua marca na Constituição de 1824” (Resende, 2003, p. 93).

De tal maneira, “a Constituição dos Estados Unidos funcionará menos como uma inovação e mais como reforço para justificar e consolidar o individualismo que se reafirma na primeira Constituição da República” (Resende, 2003, p. 993). Com a nova dinâmica política, aos estados seriam atribuídos maiores poderes, uma autonomia não possível anteriormente diante do centralismo monárquico.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Passaram-se 36 dias, após a Proclamação da República, para que fossem convocadas as eleições para a Constituinte. Era 21 de dezembro de 1889 quando se deu a publicação do decreto número 78, que definiria tal pleito para 15 de setembro do ano subsequente. Pouco tempo antes, em três de dezembro, uma comissão composta por cinco políticos⁴⁹ fora incumbida, pelo poder

⁴⁹ Saldanha Marinho, presidente da comissão; Américo Brasiliense, vice-presidente; Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Couto.

Executivo, por meio do decreto número 29, de traçar as diretrizes do projeto de constituição da recente República brasileira.

O espaço de tempo estabelecido até as eleições foi justificado como fundamental para que as normas de qualificação eleitoral e de condução de todo o escrutínio fossem regulamentadas, incumbindo-se da tarefa o próprio Governo provisório. O prazo para a convocação da assembleia constituinte brasileira era visto como longo demais pela imprensa europeia, a julgar por um escrito de Ruy Barbosa, reproduzido na *Gazeta da Parahyba*, que dava explicações sobre a questão: “É porque esquecem a geografia do Brasil. [...] Um prazo menor é materialmente impossível. A opinião pública está satisfeita e estaria também na Europa se aí conhecessem o Brasil” (*Gazeta da Parahyba*, 28 de janeiro de 1890).

De acordo com a historiadora Maria Emília Prado, o processo eleitoral carecia de ser “conduzido de modo a não alterar a ordem. Era preciso reverter o estado de exceção, representado pelo governo ditatorial, cuidando a um só tempo de garantir ao governo o resultado favorável nos pleitos” (Prado, 2005, p. 182). O controle governamental sobre as eleições⁵⁰ culminou na composição de um congresso composto por republicanos, mas o desenho não resultaria em um espaço isento de desavenças, pois externavam-se ali as paixões resultantes de disputas profundas (Prado, 2005). Dessa maneira, a assembleia não se mostrava unida

quanto à urgência na aprovação do projeto constitucional. Muitos deputados se encontravam empenhados em garantir o respaldo ao novo governo, mas também em definir alguns dos pressupostos para o funcionamento do regime. Interessava-os, particularmente, a delimitação das funções e o raio de ação do poder legislativo sob a República presidencialista (Prado, 2005, p. 185).

Três anteprojetos foram elaborados até que fosse redigido aquele que seria entregue, “em maio de 1890, ao governo provisório, que o revisou sob a orientação de Ruy Barbosa [...]. O mesmo projeto foi revisto novamente por Ruy Barbosa e publicado pelo decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890, no período entre as eleições e a reunião do Congresso Constituinte” (Fernandes, 2006, p. 58).

⁵⁰ “Os dispositivos eleitorais expedidos pelo governo provisório foram objeto de críticas severas. Afinal, o Regulamento Alvim dava aos intendentes, nomeados por interventores estaduais, o controle de todo o procedimento eleitoral, além de ter retirado o dispositivo existente na Lei Saraiva referente à necessidade de interferência das autoridades judiciais nos pleitos, como forma de obter uma maior neutralidade” (Prado, 2005, p. 182). Ver: PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870/1902*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2005.

Depois de estabelecidas as diretrizes de atuação dos constituintes,⁵¹ pelo governo de Deodoro da Fonseca, e definido o regimento interno que versaria sobre as regras de funcionamento do Congresso, posteriormente aprovado pelo parlamento, com poucas variações, iniciaram-se os debates “com a constante preocupação dos constituintes em se proclamarem responsáveis pelos destinos do país. A Constituição seria o instrumento que efetuaría a legalidade e estabeleceria o progresso; e este poder estaria nas mãos de seus representantes” (Fernandes, 2006, p. 59).

“A abertura do Congresso Nacional marca o fim do período transitório e o início da época da reconstituição política”, afirmava o deputado Amaro Cavalcanti, nas primeiras sessões da Constituinte. Sem dúvida, era necessário reconstruir, pois não só passava o Brasil de um governo monárquico para o republicano, mas do parlamentarismo para o presidencialismo e da centralização para a descentralização (Prado, 2005, p. 183).

Proclamação da República e abolição seriam os acontecimentos que constituiriam, segundo Maria Efigênia Lage de Resende, um marco jurídico-institucional que estaria “na base das questões políticas e sociais a serem enfrentadas pela Assembleia Constituinte na tarefa de elaboração da primeira Constituição da República” (Resende, 2003, p. 93).

De acordo com os autores mencionados, muitas discussões acaloradas e divergentes seguiram no decorrer daquele pouco mais de um trimestre, até a votação e aprovação do texto final da carta constitucional republicana. E, ao iniciar os trabalhos parlamentares, um dos assuntos que marcaram as primeiras discussões está relacionado, segundo o historiador Jorge Batista Fernandes, à

questão das fraudes e do regulamento eleitoral responsável pela eleição dos constituintes [...]. A própria legitimidade dos representantes foi colocada em dúvida por alguns constituintes e um deles chegou a defender o fechamento do Congresso e a convocação de novas eleições (Fernandes, 2006, p. 58).

⁵¹ “A atuação e a preocupação do governo provisório em determinar as regras do jogo para a elaboração da Constituição se fizeram evidentes, na medida em que procurou, de um lado, garantir a hegemonia no Congresso com a eleição de representantes favoráveis ao governo, e, de outro lado, instrumentalizar os trabalhos constituintes por meio dos seguintes procedimentos: elaborando o projeto de Constituição a ser discutido pelo Congresso; definindo o papel dos constituintes pelo decreto nº 510; e se antecipando à reunião do Congresso ao elaborar uma proposta de regimento interno para ambas as casas do Congresso. Embora a proposta de regimento interno tenha sido alterada nas primeiras sessões do Congresso Constituinte, tais alterações foram pouco significativas” (Fernandes, 2006, p. 58). Ver: FERNANDES, Jorge Batista - A Constituinte de 1890-1891. A institucionalização dos limites da cidadania. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.19, nº 1-2, Jan/Dez 2006.

Tal legitimidade também teria sido colocada em xeque na Paraíba. Após o pleito para a escolha dos constituintes, a *Gazeta da Sertão*, em edição de 19 de setembro de 1890, relatava sua decepção perante o escrutínio, denominando-o de vergonhosamente fraudulento. No referido processo eleitoral, foram eleitos os indicados e apoiados pelo governador Venâncio Neiva.

Ao apresentar suas propostas e ideias, os congressistas olham para fora do país, o “exterior era o exemplo a ser seguido ou negado” (Fernandes, 2006, p. 59). O objetivo verbalizado seria direcionar o Brasil no rumo da civilização e do progresso. Isso não era uma preocupação recente, desde 1870 partidos tradicionais e o Partido Republicano viram-se envolvidos por discursos em que a temática da “evolução dos tempos” era constante, sendo o progresso dos Estados Unidos visto como exemplo e meta a serem alcançados (Janotti, 1998).

Na conjuntura em configuração, a Monarquia era considerada o epicentro de todos os males, nas vozes dos parlamentares, e nas páginas dos impressos, como se verá no quinto capítulo, sendo associada tanto ao atraso gerado pela centralização que estabelecera quanto aos males causados pela escravidão que estabelecera (Fernandes, 2006). E, para muitos, ao exporem visões diferentes da sociedade brasileira,

o Brasil era um país imenso, de grandes extensões, com sérias dificuldades de comunicação, com uma população necessitada de instrução, demandando um conjunto de transformações que possibilitasse alterar este quadro e criasse, como afirmou um dos mais conhecidos constituintes, Amaro Cavalcanti, “elementos de riqueza, indispensáveis ao seu bem-estar e progresso”. [...] Para alguns, o povo teria consciência das inovações que trariam progresso e felicidade para a pátria e a colocariam “na primeira linha entre as nações mais cultas do mundo” (Fernandes, 2006, p. 60-61).

Com o intuito de legitimar a República, essa era defendida, antes de qualquer coisa, como “resultado do anseio da população e, segundo muitos constituintes, havia sido proclamada dentro da ‘ordem’, de forma ‘pacífica’, graças às características do ‘povo brasileiro’” (Fernandes, 2006, p. 60).⁵² Havia, por outro lado, o interesse em diferenciar a recente República “de suas vizinhas e a presença de um governo militar ditatorial contribuía, decisivamente, para aproximar a República brasileira das sul-americanas” (Prado, 2005, p. 183).

⁵² O Brasil republicano não poderia ser confundido com as Repúblicas “platinas”; segundo os próprios constituintes, o Brasil era ordeiro e pacífico e se diferenciava das demais Repúblicas vizinhas, apontadas como locais de desordem, de desmando, de confusão e de anarquia. Nesse sentido, a defesa do modelo dos Estados Unidos da América encontrava seus defensores e a inclusão do povo como protagonista do ocorrido também (Fernandes, 2012, p. 48). Ver: FERNANDES, Jorge Batista. *As boas leis, um governo bom e uma boa nação: A República e os que “vivem sob o mesmo rancho” (1890-1891)*. 2012. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/375>. Acesso em: 9/5/2020.

Aspectos de visão de mundo podem ser identificados nos discursos daqueles que ocupavam uma cadeira no primeiro congresso republicano do Brasil. Por meio das palavras articuladas,

é possível reconhecer algumas de suas concepções de país, de povo e de governo e identificar como compreendiam o momento vivido e as relações estabelecidas entre os poderes do Estado, assim como as ideias vigentes na época e o papel que se atribuíam na tarefa de institucionalizar a República recém-proclamada (Fernandes, 2012, p. 39).

Em sua maioria, os constituintes de 1891 eram formados em Direito, cerca de 70%, sendo os demais portadores de diplomas dos cursos de Medicina, Farmácia, Matemática e áreas afins (Fernandes, 2012). Os argumentos e as abordagens proferidas em torno da construção da nação perpassavam o universo científico, marcados pela predominância de um linguajar técnico, como detalha o historiador Jorge Batista Fernandes:

A narrativa dos discursos era permeada de expressões em latim, vocabulário técnico do universo jurídico e analogias com o mundo natural e com o funcionamento do corpo humano, onde os recursos da retórica associavam-se ao convencimento do discurso científico, especialmente da medicina e da biologia. Os argumentos eram construídos a partir das mesmas referências. A lei, para muitos, era o caminho da redenção e o remédio adequado e garantiria, se fosse bem elaborada, seguisse os bons exemplos e fosse adequada aos interesses presentes, a construção de uma Nação próspera, saudável e capaz de propiciar a tão sonhada modernidade (Fernandes, 2012, p. 40).

Federalismo, campanha encabeçada pela imprensa paraibana em análise ainda em 1888,⁵³ foi o tema que mais pautou as falas dos parlamentares e o exemplo a ser seguido era o dos Estados Unidos da América. A defesa poderia ser traduzida como tentativa de “diminuir a ingerência do governo central nos assuntos locais, garantindo, assim, autonomia política e tributária” (Fernandes, 2012, p. 40-41).

E como tornar a federação uma realidade? Essa era a celeuma que tomava conta do congresso naquele momento, segundo relata Maria Emília Prado, que exemplifica tal situação a partir da reprodução de trechos de um discurso proferido pelo deputado paraibano Pedro Américo: “‘A federação ainda é uma coisa puramente teórica, e que a centralização continua a existir no espírito de muitos’ e principalmente que ‘a Federação é menos fácil de organizar-se do que a República’” (Prado, 2005, p. 186). Em seguida, a autora traz a fala de outro

⁵³ Ver segundo tópico do terceiro capítulo.

parlamentar, Almeida Nogueira, que assim se refere à República: “foi feita em um dia; a Federação não se conseguiu ainda em um ano” (Prado, 2005, p. 186).

Com a implantação do federalismo, no lugar do centralismo praticado durante o Império, solidifica-se a força política dos estados, culminando, seguindo o raciocínio de Resende (2003), na edificação dos poderes dos coronéis e das oligarquias, respectivamente, nos níveis municipal e estadual/federal. Em outras palavras, na base de todo esse sistema, estava o mandonismo local, a força das elites agrárias, que, por intermédio de uma rede de favores, garantia o domínio dos currais eleitorais, bem como, movidos por uma rede familiar, mantinham o monopólio político em suas áreas de atuação.⁵⁴

Os governadores, agora eleitos, não mais indicados pelos ministérios do Império, asseguram para si uma considerável soma de poder, instituída no texto constitucional. Ou melhor, “eles, dirigem e controlam a política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais. Nesse processo, os coronéis, nos municípios, serão peças-chave” (Resende, 2003, p. 95). Com a nova configuração, os estados e, conseqüentemente, os grupos dominantes que neles atuam, passariam a dispor de algumas prerrogativas, tais como: elaborar constituições próprias, administrar terras devolutas da União, organizar e comandar forças militares, bem como contrair empréstimos no exterior (Lemos, 2010).⁵⁵

Qual seria a principal problemática gerada por tal arranjo no processo de construção de cidadania no Brasil? Sem dúvidas, funcionando como barreira, essa conjuntura, marcada pela predominância dos interesses individuais, contribui para que sejam deixados de lado “problemas sociais e de participação política tornados cadentes pela abolição da escravidão” (Resende, 2003, p. 98).

Permanece vivo um liberalismo de representação limitada e restritiva, o que faz prevalecer, na primeira constituição republicana, “o compartilhamento de valores que negam a igualdade entre os homens. Terrível herança de uma sociedade escravocrata, que ainda hoje marca, de forma profunda, a sociedade brasileira” (Resende, 2008, p. 100). Dessa maneira, quanto aos direitos políticos,

⁵⁴ Na esteira de Maria Efigênia Lage de Resende (2003), ressalta-se o coronelismo como um fenômeno que tem uma identidade específica, cujo início se dá com a inauguração da República, perdurando até 1930. Ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 91-120.

⁵⁵ Salienta-se que “o pacto entre os poderes regionalizados seria aperfeiçoado, no final do século, pela ‘política dos governadores’, um arranjo político destinado a conferir estabilidade à ordem republicana, que marca o fim da conjuntura de crise da monarquia e transição para a República” (Lemos, 2010, p. 437). Ver: LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial (1870-1889). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 403-444*.

a Constituição inclui a liberdade de associação e reunião e o direito do voto. No caso do direito do voto, considerado o mais importante dos direitos políticos, retira-se a exigência de propriedade, mas mantém-se a exclusão dos analfabetos [*medida que atinge os recém-libertos pela Lei Áurea*]. Também as mulheres estão ausentes, pois ainda prevalece a representação de que a mulher pertence ao domínio do privado, presa às atividades de reprodução da espécie, sendo, portanto, inapta para a política – atividade que se processa nos domínios do espaço público (Resende, 2008, p. 100-101 [**Grifo meu**]).

Já no que se refere aos direitos sociais, esses passam, como destaca a autora, ao largo da nova constituição. Aliás, como aponta a pesquisadora Luciene Dal Ri (2010), que se dedicou ao estudo da construção da cidadania no Brasil, do Império à primeira República, os direitos sociais não estão previstos nas constituições brasileiras do século XIX (a de 1824 e 1891).⁵⁶ Verifica-se, ainda segundo ela, que a inclusão de tais direitos teria se dado, de certa maneira como derivados dos direitos políticos, somente no século seguinte.

Longe da República ideal vislumbrada pelo personagem do romance de autoria de Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1919, “verifica-se que, ao instituir o regime representativo democrático, as leis da República abrem juridicamente a participação no processo político, ao mesmo tempo em que cerceiam, na prática, seu funcionamento” (Resende, 2008, p. 102).

Vale ressaltar que o projeto constitucional encaminhado para apreciação parlamentar foi alvo de inúmeras críticas, oriundas daqueles legisladores que não comungavam com o modelo de organização norte-americano. O ministro Ruy Barbosa foi, inclusive, “acusado de estar copiando leis de outra nação, desconsiderando as peculiaridades do Brasil. Mas, as peculiaridades eram, quase sempre, as mesmas que careciam das modernidades desejadas” (Fernandes, 2012, p. 44).

Sob os olhares do Executivo e das críticas mais acirradas dos que não haviam aderido por completo ao novo governo, as discussões travadas no Congresso foram marcadas pelas subjetividades daqueles que se proclamavam permanentemente como os responsáveis pelos destinos do país. Para esses homens, a busca pela modernidade passava pela superação dos entraves deixados pelo conjunto de leis herdadas da monarquia, mesmo considerando que um grupo significativo de constituintes representasse a continuidade dos quadros do regime deposto. A legião de convertidos à nova forma de governo

⁵⁶ Com base em José Luiz Borges Horta (2007), a autora salienta que “a Constituição do Império previa pelo menos os socorros públicos e a instrução primária. A Constituição Republicana silencia sobre o direito à educação, muito embora preveja princípios relativos a esta, e seja notório que o Governo Republicano desenvolveu uma política para a educação” (Dal Ri, 2010, p. 24). Ver: HORTA, José Luiz Borges. *Direito Constitucional da Educação*. Belo Horizonte: Decálogo, 2007; DAL RI, Luciene. *A construção da cidadania no Brasil: entre império e primeira República*. Sorocaba. Espaço Jurídico, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan. /jun. 2010.

foi objeto de acusações e de discórdia em muitas sessões (Fernandes, 2012, p. 39).

Embora derrotados pela maioria parlamentar, diversas discussões e emendas, visando a modificações no projeto constitucional enviado pelo poder federal, se deram na arena política do parlamento, almejando o alargamento do acesso a direitos, “desde a naturalização dos estrangeiros, passando pelos critérios de inelegibilidade e inalistabilidade dos religiosos, militares e analfabetos, até a questão do voto feminino” (Fernandes, 2006, p. 63).

Emendas encaminhadas no sentido de ampliar o direito de voto foram rejeitadas ou consideradas prejudicadas. O encaminhamento dessas emendas não representava o consenso das bancadas as quais esses representantes pertenciam, nem mesmo no interior do Congresso. No entanto, a defesa da ampliação dos direitos políticos esteve presente nas “cabeças” de alguns representantes da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (Fernandes, 2006, p. 66).

Isso comprova que expectativas em torno da nova forma de governo e ações concretas, como a propositura de emendas, para que fossem possíveis algumas transformações sociais, se fizeram presentes no Congresso por iniciativa de alguns congressistas. Foram mais de três meses de discussão até a votação final da primeira constituição da República. Ao longo do processo, muitos parlamentares se colocaram fortemente contrários ao Governo Provisório e ao projeto constitucional defendido por ele (Fernandes, 2012).

A necessidade de inserir o país nos trilhos do progresso, da prosperidade e, essencialmente, da civilização, permeados pelas definições sobre o povo brasileiro, suas qualidades e as suas mazelas, foram sendo substituídos pelo pragmatismo no momento de definir o quadro legal do país, a organização dos poderes, a distribuição das rendas provenientes dos impostos, o quantitativo de deputados, os direitos políticos, as relações entre os estados e a União etc. (Fernandes, 2012, p. 48).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil foi promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891. Estipuladas as bases do federalismo, a fórmula era voltada para uma federação que permitiria a independência dos estados, “mas de modo a não afetar o poder central, pois um Estado forte era indispensável para garantir a ordem interna, além de manter e, se possível, expandir as relações políticas e econômicas com a comunidade internacional” (Prado, 2005, p. 189).

Poucas alterações se deram no texto enviado pelo poder federal, embora algumas tenham sido significativas, como ressalta Jorge Batista Fernandes (2012), a exemplo da eleição

direta para presidente. No mais, ainda segundo o autor, acabou predominando uma subordinação dos congressistas à vontade do Executivo. Verifica-se, ainda, que não ocorreu mudança substancial quanto aos direitos políticos pontuados no projeto governamental. De tal modo, o Congresso Constituinte acabou ratificando,

em seu artigo 70, a exclusão dos direitos políticos dos clérigos, dos analfabetos, dos mendigos, dos praças de pret [militares de baixa graduação] e, indiretamente, das mulheres. A institucionalização da República, com a aprovação da Constituição de 1891, se limitou, no plano dos direitos políticos e da cidadania, a ratificar os impedimentos existentes nos anos finais da Monarquia e a aprimorar as ferramentas de exclusão e de controle do processo eleitoral (Fernandes, 2006, p. 66).

Por outro turno, alguns dispositivos, visando frear a ação pessoal do presidente, foram aprovados, “dentre eles o que negava ao chefe do Executivo a faculdade de dissolver o congresso” (Prado, 2005, p. 189). Mas, tal medida não impediria que o congresso tivesse suas portas fechadas no dia 3 de novembro de 1891.

Irritado diante das críticas dos deputados, acrescidas da tensão generalizada, Deodoro, estimulado por muitos, dissolveu o congresso e decretou estado de sítio. Ao explicar as razões de sua atitude, afirmava que “apenas a Assembleia Constituinte, já eivada de ódios e paixões, passou a funcionar como Assembleia Legislativa ordinária”, o país se encontrou “face a face com os maiores perigos”, pois “na Câmara, os mesmos movimentos do parlamentarismo, o mesmo prurido de lei atentatório da constituição” e por isto achou por bem dissolver o congresso. A atitude de Deodoro colocou o seu governo numa situação política crítica, levando à sua renúncia e substituição por Floriano Peixoto (Prado, 2005, 189).

Para o historiador Jorge Batista Fernandes, que examinou os procedimentos adotados pelo governo provisório e os debates parlamentares que culminaram na edificação da Constituição de 1891, ocorreu, no que se refere à ampliação dos direitos políticos, uma institucionalização do limite da cidadania. Para o pesquisador, “com a Proclamação da República, não se estabelecia uma mudança radical da sociedade, mas sim organizava-se um jogo para incorporar novos parceiros e continuar mantendo do lado de fora aqueles que nunca haviam participado dele” (Fernandes, 2006, p. 54). Os libertos, por exemplo, foram excluídos da constituição republicana, que, ao não conceder o direito de voto para os analfabetos, limitou o exercício da cidadania de considerável contingente de ex-escravizados (Lemos, 2010).

Em se tratando dos jornais analisados nesta tese, não se verificou a presença de eixos-temáticos debatidos diretamente em torno da composição do que seria essencial constar na nova

constituição, ao menos nesses termos. Contudo, os impressos atuaram numa linha que se movia pela defesa de alguns direitos tomados como fundamentais na nova fase da política brasileira, como a expansão da educação para todos, por exemplo. Pode-se dizer que tudo que se discutia nos veículos abrangia a dimensão de uma nova conjuntura política, e, desse modo, estava implícito que se desejava uma constituição que desse base para isso.

Observa-se que a predominância das preocupações dos primeiros parlamentares da República girou em torno de dois eixos principais: organização do poder e definição das instâncias de decisão, como bem destaca a historiadora Maria Efigênia Lage de Resende (2008), ao examinar o processo político na Primeira República. Dessa maneira, a desigualdade, demarcação central que caracterizou a sociedade brasileira até então, e que prossegue até hoje, continuaria apresentando fronteiras inalteradas.

O Governo de Deodoro, sob o manto constitucional, não chegaria a nove meses de existência. “As constantes desavenças entre a autoridade militar do Executivo e as posturas civilistas da maioria dos congressistas evoluíram para o impasse político e a perda de legitimidade da governança” (Flores, 2003, p. 56). Os decretos de 3 e 4 de novembro de 1891, anunciando, respectivamente, a decretação do estado de sítio e o fechamento do Congresso, foram medidas que levaram o presidente à impopularidade, à ataques na imprensa, culminado em sua renúncia.

A crise institucional se agravaria no governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Agora também era preciso “enfrentar as oposições armadas que se alastravam no Distrito Federal e em várias unidades federativas” (Flores, 2003, p. 61). A turbulência que marcara os anos iniciais do regime republicano brasileiro só começaria a ser contornada a partir do Governo de Campos Sales (1898-1902), segundo presidente civil do país. Com ele, “algumas rotinas institucionais e políticas, sobretudo rotinas informais – que não são constitucionais –, foram inventadas e duraram no País até 1930” (Lessa, 1999, p. 12).

Segundo Margarida de Souza Neves (2003), ao assumir a Presidência, Campos Sales aglutinou em torno de seu governo interesses de setores oligárquicos que o conduziram ao Catete.

Campos Sales e, a partir dele, os presidentes que se sucederão até 1930 buscarão no federalismo, inscrito no ideário republicano brasileiro como principal cardal desde o Manifesto de 1870, a mola mestra que fará funcionar a República brasileira, permitindo, por um lado, um grau de autonomia consagrado institucionalmente para as oligarquias regionais e suas lutas intestinas e, por outro, uma base para a política de contraprestação de favores políticos que os porá em consonância com o governo federal (Neves, 2003, p. 38).

Tinha-se, agora, a denominada política dos governadores, que assegurava um alicerce eleitoral ao Executivo federal em troca de “verbas necessárias para a manutenção do prestígio da situação nos estados e municípios e, para casos de necessidade, o mecanismo da Comissão de Verificação de Poderes, encarregada de corroborar os resultados eleitorais” (Neves, 2003, p. 39), que agia no impedimento da titulação dos eleitos, caso fosse necessário intervir.

Ressalta-se, aqui, a influência dos registros memorialísticos de Campos Sales na historiografia. Ao analisar os discursos e as práticas do político nos anos iniciais de seu governo, Cláudia Viscardi e Vitor Figueiredo (2016) constatam que os mecanismos utilizados para controlar a representação política opositora não foram tão eficazes como se fez pensar.

Afirmam os citados pesquisadores que a “política dos estados” não trouxera a tranquila estabilidade política tão propagada. As disputas partidárias no Centro do Poder nem sempre puderam ser evitadas, uma vez que, não raro, escapava do controle dos governantes locais o total domínio para frear as oposições nos seus estados, durante o processo eleitoral, desde a inscrição das candidaturas.

A formação dos governos nos estados era complexa, marcada pelos embates entre facções oligárquicas, condição essa que se torna, “possivelmente, o primeiro grande indicativo das dificuldades de relações entre o poder federal e os centros de poder estaduais na República” (Resende, 2003, p. 107). De qualquer forma, até 1930, manobras políticas pelo poder e em torno dele iam se configurando, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos que seguiram o 15 de Novembro. Nessa direção, nas esferas estaduais, o cenário gira em torno de tomadas de decisões, estabelecimento de relações e acirramento de disputas políticas para não se ficar de fora da nova ordem em nascimento (assunto debatido no terceiro capítulo).

2.4 CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Mesmo que seja, talvez, inatingível, como ressalta José Murilo de Carvalho, o ideal de cidadania plena no Ocidente está baseado na conjunção de três instâncias fundamentais numa sociedade: liberdade, participação e igualdade. Entretanto, como é coerentemente alertado pelo referido estudioso, “o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (Carvalho, 2002, p. 8).

Antes de tudo, é preciso compreender que a cidadania não deve ser cogitada em termos de uniformidade. Trata-se de uma dimensão que comporta múltiplas esferas, e, na maioria dos

casos, nem todas se fazem presentes simultaneamente. É preciso compreender que a referência do que seja cidadania não encontra parâmetros idênticos para todos os povos e momentos históricos.

As urgências e necessidades comportam as especificidades de um período e podem ser tidas como ponto de partida para se delinear os elementos que compõem e dão sentido ao termo, como se deu com o estudo em foco, que se preocupou com as demandas de um marco fundador da história do Brasil e com a forma como elas foram representadas e traduzidas em noções próprias de direitos, pois, como ressalta Ismênia de Lima Martins (1988), cada geração constrói as suas.

Embora as primeiras reflexões, na contemporaneidade, sobre o que seja cidadania tenham sido inspiradas no mundo greco-romano (como noções de democracia, participação política, soberania popular e liberdade), a imagem que os primeiros pensadores fizeram da cidadania antiga, segundo o antropólogo e professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP), Noberto Luiz Guarinello (2003), pode ser classificada como idealizada e inverídica.⁵⁷

Não se pode pensar na continuidade do mundo antigo, na repetição de experiência ou no desenvolvimento progressivo unindo presente e passado. Trata-se, dando prosseguimento à argumentação de Guarinello, “de mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos” (2003, p. 29).

Considerando “a cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos um fenômeno único na História”, Guarinello esclarece que a diferença crucial entre o hoje e esse passado remoto diz respeito à própria forma da existência social. “O mundo greco-romano não se estruturava como os Estados-nacionais contemporâneos, mas de modo bem distinto, como cidade-estado” (Guarinello, 2003, p. 30), sendo que um dos primeiros problemas, segundo o autor, está na dificuldade em se definir o que seria uma cidade-estado. Eram muitas e diversas, com diferenças

⁵⁷ A somar-se o fato do termo englobar “povos distintos, culturas diferentes, com seus próprios costumes, hábitos cotidianos, leis, instituições, ritmos históricos e estruturas sociais – gregos, romanos, etruscos, fenícios, ‘itálicos’, celtas, berberes –, cujo destino foi, ao longo do tempo, marcado por imensa variedade de projetos e soluções (Guarinello, 2003, p. 30). Por outro lado, ao se falar em participação política na cidade-estado, deve-se ter em mente, na avaliação de Guarinello, “uma diferença radical entre os antigos e nós”: “tanto nas oligarquias como nas democracias, a participação política era direta, exercida por um corpo de cidadãos ativos, que podia ser mais ou menos amplo, mas que representava a si mesmo, por meio do voto individual de seus membros. Nunca se desenvolveu a noção de representação, nem partidos políticos doutrinários, nem uma clara divisão de poderes constitucionais ou qualquer noção abstrata de soberania: esta podia residir na assembleia, ou num conselho mais restrito, ou mesmo na lei em geral, dependendo das circunstâncias específicas e do jogo de interesses e forças em conflito” (Guarinello, 2003, p. 41). Ver: GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidade-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-48.

em suas dimensões territoriais e riquezas. Além disso, a busca por soluções para seus problemas sociais foi condicionada pelo modo como vivenciaram seus processos históricos.

Falar em cidadania implica em um exercício de reflexão sobre como o vocábulo adquire significados e configurações diversas em diferentes contextos, só podendo ser possível compreendê-la a partir de sua especificidade histórica. De tal maneira, torna-se imprescindível investigar o teor contedudístico e simbólico que preenche a noção de cidadania a cada momento, pois os entendimentos e sentidos que transportam certos significantes podem ser modificados, ampliados e extintos no decorrer dos tempos (Koselleck, 2006)

Como ressalta Ismênia de Lima Martins, os direitos não nascem todos ao mesmo tempo, tampouco da mesma forma. Na perspectiva da autora, os direitos da quarta geração certamente provocariam perplexidade aos homens do século XVIII, que, por sua vez, não conceberiam os atuais direitos sociais. Assim, “dos direitos individuais aos direitos da própria humanidade, dos direitos nacionais aos internacionais, dos direitos de primeira geração aos direitos futuros, a cidadania só pode ser compreendida em sua historicidade (Martins, 1988, p. 18).

Por outro turno, é também fundamental pontuar que, com base nos apontamentos do historiador Manuel Villaverde Cabral (2003), estudioso das relações entre cidadania política e equidade social em Portugal, nenhum direito foi conquistado sem que fosse preciso lutar socialmente por ele, tampouco é usufruído, na prática, de maneira igual por todos aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade.

A cidadania instaurou-se por meio de processos de luta que resultaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte, e na Revolução Francesa. Trata-se de eventos que

romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliassem o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia (Pinsky, 2003, p. 10).

Os espaços de luta são múltiplos, na diversidade dos tempos e povos (Martins, 1988). Mas, por outro lado, seguindo, ainda, a trilha da historiadora Ismênia de Lima Martins, “se a chamada cidadania regulada não é acessível a vastas parcelas da população, não se pode banir a existência das demandas, ainda que por direitos mínimos, das camadas despossuídas” (Martins, 1998, p. 19). De tal maneira, dando prosseguimento ao raciocínio da pesquisadora,

“nos limites da inexistência de uma consciência de direitos, são resgatáveis, mesmo que, por vezes, se mostrem pouco visíveis, as reivindicações a partir da própria sobrevivência cotidiana, as lutas de expressão restrita, que nem sempre provocam rupturas” (Martins, 1988, p. 19).

Cidadania também pode ser definida como o direito a ter direitos (Falcon, 1988). Em sentido moderno, o conceito de cidadania advém da Revolução Francesa (1789), designando um conjunto de membros da sociedade portadores de direitos e poder de decisão sobre os rumos do Estado (Funari, 2003).

Destaca-se, na esteira do historiador Leandro Karnal (2003), que a Independência dos Estados Unidos da América e suas implicações trouxeram para a História uma nova concepção política e promoveram transformações importantes nos conceitos de cidadania e liberdade. Por outro lado, um novo entendimento de mundo surgiu na Europa Ocidental com a chegada da modernidade, “emoldurada pelos acontecimentos que se desenrolaram entre a crise da sociedade feudal no século XIV e as revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII” (Mondaini, 2003, p. 115).⁵⁸

Em última instância, cidadania corresponde aos processos de embate e resistência a todo e qualquer tipo de poder norteado por práticas voltadas “a dominar, explorar e disciplinar grupos e indivíduos” (Falcon, 1998, p. 31).

Estudos que englobam a questão da cidadania estão presentes na historiografia brasileira há muito tempo, embora nem sempre o tema se apresente de forma explícita. Comentando o fato, a historiadora Ismênia de Lima Martins considera que é possível identificar no interior da produção historiográfica dos anos 60, por exemplo, “algumas incursões em áreas que podem ser compreendidas como a da busca de direitos, ainda que a noção de cidadania não se explicitasse” (Martins, 1998, p. 22).

⁵⁸ Segundo Marco Mondaini, em artigo que aborda os direitos dos indivíduos, o processo de decadência da noção de predestinação e o enfraquecimento da ética medieval, “diante da força crítica e otimista do saber científico”, daria espaço para o nascimento de uma nova configuração histórica, na qual contra um mundo de “‘verdades reveladas’, assentado no trinômio particularismo/organicismo/heteronomia, construía-se um outro pautado no trinômio universalidade/individualidade/autonomia, no qual a descoberta das verdades depende do esforço criativo do homem” (Mondaini, 2003, p. 115). Para Marco Mondaini (2003), um dos acontecimentos mais significativos da passagem da Idade Média para a Moderna está relacionado ao desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade, que servirá, de pano de fundo, segundo o autor, para a transformação da relação cidadão/súdito para cidadão/cidadão, umas das mais significativas na trajetória da humanidade. “A obscuridade de uma Era dos Deveres abre espaço para uma promissora Era dos Direitos. A história do desenvolvimento dos direitos do cidadão, a evolução da cidadania na Europa centro-ocidental, transcorre há pelo menos três séculos – de acirrados conflitos sociais –, relacionada à conquista de três conteúdos de direitos, diversos entre si: os direitos civis, no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX; e os direitos sociais, no século XX” (Mondaini, 2003, p. 116). Ver: MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 115-134.

Segundo a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), “registros de tal processo encontram-se particularmente nos estudos sobre família, trabalho e escravidão, com ênfase nas especificidades do escravismo brasileiro, da formação das famílias e das lutas operárias” (Martins, 1998, p. 23). Assim, percebe-se como o termo perpassa diversas instâncias e como está intrinsecamente relacionado a todas as questões de cunho sociopolítico e cultural, mesmo que não seja apontada sua presença.

Ainda sobre a dimensão do tratamento conferido à temática em foco, Ismênia de Lima Martins avança o olhar pelo decorrer dos anos, ao fazer referência ao resultado da pesquisa que culminou na confecção, em três volumes, dos Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação⁵⁹, projeto coordenado pela historiadora Maria Helena Capelato. Abrangendo um período de dez anos, de 1985-1994, e considerando a produção dos programas vigentes, o estudo “acaba demonstrando a pequena expressão que o tema cidadania, como objeto principal da pesquisa histórica, detinha naquele conjunto” (Martins, 1998, p. 23).

De acordo com Martins, de um montante de 1.254 títulos, o tema cidadania, como questão principal de pesquisa, é verificado em apenas três teses. Esse total teria se alargado com o acréscimo de só mais um registro, ao estender o exame pelos anos de 1995 a 1996 – uma dissertação.

É de se estranhar uma produção tão baixa em um período que apresenta grande “mobilização nacional em tomo da ‘redemocratização’ do país, que culminou na promulgação da Constituição-cidadã” (Martins, 1998, p. 23). Todavia, um exame mais sistemático acerca do material coletado, evidencia, segundo Martins, que os historiadores não deixam de estar comprometidos com as questões do seu tempo, e, para tanto, empregam iniciativas por diversos caminhos.

Temas como exclusão, marginalidade, migração, minorias étnicas, exploração do trabalho, direitos da classe trabalhadora, da mulher e da criança, formas associativas, organizações sindicais, habitação, favela, saúde pública, questão agrária e trabalhadores rurais são recorrentes na maioria dos programas considerados. (Martins, 1988, p. 23-24).

Diante disso, a autora argumenta que as questões levantadas pelos pesquisadores de diferentes instituições, nos períodos citados, estão relacionadas com o campo da cidadania,

⁵⁹ Realizado em parceria com o CNPq e publicado pela ANPUH, em 1995. Ver: CAPEIATO, Maria Helena R. (coord.). *Produção histórica no Brasil* (1985- 1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História, 3 volumes. São Paulo, CNPq, História USP-ANPUH, 1995.

porém é enfática ao afirmar que o catálogo revelou, a partir da análise dos resumos dos títulos pesquisados, que são raros os que explicitam uma ligação direta com a temática.

Nesse contexto, e considerando as transformações do próprio conhecimento histórico, com o desencadear de um processo de renovações e “retornos” (da narrativa, do político, do acontecimento), Francisco J. C. Falcon, no artigo “História e Cidadania” (1998), defende que, antes de qualquer coisa, houve uma amplitude do interesse dos historiadores pela problemática da cidadania.

Vale a ressalva de Francisco Falcon (1988) ao apontar que cidadania se trata de uma questão interdisciplinar por excelência, não ficando suas teorizações restritas ao campo da história, pois, como destaca o autor, o exame das relações entre história e cidadania se volta “a um universo textual de diferentes gêneros de discursos, construídos a partir de lugares muito distintos, tendo em comum a referência à ‘cidadania’ como objeto principal ou secundário” (Falcon, 1988, p. 29). Ainda de acordo com ele, o discurso histórico se constitui em um desses gêneros e está longe de ser dominante nesse universo.

Desmente-se, assim, nas palavras de Francisco Falcon, a ideia de que o tema cidadania não desperta

Entusiasmos maiores ou mais consistentes. Aliás, o fato pode ser também comprovado a partir de revistas publicadas recentemente. Veja-se, como exemplo, [a revista] "Estudos históricos", sobre "Justiça e cidadania", coordenada por José Murilo de Carvalho, autor também do ensaio "Cidadania: tipos e percursos", no qual desenha com traços precisos o perfil histórico das principais teorias da cidadania e suas possíveis vinculações com o caso brasileiro (Falcon, 1998, p. 48-49).

Embora alvo de ponderações quanto as suas assertivas em relação à concepção de cidadania no Brasil, como já discorrido no primeiro tópico deste capítulo, salienta-se que o historiador José Murilo de Carvalho, ao estudar o processo de construção da cidadania no país, coordenando volumes e publicando ensaios sobre o tema, muito contribuiu para o alargamento da concepção do termo, e de seu desdobramento, enquanto objeto da pesquisa histórica. No ensaio “Cidadania: tipos e percursos” (1996), o autor reconhece a existência de um vasto campo de investigação sobre a cidadania política no século XIX, ainda pouco explorado.

O pesquisador salienta que alguns avanços em termos teóricos e nos estudos históricos sobre cidadania foram possibilitados a partir das críticas direcionadas ao conhecido esquema interpretativo desenvolvido por Tomas Marshall. Embora não concorde com a crítica atribuída ao autor, que foi acusado de etnocentrismo, pelo fato de ter supostamente tomado o caso inglês

como modelo universal em sua análise sobre o surgimento e evolução dos direitos, Carvalho reconhece que tal crítica contribuiu para um importante progresso na “postulação de vários tipos de cidadania e na descrição dos distintos caminhos percorridos por países de diferentes tradições culturais em direção a esses tipos” (Carvalho, 1996, p. 337).

Carvalho aponta uma série de aberturas para estudos e investigações de temáticas e objetos cujas naturezas guardam possibilidades de ampliação das abordagens acerca de problemáticas políticas para além dos processos eleitorais e partidários.

Há todo o campo da imprensa política que, analisada não apenas no conteúdo, mas também no estilo, na retórica, pode contribuir muito para o entendimento da concepção de direitos e de sua prática. Penso, por exemplo, em análises das polêmicas como indicadoras do grau de tolerância política, como reveladoras da concepção de oposição e de opinião pública. Há o campo das organizações políticas, muito mais vasto do que o dos partidos. Ou o campo das organizações civis que eventualmente se envolvem em ações políticas. Há os manifestos políticos, as representações, queixas, abaixo-assinados, petições e canas dirigidas ao público ou às autoridades. Há o campo da atuação do Judiciário, incluindo os juízes comuns, os juízes de paz, os jurados, os oficiais de justiça, bem como a polícia judiciária e administrativa (Carvalho, 1996, p. 341).

Lançando-se nesse universo de estudos a partir da década de 1980, o historiador tem publicado importantes trabalhos que abordam “o longo caminho da cidadania” vivenciado no e pelo país. Para José Murilo de Carvalho (2001), cidadania pode ser tida como um fenômeno complexo e historicamente definido que inclui várias dimensões e segue caminhos diversificados e nem sempre em linha reta. De tal maneira, é necessário apontar que redefinição do termo se faz quando usado em uma dada pesquisa.⁶⁰

As contribuições do autor seguem orientando e estimulando outros pesquisadores para o debate sobre o tema, a partir do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), sediado na Universidade Federal Fluminense.⁶¹ Daí surgiram outras importantes obras, mais completas, que refletem a construção do conceito de nação e cidadania para além do âmbito do estado e de

⁶⁰ De acordo com Carvalho, o desenvolvimento da cidadania está relacionado à formação do Estado-nação e dos embates em busca de direitos, no decorrer no século XX. Assim, na trilha do autor, a cidadania tanto está direcionada à forma como as pessoas compreendem e se relacionam com o Estado e a nação quanto às lutas políticas empreendidas em prol dos direitos que consideram fundamentais. Para o autor, teria se verificado, no Brasil, uma inversão, sendo os direitos políticos os primeiros a serem vislumbrados, entretanto o autor não menospreza o fato de que os direitos dos indivíduos, da mesma forma como se deu na Europa, estavam mesclados, sendo gradativamente separados em civis, políticos e sociais. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2001; PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870/1902*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2005.

⁶¹ O grupo de pesquisadores do CEO foi fundado em 2002, por um grupo de professores. A ideia foi criar ambiente institucionalizado visando o debate e o intercâmbio de temáticas diversas.

suas instituições. Em *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade* (2009), organizado por José Murilo, em parceria com a historiadora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, as práticas de cidadania são analisadas e verificadas, por pesquisadores de instituições distintas, em diversos momentos da História do país, conferindo visibilidade a uma variedade de personagens e entidades.

Tendo a cidadania como núcleo de análise, *Perspectivas da cidadania no Brasil Império* (2011), dirigido por José Murilo de Carvalho, juntamente com a historiadora Adriana Pereira Campos, se tornou outro trabalho de suma importância.⁶² O livro, que apresenta resultados de pesquisas que tratam do período joanino à Proclamação da República, contempla espacialidades e momentos históricos múltiplos, a partir dos âmbitos do Estado e da representação, bem como das ideias e da cultura, do direito e da economia. De tal modo, concebendo, na obra, a cidadania em termos amplos, ela

foi detectada e examinada na atuação da imprensa e na produção de panfletos, sobretudo na Independência, no Primeiro Reinado e na Regência; nas revoltas e nos movimentos políticos, legais ou revolucionários; na escravidão e nas suas metástases; na participação política para além das eleições; nas ideias sociais, políticas e jurídicas, sobretudo a partir da década de 1860; na atuação da polícia e do judiciário; nas relações entre igreja e Estado; na cultura popular; e mesmo nos negócios (Carvalho; Campos; 2011, p. 12).

Só o fato de existir uma luta, mesmo que simbólica, como a travada por meio das palavras impressas, já revela uma dimensão de cidadania, vocábulo que vem sendo ampliado e aprofundado a partir de sua vinculação a múltiplas extensões da vida social (Carvalho; Campos, 2011).

É salutar chamar atenção para o fato de que a configuração da cidadania no Brasil, ocorrida em paralelo à expansão do Estado Nacional, necessita ser examinada a partir de sua própria trajetória política, “sem que as relações e os intercâmbios culturais com experiências prévias sejam descartados” (Viscardi, 2002, p. 139). Igualmente, acredita-se, segundo a historiadora Cláudia Ribeiro Viscardi (2002), que o melhor caminho para essa análise não seja o caracterizado pelo tom evolucionista, tendo como parâmetro os modelos francês, britânico ou norte-americano, pois, como esclarece a autora, “se assim o fosse, tal processo de modernização só poderia ser entendido pela lente da ausência: ausência de povo, ausência de riqueza, ausência de cidadania, de nação, entre outras” (Viscardi, 2012, p. 139).

⁶² Trata-se de uma obra produzida por um conjunto de gerações de pesquisadores oriundos de universidades federais e estaduais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Por sua vez, para a historiadora Maria Emília Prado, a esfera política correspondente ao Estado nacional nasceu sob a égide da contradição, “uma vez que o processo de rompimento com os laços coloniais se deu tendo por inspiração os pressupostos liberais, mas, realizada a independência, a ordem senhorial e escravista manteve-se inalterada” (Prado, 2005, p. 20).

Assim, recorrendo mais uma vez à autora, além dos interesses da dinastia dos Bragança em se manter no poder, outros foram prontamente contemplados mediante “a forma como se efetivou o 7 de Setembro”. Com a manutenção da coroa portuguesa no trono, assegurava-se a ordem, ou, definindo em uma palavra, a escravidão (Prado, 2005).

Tal cenário, marcado por hierarquização e exclusão social, era representativo da forma de nação que se pretendia construir e que vigorou nos anos imperiais. Dessa maneira, o processo de construção e consolidação do Estado deu-se sob a monarquia constitucional, tendo à frente os homens livres proprietários, cujos interesses se voltavam à manutenção da ordem escravista e à agroexportação, contidos, grosso modo, no Partido Conservador (Prado, 2005).

Destaca-se também que plurais foram as práticas e as formas de linguagens da cidadania exercidas no decorrer do século XIX, no Brasil. Uma amostra pode ser verificada a partir de uma coletânea organizada pelas historiadoras Gladys Sabina Ribeiro e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, cujo trabalho reuniu artigos de vários estudiosos, visando evidenciar valores e práticas sociais definidoras da esfera pública, dando ênfase a processos de participação política, “como o exercício do direito de representar e de se fazer representar junto ao governo, e ressaltar a constituição de direitos a partir das vivências dos indivíduos no cotidiano, na imprensa e nos movimentos populares” (Ribeiro; Ferreira, 2010, p. 7-8).

Assim, demonstra o citado trabalho como podem ser diversos os processos e caminhos de participação política, e como a imprensa, sinalizada como um dos vários canais possíveis de busca pela prática da cidadania, detém a capacidade de reunir e abrigar desejos e iniciativas voltados ao exercício de direitos, com o intuito de querer fazer parte da esfera pública do poder, como se viu na imprensa paraibana na gênese do regime republicano, quando muitos procuravam os jornais para expressar suas posições e reivindicações quando ao regime em nascimento.

Cidadania, um termo abstrato que guarda em seu domínio simbólico condições essenciais para que se viva dignamente em sociedade, vem ocupando, no Brasil, papel central no debate político e intelectual brasileiro, desde a promulgação da Constituição de 1988, como destaca a historiadora Maria Emília Prado, que propõe, no livro *Memorial das desigualdades – os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902* (2005), um exercício de reflexão sobre os

acontecimentos que marcaram os anos finais do século XIX e os iniciais do XX no país, dando ênfase a questões que envolvem processos de desigualdades civis, políticas e sociais.

Resolvida a questão do direito à participação política, mediante adoção do voto universal e consolidado o funcionamento das instituições democráticas, era preciso voltar a atenção para o enorme abismo que separa a maior parte da população do país do acesso ou do exercício dos direitos civis e sociais. Por essa razão, o tema das desigualdades tem-se feito tão presente nos diferentes meios de comunicação, no debate político e intelectual, e no interior das instituições que compõem a sociedade civil no Brasil (Prado, 2005, p. 19-20).

Eleições, voto, grupos políticos, congresso, nação, estado, espaço público, relações de trabalho, escravidão, liberdade, estratégias, imprensa, impressos, teatro, cartas, música, literatura. Seja conferindo atenção maior à dimensão política, seja explorando mais o campo sociocultural, esses são alguns dos muitos temas que vêm sendo cruzados, por diferentes pesquisadores, com uma ampla concepção da noção de cidadania exercida durante o século XIX no Brasil.

Para Gladys Sabina Ribeiro (2007), que se dedica a pesquisas que abordam o tema cidadania no âmbito da formação do Estado, bem como da constituição da nação e das práticas políticas no período imperial, a nação brasileira não se trata de uma construção demiúrgica de um Estado abstrato. Para ela, que faz referência ao historiador Evaldo Cabral de Mello,⁶³ durante o raciocínio elaborado, tampouco a nação teria sido obra de

“indivíduos dotados de grande descortínio político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio-São Paulo-Minas”, [...] mas foi elaboração de diferentes grupos e agrupamentos políticos e sociais, presentes ou não na direção do Estado, e que tinham visão específica sobre o pacto social, a soberania e a legitimidade dos governos instituídos a partir desse contrato, mesmo que alguns desses homens não fossem capazes de formular conceitos sofisticados nem reportá-los a matrizes teóricas jusracionalistas ou jusnaturalistas. Viviam o processo histórico, experimentavam-no com suas demandas, em lento viver que fazia da liberdade as necessidades específicas de grupos políticos, econômicos e sociais situados nas diversas latitudes do Brasil (Ribeiro, 2007, p. 15).

Tal como esboçou José Murilo de Carvalho (2001), a pesquisadora considera, e sigio esse entendimento por ela esquematizado, ser possível pensar o conceito de nação “como formação de identidades coletivas de diferentes tipos” e cidadania relacionada ao modo como as pessoas interagem com o governo e as instituições, portando valores e práticas sociais, “que

⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, p. 11.

são, por um lado, definidoras da esfera pública e, por outro, são definidas pelas múltiplas experiências aí vividas” (Ribeiro, 2007, p. 14). Assim, para Gladys Ribeiro, o entendimento de cidadania, no século XIX, teve suas acepções em mutação desde a época da Independência.⁶⁴ De tal maneira, como elucida a autora, o termo precisa ser estendido e definido à luz das práticas políticas daqueles que cobravam o seu direito de peticionar e exercer a liberdade nas ruas, como também dos grupos envolvidos na construção da nação e do Estado nacional.

Mais do que um conceito relacionado diretamente ao âmbito da participação política, representada na existência de cidadão ativo e passivo, como defendeu José Murilo de Carvalho em seus escritos, cidadania, na visão dos contemporâneos da primeira metade do Oitocentos, abrangia, como demonstrou Ribeiro (2007), uma amplitude de direitos, tais como: de participar dos três poderes; de imprensa política; de reivindicar e cobrar iniciativas do governo, por meio do envio de petições; de segurança, de resistir à ação de autoridades, bem como de manifestar demandas consideradas imperativas.

Entretanto, “cidadania e participação política, em uma esfera verdadeiramente pública de poder, são processos de construção lenta, ainda mais no Brasil, herdeiro de cinco séculos de latifúndio e de quase outro tanto de escravidão” (Neves, 2002, p. 48). Em estudo que analisa o contexto da Independência do Brasil sob a ótica de uma tentativa de implantar novas ideias e práticas políticas no que diz respeito à relação do indivíduo e da sociedade com o Estado, por meio da imprensa, a pesquisadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2002) avalia que tal processo poderia ter culminado na edificação de uma autêntica esfera pública de poder e criado uma legítima noção de cidadania no Brasil, condição que acabou sendo restringida e reorientada em função das circunstâncias do período.

Por efeito da chamada Revolução do Porto de 1820, o movimento, no Rio de Janeiro de 26 de fevereiro de 1821, assim como outros semelhantes em algumas províncias, colocou em circulação, de maneira inédita no Brasil, ideias liberais e constitucionais, que logo foram divulgadas por meio de uma espantosa quantidade de jornais e panfletos. A multiplicação desses impressos refletia uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político, passando seus conteúdos, como indicam as inúmeras cartas de particulares que os redatores dos periódicos divulgavam semanalmente, a serem discutidos nas ruas e, sobretudo, nos novos espaços de sociabilidade, que cafés,

⁶⁴ A temática da nacionalização, segundo Letícia Bicalho Canêdo, começaria a ser mais amplamente discutida a partir de 1840. Isso se deu logo após o “processo de repressão às rebeliões provinciais e da estruturação de dois partidos nacionais, o Conservador e o Liberal, e da definição que as eleições aconteceriam no império em um único dia. A discussão sobre a nacionalidade da cidadania tomou corpo inicialmente na literatura e na imprensa. No seio das instituições governamentais, ela deslanchou no momento de enfrentar o problema da escravidão e seu correlato, a imigração estrangeira, no século XIX” (Canêdo, 2003, p. 529). Ver: CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 517-544.

academias, livrarias e sociedades secretas, como a maçonaria, tinham passado a constituir (Neves, 2002, p. 49).

Como explica a citada autora, os impressos, em linguagem acessível e de caráter polêmico, colocavam na pauta do debate as principais questões do momento, sendo os temas relacionados ao constitucionalismo a bandeira da vez. De tal maneira, os periódicos faziam circular notícias para um público mais amplo e diversificado, “que deixava de vê-las como meras novidades do domínio privado para encará-las como parte de um espaço comum. Esboçava-se, assim, a formação de uma autêntica esfera pública de poder, no sentido de Habermas” (Neves, 2002, p. 49).⁶⁵

Os estudiosos têm se preocupado em analisar a questão da cidadania de diversos ângulos, mas uma reflexão, como bem observa Maria Emília Prado (2005), sobre a temática nos momentos iniciais da República ainda é pouco expressiva, sendo nessa direção que esta tese se edifica. Mas, para isso, é preciso antes observar como o entendimento de cidadania se configura meses antes da instauração do regime republicano, diante do processo de abolição da escravidão. Como esse novo cidadão, o ex-escravizado, aparece nas páginas dos jornais paraibanos? A defesa da liberdade se torna o principal direito a ser defendido num momento em que a liberdade era legalmente adquirida e, ao mesmo tempo, ameaçada, como se verá no capítulo a seguir.

⁶⁵ Como salienta a estudiosa, são impressos (jornais, folhetos e panfletos) que traduziam o ideário político a partir de noções ilustradas do século XVIII. Ao mesmo tempo, tinha-se uma produção elaborada por uma elite e destinada a um público leitor que não apenas lia as publicações, mas delas extraíam um significado. Em contrapartida, é evidente que a comunicação oral era um canal expressivo e fundamental numa sociedade conduzida pela oralidade, não se podendo “ignorar que muitos tomavam conhecimento dessas novidades ouvindo leituras em voz alta e participando de conversas e de discussões sobre os acontecimentos políticos nas lojas e mesmo na praça pública” (Neves, 2002, p. 56). E, nesse novo tempo, em que a política se tornava tema de caráter público, a preocupação de formar uma opinião pública tomava conta da elite intelectual, sobretudo daqueles que conduziam folhetos e jornais. Nesses impressos surgia como “dever do cidadão”, isto é, daquele que escrevia, reger a opinião pública, e direcioná-la, como que segurando-a pela mão, ao que se compreendia como verdadeiro fim da felicidade social (Neves, 2002). Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Cidadania e participação política na época da independência. *Cad. Cedes*. Campinas. V. 22, n. 58, dezembro/2002, p. 47-64.

3. IMPRENSA, ABOLIÇÃO E CHEGADA DA REPÚBLICA EM SOLO PARAIBANO

3.1 “SEM MAIS SENHORES E ESCRAVOS”: A DEFESA DA LIBERDADE SOB A ÉGIDE DA ABOLIÇÃO

Não teria como abordar o tema cidadania no início da República, pelo prisma da imprensa, sem observar como os órgãos de comunicação aqui selecionados trataram a abolição da escravatura. Em um mundo estruturalmente marcado pelo domínio senhorial, pela tradição do mandonismo e pela cultura da subserviência, buscou-se examinar que luzes foram lançadas pelo periodismo paraibano sobre sujeitos que, antes colocados socialmente em posição de inferioridade, passariam, ao menos teoricamente, a compartilhar do mesmo direito que sempre gozaram seus ex-proprietários: a liberdade.

Como o “novo cidadão” aparece nas páginas desses impressos? Que espaços lhe são conferidos? Que direitos lhe são apontados e defendidos? Que caminhos são sugeridos para uma coabitação equilibrada de grupos sociais que historicamente conviveram em lados opostos?⁶⁶

Curiosamente, como demonstra a historiografia, em tempos próximos à decretação da Lei Áurea se vira multiplicar a quantidade de alforrias, por iniciativas particulares, pelo território imperial, inclusive em solo paraibano. Tal cenário é avaliado pelo pesquisador Lucian Souza da Silva (2021), que se debruçou, em tese de doutorado, sobre os últimos anos do cativo na Paraíba do Norte, como um abolicionismo de interesse, não despretensioso.

A maré de libertações quando o cativo tinha os “dias contados” revela o esforço da elite escravista em manter suas prerrogativas senhoriais. Além disso, as alforrias caminhavam na direção de evitar os conflitos e as tensões do Sudeste. O abolicionismo de conveniência dos últimos proprietários não foi suficiente para conter a profusão abolicionista real, que levou ao esmagamento e morte da Hidra da escravidão (Souza, 2021, p. 253).

Ainda segundo o pesquisador, no ano em que se deu a extinção da escravidão, o percentual de escravizados na Paraíba era muito inferior ao de pessoas livres: enquanto 98% (447.832) da população gozavam da liberdade, 2% eram privados dessa prerrogativa (9.400).⁶⁷

⁶⁶ Pergunta inspirada na trilha da escritora Judith Butler. Ver BUTLER, Judite. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁶⁷ De acordo com a historiadora Solange Pereira da Rocha (2009), em comparação ao contingente populacional livre, a Paraíba sempre apresentou um baixo percentual de escravizados. Uma concentração maior se daria, segundo a pesquisadora, entre o fim do século XVIII e início do XIX, quando a quantidade de pessoas em tal condição de vida passaria de 20% da população total. Ver: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba*

Lucian Souza também esclarece que mesmo com pouca dependência, a utilização da mão de obra compulsória, na província, se manteve até às vésperas da abolição, demonstrando a existência de “um vínculo ainda mais acentuado nas relações de domínio senhorial” (Souza, 2021, p. 58).⁶⁸

Para se ter uma noção, de acordo com o professor e jornalista Francisco Xavier Junior (1910), o número de escravizados já seria tão reduzido em 1887, no município de Areia, que abolicionistas locais teriam planejado liquidar completamente o cativo em 7 de setembro daquele ano. O plano teria sido frustrado em decorrências de ameaças de prisão e perseguições por parte do juiz de direito da cidade, tornando a abolição servil no lugar uma realidade apenas em 3 de maio de 1888. O fato demonstra que, mesmo diante de um pequeno contingente de cativos, havia uma enraizada cultura política escravista (Silva, 2016).⁶⁹

Decorridos dez dias da notícia que imprimia, de uma vez por todas, a libertação dos escravizados em Areia, outra de proporção maior se espalharia pela Paraíba. No dia 13 de maio de 1888, por meio de telegrama enviado da Corte, chegava a informação de que estava extinta a escravidão em todo território brasileiro. Coube à *Gazeta da Parahyba*, que tinha sido posta em circulação há apenas cinco dias, a exclusividade em noticiar o fato, logo se incumbindo de organizar as primeiras manifestações. Naquele mesmo dia histórico, as comemorações tomaram conta da capital paraibana, assim como se deu nos dias seguintes.

Desde que foi anunciada nesta capital que o senado aprovara em 3ª discussão o projeto da abolição, notícia esta que foi transmitida ao público pela *Gazeta da Parahyba*, que distribuiu um boletim e promoveu repentinamente uma passeata, que tem estado ela em delírio (*Arauto Parahybano*, 20 de maio de 1888).

oitocentista: população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2007.

⁶⁸ De acordo com Lucian Souza da Silva, comparando com total de pessoas livres desde o período colonial, o número de escravizados na Paraíba nunca excedeu o percentual de 25%. “A despeito desse baixo percentual, as relações escravistas foram definidoras da sociedade provincial que se construiu ao longo do século XIX. Durante a segunda metade do século, esse quantitativo foi paulatinamente decrescendo”. A decrescente diminuição do contingente de escravizados pode ser entendido, nas palavras do pesquisador, “como resultado do fim do tráfico atlântico e da intensificação do tráfico interprovincial, da incidência das secas, além da ocorrência de epidemias – que levaram muitos escravizados e livres à morte” (Souza, 2021, p. 61). Ver: SILVA, Lucian da. *Esmagando a cabeça da hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2021. 348f.

⁶⁹ Baseando-se no teórico Serge Berstein, e no conceito de cultura política por ele formulado, o pesquisador Lucian Souza da Silva entende por cultura política escravista “enraizamento da escravidão que, por sua vez, moldou atitudes, crenças, práticas sociais, ideias, posicionamentos políticos, manifestando-se como um fenômeno de indivíduos específicos e também enquanto grupo social” (Silva, 2016, p. 30). Ainda de acordo com Lucian Silva, tal fenômeno teria sido responsável por prolongar a escravidão no Brasil até onde foi possível. Ver: SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2016. 171f.

Passeatas e discursos eufóricos marcariam os festejos pela liberdade ou as “festas da liberdade”, nas palavras impressas nos suportes jornalísticos. Foi a imprensa local, tanto a liberal quanto a conservadora, a principal promotora das iniciativas. Redatores dos periódicos *Gazeta da Parahyba*, *Arauto Parahybano*, *Jornal da Parahyba* e *O Despertador* se envolveram diretamente nas celebrações pela concretização da causa que há muito defendiam e pela qual lutavam (a maioria dos periódicos citados).⁷⁰

Mas, será que o embate estava mesmo vencido a partir do dia 13? Ou, como indagou a *Gazeta da Parahyba*, três dias após a aprovação da Lei da Áurea, na edição de 16 de maio de 1888: terá a escravidão morrido de fato?⁷¹ A resposta para as questões levantadas são trazidas pela própria folha: “Enquanto a população da capital se apresenta festejando a [...] liberdade concedida aos míseros cativos [...], temos nas imediações da capital algum senhor de engenho que grita em alto e bom som que nenhum poder tem a força para arrancar-lhe ‘seus cativos’” (*Gazeta Da Parahyba*, 16 de maio de 1888).

Aqui está a grande questão do período. Engana-se quem pensa que o problema da escravatura estaria resolvido com a lei assinada pela princesa Isabel, em 13 de Maio de 1888. A principal luta dos abolicionistas ainda estaria por vir, que era a de se fazer valer na prática o que estava assegurado no papel. E, em defesa desse direito, verbaliza a *Gazeta da Parahyba*, no mesmo artigo que denuncia a insistência em não se querer reconhecer a liberdade dos escravizados: “Na Paraíba não existe mais senhores nem escravos; todos são iguais perante a lei” (*Gazeta Da Parahyba*, 16 de maio de 1888).

Se era preciso reafirmar que a condição de escravizado não era mais legalmente aceitável, era porque ela não teria sido dada como totalmente superada. Começava-se outra batalha, agora por uma liberdade que se fizesse sentir também no dia a dia. O novo cidadão, em termos de direitos civis, que nascia com a decretação da lei da liberdade, não conseguiria gozar de imediato desse status. A independência se mostrava limitada, restrita e distante.

Para Hebe Mattos (2009), com a emancipação política do Brasil, em 1822, se determinou pela primeira vez a cidadania brasileira e os direitos a ela relacionados. Mas, a adoção de uma monarquia constitucional de base liberal (leia-se absolutista e promotora do poder moderador) conviveu com a contradição da manutenção da escravidão. Como aponta a historiadora, ao mesmo tempo em que se tinha, por um lado, o reconhecimento, pelo

⁷⁰ Sobre jornais dedicados à causa da abolição na Paraíba, ver: BEZERRIL, Simone da Silva: *Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão*. II Simpósio de história do Maranhão oitocentista. São Luís, 2011. Disponível em: https://hugepdf.com/download/imprensa-e-politica-jornais-como-fontes-e_pdf.

⁷¹ Ver artigo “Abuso de poder”, situado na segunda página do periódico.

liberalismo, de que os homens nasciam livres e iguais, por outro, sob a égide das constituições liberais, se garantia a existência da senzala, ao ser legitimado o pleno direito de propriedade.⁷²

Com a permanência da instituição da escravidão, a igualdade entre cidadãos livres esbarrava, seguindo as assertivas de Hebe Mattos (2009), na discriminação racial. Por muito tempo, durante os longos anos de cativeiro no Brasil, o homem livre não branco era constantemente colocado na posição de suspeição quanto ao direito à liberdade. A tonalidade de sua pele era motivo suficiente para que sempre tivesse que comprovar seu status de pessoa livre, apresentando as cartas de alforria, quando interpelado sobre o direito de ir e vir. Certamente, o medo de que o direito conquistado fosse anulado tomava conta dos que conseguiam se livrar de seus senhores.

Mesmo diante da abolição geral, a incorporação à categoria de liberto não seria algo resolvido e concretizado para muitos daqueles que passaram mais da metade da vida nas senzalas. Encarava-se, como já apontado, a resistência de muitos senhores que insistiam em alimentar o desejo e a necessidade de manter indivíduos sob seus domínios.

Observa-se que no mesmo mês em que os jornais noticiam o aniquilamento da dominação de um homem sobre o outro também veiculam as manobras para se fazer prolongar a escravidão. Três dias após a festejada lei da libertação, denunciava a *Verdade*, em nota publicada na seção “Gazetilha”: “Triste e vergonhoso recurso é o de alguns escravocratas, que procuram desfrutar ainda os serviços de ingênuos, propalando que são tutores dos mesmos” (*Verdade*, 16 de maio de 1888).

As práticas ilegais de escravidão continuavam sendo pautadas pelo referido órgão, que, em sua edição de 30 de maio de 1888, publicava, na seção “Colaboração”, mais uma denúncia que revela as dificuldades enfrentadas pelos libertos. Segundo o texto, os fatos que se dão, “relativos às perseguições que os escravocratas de todos os tempos fazem aos libertos e aos ingênuos”, não causam surpresa, uma vez que já tinham sido previstos e apontados em diversos números do jornal. Ainda no conteúdo que preenche a citada seção, acrescenta-se que:

Raro é o dia que nos não procuram libertos deste e dos termos vizinhos reclamando auxílio e pedindo providências para obterem a entrega de seus filhos que continuam a sofrer duro cativeiro sob o domínio dos ex-senhores, os quais não se conformam com a lei de 13 de Maio que derogou todas as leis contrárias a imediata e incondicional abolição da escravidão.

⁷² Tal contradição não foi uma exclusividade do Brasil, tendo se desenrolado “em toda a América, até nas colônias escravistas inglesas e francesas, no contexto das chamadas revoluções atlânticas” (Mattos, 2009, p. 352). Ver: MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. São Paulo: Civilização brasileira, 2009, p. 349-392.

É vergonhosa a indiferença de algumas autoridades que limitaram-se a expandir circulares e editais, que são ludibriados pelos seus subordinados! Como não há de assim suceder, se tais autoridades são delegados que receberam a lei do dia 13 como um grande mal (*Verdade*, 30 de maio de 1888).

A publicação da *Verdade* aponta não apenas o descontentamento dos que deveriam ter se tornado ex-senhores de escravos, mas a permanência do cativo por parte da ação de indivíduos que se fazem de desentendidos sobre a revogação de todas as leis que antecedem a que impõe a abolição total. Diante da suposta desinformação, emitiu o presidente da província (muitas vezes, inclusive) uma circular esclarecendo o assunto que mais se lia na imprensa de todo o país. Determinava o documento a execução imediata da mais nova lei decretada em benefício dos escravos, que, a partir de então, não mais existiriam enquanto categoria.

A indignação não para por aí. O escrito trazido pelo jornal ainda revela como as autoridades judiciais agem diante de tudo isso: de forma omissa, como se a nova realidade fosse um mal inaceitável. Assim, os recém-libertos se veem presos às amarras das senzalas, pois a liberdade não se torna completa, se dela não podem fazer parte todos os membros de uma família. São os filhos dos libertos, os ingênuos, os alvos dos ex-escravocratas. Sobre aqueles, desejam e buscam permanecer exercendo o poder de tutores, para deles usufruírem, por mais um tempo, o trabalho escravo.

O tão sonhado e difundido fim da escravidão em terras brasileiras era assinalado pela *Verdade*, em editorial de 5 de julho, como algo ainda por acontecer, porque, na visão do periódico, nada na prática estaria sendo feito para assegurar aos ex-escravizados o direito à liberdade.

A liberdade sem garantias é um escárnio que revolta os sentimentos de justiça daqueles que com mil sacrifícios conseguiram que fosse promulgada a decantada lei de 13 de Maio.

Declarar livres os infelizes escravizados, e deixá-los sujeitos à vontade arbitrária de seus perseguidores, sem poderem reunir livremente os membros de suas famílias, sem encontrar garantias nas autoridades, e entregues a seus próprios recursos para lutar contra elementos de perseguição sob as vistas do próprio governo que os deveria proteger punindo seus algozes, não é só uma imoralidade: é uma infame mentira, um laço armado a soberania popular com o fim de perpetuar no país a [...] instituição monárquica [...]

Unam-se todos os mártires, todos aqueles que são massacrados, perseguidos, desrespeitados pelos que julgam privilegiados, e num só corpo oponham a razão e os princípios de justiça aos abusos e prepotências, que será restabelecida a igualdade de direitos, sem a qual nenhum país pode se dizer livre (*Verdade*, 5 de julho de 1888).

Ao denunciar que a nova situação do ex-escravizado parecia fazer parte de um jogo de encenação, defendia o impresso a igualdade de direitos como condição primordial para a liberdade. Um homem não poderia ser mais dono de outro, argumentava a *Verdade*, ao mesmo tempo em que conclamava aqueles diretamente atingidos pelo que denominava de “abusos” e “prepotências” a lutarem para que a liberdade legalmente assegurada se tornasse, de fato, uma realidade para todos.

Na edição seguinte, a *Verdade* veicula um artigo que reascende a crítica contra a conduta denominada pelo jornal como uma agressão aos direitos por parte de homens de Areia e de outras localidades, além de deixar claro, principalmente, a nulidade que acarreta a qualquer tipo de vínculo escravista que se tenha estabelecido antes da incondicional libertação da escravatura.

Não podemos deixar passar despercebidos os fatos que se tem dado nesta e em outras localidades, ofensivos aos direitos dos libertos, que continuam a ser perseguidos desabridamente pelos escravocratas. [...] O dia 13 de Maio ficou abolida a escravidão do Brasil, imediata e incondicionalmente, – o que quer dizer em linguagem clara: – *acabaram-se todas as condições* impostas pelas leis anteriores ou pelos senhores dos escravos; *estão nulos todos os contratos entre senhores e escravos*, porque – *não há mais escravos nem senhores* (*Verdade*, 6 de junho de 1888 [**grifo meu**]).

Com a ênfase na afirmação de que “não há mais escravos nem senhores”, apregoa o periódico que todos agora são iguais no meio social, sendo a pessoa livre possuidora de um direito prioritariamente inviolável – a liberdade. De tal maneira, defendem os redatores, ainda no artigo anteriormente referido:

Os chefes de família, – pais, mães, os parentes dos ingênuos, – têm o incontestável direito de reavê-los, ainda mesmo que estejam eles tutelados, como ilegalmente tem-se procedido entre nós [...]. Não cessaremos portanto de clamar contra os desmandos de juízes que se tem mancomunado com escravocratas, para iludir as leis em favor dos libertos vítimas de sua infame cobiça (*Verdade*, 6 de junho de 1888).

Em suas edições, o órgão deixa claro que o motivo pelo qual se fez surgir na imprensa paraibana, o abolicionismo, ainda o move na luta pelo que entende por uma liberdade completa, ou seja, realmente aceita e praticada. A indignação do jornal *Verdade* com a ilegalidade do cativo e com a postura da Justiça em relação a essa condição é exposta já em sua edição de número três, datada de 11 de abril de 1888, quando traz, sob o título “Escândalo”, a seguinte nota: “Rara é a semana que a liberta Francisca não leva uma surra de chicote (macaca) ou

palmatória; - reside atualmente nesta cidade na mesma rua em que moram os Drs. Juiz Municipal e o Promotor. Isto é demais!” (*Verdade*, 11 de abril de 1888).

O direito à liberdade de Francisca, cuja idade não é informada, não é respeitado. Continua a ex-escravizada sendo tratada como objeto, possivelmente passiva a agressões de diversos tipos, não se sabe se por parte de seu ex-senhor ou de qualquer um que se julgasse detentor do poder de dizer quem deveria ser considerado possuidor do direito de ser livre, não importando se dessa prerrogativa fosse o sujeito legalmente portador.

O *Arauto Parahybano* era outro veículo da época declaradamente favorável à liberdade dos escravizados.⁷³ Tratava-se de uma folha nascida em 1888 com a autodenominação “Periódico literário, noticioso e abolicionista”. Concretizada a abolição, o jornal passaria a se designar, sem prejuízo de seu programa original, “Periódico literário, noticioso e evolucionista”.⁷⁴

Para o órgão, cujo quadro redacional era composto por estudantes do Liceu Paraibano, a propaganda abolicionista se estendia para além da liberdade individual. Prega-se como fundamental, a partir de então, a “liberdade do espírito”. De tal maneira, alertava o jornal para a problemática de que os efeitos da liberdade seriam inexistentes sem o acesso à instrução, que se tornaria o principal direito do cidadão a ser defendido naquele momento pela pena do citado suporte.

Assim, se pronunciava o *Arauto Parahybano*, em 27 de maio de 1888, por meio do editorial intitulado “Depois da abolição”:

Depois da grande reforma operada no país – a extinção do elemento servil – o espírito público tende necessariamente a ocupar-se de outros melhoramentos atinentes ao engrandecimento da pátria [...]

Em nossa opinião, o abolicionismo, como propaganda, terá de permanecer ainda por muito tempo entre nós, porque, como já tivemos ocasião de dizer, sem nenhum mérito ficaria ele se a sua ação terminasse com a liberdade individual do cidadão sem curar também de libertar-lhe o espírito. [...]

Consequência necessária da extinção do elemento servil, a educação popular será nosso ideal [...]

Num país como o Brasil, onde, depois de uma luta tremenda, acaba de baquear a mais degradante instituição humana, traduzida pelo predomínio do homem sobre o homem, nenhum outro assunto, que não a instrução, se impõe mais atenção do governo, e aos cuidados da imprensa livre, que é a alma do mesmo povo.

⁷³ Além do *Arauto Parahybano*, outro jornal estava ligado diretamente à causa da abolição dos escravizados. Tratava-se do semanal *O Emancipador*, fundado em 1883, na capital paraibana, pela associação abolicionista Emancipadora Parahybana.

⁷⁴ Ver edição de 27 de maio de 1888.

Os efeitos da liberdade sem instrução serão nulos, e para que o homem livre não se atire nos braços do crime, cumpre esclarecer-lhe o espírito (*Arauto Parahybano*, 27 de maio de 1888).

O jornal que se empenhara pela causa da abolição desde que surgiu no universo da imprensa paraibana, levantava, depois do objetivo alcançado, a bandeira da escolarização, acreditando ser a melhor forma de integrar, de fato, os mais recentes cidadãos, os ex-escravizados, na sociedade. Evitava-se, assim, com a prática, na concepção do *Arauto Parahybano*, o desvio para o crime, diante da falta de oportunidades.

Como apontou o pesquisador Thiago Oliveira de Souza, denunciavam os redatores da citada folha que, embora estivesse livre da chaga da escravidão, o Brasil ainda não se constituía em um país livre (Souza, 2010). Sob o título “o que nos falta”, dizia o *Arauto Parahybano*, em editorial de junho de 1888, que não se pode afirmar que se tem um Brasil definitivamente livre, a menos que a abolição seja seguida de uma reforma no ensino, ou seja, prega-se urgentemente pelo direito à uma educação de qualidade para todos, inclusive para os ex-escravizados.

Estamos em um país sem escravos, mas não podemos dizer que estamos em um país verdadeiramente livre [...]

A lei de 13 de maio, já tivemos ocasião de dizer d’estas colunas, não passa de uma base sobre a qual terão de construir novos edifícios; [...]

Urge reformar o ensino público, e reformá-lo pela base, expurgando-o dos vícios orgânicos e preparando bons professores; porquanto os que possuímos, com poucas exceções, são os primeiros a ignorar aquilo mesmo que mais deveriam saber.

Uma reforma nesse sentido é o que falta a nós, que nascemos livres, e aos nossos irmãos que foram escravos (*Arauto Parahybano*, 12 de junho de 1888).

Quase um mês antes da publicação do *Arauto Parahybano* sobre a importância da educação para uma eficaz inserção do ex-escravizado na sociedade, a *Gazeta da Parahyba* informava ao seu público que após a abolição tinha como objetivo trabalhar pela “elevação do nível moral e intelectual do ex-escravo, para que ele venha a ter perfeita noção dos seus direitos e deveres” (*Gazeta Da Parahyba*, 18 de maio de 1888).

Diante do novo cenário, cinco artigos estamparam edições da *Gazeta da Parahyba* sob o título “A abolição e o trabalho”. Embora numa sociedade onde já prevalecesse o trabalho de homens livres ou libertos, ainda era preciso, por parte dos agricultores, se adaptarem ao trabalho assalariado (Silva, 2021). No arquivo da Hemeroteca Digital, a série parte do número dois, datada de 13 de maio de 1888.⁷⁵

⁷⁵ Não se sabe a data do primeiro artigo porque não constam no arquivo da Hemeroteca Digital edições anteriores da citada folha.

Aliás, aliadas à abolição, questões relacionadas à mão de obra, ao trabalho e à emigração ditaram os debates parlamentares nos últimos anos do século XIX (Prado, 2005). Para a *Gazeta da Parahyba*, tais temas não se dissociavam, ao contrário, caminhavam juntos. Destaca-se, aqui, o último número da série, “A abolição e o trabalho V”. Nele, o redator argumenta que, diante da nova realidade no país, a lavoura não seria abalada “se os agricultores souberem manter as relações de bondade com os ex-escravos”, sobretudo com os filhos deles.

Em perspectiva de futuro, a folha aponta a educação como um imperioso dever para com os ex-escravizados e os ingênuos. Era fundamental, segundo a gazeta, o investimento em abrigos e instrução. A iniciativa possibilitaria, na linha do jornal, segurança aos trabalhadores, em relação ao futuro dos filhos, ao mesmo tempo que evitaria que menores se tornassem “embriões da criminalidade”, que “vivam arrastando-se andrajosa pelas ruas e estradas, para mais tarde encher o recinto das prisões”.

Mas, o que mais chama atenção no conjunto de artigos é a convocação do Estado para seu dever de formação de cidadãos. Para a *Gazeta da Parahyba*, essa seria a principal contribuição do setor público institucionalizado, tanto para o problema do trabalho em frente à abolição da escravidão quanto para o desenvolvimento e a segurança da sociedade.

Preparando homens com aptidão para a procura de um meio honesto de vida, tornando-se instrumentos conscientes do bem-estar social, em cuja conquista saberão empenhar-se, eis que se acham corrigidos dos vícios, dos instintos reprovados, e das tendências maléficas dos que, muitas vezes assaltados pelo mau exemplo, não tiveram uma caridosa mão que lhes alumiasse o caminho do bem por meio do ensino e educação que formam no homem uma grande natureza (*Gazeta da Parahyba*, 24 de maio de 1888).

Para a *Gazeta da Parahyba*, propiciar meios para que os ex-escravizados se transformassem em verdadeiros cidadãos constituía uma necessidade e imposição inquestionáveis, tornando-se, na visão do impresso, o melhor caminho a ser trilhado em benefício da própria sociedade.

Chegava ao fim o ano em que se fez efetivar a libertação total do cativo no país. Na primeira sexta-feira de 1889, 4 de janeiro, a edição semanal da *Gazeta do Sertão* era posta em circulação mais uma vez. No exemplar inicial do novo ano, a folha estampava o editorial “1888-1889”, que trazia um conteúdo retrospectivo acerca dos principais acontecimentos verificados no ano concluído.

O grande destaque no texto foi para o papel da imprensa na libertação da escravatura. Nessa direção, os impressos jornalísticos foram consagrados como os principais responsáveis pela conquista. Atribui-se à imprensa a glória da abolição:

Nenhum poder mais do que o da imprensa a iniciou, a sustentou com denodo, a guiou até o fim, levando a convicção a todos e impondo-a a cada cidadão, a cada família, a cada burgo, a todas as províncias e, por fim, ao país inteiro. A imprensa jamais se elevou tão alto em país algum; jamais se cobriu ela de tantos louros (*Gazeta do Sertão*, 4 de janeiro de 1889).

Bem antes da destacada honraria prestada pela *Gazeta do Sertão*, a *Gazeta da Parahyba* já registrara a relevância do papel dos periódicos no processo da abolição. Quatro dias após a publicação da Lei Áurea, o veículo atribuía à imprensa a progressão da ideia abolicionista, ao mesmo tempo em que enaltecia o trabalho de seus publicistas (jornalistas), ao dizer: “Cabe a ela a maior parcela de glória pela esplêndida realização desse sublime desiderato – a libertação integral do vasto império americano. Orgulhem-nos, pois, todos nós incansáveis apóstolos da imprensa, manejadores bem-intencionados da pena” (*Gazeta da Parahyba*, 17 de maio de 1888).

Na edição do dia seguinte, a *Gazeta da Parahyba* continuava apontando em suas páginas a importância dos jornais na libertação dos escravizados, ressaltando, agora, o caráter pacífico com que norteou a campanha. Assim discorreu a folha no artigo denominado “Após a abolição”:

Sobretudo da imprensa democrática partia o abrasamento das doutrinas humanitárias, evangelizadoras pelos apóstolos da redenção dos míseros cativos. Mas este abrasamento nunca conduziu a multidão a lutas fratricidas, nem a excessos criminosos. Pelo contrário ele, ao mesmo tempo, que concorria para o despedaçamento dos grilhões, motivara tantas alegrias não somente no lar do mestiço, mas também nas praças públicas, nos teatros, no seio das associações (*Gazeta da Parahyba*, 18 de maio de 1888).

Como bem lembra Lucian Souza (2021), e com ele concordo plenamente, é preciso não esquecer o embate pela liberdade empreendido pelos próprios escravizados, que, buscando serem sujeitos de seus destinos, desafiavam seus senhores (desenvolvendo comportamento agressivo e violento para evitar ou protestar a separação de seus parentes), fugiam para quilombos, compravam as próprias alforrias ou recorriam à justiça, quando acreditavam dispor de prerrogativas para reivindicar direitos, como as ações movidas por personagens apresentados

por Lucian Souza (2016) em sua dissertação de mestrado, ou quando ameaçados pelo fantasma da reescravização, no caso daqueles já libertos.⁷⁶

Os escravizados tiveram uma importância fundamental no processo que culminou na extinção da senzala. Os historiadores Sidney Chalhoub⁷⁷, João José Reis e Eduardo Silva⁷⁸ realizaram estudos pioneiros que comprovam, através de pesquisas em fontes primárias, a dinâmica de negociação que se estabeleceu no interior do cativo, destacando como os negros desenvolviam maneiras de viver, ao menos, de forma melhor dentro daquela estrutura imperiosa, ou mesmo, como procuravam, em outras ocasiões, maneiras de se livrarem das senzalas.

O sistema escravista não era tão rígido a ponto de não permitir a existência de brechas para que o escravo criasse espaços de negociação com seus senhores (Bezerril, 2011). Não importa a forma adotada para encarar a escravidão, eram sempre tentativas de se buscar a liberdade ou, ao menos, de fazer valer um mínimo de direito diante de um sistema violentamente imposto.

Por outro lado, também não se pode fechar os olhos para aqueles homens de imprensa que incansavelmente empreenderam suas penas contra o cativo. Era para as redações que muitas pessoas não livres recorriam, creditando aos periódicos uma espécie de defensor oficial. Não é à toa que os impressos jornalísticos da época se autoproclamavam como os grandes guerreiros da liberdade. Tornaram-se as sedes dos órgãos noticiosos um tipo de reduto, um lugar para onde muitos escravizados se destinavam, convictos, em diversos casos, de que de lá sairiam com suas cartas de alforria, como conta Eugênio Toscano de Brito (1910).

Se a luta que se dera na imprensa fora inicialmente pela liberdade, o embate travado posteriormente à conquista legal do referido direito se moveu para que ele fosse, de fato, concretizado. Para a imprensa, a liberdade ia além do que determinava a lei de 13 de maio de 1888. Fundamentalmente, era preciso assegurar o direito na prática contra aqueles que dele fingiam não ter conhecimento, mas também era primordial levar a liberdade adiante, fazer do ex-escravizado um cidadão de verdade, algo que só seria possível, segundo defendiam os órgãos de imprensa da época, por meio da instrução, da “preparação do espírito”.

⁷⁶ Ver: GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, p. 415-436.

⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Na visão da imprensa, educar os libertos era uma forma eficaz de contribuir com o próprio desenvolvimento da sociedade, uma vez que evitaria o alargamento da possibilidade de criminalidades. Seria a educação uma via primordial para promover uma relação pacífica entre pessoas que viveram anos em posições diferentes e conflitantes. Por outro lado, ao serem libertos, os novos cidadãos não conquistariam direitos políticos, pois aos analfabetos era negado a participação na vida política. Dessa maneira, a educação seria o instrumento essencial de transformação e inserção dos libertos na vida social, um caminho para uma cidadania mais ampla, na qual homens livres, libertos e pobres seriam concebidos como cidadãos.

3.2 REPÚBLICA: “ASSUNTO *MAXIME* DEPOIS DO FIM DO CATIVEIRO”

Já havia se passado seis anos desde o processo político de Independência do Brasil (1822), momento de grande movimentação na imprensa nacional, marcado pelo surgimento da opinião pública nos veículos impressos,⁷⁹ quando, na Paraíba, surgiria, em 1828, a *Gazeta Parahybana*, periódico fundado por Antônio Borges da Fonseca.⁸⁰ A folha, que se publicava duas vezes por semana, seria a segunda a ser criada em solo paraibano, com o diferencial de veicular ideais republicanos quando ainda se vivia nos tempos inaugurais do Império brasileiro.

O teor dos artigos publicados no citado jornal, segundo informa o *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand* (2009), aponta corrupções, crimes e negociatas do mundo político. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a pauta seguida pelo impresso proporcionaria popularidade ao seu proprietário, o fazia sofrer, em menos de um ano, processo criminal e posterior detenção.

Na linha do citado Dicionário, o mais famoso jornalista paraibano do início do século XIX sofrera acusações de “abuso de liberdade de imprensa”, dois anos antes da tipificação de tal crime, que seria previsto tanto pelo Código Criminal de 1830, quanto pelo Código de Processo de 1832.

⁷⁹ É, sobretudo, entre os anos de 1820 e 1821, como assegura Marco Morel (2008), que os jornais, acompanhando a dinâmica da política, se consolidam como veículos de mobilização na sociedade. É importante frisar que as revoluções constitucionais em Portugal e na Espanha, influenciadas pela Constituição de Cadiz, foram fundamentais no combate à censura prévia aos impressos. Por outro turno, a implantação da liberdade de imprensa não significaria que tal condição permanecesse constante ou ampliasse suas dimensões no decorrer do tempo. Embora tenha ocorrido um crescimento da imprensa, o controle da atividade jornalística seguiria uma linha labiríntica, com recuos e avanços (Morel, 2008). Dessa maneira, “os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares” (Morel, 2008, p. 34). Ver: MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

⁸⁰ Nascido em 1808, ele faleceu por volta de 1872. Foi o mais conhecido jornalista paraibano do início de século XIX. Ver capítulo quarto, terceiro tópico.

Destaca Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca que “assumir publicamente através de artigos na imprensa a defesa da República como forma de governo” (2006, p. 338) também era considerado ato inconstitucional. Ainda segundo a pesquisadora, a lei de imprensa, editada em 20 de setembro de 1830, apresentava dois artigos que apontavam como abuso do direito de comunicação ataques ao sistema monárquico e ao Imperador, bem como possível excitação à rebelião contra o Trono.⁸¹

O cerco imposto à liberdade de expressão não intimidaria os órgãos de imprensa críticos à Coroa. Afirma Fonseca (2006) que a transcrição de artigos de outros jornais se tornou o mais frequente recurso, entre os inúmeros existentes no período regencial, para amparar os princípios republicanos.⁸² Com a prática, nas palavras da pesquisadora, buscava-se “demonstrar a extensão dessas ideias, ou mesmo para eximir-se da responsabilidade legal sobre os princípios apregoados” (Fonseca, 2006, p. 338).

O publicista paraibano Antônio Borges da Fonseca, em sua trajetória na imprensa carioca,⁸³ muito fez uso da estratégia citada por Fonseca, ao transcrever, constantemente, em sua folha, *O Republico*, artigos do jornal *Voz Paulistana*.⁸⁴ Sobre o fato, discorre a mencionada historiadora:

Assim ocorre em 19 de fevereiro de 1831, ao louvar o “governo virtuoso” dos Estados Unidos: “um governo nacional eletivo [que] não tem outros interesses separados dos da Nação (...) fundado sobre a igualdade perfeita e, em uma palavra, federativo, onde cada província sendo livre em se governar por si, fazer as suas leis [e] nomear seus magistrados”. (Grifado originalmente. Transcrição da *Voz Paulistana*, nº 4, 25 de janeiro de 1831) (*Apud* Fonseca, 2006, p. 339).

Constata-se que, mesmo diante da vigilância e censura governamentais, os jornais forjaram diversas estratégias no intuito de transformarem seus veículos em espaços voltados ao debate e à crítica política.

⁸¹ Ver: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Contribuição para os estudos da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840). In: RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas de cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 203-228.

⁸² Sobre o conteúdo, diz a pesquisadora que “o meio mais comum utilizado pelos jornais para enaltecer a República era, indiretamente, através da desqualificação da monarquia, seus tributos, protocolos e rituais” (Fonseca, 2010, p. 210). Ver: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Contribuição para os estudos da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840). In: RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas de cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 203-228.

⁸³ Ver histórico do publicista no terceiro capítulo, em tópico sobre jornalistas paraibanos.

⁸⁴ Conduzido por estudantes do Curso de Direito de São Paulo.

Concomitantemente à *Gazeta Parahybana*, circulava em terras paraibanas outro impresso defensor de princípios republicanos, *O Raio da Verdade*.⁸⁵ O apontamento, aqui, de tais veículos objetiva apenas demonstrar que de alguma forma, no mínimo, se ouvia falar, por meio das palavras impressas, em República na antiga província da Paraíba do Norte, desde as primeiras décadas do século XIX.

A defesa de que concepções republicanas circularam no território local no decorrer do Oitocentos vai ao encontro do que apregoava o primeiro pesquisador a se debruçar unicamente sobre a temática em torno da história da República na Paraíba, Apolônio Nobrega, em *História republicana na Paraíba* (1950), assim como outros representantes da historiografia clássica paraibana que a ele antecederam (Cavalcanti (1914); Mariz (1922)).⁸⁶

Verifica-se, entretanto, uma corrente historiográfica que acusa de serem inexpressivos os traços de republicanismo na sociedade paraibana, antes da implantação da República, apontando fragilidade e apatia a respeito de qualquer espécie de luta em prol desse intuito. Apregoa-se, ainda, que não existia partido, órgãos de imprensa, nem clubes republicanos anteriores a 1889, assim como se propaga que “os raros paraibanos que se empenharam pela mudança de regime governamental o fizeram, principalmente, além das fronteiras provinciais” (Rodrigues, 1989, p. 14).

De fato, a criação do partido republicano na Paraíba data de 1892, bem como alguns paraibanos ganharam destaque na defesa da instauração do novo regime longe de sua terra natal, a exemplo do mais conhecido dentre eles, Aristides Lobo, signatário do Manifesto republicano, tendo sido “considerado o líder da ala radical do Partido Republicano no Rio de Janeiro e diretor de *A República*, jornal oficial partidário” (Rodrigues, 1989).⁸⁷

Mas, não se pode generalizar e afirmar que era insignificante ou mesmo inexistente qualquer movimentação de escritos de teor republicano em solo paraibano anteriormente à

⁸⁵ Existe apenas uma edição desse jornal na Hemeroteca Digital, datada de 25 de maio de 1833, número 67.

⁸⁶ São autores que defendem o republicanismo como uma característica da identidade republicana, concepção que ganhou força com a criação do IHGP, em 1905, como bem destaca o pesquisador Iordan Gomes (2018). Com base nos escritos de Margarida Dias (1996), o historiador relata que “imbuídos da missão de escrever uma história da Paraíba, os fundadores do IHGP lançaram as bases do que chamaram de paraibanidade, que remete à identidade paraibana, tal como foi definida pelos intelectuais do Instituto, a partir de uma ‘personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores’, entre os quais, incluíam o republicanismo. Para eles, a Paraíba tinha ‘um solo fadado para a República’ e o evento da Proclamação foi um ato consumado da história heroica da Paraíba” (Gomes, 2018, p. 215). Ver: GOMES, Iordan Queiroz. *A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. 2018, 460 f.; DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local -1905-1930*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

⁸⁷ Outros nomes entram na lista: Manuel Acauã, signatário do Manifesto Republicano; João Coelho Lisboa; Maciel Pinheiro e Albino Meira, se bem que esse último teve correspondências que tratavam sobre o tema publicadas na imprensa local.

Proclamação da República, sob o argumento de que não haveria espaço e sobraria indiferença a ideias contrárias à Monarquia. A própria historiografia que caracteriza a campanha republicana de frágil na Paraíba admite que, mesmo reinando o ideário político monárquico na imprensa paraibana, não foi possível ignorar totalmente a existência ou o avanço de movimento republicano em âmbito nacional (Cittadino, 2010). Agora, se foi uma circulação constante ou irregular no decorrer do Oitocentos, é caso para uma pesquisa bem detalhada sobre o assunto, o que não se constitui em foco principal desta tese.

Pretende-se aqui chamar atenção para o fato de que se esquecem os que proclamam a irrelevância da Paraíba, em termos de atuação jornalística na luta em defesa da República, que jornais nascidos no final da década de 1880 já se declaravam abolicionistas e republicanos, princípios que mobilizavam as páginas de pelo menos três reconhecidos jornais surgidos em 1888 – *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* e *Verdade*. Aliás, na linha de Ângela Alonso (2002), a partir da década de 1870, sobretudo nos anos que antecederam o fim do período imperial, se assistiu a uma proliferação de impressos pelo país, que, procurando ser mais independentes, se tornaram instrumentos de divulgação de posições contestadoras ao sistema político brasileiro.

O próprio fundador da *Gazeta da Parahyba* relata, em suas reminiscências (1911), que, após o processo da abolição da escravidão, a República se tornaria assunto *maxime* em todo o país. Em editorial de junho de 1888, a própria gazeta confirma a informação trazida por Eugênio Toscano de Brito, ao descrever no editorial “A ideia nova”: “não são decorridos ainda muitos dias da extinção dos escravos, a propaganda republicana já vai se levantando” (*Gazeta Da Parahyba*, 10 de junho de 1888).

A *Gazeta do Sertão*, no seu primeiro editorial de 1889, também endossaria que o foco da imprensa, superado o problema do cativo, repousaria na temática republicana.

O grito de angústia repercutiu por todos os ângulos do país e para logo surgiu ao horizonte a figura majestosa da República.

[...]

Libertaram-se os escravos e deu-se começo à libertação das consciências, eis a grande obra e também a única que devemos ao findo ano de 1888 (*Gazeta do Sertão*, 4 de janeiro de 1889).

No edital mencionado, o periódico já dava uma dimensão de como se encontravam as fileiras do republicanismo naquele momento. E, para demonstrar o crescimento e fortalecimento da sigla que representava uma ordem política antagônica ao Império, afirmava: “o partido republicano avolumou-se, avolumou-se mais, avolumou-se ainda, percorrendo a

centelha elétrica todo o país, desde as plagas do sul até o norte” (*Gazeta do Sertão*, 4 de janeiro de 1889).

Por sua vez, no ano que antecederia o advento de 1889, o periódico *Verdade*, na edição de 11 de junho de 1888, assumiria de vez sua posição republicana ao versar sobre o programa editorial por ele seguido. Dentre as ideias que acreditava e defendia em termos de política, dizia o jornal que estava a República apresentada como regime apropriado para se fazer arvorar a igualdade e fraternidade no país.

Em publicação de 19 de junho de 1888, diz o citado veículo que “o grande Império do Brasil em breve receberá seu verdadeiro nome: – Confederação Brasileira ou República de Santa Cruz”. No editorial, observa-se um ponto fundamental defendido pelo impresso: a implantação da República de forma pacífica. Ainda é possível verificar que, no citado órgão jornalístico, a bandeira do republicanismo já nascera juntamente com as ideias abolicionistas.

Sectários das revoluções pacíficas, únicas que se coadunam com as nossas ideias de ordem, preferimos sempre pugnar pelas conquistas das imunidades de nossos concidadãos, com as armas da razão pela propaganda firme, constante e legal, sem deixar brechas aos inimigos do progresso para imputarmos de desordeiros, sediciosos ou anarquistas.

Por isso, aceitamos a bandeira da futura República Brasileira (que arvoramos em mente desde que adotamos as ideias de abolição) como única capaz de fazer a felicidade de nossa pátria, trataremos quanto em nossas forças couber, de aplanar o terreno a que estamos adstritos, servindo-nos dos mesmos meios – *mutatis mutandis* – que tão bons resultados já nos deram na grandiosa luta que terminou (teoricamente) no memorável mês de Maio.

Desde já empenhamos nossa rude pena e nossa debilíssima palavra em prol da ideia Republicana (*Verdade*, 19 de junho de 1888).

A *Verdade* deixava claro, a partir daquela publicação, que seu veículo apregoaria constantemente os princípios republicanos, acreditando, com a prática, obter resultados positivos, com base naqueles alcançados há pouco tempo, em referência à abolição da escravatura. Entretanto, sobre a extinção do cativo, salientava a folha que esse mal só teoricamente tinha sido resolvido, demonstrando estar ciente sobre a luta ainda necessária em prol da efetivação da liberdade.

A partir de julho de 1888, impulsionaria o jornal *Verdade* uma série de publicações cujo conteúdo versa criticamente contra as instituições monárquicas, ao mesmo tempo em que confere espaço ao movimento republicano, indicando o crescimento da “onda” republicana pelo Brasil. Assim, enfatizava o periódico:

A sociedade brasileira vive de tal forma desorganizada, que só uma total transformação em nossas instituições poderá levar as coisas do país aos seus verdadeiros eixos. [...] [...] o número dos desgostosos tem aumentado nos partidos monárquicos, e a cada dia vão-se engrossando mais as fileiras do partido republicano (*Verdade*, 9 de julho de 1888).

O periódico veicula noções que imputam à República o único caminho capaz de organizar a coisa pública e dá a entender que o movimento republicano ganhava cada vez mais força, ao aumentar progressivamente o número de adeptos, descritos como aqueles que se encontram decepcionados com os partidos monárquicos. Em seguida, no mesmo editorial, sem atingir completamente o imperador, faz uma crítica ao regime político vigente, considerando-o incompatível com a soberania do interesse coletivo.

Se não temos grandes males a lamentar no segundo reinado, como pensam os monarquistas inconscientes, devemo-lo somente ao acaso que colocou no trono um cidadão bem-intencionado, um brasileiro amante de sua pátria. *Teríamos sido mais felizes se amasse ele mais a pátria que a sua própria família, o que é impossível no cidadão rei* (*Verdade*, 9 de julho de 1888 [**Grifo meu**]).

Na pena dos redatores da *Verdade*, o sistema monárquico se mostrava conflitante com a ideia de interesse coletivo. Frisava a folha, no texto anteriormente citado, que a prioridade de um rei jamais seria a pátria, em detrimento de sua família.

No segundo mês do ano que marcaria o nascimento da República brasileira, a *Verdade* publica um editorial, sob o título “A ideia caminha”, afirmando que, após o fim do cativo, “a consciência nacional” voltava-se com “dedicação e entusiasmo” para a questão do elemento monárquico. Comungava a folha a noção de que a escravidão era um complemento da monarquia e, já não existindo mais aquela, não haveria sentido em se manter essa de pé. Assim, apregoava: “a abolição de uma coisa implica a abolição da outra” (*Verdade*, 23 de fevereiro de 1889).

Os ares pacíficos amparados pela *Verdade* parecem suspensos em publicação de 27 de fevereiro de 1889. Traz-se no primeiro plano da página inicial do suporte um editorial em alusão ao centenário da Revolução Francesa, extraído do jornal *República*, de Curitiba. Com o título “89” destacado em relevo, principia o texto com a frase “Estamos nos portais de 89”, e, após discorrer sobre o que acontecera um século antes na França, afirma o redator: “O 89 que entramos agora desponta também para nós, coruscados de brilhos singulares”. Em seguida, questiona: “Que haverá neste ano?” e, enfaticamente, responde:

Tudo nos leva a crer que se não for o ano da Proclamação da República Brasileira, será, pelo menos, o ano de uma cólera selvagem, de uma agitação medonha.

Os ânimos se exaltam, a indignação sufoca, blasfêmias explodem. Já se diz que as conferências são úteis, mas que o melhor é ir cada cidadão preparando-se para defender a sua liberdade (*Verdade*, 27 de fevereiro de 1889).

Conferir destaque à opinião de outro periódico significa que o conteúdo apresentado condiz com o que acreditam os redatores do jornal *Verdade*. E, aquele ano era, certamente, para o órgão noticioso, o da mudança no mundo da política. Vislumbrava-se cada vez mais a chegada da República.

Em outro momento, agora já passado um ano da abolição da escravidão, e seis meses antes da instauração do regime político de 1889, a *Verdade* publicaria um artigo de Campos Salles, intitulado “República e Monarquia”. No texto, o autor, futuro presidente republicano, versava sobre os dois regimes, apresentados em sentidos opostos, sendo à Monarquia atribuída uma posição negativa em comparação à República.

O eleito do povo é uma esperança.

O herdeiro da coroa é o acaso.

O chefe da República representa um triunfo de princípios e ideias, uma sanção pedida à nação e outorgada pela maioria nos comícios populares.

Na monarquia a direção suprema do estado é simplesmente um patrimônio de família; constitui um quinhão hereditário.

O inventário da dinastia substitui a escolha popular.

Na monarquia, a prosperidade da nação, a paz pública e a felicidade comum estão dependentes do caráter do imperante.

Na República, a liberdade, fonte perene do progresso social, tem a sua melhor garantia na própria índole das instituições.

Para vencer o déspota é necessário a revolução.

Para remover o presidente da República basta a eleição (*Verdade*, 16 de maio de 1889).

O que se detecta na publicação é a atenção chamada para o protagonismo conferido aos cidadãos em contexto republicano, diferentemente do que ocorria em nações sob o domínio monárquico. Possivelmente, é para a cidadania política, em sentido amplo, que o referido impresso objetiva lançar luz, trazendo aos leitores concepções de participação popular que só teriam condições de se concretizar mediante uma transformação nas instituições brasileiras.

Como se percebe, após o processo da abolição, a República seria o tema mais pautado nas páginas da *Verdade*. O debate se intensificaria com a publicação de séries que se estenderam por algumas edições, a partir de janeiro de 1889. Títulos como “A República no Brasil”, “A República”, “A propaganda republicana”, “República e Monarquia”, “O crescimento da

República”, “Vozes da República”, são alguns exemplos explorados pelo periódico desde janeiro daquele ano.

Para se ter uma noção, um dos artigos que compõem a série “A República no Brasil”, o de número cinco, desclassifica totalmente a figura do D. Pedro II, e, conseqüentemente, ataca a instituição monárquica: “O imperador que o Brasil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam. Governou muito tempo, quase 50 anos, sem que ninguém o atrapalhasse, e o fato é que nada fez: a nação aí está muito mal” (*Verdade*, 9 de janeiro de 1889).

Já em 6 de fevereiro de 1889, outro artigo de mesma denominação, de número seis, afirma que os brasileiros estão preparados para a República. “Dia a dia em todo o Brasil” se vê, por meio da imprensa, o crescimento do partido republicano. Novamente, reforça a *Verdade*, desta vez em editorial em 13 de fevereiro de 1889, o fortalecimento da campanha republicana. No texto, além de mapear diversos jornais que apoiam a sigla, o periódico destaca o caráter híbrido de sua composição.

O partido conta em seu seio homens brancos e de cor, deputados, advogados, médicos, engenheiros, literatos, lavradores, operários etc.
As senhoras simpatizam muito com as ideias republicanas, e do mesmo modo os moços da academia, os trabalhadores, e muitos estrangeiros (*Verdade*, 13 de fevereiro de 1889).

Percebe-se no trecho citado como o jornal objetiva demonstrar as proporções que toma o republicanismo no país, e, com isso, conquistar novos adeptos à causa. Parece que o intuito do órgão surtiria efeito ou, ao menos, era o que o impresso queria se fazer pensar ao veicular, em seções livres, cartas de assinantes declarando apoio ao partido republicando e afirmando, concomitantemente, que só votariam em candidatos que fossem representantes e defensores das premissas republicanas.

Um exemplo é a nota enviada ao escritório do impresso pelo cidadão, de Alagoa Nova, Graciliano da Costa Baracury: “Declaro que d’ora em diante só prestarei meu fraco auxílio à causa simbólica da democracia, votando somente em candidato republicano, reconhecido já pelos seus serviços prestados à causa” (*Verdade*, 6 de fevereiro de 1889). Na mesma edição do jornal, também se publicou outra carta, na qual o leitor Joventino D’Assunção se manifestava em termos iguais.⁸⁸ O próprio proprietário da folha, Manuel da Silva, teria tornado pública uma carta na qual afirmava suas preferências políticas, como se verá mais adiante.

⁸⁸ Ver outra carta de assinante declarando apoio ao partido republicano, em edição de 13 de fevereiro de 1889.

Os desdobramentos do republicanismo também podem ser vislumbrados nas páginas da *Gazeta da Parahyba*, nos primeiros meses de 1889. O periódico inaugurou uma “coluna” específica para tratar do assunto: “Seção Republicana”. Colocava-se, assim, já em janeiro do citado ano, em defesa das aspirações democráticas, trazendo informações sobre o movimento pelo país, por meio da veiculação de várias séries sobre a questão. Ressalta-se que a seção teria sido exigência dos colaboradores da folha, que se declaravam republicanos convictos (Rodrigues, 1989).

Reconhece a historiadora Inês Rodrigues (1989) que a contribuição maior do jornal à campanha pela República se dera pela extensão e pela ênfase com que foi abordada em suas páginas. Mas, antes da estreia de uma seção exclusiva direcionada à temática, a *Gazeta da Parahyba* já dava atenção aos debates em torno do novo regime político. Ainda em 1888, veiculava um artigo, na seção “Colaboração”, que tinha como objetivo central despertar o interesse dos paraibanos para “A ideia democrática”, expressão esta que daria título ao texto.⁸⁹

Nesta província, onde ainda não vimos levantar-se um bando em prol das ideias republicanas, onde seus filhos veem silenciosa e indiferentemente a agitação que ferve em Pernambuco, sua vizinha e aliada nas lutas democráticas de outras eras, é mister que saíamos deste maramos, e despertemos fortes para partilhar a luta que se trava com os poderes do Estado. O sul do Império, que em sido dotado pelo governo com tantos melhoramentos, não tendo por conseguinte tantas queixas a alegar como nós, desde muito empenhou a clava na arena do combate para conquistar os foros do povo livre.

E por que nós, esquecidos bastardos de um governo iníquo, não havemos de laçar a nossa frente e exigir que nos sejam concedidos os direitos sagrados de cidadãos livres?

[...]

Unamo-nos, propagando na imprensa os princípios são de um governo honesto e bem-intencionado, e, para acompanhar o movimento que se agita em todo país, forme-se um “clube republicano” na capital desta província, no qual sejam zelados os interesses da democracia brasileira (*Gazeta da Parahyba*, 21 de dezembro de 1888).

A existência do próprio artigo, defendendo a união dos paraibanos pela causa republicana, já é um indicativo de que havia pessoas empenhadas em expandir os princípios republicanos em terras paraibanas, mesmo sendo apontada no texto uma indiferença à questão. Além disso, ainda se observa outra importante questão: o debate em torno do investimento

⁸⁹ Ressalta-se, talvez por efeito da libertação dos escravos, que a *Gazeta da Parahyba* demonstrara simpatia à Monarquia, mas apontando a necessidade do governo imperial realizar reformas, se quisesse evitar a onda republicana, operando de forma mais eficaz em prol das províncias, ou seja, concedendo-lhes mais autonomia. Ver editorial de 10 de junho de 1888.

público desigual nas regiões, o que é sugestivo para se pensar em como os impressos, por meio de um discurso retórico-argumentativo, estavam atentos ao que deveria ser praticado por parte do poder na nova era.

O que mais chama atenção é a repercussão que a publicação atingiria, a ponto de um leitor escrever à redação do jornal, questionando a afirmação de que na Paraíba não havia quem atuasse em favor da causa republicana. A reação parece ter sido imediata, pois já seria estampada no dia seguinte pela *Gazeta da Parahyba*, na seção “A Pedidos”.

Sobre a assertiva de que na “província ainda não [se] viu levantar-se um brado em prol das ideias republicanas”, rebate o cidadão: “lembramos que leia o pequeno periódico *A Verdade* que se publica na cidade d’Areia, e verá que há muito tempo se diz ali alguma coisa em referência a essa magna ideia” (*Gazeta da Parahyba*, 22 de dezembro de 1888). Recomenda, ainda, ao articulista do artigo publicado no dia anterior, ler os números 59, 61, e 62, respectivamente, dos dias 5, 12 e 15 de dezembro de 1888, nos quais encontrará artigos sob a denominação “A República no Brasil”.

Registra-se, ainda, a publicação de 11 outros artigos, com a nomenclatura “A República no Brasil”, até 20 de fevereiro de 1889, nas páginas do impresso *Verdade*. Entretanto, não se sabe quando se deram as primeiras veiculações sob o citado título, pois no acervo pesquisado há uma lacuna, pulando-se da edição de 21 de julho de 1888 para a de 1º de janeiro de 1889. Pela informação trazida na seção “A Pedidos”, as publicações podem ter se iniciado, de fato, em dezembro.

Como tentativa de demonstrar que havia homens dedicados à bandeira republicana na Paraíba, era exaltado, também na correspondência enviada ao jornal, o nome de Manuel da Silva, proprietário do impresso *Verdade*, como um dos primeiros abolicionistas do Império e grande defensor da República. Para ilustrar a posição política de Manuel, e, com isso, enaltecer suas qualidades como cidadão inclinado às ideias renovadas, era apresentada no texto uma declaração do jornalista que teria sido publicada no número 58 do periódico *Verdade*, datado de 1º de dezembro de 1888.

Declaro que deixarei de voltar em qualquer eleição sempre que deixar de apresentar-se algum candidato republicano.

Como eleitor só uma vez votei, em 1884, em candidato que se dizia abolicionista, porque sempre entendi que, vencida a causa da abolição seria erguida a da República.

Areia, 1º de dezembro de 1888

O eleitor Manuel da Silva (*Gazeta da Parahyba*, 22 de dezembro de 1888).

O autor que desmente o fato narrado, na seção colaborativa de 21 de dezembro, se mantém no anonimato, denominando-se apenas como “Um que assina a *Verdade*”. De qualquer forma, o cidadão lança luz para a longa atuação da *Verdade* em matéria de República. Por outro lado, a situação revela que não se tratava de leitor de apenas um jornal, indicando que poderia haver pessoas que assinavam mais de uma folha, ou, ao menos, tinham interesse em saber o que se abordava em diferentes suportes jornalísticos, embora também não se descarte a possibilidade de ser o escrevente alguém diretamente ligado à própria folha areense.

Dando um passo à frente, em junho de 1889, a *Gazeta da Parahyba* publicaria uma carta escrita por Eugênio Toscano de Brito e endereçada ao médico, e seu colega de profissão, Cordeiro Sênior. A publicação tomou conta de praticamente quatro das cinco colunas da primeira página do periódico. Parte do conteúdo era composta pela reprodução de uma antiga missiva de autoria do conselheiro F. Octaviano, que fora enviada ao pai do jornalista, Felizardo Toscano de Brito, chefe do partido liberal na Paraíba.

Quisera o proprietário da *Gazeta da Parahyba* demonstrar, ao fazer menção à correspondência datada em 1878, “o que o grande cidadão [em referência a F. Octaviano] previa há dezoito anos atrás [em carta enviada a seu pai], realiza-se em 1889”. Estava certo Toscano de Brito que aquele seria o ano da República brasileira. Assim, teceu algumas considerações que o levaram a vislumbrar tal acontecimento:

A República caminha a passos agigantados após a promulgação da lei de 13 de maio; não é mais um simples movimento de descontentes e despeitados, mas uma aspiração cheia de raízes e dedicações; não é um grupo de facciosos que protesta contra a permanência da monarquia no Brasil, mas um partido constituído, forte e arregimentado, que envia seus representantes à câmara dos deputados, e eles aí entram obrigando essa câmara de monarquistas a reformar imediatamente seu regimento interno, abolindo o juramento religioso e rasgando a carta que nos foi outorgada pelo Sr. D. Pedro I. E não é só isso: aí mesmo na câmara veem os republicanos o seu partido crescer com adesões de liberais e conservadores, como ainda ontem nos anunciou o telégrafo que se tinham declarado pela República os Srs. Cesario Alvim, de Minas Gerais, e padre Joao Manuel, do Rio Grande do Norte, o primeiro liberal e o segundo conservador! (*Gazeta da Parahyba*, 14 de junho de 1889).

Mesmo tendo ficado surpreso ao ser informado que o Brasil se tornara republicano, como se verá nos próximos tópicos, Eugênio Toscano de Brito já conjecturava a proclamação do novo regime cinco meses antes dele se tornar uma realidade, fato este que aponta para a percepção de um cenário de República na Paraíba, bem antes de novembro de 1889. Mais que isso, a passagem transcrita sinaliza uma dinâmica da luta política: não apenas o aspecto

eleitoral, mas determinadas estratégias e posicionamentos que repercutiam, fazendo avançar a causa republicana.

Por sua vez, a *Gazeta do Sertão* também concede espaço em seu suporte para tratar a República. Constata-se que notas sobre adesões ao partido republicano já eram veiculadas no jornal em setembro de 1888.⁹⁰ Mas, só quatro meses depois, a partir de janeiro de 1889, o periódico promoveria a abordagem do assunto de forma mais sistemática.

Inaugurava-se a seção “Movimento Republicano”, que, em sua primeira publicação, informava o crescimento do número de adeptos à implantação do novo regime nas províncias sulistas e na vizinha Pernambuco, na assembleia geral, nas assembleias provinciais, nas câmaras municipais, além de mencionar a multiplicação de clubes republicanos pelo país. “Um grande fato se está passando no País e cumpre à imprensa acompanhá-lo de perto. É o que faremos de hoje em diante, anunciando os acontecimentos em cada Província deixando ao público o cuidado de apreciar os fatos e comentá-los” (*Gazeta Do Sertão*, 4 de janeiro de 1889).

O tema República não se restringiria apenas aos limites da citada seção. Em 1º de fevereiro de 1889, a *Gazeta do Sertão* publicaria, na divisão “A Pedido”, o texto intitulado “Ao partido republicano”. Nele, o autor, Antônio Carneiro Meira, se referia à República como a grandiosa ideia que naquele momento se impunha “a todos os espíritos brasileiros”. Propagava também que o desejo do Brasil era “quebrar o julgo da tradição monárquica”. Assim, dizia ele sobre o movimento republicano:

Essa agitação generosa vai criando mais largas simpatias e adeptos em todo território brasileiro. [...] Tudo nos anuncia que começa o paroxismo final da realeza [...] O partido republicano vai anunciar ao mundo que não havendo no Brasil governo que trate de aparelhar a nação para a defesa de sua honra e de sua existência política, ele toma a si o encarregar-se de estudar e propor os meios necessários e mais urgentes para o conseguimento deste grande fim (*Gazeta do Sertão*, 1º de fevereiro de 1889).

Como se percebe, a República começava a tomar conta do horizonte de expectativa. Na visão do impresso, o país logo viveria uma nova realidade, pois, como frisa, também no citado texto, “a evolução há de progredir, e, obstruindo, o largo leito, a enchente há de transbordar”.

A partir de 1º de março de 1889, o jornal daria mais um passo em direção à veiculação de conteúdos republicanos, passando a publicar uma série de artigos de autoria de Albino Meira, que era referido pela *Gazeta do Sertão*, na mesma edição em que veiculava seu primeiro escrito,

⁹⁰ Ver página três do exemplar de 21 de setembro de 1888.

como distinto republicano e ilustrado lente da Faculdade de Direito do Recife. Dava-se, então, projeção a um nítido trabalho de propaganda republicana, como deixava claro o periódico.

O suporte ainda trazia trechos de uma das cartas escritas por Albino Meira, visando apresentar aos leitores os objetivos por ele seguidos, ao tornar públicas suas concepções acerca da conjuntura política brasileira.

O Brasil atravessa um dos períodos mais difíceis e angustiosos, em que um povo pode se achar, e só por meio de um esforço heroico poderá ele escapar à desgraça que o cerca [...]. Ora, nestas condições, v. compreende é absolutamente impossível resistirmos às dificuldades gravíssimas que de todos os lados nos assaltam sendo dirigidos pelo velho imperador inteiramente inutilizado pela enfermidade; e pior ainda com a D. Izabel, senhora completamente ignorante das coisas do país. É preciso, pois, que a nação tome conta dos seus destinos e coloque na suprema direção dos seus negócios homens hábeis, honestos e capazes, que felizmente ela possui. Convencidos disto, os homens do Sul do Império têm compreendido que só por meio da República podemos nos preparar para a luta extrema em que nos vamos achar empenhados. E por isso o partido republicano ali cresce de um modo brilhante e animador [...]. No pé em que se acham as coisas, a queda da monarquia é inevitável, e n'um futuro muito próximo, amanhã. É preciso, pois, que os homens de bem da nossa cara Paraíba vão refletindo seriamente sobre essas coisas, a fim de que acontecimentos gravíssimos não os surpreendam desapercibidos. Com esse fim eu resolvi publicar na sua interessante *Gazeta do Sertão*, 1º de março de 1889).

A *Gazeta do Sertão* confirmava estar de acordo com as ideias propagadas por Albino Meira, ao dizer, ainda no texto de apresentação da série, que “qualquer escrito firmado com o nome do Dr. Albino Meira tem ótima recomendação, portanto é escusado chamarmos a atenção do público para as ‘confidenciais’, que, estamos certos, despertarão o interesse geral” (*Gazeta Do Sertão*, 1º de março de 1889).

Os artigos seriam veiculados por meio da seção “Partido Republicano”, sob a epígrafe “Confidenciais”. Os escritos seguiam o estilo epistolar, visando, com tal estratégia, uma melhor compreensão por parte dos leitores, como relatava a folha, que ainda afirmava que, embora apareça o nome de um dos redatores do jornal como destinatário, se tratava de textos endereçados aos paraibanos. Foram sete missivas, ao todo.

Na carta inaugural, Albino Meira procurava demonstrar seu ponto de vista sobre o estado político e social do país. Segundo ele, desde os 15 anos de idade, era adepto dos princípios republicanos, por encarar “a monarquia como fonte primeira da decadência e degeneração do caráter nacional brasileiro” (*Gazeta Do Sertão*, 1º de março de 1889). Em outro artigo, discorreria sobre os objetivos que almejavam republicanos como ele:

Se quisermos ter um povo moralizado, ativo, amante da liberdade própria e respeitador da alheia, dedicado a sua pátria, é preciso, primeiro que tudo, que lhe demos leis e instituições sociais que, por sua natureza, sejam apropriadas para esse fim, isto é, a despertarem esses sentimentos nobres, essas virtudes cívicas.

É isso o que nós, os republicanos, procuramos (*Gazeta do Sertão*, 15 de março de 1889).

O intuito do propagandista de veicular um conjunto de artigos composto por considerações em torno do sistema republicano perpassa pela intenção de demonstrar aos paraibanos os pontos positivos da República em detrimento da Monarquia, buscando, com tal prática, conquistar simpatizantes à ideia republicana.

As premissas defendidas pelo republicano Albino Meira também se fizeram presentes na *Gazeta da Parahyba*. Em julho de 1889, o ativista político realizaria um conjunto de conferências na Cidade da Paraíba, mais precisamente no Teatro Santa Roza, que à época denominava-se Teatro Santa Cruz. A iniciativa do paraibano teria sido um sucesso de público, reunindo representantes de diversos setores da sociedade, segundo relato da citada folha, que reproduziu em seu suporte os discursos por ele proferidos.

O teatro Santa Cruz achava-se literalmente cheio, estando ali representadas todas as classes sociais: médicos, funcionários públicos, representantes da imprensa, negociantes, agricultores, bacharéis em direito, padres, estudantes, militares, artistas etc. (*Gazeta da Parahyba*, 30 de julho de 1889).

O periódico ressalta que, ao fim de cada palestra, o público era tomado por um entusiasmo, cobrindo as últimas palavras do orador com aplausos prolongados. Cogita-se, então, que os princípios republicanos eram vistos com bons olhos por aqueles que das conferências participaram, o que se faz conjecturar que, em meados de 1889, ou, mais especificamente, a quatro meses do advento da Proclamação da República, a província da Paraíba (pelo menos, sua capital) não era indiferente às ideias renovadoras, em termos de política.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, a propaganda em torno da importância de um novo regime político para reger os destinos do Brasil “em comícios, conferências e principalmente através da imprensa contribuiu para criar meios, particularmente nos meios intelectuais, uma opinião pública favorável à ideia republicana” (Viotti, 1999, p. 458).

Vale lembrar, como destaca a pesquisadora, que concepções republicanas não se constituíam em aspecto novo no país. Ainda no período colonial, elas estavam presentes, representando a bandeira da emancipação. Na Independência, a tecla a ser batida era a da

negação da situação em vigor. Para a autora, só as mudanças verificadas na estrutura socioeconômica do Brasil explicariam o fato de tais ideias terem se concretizado em 1889.

Só uma crise das instituições monárquicas e a consequente falta de bases do regime explicaria a debilidade da reação monárquica após 15 de novembro. Sem as mudanças ocorridas na estrutura, o Partido Republicano provavelmente não teria conseguido atingir seus objetivos (Viotti, 1999, p. 459).

O entendimento do federalismo como solução para os problemas financeiros das províncias também tomava a pauta dos jornais aqui citados. Aliás, o conceito foi uma prerrogativa de destaque do Manifesto Republicano (1870), que ao termo relacionava os sentidos de autonomia e liberdade às províncias. Deve-se, contudo, estar atento à questão de que a liberdade defendida no documento não tinha relação com a abolição do cativeiro (Prado, 2005).

A causa federativa aparece com maior ênfase e com ligação direta com a República nos editoriais da *Gazeta do Sertão*, que abordava as consequências da existência de um poder centralizado para as províncias, em especial da Paraíba, medindo os prejuízos causados pelo incipiente desenvolvimento socioeconômico.⁹¹

Desde seu surgimento no cenário jornalístico paraibano, a *Gazeta do Sertão* já se colocava contra a centralização do governo imperial, considerando-a maléfica ao desenvolvimento do país.

Todos sabem de que fonte provém o maior dos males que nos acabrunham. Referimo-nos à centralização perigosíssima a que desde há muito parece estarmos condenados. Não há corpo nenhum, por melhor constituído que seja, que possa viver sem que suas partes componentes gozem todas de plena liberdade de movimento, sem que entre elas reine a melhor ordem, a mais perfeita harmonia. É verdade intuitiva (*Gazeta do Sertão*, 1º de setembro de 1888).

O impresso, no mesmo editorial, ainda chamava atenção para o centralismo existente dentro das próprias províncias. Assim, ao se definir como uma voz do interior, argumentava o redator:

⁹¹ Segundo José Américo de Almeida, a condição da centralização política como entrave para o desenvolvimento econômico da Paraíba teria sido percebida por Francisco Retumba, um dos proprietários da *Gazeta do Sertão*, após suas excursões pelo interior da província. Ver: ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas. João Pessoa: A União Editora, 1980.

Vemos que em cada província limitam-se todos a promover o engrandecimento e bem-estar das capitais, ao passo que os sertões do interior, cobre-os eternamente o manto do esquecimento. [...] Não movemos guerra de morte às capitais das províncias e muito menos à corte do império. [...] O que não podemos admitir é o exclusivismo, o monopólio do progresso; e que trabalhem muitos para benefício de um só. E se pregamos semelhante doutrina justíssima, fazemo-lo mesmo em nome de todas as capitais. Não basta ser grande um dia, é necessário que essa grandeza tenha bases sólidas [...]. [...] Não cessaremos um só momento de reclamar a altos brados que se promova, quanto antes, os melhoramentos de que tanto necessita a província da Paraíba (*Gazeta do Sertão*, 1º de setembro de 1888).

Tanto em nível nacional quanto provincial, apregoava a *Gazeta do Sertão* que o centralismo político não contribuía para o progresso geral, já que acabava beneficiando um em detrimento de outro. Como notificado em outro momento, a defesa do federalismo era uma bandeira levantada oficialmente desde 1870 pelos signatários do Manifesto Republicano. Nessa direção, no documento, “a diversidade do território era evocada para embasar as aspirações em prol da descentralização e mesmo da autogestão. O princípio federativo era visto como essencial ao estabelecimento de uma ordem democrática” (Prado, 2005, p. 38).

A adoção do federalismo era benquista pelas elites provinciais, não sendo diferente na Paraíba (Gurjão, 1994). Significava autonomia e mais recursos financeiros aos governos locais e aos coronéis, que, conseqüentemente, ampliariam suas influências de comando. Mas, na imprensa, a prerrogativa federalista era construída como uma instituição básica da República, a única capaz de solucionar os problemas socioeconômicos agravados mediante a falta de compromisso do governo central.

Em edição de outubro de 1888, a *Gazeta do Sertão* lançava o editorial denominado “Efeito da centralização”. Nele, a folha fazia uma análise da situação econômica e comercial da Paraíba, apontando fragilidades e empecilhos para o desenvolvimento do setor, ao mesmo tempo em que acusava o responsável por toda situação classificada por ela de miserável.

O estado precário, em que se acha esta Província, faz demorar por instantes a vista do observador, para refletir sobre as causas determinantes de sua mísera condição.

Abandonada as suas próprias forças, em luta com as irregularidades da estação, ela vai a pouco aniquilando-se até chegar a um ponto em que todos os remédios serão tardios.

Uma agricultura rotineira e atrasada [...]

Sem comércio pequeno e dependente, sem a precisa instrução profissional, sustentado por crédito limitado [...]

A indústria pastoril entregue simplesmente às forças da natureza [...]

Do outro lado o abandono, com que correm os negócios da província, completamente esquecida do governo central, e desprezada por aqueles, que

mais de perto deveriam promover seu interesse, corre poderosamente para seu aniquilamento.

Impostos pesados lançados com todo rigor, sem o preciso estudo [...]

E qual a causa de toda essa miséria?

O regime centralizador que nos atrofia e mata.

O governo central não se preocupa com a miséria das províncias, principalmente se elas estão tão distantes [...]

É preciso estabelecer-se um novo regime, onde prepondere a autonomia do município e da província (*Gazeta do Sertão*, 16 de novembro de 1888).

Pelo prisma do periódico, a centralização promovida pela Monarquia provocava o atrofiamento das províncias distantes, e só por meio de uma mudança de regime seria possível modificar o cenário no qual se encontravam. Não se falava no termo federalismo, mas em autonomia, que é, afinal, o sentido que preenche aquele vocábulo.

Em publicação de 13 de fevereiro de 1889, o jornal areense *Verdade* reafirmava, no editorial “A República no Brasil” (uma série que se estendeu por 14 edições), a importância de uma República federativa, onde cada província se constituiria em estado, ocupando-se de seus próprios negócios. Assim, defendia o impresso: “autonomia para províncias, e federação, aliança entre todas elas” (*Verdade*, 13 de fevereiro de 1889).

A federalização das províncias era apontada como uma necessidade urgente. Especificamente sobre isso, se posicionava a *Gazeta da Parahyba* em editorial de junho de 1888: “Somos daqueles que mais desejam, quanto antes, largas franquezas em nossas instituições que vivem depauperadas sob a pressão de uma centralização mortificadora que nos suga todos os recursos de vitalidade” (*Gazeta da Parahyba*, 3 de junho de 1888).

Diante de um cenário de reclamações e falta de recursos, alertava a *Gazeta da Parahyba* aos dirigentes do Império: “E tanto mais se fizer sentir os inconvenientes que resultarão dessa extorsão [em referência ao centralismo político], quanto maior será o impulso que nos tem de levar ao extremo dos acontecimentos” (*Gazeta da Parahyba*, 3 de junho de 1888).

De qualquer maneira, percebe-se que em alguns jornais a defesa do regime republicano já pode ser verificada em 1888. Em outros, a tônica do republicanismo ganha mais força e espaço a partir de janeiro de 1889. Já o tema federalismo é uma realidade em todos os jornais aqui citados, logo após a abolição da escravidão. Constatou-se, ainda, que o termo República aparece diversas vezes em suportes de diferentes jornais, carregado pelo conceito de transformação necessário à mudança da realidade brasileira, contrapondo-o ao que denunciavam como malefícios gerados pelo sistema monárquico, considerado incompatível com o progresso.

Entretanto, se tais publicações não foram capazes de provocar o surgimento de clubes ou partidos republicanos na Paraíba, não se pode dizer que não houve quem não contribuísse para a circulação das ideias republicanas pela província, e também dos princípios federativos. E uma parte considerável do setor da imprensa foi o principal sujeito nesse sentido, veiculando discurso antimonárquico e apontando novos cenários políticos e sociais, apenas possíveis com o advento da República, que não se tratava, portanto, de um assunto estranho ou desconhecido em terras paraibanas anteriormente a 15 de Novembro de 1889.

3.3 OS PRIMEIROS DIAS DO NOVO REGIME

Se o cenário era de muitas dúvidas no agora Distrito Federal com o nascer da República, também o era nas províncias que passariam, a partir de então, à condição de estados.⁹² Como se sabe, informações acerca do regime recém-inaugurado chegariam à Paraíba do Norte ainda no fatídico dia 15 de novembro. Eugênio Toscano de Brito, fundador e diretor do jornal *Gazeta da Parahyba*, em artigo publicado em 1897, pela *Gazeta do Commercio*, jornal originário da capital paraibana, e posteriormente reproduzido na Revista do IHGP, em 1911, conta como foi pego de surpresa pelo relato do ocorrido no momento em que estava na redação do seu jornal, juntamente com seu antigo colega de profissão, Cordeiro Junior.

Eram mais ou menos 5 da tarde [...]. Achava-me eu com meu inseparável companheiro Cordeiro Junior no escritório da *Gazeta* quando entrou o Dr. Lima Filho, e perguntou-nos se já sabíamos da novidade que havia; à nossa negativa disse-lhe ele calmamente como se tratasse da coisa mais natural do mundo, de um fato cuja reprodução já não nos pode causar espanto (Toscano, 1911, p. 147).

Mesmo diante da acalorada frase “o exército e a armada acabam de proclamar a República no Rio de Janeiro!”, Toscano de Brito, de início, não conferiu muito crédito àquela informação, que parecia, para ele, sem fundamento. A insistência e a descrição de detalhes sobre o acontecido, por parte do dr. Lima Filho, despertaram no jornalista de anos de estrada a necessidade de apurar os fatos. Então, como ele mesmo descreve, saiu pelas ruas “a fim de tomar mais informações sobre tais novidades” (Toscano, 1911, p. 148).

⁹² As províncias constituíam unidades políticas que foram estabelecidas na carta constitucional de 1824. Com o advento da República, instituiu-se a transformação das províncias em Estados da Federação (Decreto n. 1 de 15 de novembro de 1889). A Constituição de 1891 confirmou a mudança, como pode ser verificado em seu art. 2º: “As Províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil”.

A notícia se espalhava pela cidade, mas, como narra Toscano de Brito, tudo parecia calmo, sem muito entusiasmo. Diferentemente do que acontecia na capital paraibana, o fato de que deixara o Brasil de ser reduto de uma Monarquia para se tornar um país republicano parece ter causado entusiasmo em Areia, que foi tomada por uma chuva de foguetes, relata a *Verdade*. Segundo o jornal, a cidade, de modo geral, manifestou contentamento mediante a informação do acontecimento operado no Rio de Janeiro.

Ao ser confirmada a mencionada notícia de haver tombado no ocaso da existência a instituição monárquica para dar lugar a erguer-se radiante de esperança no horizonte da pátria o governo democrático, subiram ao ar muitos foguetes; e em uma radiante ansiedade aguardavam-se novas notícias (*Verdade*, 19 de novembro de 1889).

Embora a Proclamação da República já fosse fato conhecido na Paraíba desde o final da tarde do dia 15, a *Verdade* não conseguiu veicular o acontecimento na sua edição de sábado, dia 16, talvez porque já estivesse pronta a publicação daquela data. Como a próxima distribuição da folha só sairia na terça-feira, dia 19 (sua circulação, naquele momento, se dava três vezes por semana), um boletim seria publicado no dia seguinte, dando conta do que tinha ocorrido na capital do país, na última sexta-feira. O informe saiu no domingo, dia 17 de novembro de 1889, veiculando telegrama oriundo de terras fluminenses.

A notícia sobre a mudança de regime não agradaria a todos, tendo sido apontada como inverídica. Conta a *Verdade*, na edição de 19 de novembro, que os boatos foram logo dizimados, após a novidade ter sido ratificada, à noite, por meio de telegramas publicados na *Gazeta da Tarde*, de Recife.

Já na *Gazeta do Sertão* não se verifica informações sobre o dia da Proclamação da República, pois o impresso deixaria de circular no dia posterior ao fato, reaparecendo apenas em 3 de janeiro de 1890, como se verá mais adiante, no quinto capítulo.

Sobre a passagem da Monarquia para a República, testemunha Coriolano de Medeiros que a notícia acerca da mudança de regime teria chegado sem pormenores, tendo causado entre os paraibanos uma sensação de dúvida e espanto. Em suas reminiscências, ainda conta que “os liberais ficaram atordoados; os conservadores, dominados pela incerteza” (Medeiros, 1994 [1958], p. 161).

Dizia-se naqueles tempos, e Coriolano confirma o dito com a prerrogativa de um homem que viveu nessa época, que “liberal não tragava conservador e toda população da Província se dividia, defrontando-se em atitude hostil” (Medeiros, 1994 [1942], p. 103). Tradicionalmente, foguetes e acordes de banda musical rompendo o silêncio noturno pelas ruas principais da

Capital eram o anúncio do tombo de um partido, relembra Coriolano de Medeiros. Mas, naquela sexta-feira histórica, ninguém se assustaria, aborreceria ou mesmo seria tocado pela comoção diante de tanto barulho – as festividades inexistiram.

Certamente, sobretudo em Tambiá, bairro da capital paraibana, onde a política partidária era assunto de muitos habitantes, principalmente os arrimados em cargos públicos (Medeiros, 1994 [1942]), o futuro se tornaria subitamente uma incógnita. Tradicionalmente, lá discutiam, “na tonalidade dos segredos, as eleições futuras, as nomeações futuras, sobretudo estas, pois a cartilha partidária preceituava nas Obras de Misericórdia a destituição em massa de adversários para se colocarem amigos e conseguirem eleitores” (Medeiros, 1994 [1942], p. 103). Entretanto, a ala conservadora, conta mais à frente o escritor em suas memórias, logo se animaria com a suposição de que seria chamada a colaborar com a nova ordem.

Ainda na tarde do dia 15, retornara Eugênio Toscano de Brito para sua residência, onde hospedava o chefe de polícia, Dr. Sá e Benevides, que, como o fundador da *Gazeta da Parahyba* e tantos outros, recebeu a notícia sobre a Proclamação como pilhéria, expressão do próprio autor. Mas, em face das evidências, o detentor de vários títulos e defensor da Monarquia teria proferido, com lágrimas brotando dos olhos: “Sr. Eugênio, a República é a desgraça deste país” (TOSCANO, 1911, p. 148).

Aqui, percebe-se a inclinação de Toscano de Brito para a República, pois, mesmo trazendo a público que não levava a sério a ocorrência do fato no momento em que fora informado sobre ele, demonstrou que não concordava com a colocação de Dr. Sá e Benevides, ao confessar: “ia insistir e rebater a proposição do Dr. Benevides, mas calei-me em respeito àquelas lágrimas e aquela dor, que me pareceram muito sinceras” (Toscano, 1911, p. 148).

Embora tomados de surpresa no primeiro momento da informação recebida, os amigos Toscano e Benevides atribuem significados diferentes ao mesmo acontecimento. Para aquele a nova situação política abria horizontes, enquanto para esse a conjuntura em configuração significa a destruição, convicção que, certamente, lhe fez clamar, em seu íntimo, pelo retorno do passado. Voltando à literatura machadiana, vê-se que da mesma forma acontece com os gêmeos Pedro e Paulo, respectivamente monarquista e republicano.

A surpresa para os principais personagens de *Isau e Jacó*, diante da substituição de regime político no Brasil, é encarada de maneira distinta. Após os ocorridos durante todo o dia daquela sexta-feira, 15 de novembro, os irmãos, talvez como outros seus contemporâneos, não conseguiam pensar em outra coisa, ao se inclinarem sobre os travesseiros, que não fosse em política. Para Pedro, tudo poderia e deveria ser desfeito e a Monarquia restaurada; já a

preocupação de Paulo era pela continuidade, que não houvesse retrocesso no processo há pouco iniciado.

As primeiras comunicações telegráficas chegariam à noite na redação da *Gazeta da Parahyba*. O relógio apontava 19h quando uma nota sobre a implantação da República começava a ser redigida para que fosse divulgada na edição do dia seguinte da citada folha, para todo o estado e para além de suas fronteiras, afastando qualquer tipo de dúvida que ainda restasse. Testemunha o jornalista Eugênio Toscano de Brito que a sede do periódico se tornaria o destino de muitos, “à cata de notícias”.

A incredibilidade de Toscano quanto ao acontecimento eclodido no Rio de Janeiro estava relacionada ao fato de que, para ele, se estaria vivendo um momento no qual a Monarquia sinalizava força e a oposição republicana demonstrava moderação. Entretanto, mais à adiante, ele mesmo reconhece, em artigo originalmente publicado em 1897, no jornal *Gazeta do Commercio*,⁹³ que a opinião pública republicana se tornaria “*maxime* depois da abolição escravatura”, ganhando contornos largos e se propagando, conseguindo arregimentar seguidores por todos os cantos do país.

Como abordado na introdução, demorou-se três dias para que o acontecimento de 15 de novembro de 1889 fosse tema de primeira página da *Gazeta da Parahyba*. Uma nota apenas foi divulgada sobre o ocorrido na edição de 16 de novembro. Nas palavras do próprio diretor da gazeta diária, não havia certeza de nada, tudo parecia confuso, uma vez que a presença D. Pedro no Brasil representava a não morte da Monarquia.

De tal maneira, na manhã do dia que sucedeu a Proclamação, muitos não sabiam como se posicionar politicamente. Procurado por pessoas que buscavam conselhos de como agir naquela conjuntura que se configurava, Toscano de Brito, que confessa não saber como de fato proceder naquele contexto, recomenda que se adote a cautela, postura também adotada por ele no seu jornal. Assim, afirma: “na verdade, ninguém queria se comprometer, enquanto não estivesse estabelecido definitivamente o governo republicano no Palácio de S. Cristóvão” (Toscano, 1911, p. 150).

Os temores e as dúvidas se tornariam ainda mais vivos diante da chegada do telegrama dando conta de que “o Imperador tinha chamado o conselheiro Saraiva para organizar novo gabinete. Foi por isso que os mais sôfregos ouviram de mim mais de uma vez que enquanto D. Pedro estivesse no Rio a monarquia estava de pé e que esperássemos” (Toscano, 1911, p. 150).

⁹³ O artigo foi posteriormente publicado na Revista do IHGP. Ver: Reminiscências: de como estabeleceu-se o governo republicano na Parahyba do Norte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano*. Ano III. V.3. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1911 (1897), p. 147-159.

A precaução parece ter sido também uma constante em outras províncias, cujos telegramas recebidos, informando o que se passara no Rio de Janeiro, “certamente surpreenderam a muitos, mas não houve reação digna de notícias na imprensa” (Neves, 2003, p. 33). Entretanto, se tal constatação esboçada por Margarida de Souza Neves, em “Os cenários da República”, condiz com a realidade paraibana, o mesmo não se pode dizer da afirmativa apregoada pela historiadora de que, imediatamente após a implantação do regime republicano, foram formados governos provisórios nos agora denominados estados.

Mesmo com informações chegadas no dia 16 de novembro, comunicando que um governador já teria sido nomeado para assumir os rumos do Estado, as iniciativas em prol da constituição de um governo republicano provisório na Parahyba do Norte só começariam a tomar corpo no dia 17 de novembro, e apenas depois da certeza da partida dos representantes do Império – “tínhamos, finalmente, notícia de que o Alagoas levava em seu convés para a Europa a família imperial” (Toscano, 1911, p. 150). Se, no dia anterior, Eugênio Toscano de Brito aconselhara cuidados ao ser indagado sobre como proceder diante da atual conjuntura política do Brasil, naquele momento não teria mais motivos para pensar de igual maneira.

Na manhã do domingo, 17 de novembro, por volta das 11h, a *Gazeta da Parahyba* reunia em suas instalações um considerável número de “cidadãos”, como expressa o fundador do periódico. Dalí surgiria a ideia de se formar o primeiro governo republicano: “O Dr. Cavalcante Mello subindo em uma cadeira convidou as pessoas presentes para se constituírem em Club, donde deveria sair os membros do governo provisório” (Toscano, 1911, p. 150).

Fora Eugênio Toscano de Brito aclamado como presidente do Clube. Aceitando a responsabilidade do cargo a ele atribuído, o jornalista, em discurso aos colegas, disse que para organizar o novo governo precisaria conversar com o Barão Abiahy. Tratava-se, como ele mesmo ressalta, do proeminente chefe do partido conservador, “que não poderia deixar de ser ouvido sobre tão momentoso assunto” (Toscano, 1911, p. 150)

Com a chegada do Barão ao recinto, decidiram que o novo governo deveria ser inaugurado no Paço da Câmara Municipal, para onde todos se dirigiram em cortejo. Toscano logo assumiu o papel de protagonista que lhe fora atribuído e indicou os nomes que comporiam a junta: tenente coronel Honorato Caldas, 1º tenente Arthur José dos Reis Lisboa, Barão de Abihay e Dr. Francisco Alves Lima Filho, sugestão esta acatada de forma unânime.

A pessoa de Toscano de Brito também foi apontada e unanimemente aceita pelos presentes para fazer parte do nascente governo republicano em solo paraibano, o que implica deduzir que as indicações anteriores dividiram opiniões e, não poderia ser diferente, a presença

dos tidos republicanos de última hora certamente incomodava os que se consideravam republicanos históricos.

Até então, Francisco Luiz da Gama Rosa, oriundo do partido Liberal, ocupava o posto de “presidente” da Paraíba. Diante das circunstâncias, ele teria se reunido, como conta Toscano, com o comandante do 27º Batalhão, tenente coronel Honorato Caldas, ainda na noite de 15 de novembro, visando assegurar tanto o cargo quanto a própria integridade física, mediante a possibilidade de qualquer reação violenta.

Segundo relato de Toscano de Brito, ao saber da organização de um governo provisório, Gama Rosa teria enviado comunicado informando sua disponibilidade em entregar o poder. Entretanto, teria, concomitantemente, agido por outra frente, ao enviar mensageiro ao tenente coronel Honorato Caldas, com o objetivo de tratar com ele o que supostamente entendia como uma tentativa de depô-lo, ao se referir às decisões recém tomadas na sede da Câmara municipal.

Uma nova reunião com os membros do governo provisório se dera, dessa vez nas instalações do Clube Astréa. Sabendo todos do comunicado de Gama Rosa, em não resistir e entregar o governo à junta administrativa recém-formada, a deliberação tomada foi de convidar o único integrante da junta que não se encontrava presente e tampouco tinha ciência de que daquele governo faria parte – o tenente coronel Honorato Ferreira Caldas. A ideia era que fossem juntos ao Palácio do Governo.

Um ofício deveria ser entregue ao tenente coronel Caldas, tendo sido designado para tal missão o 1º tenente Arthur Lisboa. Mas, o que a junta certamente não esperava é que pouco tempo depois voltaria Lisboa com a informação de que encontrara os oficiais do 27º Batalhão reunidos em sessão presidida pelo comandante, que se prontificou em responder o comunicado recebido, mas apenas ao final da assembleia, e em forma de ata. A República e seus possíveis desdobramentos políticos era o assunto debatido pelos oficiais.

A junta governativa permaneceu na sede do clube à espera da resposta do coronel. Eram seis horas da tarde quando um ofício oriundo do quartel chegaria, juntamente com a cópia da ata da assembleia encerrada pouco tempo antes. A respeito de sua indicação para integrar o primeiro governo republicano na Paraíba, em caráter temporário, expressa o tenente coronel Caldas no documento enviado: “cumpri-me declara-lhes que esse ato, de caráter político, acha-se prejudicado pela resolução patriótica que em convocação geral acaba de unanimemente tomar a corporação que tenho a honra de comandar” (Toscano, 1911, p. 152).

A resolução a que se referia o tenente coronel, transcrita na ata anexada ao ofício, versava sobre os enumerados pontos a seguir:

Ficou unanimemente deliberado e assentado o seguinte: 1º. Que enquanto não houvesse anúncio direta e positiva, com necessária autenticidade de achar-se definitivamente constituído um novo governo da Nação e este mandasse suas ordens a esta guarnição, a corporação do 27^a Batalhão manteria a todo transe o atual Presidente da Província, refiro doutor Francisco Luiz da Gama Rosa; 2º. Que dada qualquer emergência e perturbação da ordem pública, convido o mesmo presidente em deixar o lugar para evitar derramamento de sangue, ou qualquer conflagração, seria então aclamado para substituí-lo no Governo da Província o Tenente Coronel Honorato Candido Ferreira Caldas, comandante da mesma corporação, por ser oficial de maior graduação e não ficar bem ao decore do Exército que, tratando-se de um movimento todo militar, segundo se propala, sejam os representantes do mesmo Exército nesta Província colocados em posição secundária (Toscano, 1911, p. 153).

Como se percebe, a autoproclamada junta governamental não pode contar com o apoio militar, mesmo incluindo entre seus membros o chefe da guarnição local. Assim, no mesmo dia em que foi constituído, 17 de novembro, se desfez o primeiro governo provisório que se formou na Parahyba do Norte.

Para Toscano de Brito, “soldado ambicioso e sequioso de renome e glórias, o tenente coronel Caldas não podia deixar que lhe escapasse uma tão bela ocasião para mostrar sua ostentosa vaidade e pôr em evidência o seu nome e a sua pessoa” (Toscano, 1911, p. 154).

Entretanto, naquele mesmo dia, tendo possivelmente recebido “telegramas autênticos sobre o que se propalava”, o tenente coronel enviou recado a Toscano de Brito a fim de terem uma conversa. Como sugeriu ao proprietário da *Gazeta da Paraíba* que o encontro se desse em ambiente diferente de sua residência, Toscano indicou que poderiam se encontrar na casa do comendador Galvão, onde estaria, por volta das 20h, juntamente com seu colega, dr. Cordeiro Sênior.

Conjecturara Toscano que certamente as notícias que chegavam de outras províncias, sobre como estavam sendo formadas as juntas governativas, provocaram mudanças nos planos traçados pelo tenente coronel. Agora, pretendia Honorato Caldas ouvir de Toscano alguns nomes para compor o quadro da primeira administração republicana que de imediato deveria ser iniciada na Paraíba. “Querendo a princípio esquivar-me de tanta honra, lembrei-me logo que qualquer recusa de minha parte poderia ser traduzida por despeito, e portanto pus-me logo a disposição” (Toscano, 1911, p. 155).

Relata Toscano de Brito que se colocara contra a indicação de qualquer membro que fizera parte do governo provisório dissolvido, exceto o 1º tenente Arthur Lisboa, por ser o único representante da armada que ali havia. Concordando com Toscano, o tenente coronel ressaltaria que a primeira junta deveria ser composta por representante militar e membros dos partidos

liberal e conservador, indicando, em seguida, os nomes “do major João Domingos Ramos, capitão de Engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, 1º tenente da armada Arthur José dos Reis Lisboa, capitão Manoel Alcântara de Souza Cosseiro, dr. Antônio da Cruz Cordeiro Sênior e dr. Manoel Carlos de Gouvêa”.

Entre os indicados, faltava um nome do partido conservador. Toscano sugere que a indicação deveria partir do Barão de Abiahy, e sobre tal ideia, argumenta: “Eu deveria, com efeito, assim proceder porque fora com o Barão que me entendera sobre a organização do primeiro governo e aos meus ex-companheiros era justo que desse uma satisfação do meu procedimento” (Toscano, 1911, p. 155).

Comunicando previamente a visita, chegaram ambos à residência do Barão, na manhã do dia 18 de novembro. Eram 9h, quando Toscano e o tenente coronel Caldas foram recebidos com todo cavalheirismo. Após afirmar apoio ao novo governo em processo de formação, o chefe do extinto partido conservador recomendou o comendador Tomaz de Aquino Mindello para compor a comissão executiva.

Toscano de Brito ressalta que o tenente coronel Caldas e o Barão de Abiahy teriam deixado alguns desentendimentos para trás: “não se gostavam, o *Jornal da Parahyba*, órgão do partido conservador, atacava violentamente não só o dr. Gama Rosa, como os seus auxiliares [...] E uma noite [...] foi a tipografia do jornal assaltada por um bando de indivíduos disfarçados e completamente destruída” (Toscano, 1911, p. 156).

O atentado contra o periódico fora atribuído aos oficiais do 27º Batalhão, a mando de Gama Rosa e do tenente coronel Caldas. Aliás, esse era conhecido na época, como conta Coriolano de Medeiros, como “valioso auxiliar dos manejos políticos” daquele. Entretanto, frisa Toscano: “se a voz pública, como tive ciência depois, teve razão quanto ao segundo, não a teve quanto ao primeiro. [...] Quando à arena jornalística voltou o jornal, [...] não poupou injúria de qualquer espécie aos seus adversários” (Toscano, 1911, p. 156).

Toscano de Brito pôde indicar, a pedido do próprio tenente coronel, a pessoa que ocuparia o cargo de chefe de polícia. Dr. Pedro Velho do Rego Mello, do partido Liberal, foi o escolhido. O jornalista aproveitaria a oportunidade para sugerir mais um nome, o do dr. Maximiano José de Inojosa Varejão, do partido conservador, para a secretaria do primeiro governo provisório, “pela sua prática do serviço público, por sua sisudez e seu critério”. A sugestão foi acatada.

A posse da nova junta se daria a uma hora da tarde de 18 de novembro, no Palácio da Presidência. Antes, chegando no quartel, onde já havia um pequeno cortejo, Toscano de Brito

ouviu do tenente coronel Caldas que estava contrariado porque o major Ramos não queria fazer parte da junta: “mandou-me dizer que positivamente não vinha”.

Logo compreendeu Toscano que o receio do tenente coronel era afastar qualquer possibilidade do general reformado João Domingos Ramos assumir o comando do 27º Batalhão, por isso sua insistência para que ele fizesse parte da junta. Segundo Toscano, o ato político também teria sido identificado pelo major Ramos, que recusou de prontidão a “honra” de fazer parte da comissão.

Outro nome fora cogitado e buscado, o do dr. Lima Filho, que, apesar das tentativas de Toscano e Pedro Velho de convencê-lo a aceitar, também se negou a fazer parte do novo governo, por considerar o desrespeito com que fora tratada a junta anterior. Diante do impasse, se dirigiu à janela do quartel o dr. Antônio Massa e, voltando-se para uma dúzia de pessoas que ali se encontravam, sedentas de curiosidade, aclamou o tenente coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas presidente do governo provisório do Estado da Paraíba do Norte.

Em seguida, proferindo discurso inverídico, como testemunha Toscano, o tenente coronel diz aceitar a honrosa indicação do povo, que teria aderido à ideia nascida no Batalhão.

Constata-se, portanto, que após a confirmação de que a Monarquia já não era definitivamente o regime vigente no país, houve uma movimentação de renomados homens da política paraibana, que logo se mobilizaram para formar o primeiro governo republicano que deveria assumir o poder na Paraíba. Esse cenário contraria os que argumentam que não houve qualquer manifestação de apoio à nova ordem das coisas por parte de consideráveis políticos locais.

A preocupação inicial por parte daqueles ligados diretamente ao campo da política residia no fato de se querer fazer parte, de alguma forma, da nova ordem em formação. Menções a um novo modo de governar, considerada a República um regime voltado para o interesse público, não são verificadas, e não poderia ser diferente, pois o ambiente político no estado continuaria basicamente conservador (Lewin, 1993). Isso porque, mesmo não tendo seguido a campanha do republicanismo, importantes nomes da política local, de imediato, “procuraram, dentro de um pragmático espírito adesista, abraçar a causa republicana, tratando de instituir o novo governo” (Cittadino, 2010, p. 164).

3.4 VENÂNCIO NEIVA: IMPLANTAÇÃO DO GOVERNO REPUBLICANO

A primeira junta governativa da Paraíba, que substituíra o Governo de Gama Rosa, último presidente da Província, além de ser marcada por uma gestão efêmera, foi bastante

tumultuada, segundo constatou a historiadora Inês Caminha Lopes Rodrigues (1989), com base nos tradicionais escritos de Horário Almeida (1978), Celso Mariz (1980); Apolônio Nóbrega (1950); e Oswaldo Trigueiro (1982).

A junta não conseguiria se manter viva nem por um mês. Constituída no dia 17 de novembro, ela já se encontrava desfeita no dia 6 de dezembro de 1889. Naquele dia, Venâncio Neiva, o nome indicado para gerir o estado pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, colocaria os pés na Capital. Tratava-se de um juiz de direito oriundo do interior, da cidade de Catolé do Rocha.

Às 16h do dia 6 de dezembro de 1889, prestaria Venâncio Neiva o juramento de posse do Governo da Paraíba, perante a Câmara Municipal, segundo noticiou a *Gazeta da Parahyba*, em edição publicada no dia seguinte. Relata a folha que, ao chegar à estação de trem, por volta das 13h15, o governador teria sido saudado por um expressivo contingente de cidadãos. É o que confirma o escritor Coriolano de Medeiros, ao relatar que no dia de sua vinda à Capital paraibana, Venâncio Neiva fora recebido por “um avultado número de pessoas, entre as quais se encontrava o Barão do Abiahy, acompanhado de grande número de políticos” (Medeiros, 1994 [1958], p. 162).

Informações sobre a indicação de Venâncio Neiva para o posto do executivo estadual circulavam, entre os paraibanos, desde o dia 16 de novembro, um dia após a Proclamação da República. Em edição de 17 de novembro, a *Gazeta da Parahyba* registrava, em assuntos tratados na coluna “O Dia de Ontem”, que as ruas da cidade apresentavam, na tarde do dia anterior, uma certa movimentação diante dos últimos acontecimentos políticos, e muitos se dirigiram à redação da folha depois de ter se espalhado a notícia de que Venâncio Neiva fora o escolhido para governar a Paraíba.

Espalhada à tarde a notícia que fora nomeado governador do estado da Parayba o Dr. Venâncio Augusto Magalhães Neiva, atual juiz de Direito da Comarca de Catolé do Rocha. Formaram-se diversos grupos nas imediações de nossas oficinas, e nos semblantes dos conservadores transpareciam visivelmente alegria ao passo que subia o desapontamento dos liberais (*Gazeta da Parayba*, 17 de novembro de 1889).

Posteriormente, em edição publicada em 22 de novembro, a folha repercutiu a notícia divulgada pelo *Jornal da Parahyba*, propriedade do Barão de Abihay, sobre a confirmação da nomeação efetiva de Venâncio Neiva para assumir o governo estadual. Aproveitando-se do gancho, a *Gazeta da Parahyba* frisa que é dever do governante trilhar pelos interesses da República.

Em vista da declaração feita anteontem pelo órgão do extinto partido conservador de fidelidade às ideias monárquicas, não se compreende essa explosão de alegria, a não ser pelo simples fato de haver sido nomeado o juiz de direito do Catolé, chefe dos conservadores, no antigo regime, em sua comarca. [...] O juiz de direito de Catolé não tem que fazer política conservadora, como supõem os ex-correligionários de S. Exe., nem tampouco teria que fazê-la liberal, se houvesse pertencido ao partido que acabara de estar no poder: S. Exe. foi nomeado para promover os interesses da República, tanto no mundo das ideias e dos princípios como no da vida prática (*Gazeta da Parahyba*, 22 de novembro de 1889).

Delineavam-se, assim, pinceladas de preocupação em torno do que se esperava da nova atmosfera política, sendo a imprensa a primeira a defender, embora de forma genérica, um governo voltado para o viés coletivo em detrimento de interesses particulares e obscuros, particularidades atribuídas aos que dos quadros políticos dirigentes do período monárquico eram integrantes. Aliás, a prática seguida por Deodoro da Fonseca de nomear governadores saídos das fileiras conservadoras desagradou e causou muitas reações entre os republicanos ditos históricos (Resende, 2003).

Agora, a realidade começaria a se configurar. Venâncio Neiva chega para ocupar o lugar que lhe fora reservado, ou mesmo, arranjado. O juiz deve o êxito aos seus irmãos João Neiva e Tude Neiva, detentores de altas patentes no Exército Nacional, e homens do círculo direto de relações de Deodoro da Fonseca. Constata ainda Coriolano de Medeiros (1994), em suas reminiscências, que ex-membros do extinto partido conservador passaram a enxergar uma oportunidade no novo cenário político paraibano com a escolha de um governador oriundo da antiga bandeira.

Que expectativas são propagadas pela imprensa em face do novo cenário? Diante de um futuro ainda incerto, a *Gazeta da Parahyba*, na edição de 7 de dezembro, demonstra depositar confiança e esperança na administração de Venâncio Neiva, por meio do artigo intitulado “O novo governador”:

Todas as vistas acham-se hoje voltadas para o Exmo. Sr. Dr. Venâncio Neiva, esperando ansiosamente que Sua Exe. em cujo caráter, justiça e inteireza de ânimo confiam os paraibanos, inicie o seu governo e encaminhe regularmente os negócios do Estado que lhe foi confiado, a fim de que possa pronunciar-se de um modo definitivo a corrente da opinião pública, ainda indecisa sobre o futuro que aguarda a Paraíba depois da revolução de 15 de novembro. [...] Confiamos nas boas intenções do Sr. Dr. Venâncio Neiva, delegado do governo central provisório, que se tem mostrado patriótico; e é de crer que S. Exe., secundado pelo Sr. Dr. João Coelho Lisboa, atual chefe da polícia, e procurando cercar-se de homens dotados de patriotismo, encaminhe o estado da Paraíba pela estrada larga de uma política nova e destituída das antigas

paixões, que dividiam e arruinavam os partidos sob o antigo regime (*Gazeta da Parahyba*, 7 de dezembro de 1889).

Também no dia 7 de dezembro, o jornal areiense *Verdade* traz uma nota, localizada em sua terceira página, dando conta sobre a chegada de Venâncio Neiva à Capital para assumir o governo da Paraíba. Demonstrando, assim como a *Gazeta da Parahyba*, esperança em relação aos destinos do estado com a nomeação do governador, salienta: “Esperamos que o ilustre cidadão se colocará em atitude de corresponder à confiança que lhe foi depositada pelo Governo Federal” (*Verdade*, 7 de dezembro de 1889).

Compreendendo ser a junta governativa uma problemática para o estado, o periódico *Verdade* abriu a primeira página da citada edição com a exclamação “Quantas desilusões!”, cujo conteúdo fez menção a sua destituição, ao mesmo tempo em que repercutiu a crítica da *Gazeta da Parahyba* ao Governo Central, publicada em 24 de novembro de 1889, acusando-o de tentar instalar uma República unitária em vez de democrática, ao nomear governadores, como acontecia no Império, quando eram empossados por indicação do monarca os presidentes de províncias.

Era muita *ingenuidade* daqueles senhores da *aclamação*, daquela lógica de interesses inconfessáveis, de que nos parece ter servido de intérprete a *Gazeta da Parahyba*, como se vê de seu editorial do dia 24 de novembro, com o seu *governo baseado na vontade da nação*, supor que o Governo Central apoiaria um governo constituído por quem, sem nenhuma orientação da política do novo governo, emergido do meio dos vícios da situação vencida, agarrou pelas pontas dos cabelos uma ocasião que lhe apareceu azada para culminar-se na posição de diretor dos destinos de um povo. [...] O curto espaço de tempo em que o governo provisório, em boa hora dissolvido, exerceu vida própria, provou à sociedade que, trilhando o mesmo caminho da extinta monarquia, seríamos despenhados no abismo. (*Verdade*, 7 de dezembro de 1889 [Grifo do jornal]).

A postura crítica do jornal *Verdade* é uma constante que marcaria toda a trajetória do veículo. Em publicação de 10 de dezembro de 1889, o periódico, em editorial sob o título “Governo provisório da Paraíba”, deixa claro que apoia a indicação do governador, mas ressalta que não deixará em segundo plano sua criticidade quanto aos atos futuros por ele praticados.

Instalou-se enfim um governo neste estado de legítima origem democrática. Ficamos na atitude de observadores para, em face dos atos do atual governador, ajuizamos de seu critério administrativo no melindroso período de reconstrução em que se encontrou a nação brasileira (*Verdade*, 10 de dezembro de 1889).

Quanto à posição da *Gazeta do Sertão* em relação à posse de Venâncio Neiva como Presidente do Estado, não foi possível verificar a postura adotada, pois nenhum exemplar do mês de dezembro de 1889 consta no arquivo digital da Hemeroteca Nacional. Entretanto, em edição de 20 de junho de 1890, o jornal se coloca contra as práticas do governador, afirmando, em editorial intitulado “Situação Política II”, evidentemente continuação de outro com mesma nomeação, que Neiva não “demorou-se na revelação do seu plano de administração, que era o dos antigos partidos monárquicos”. Assim, denuncia o periódico:

Professores, coletores, agentes do Correio, que eram liberais ou suspeitos de sê-lo, foram sacrificados e substituídos por conservadores. A polícia manteve-se ainda por algum tempo, devido à resistência do Dr. Coelho Lisboa, mas o obstáculo foi logo destruído [...] e depois dele todas as autoridades subalternas; delegados e subdelegados de polícia de todos os termos e distritos do estado foram despedidos em massa. Não ficou aí. Dissolvidas as câmaras municipais, foram nomeados os conselheiros de intendência, com pessoal de seu partido (*Gazeta do Sertão*, 20 de junho de 1890).⁹⁴

Ainda no mesmo editorial, a *Gazeta do Sertão*, por considerar posição idêntica a sua, reproduz parte de editorial do jornal *Verdade* que versa criticamente sobre a administração de Venâncio Neiva: “estamos em pleno domínio do partido conservador monárquico (sem monarquia). [...] Nada mais infenso aos interesses da legítima instituição republicana de que logo no início de seu domínio fazê-la confundir-se com o sistema decaído” (*Gazeta do Sertão*, 20 de junho de 1890).

Dava-se o início dos ataques da *Gazeta do Sertão* ao governo Venâncio Neiva, a partir da primeira veiculação do editorial com a denominação “Situação Política”, em 13 de junho de 1890. Outros artigos de fundo foram produzidos nos mesmos termos, sendo, ao todo, veiculados cinco sobre o governo que o próprio jornal, de oposição declarada, classificava como “sem orientação republicana”.

O primeiro governador sob a égide republicana na Paraíba não foi indiferente a práticas de nepotismo, tendo utilizado a máquina pública para beneficiar e privilegiar parentes, atitude vista com maus olhos por seus adversários (Gurjão, 1994). Uma ação desse tipo pode ser verificada, passados poucos dias de sua posse, em nota publicada pelo jornal *Verdade*: “Foi removido da capital, o bacharel Gustavo Mariano Soares de Pinho para a comarca de Campina Grande, e nomeado para substituí-lo o bacharel Manuel Rodrigues de Arruda Câmara, genro do cidadão Venâncio Neiva, governador deste Estado” (*Verdade*, 12 de dezembro de 1889).

⁹⁴ Ver decreto de número sete de 1º de fevereiro de 1890, publicado na edição de 28 de fevereiro do citado ano na *Gazeta do Sertão*.

Neiva parece ter, de fato, desiludido alguns cidadãos paraibanos. Uma correspondência oriunda de Borborema, e publicada na *Gazeta da Parahyba*, o acusava de dar primazia, em seu governo, a pessoas ligadas ao antigo partido conservador, e, para tanto, andava a destituir os liberais de seus cargos. De tal maneira, indagava ao governador: “Onde estão os adeptos da República? Com que operários conta o cidadão Venâncio para trabalhar na obra que se encarregou de edificar? A não ser a antiga politicagem que se quer pôr em prática com certeza ficará reduzido a zero o número desses operários. Não é só aqui onde isso vai se dando” (*Gazeta da Parahyba* em 23 de janeiro de 1890).

Ressalta-se que, antes da confirmação de que Venâncio Neiva tinha sido nomeado para o poder executivo, outro nome circulou pelo estado como o indicado. Conta Coriolano de Medeiros que “um despacho telegráfico trouxe a informação de haver sido Dr. Albino Meira nomeado governador da Paraíba” (Medeiros, 1994 [1958], p. 162), notícia essa não confirmada, segundo o próprio escritor.

Entretanto, na edição em que veiculava a posse de Venâncio Neiva, e hierarquicamente antes dela, na disposição diagramacional do conteúdo em seu suporte, a *Gazeta da Parahyba* publicou um manifesto de autoria do Dr. Albino Meira, datado de 29 de novembro de 1889. No documento, ele justifica o porquê de não ter aceitado assumir o governo da Paraíba, dando a entender que ele teria sido o escolhido, e só outro estaria agora assumindo o lugar de primeiro gestor do regime republicano no estado em virtude de sua negativa à convocação para assumi-lo.

Convidado pelo governo federal para o espinhoso cargo de governador do Estado da Paraíba, eu não hesitei um momento em pôr o meu fraco concurso à disposição daqueles beneméritos cidadãos. [...] A esse tempo, porém, achava-se em grave perigo a pessoa que me é mais cara neste mundo, e eu não podia afastar-me de casa antes que o perigo tivesse desaparecido. Ciente disto o governo federal fez-me ver a necessidade que sentia de ter já e já nesse Estado um governador nomeado. Respondi marcando o dia em que pretendia embarcar para a Paraíba; e como esse dia importava um prazo que parecia não se compadecer com a urgência que o governo exigia, eu não podia deixar de ver nele um pedido de exoneração. Seria falta de patriotismo de minha parte se, por amor de minha pessoa, eu conservasse vago um lugar que o governo tinha urgência em ver preenchido (*Gazeta da Parahyba*, 7 de dezembro de 1889).

Nota-se uma preocupação de Albino Meira em se fazer ser compreendido, diante do fato de que supostamente teria se recusado a assumir o comando da Paraíba. Tinha o nome conhecido entre os paraibanos, pois era “um lídimo republicano que na Paraíba fez brilhantes conferências, na propaganda do regime democrático” (Medeiros, 1994 [1958], p. 162). Mas,

Albino Meira, apontado por Aristides Lobo para o governo da Paraíba, ficou para trás no duelo de relações e influências do qual os irmãos Neiva se saíram vitoriosos.⁹⁵

Sobre tal assunto, a *Gazeta do Sertão*, em edição de 13 de junho de 1890, ao fazer uma avaliação da gestão Neiva, relata que fora Albino Meira o indicado pela opinião pública para governar a Paraíba, nome esse que teria sido confirmado, segundo o jornal, por Aristides Lobo. Entretanto, não contara o ministro do interior que “houvesse alguém com força bastante para desviar do seu intento”. Assim, “desenganou-se logo; e foi com espanto que propondo a nomeação do Dr. Albino Meira, foi impugnado, recebendo a contraproposta de outro nome. Relutou, mas foi obrigado a ceder diante da imposição militar” (*Gazeta do Sertão*, 13 de junho de 1890).

Na linha da força da parentela no cenário político estadual, tanto na indicação quanto na ocupação de cargos públicos, outra figura se beneficia desse sistema, no início da era republicana na Paraíba. Epitácio Pessoa fora indicado para o posto de secretário geral do governo republicano da Paraíba, graças ao irmão, Antônio Pessoa, ao tio, Barão de Lucena, e ao círculo de amizade estabelecido durante sua estadia no Rio de Janeiro. Soube aproveitar a oportunidade. Não demorou a ganhar visibilidade e projeção nacional.

Em tese de doutorado acerca da família Pessoa, o pesquisador Iordan Queiroz Gomes (2018) apresenta um rico capítulo sobre Epitácio Pessoa, no qual aborda sua trajetória de vida e ascensão política. Tivera na gestão de Venâncio Neiva a oportunidade inicial na administração pública, e logo se utilizou das vestes de protagonista, graças a sua habilidade como articulador político. Coube a ele, segundo o pesquisador, criar uma imagem positiva de Venâncio Neiva.⁹⁶

Para tanto, agiu Epitácio Pessoa por duas frentes: afastar o governador da principal figura conservadora existente no estado, vista como defensor da Monarquia, representada pelo Barão de Abiahy; e utilizar a imprensa como meio para legitimar o primeiro governo republicano na Paraíba. Assim, foram veiculados diversos artigos, primeiramente na *Gazeta da Parahyba*, e depois no jornal *Estado da Parahyba*, fundado pelo governo. Em 1890, Epitácio

⁹⁵ Albino Meira de Vasconcelos é dos patronos da Academia Paraibana de Letras, escolhido em 1941, ano de fundação da instituição. Político e jornalista, era formado pela Faculdade de Direito de Recife. Foi empossado governador de Pernambuco em 1889. Era considerado um homem de grande riqueza cultural. Morreu em 1908, aos 58 anos de idade. Ver: CASTRO, Oscar Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1955.

⁹⁶ Iordan Queiroz Gomes também traz um fato relevante, que revela a complexidade e ambivalência de Epitácio Pessoa, pois ele, mesmo quando em situação desfavorável, já tivera se posicionado contrário a práticas clientelistas, ao denunciar, na imprensa, ações de arbitrariedade atribuídas ao juiz Teixeira de Sá, na Comarca do Cabo, em Pernambuco. Ver: GOMES, Iordan Queiroz. *A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. 2018, 460 f.

seria indicado por Venâncio Neiva para a Assembleia Nacional Constituinte, tendo sido eleito para o cargo com o maior número de votos entre os candidatos à legislatura federal pela Paraíba.

Venâncio Neiva permaneceria à frente do estado da Paraíba por aproximadamente dois anos (1889-1891). Durante esse tempo, foram convocadas eleições para a Assembleia Constituinte e promulgada a primeira Constituição Estadual, em agosto de 1891. Quanto às articulações políticas e estratégias de governança, Neiva, como aponta a historiadora Inês Caminha Rodrigues, objetivou “implantar um governo de coalisão, procurando harmonizar os grupos contrários” (Rodrigues, 1989, p. 22), não tendo, porém, conseguido, lidar com os interesses divergentes.

Logo, um bloco de oposição se formaria contra o governador da Paraíba. Primeiro, com o rompimento de Neiva com o Barão de Abiahy, cerca de quatro meses após tomar posse. Outra fissura na base do governo se daria nove meses depois, com a demissão do chefe de polícia, Coelho Lisboa, que se torna “o principal representante da oposição a Venâncio Neiva, notabilizando-se pelo rigor das suas críticas à gestão venancista” (Cittadino, 2010, p. 165).

Em abril de 1890, o *Jornal da Parahyba*, do Barão do Abiahy, cujas páginas chegaram a “cantar apologia a Venâncio”, voltou-se contra ele, em decorrência de o governo haver suspendido, em fevereiro, a exclusividade da publicação das matérias oficiais. [...] A rescisão do contrato indis pôs o Barão de Abiahy com seu ex-correligionário, passando o primeiro a atacar o governo do Estado. Este contra-ataca, através de Epiácio Pessoa, seu Secretário Geral, de forma não menos contundente (Rodrigues, 1989, p. 22-23).

Com a criação do *Estado da Parahyba*, órgão do Governo, as desavenças se intensificaram entre situação e oposição, tendo os desentendimentos se acentuado com as eleições para o Congresso Constituinte Nacional, em 15 de setembro de 1890 (Rodrigues, 1889).

Com a deposição de Venâncio Neiva⁹⁷, uma nova junta governativa se formaria na Paraíba. E, mais uma vez, Eugênio Toscano de Brito se fazia peça fundamental no cenário político estadual. Além dele, o civil Joaquim Fernandes de Carvalho e o coronel Cláudio Savaget integram o trio de comando governamental.

Em cerca de dois meses de vigência, a junta atuou no intuito de desfazer as bases de organização institucional estabelecidas durante o governo anterior. Nessa direção, como aponta

⁹⁷ Venâncio Neiva, que passa a fazer oposição aos novos dirigentes do governo estadual, voltaria a ocupar cargo político em 1918, elegendendo-se para o Senado Federal, com mandato de nove anos, sendo reeleito para a cadeira senatorial em 1927.

a historiadora Monique Cittadino, a nova gestão declarou sem efeito a Constituição Estadual, destituiu o Congresso, “convocando eleições para uma nova Assembleia, e revogou as medidas relativas à organização do poder judiciário. [...] [Somando-se] a deposição de prefeitos municipais ligados ao venancismo” (Cittadino, 2010, p. 166).

3.5 DUAS DÉCANAS: DOMÍNIO DA OLIGARQUIA ALVARISTA

Mediante a reviravolta no comando federal, com a ascensão de Floriano Peixoto, Álvaro Lopes Machado seria indicado para assumir o governo do Estado da Paraíba, tendo permanecido no poder de 1892 a 1895, quando foi eleito para assumir o posto de senador. No Senado Federal, permaneceu o referido político por 17 anos, até 1912, data de sua morte. A escolha de Machado, que teria recebido com espanto a notícia de sua indicação, também fora fruto da influência familiar: seu tio, Abdon Milanez, era amigo íntimo de Floriano Peixoto (Rodrigues, 1989).

Partindo do Rio de Janeiro, Álvaro Machado, natural do município de Areia, “há longos anos longe do seu torrão natal, veio a este Estado para assumir a direção dos negócios públicos” (*O Parahybano*, 20 de fevereiro de 1892). No relógio constava uma hora da tarde quando, no dia 18 de fevereiro de 1892, uma quinta-feira, após ser recebido pelo presidente da Junta Governativa, coronel Savaget, o novo governador “prestou compromisso legal, na intendência municipal e perante um crescido número de concidadãos” (*O Parahybano*, 20 de fevereiro de 1892).

Cabe a nós, que somos órgão do povo, que falamos em seu nome, testemunhar um voto de reconhecimento à junta governativa pelo tino, critério e moralidade com que soube governar este estado, livre das garras de um abutre, no difícil período de 1º de janeiro a 18 do corrente, tempo, de certo, muito curto para que ela pudesse realizar todos os seus planos atinentes a melhorar a situação financeira d’este Estado e a conduzir as reformas de que ele carece, mas em que ela deixou vestígios luminosos...[...] Ao ilustre e circunspecto dr. Álvaro Machado, de quem muito tem que esperar o nosso Estado, apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos (*O Parahybano*, 20 de fevereiro de 1892).

O jornal *O Parahybano*, fundado naquele mesmo ano por Eugênio Toscano de Brito, noticia a chegada de Álvaro Machado dois dias depois do ocorrido, uma vez que se tratava de uma folha que circulava apenas três vezes por semana: às terças, às quintas e aos sábados. Sobre a posse do novo governador, o periódico, que a veiculou em sua segunda página – toda a primeira estava comprometida com as publicações dos atos oficiais do Estado – não tece muitos

comentários. Antes, no decorrer do relato sobre o episódio, faz uma série de elogios à junta (da qual fazia parte o criador da referida folha) que acabara de passar o bastão do poder.

“Uma das mais brilhantes recepções que tem sido feita nesta terra”, assim afirmou *O Parahybano*, na edição do dia 23 de fevereiro sobre a chegada de Álvaro Machado, em resposta ao jornal *Estado da Parahyba*, de Venâncio Neiva, que classificou, em artigo de fundo ou editorial, a recepção do governador como exígua, sem perceber a contradição de informações, logo apontada pelo *O Parahybano*, da qual seu veículo era portador. Assim, ao intitular a nota denominada “Andam às tontas”, se referindo aos integrantes do órgão do ex-governador, discorreu o redator:

Onde está a serenidade? Na primeira coluna do penúltimo número do *Estado [da Parahyba]* em que se lê ter sido exíguo o número de pessoas que acompanharam o exm. dr. Álvaro Machado ou na sexta coluna da mesma folha onde se acha estampado que o mesmo dr. foi recebido no porto de Cabedelo por muitos cidadãos e diversas famílias e na estação central por diversos cavalheiros? (*O Parahybano*, 23 de fevereiro de 1892).

Na mesma edição, *O Parahybano* relata que uma imponente passeata tomou algumas ruas da cidade na noite do sábado que se seguiu a cerimônia de posse, ocorrida dois dias antes, ou seja, em 20 de fevereiro. O apoio da folha à nova gestão, assim como vinha concedendo à junta deposta, fica claro ao relatar que às sete horas da noite, enquanto as duas bandas de música do batalhão e do corpo policial executavam “peças de seus vastos repertórios”, “o povo acudindo pressuroso ao convite que lhe fizemos aglomerava-se em frente ao nosso escritório” (*O Parahybano*, 23 de fevereiro de 1892).

No comando, logo o novo governador da Paraíba agiu para estabelecer uma base de apoio político, ou seja, uma base de governança. Nessa direção, com menos de um mês de sua chegada ao governo, Machado instituiu o Partido Republicano da Paraíba (PRP), cujo processo de criação se deu a partir de 3 março de 1892, com a divulgação de um manifesto que pregava uma bandeira política conciliatória.

Eram sete horas da noite de 30 março de 1892, quando já se encontrava repleto de indivíduos reconhecidos da política paraibana um dos salões do Palácio do Governo. Tratava-se da reunião para a implantação do PRP, evento noticiado pelo *O Parahybano*, em primeira página da edição de 1º de abril, sob o título “A reunião de anteontem”, como “um verdadeiro acontecimento político de notável alcance para as condições existenciais do estado”. Mas, embora a sigla tenha sido constituída “indiscriminadamente por políticos integrantes dos

antigos partidos Liberal e Conservador, giraria, posteriormente, em torno do apoio dos Liberais” (Cittadino, 2010, p. 166).

O segundo passo dado por Álvaro Machado à frente do executivo foi a instituição do Congresso Constituinte. Uma comissão provisória fora formada para organizar a lista dos candidatos. E, ressalta-se, entre os cinco membros do comitê, estava Eugênio Toscano de Brito, demonstrando que era uma presença constante nos principais momentos históricos da política estadual. Salienta-se, aliás, voltando no tempo, que Toscano de Brito só não fora nomeado para a secretaria geral do Gabinete de Álvaro Machado, quando esse assumiu o governo, pelo fato de ser considerado um desprestígio, já que era componente da antiga junta governativa.⁹⁸

Na prática, como destaca Cittadino (2010), o discurso conciliador que caracterizaria os termos de fundação do partido republicano local seria invalidado. Os venancistas foram excluídos do processo de elaboração da nova constituição estadual⁹⁹, promulgada em 30 de julho de 1892.¹⁰⁰ Como consequência desse cenário de exclusão, e visando fazer frente à situação, foi criado o partido Autonomista, sob a direção do ex-governador Venâncio Neiva.

Os autonomistas paraibanos se batiam, pois, em duas frentes: a anti-florianista e, a nível estadual, a anti-alvarista. Na primeira frente, a atuação partidária alcançou grande destaque através da combatividade e do brilhantismo memoráveis do deputado Eptácio Pessoa, na Câmara Federal – o que iria concorrer, decisivamente, para sua assunção posterior no Ministério do Interior e Justiça do Governo Campos Sales. No plano estadual, porém, asfixiados pela oligarquia dominante, os autonomistas conheceram uma trajetória modesta (Rodrigues, 1989, p. 40).

Álvaro Machado segue no comando do Estado da Paraíba, ganhando legitimidade para governar, mediante vitória nas eleições de 7 de setembro de 1892. O que chama atenção nesse processo eleitoral é que, mais uma vez, Eugênio Toscano de Brito reforça seu prestígio político, sendo indicado para a compor a chapa na condição de primeiro vice-presidente, obtendo o apoio, inclusive, de ex-conservadores, além do próprio governador.¹⁰¹ Entretanto, teve sua

⁹⁸ Ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder* (Paraíba 1889/1930). João Pessoa: UFPB, 1989, p. 45.

⁹⁹ “As principais mudanças verificadas na segunda constituição, que teve a primeira como base, dizem respeito ao fortalecimento do Poder Executivo, que passaria a interferir até em matéria de competência da Assembleia Legislativa, como o adiamento de suas sessões, por exemplo. Mas, o maior instrumento em benefício do Executivo se daria no âmbito dos municípios, com a dissolução de conselhos e nomeações e destituições de prefeitos” (Rodrigues, 1889, p. 47). Ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder* (Paraíba 1889/1930). João Pessoa: UFPB, 1989.

¹⁰⁰ O Congresso Constituinte seria convertido em Ordinário, exercendo seus integrantes um mandato de quatro anos, ou seja, com vigência até 1896.

¹⁰¹ Foi indicado por 25 dos 30 deputados estaduais. Ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder* (Paraíba 1889/1930). João Pessoa: UFPB, 1989.

candidatura anulada por interferências de um antigo desafeto político, Abdon Milanez. Não demorou muito tempo para *O Parahybano*, outrora um defensor das ações do governo, se transformar numa artilharia de críticas à situação.

Tem-se aqui um chefe político que formou uma das oligarquias mais duradoras e fortes já vistas na Paraíba. Sua influência era tamanha que o fato de viver fora das fronteiras territoriais do estado não o impediu de ser o principal nome da política estadual por 20 anos.¹⁰² Para conseguir manter a hegemonia por esse extenso período, Álvaro Machado, além de não ser indiferente às fraudes eleitorais, às práticas autoritárias, a exemplo do empastelamento de jornais,¹⁰³ teve que combater e anular constantemente os ataques dos opositores, bem como mediar e resolver as desavenças e disputas no seio do próprio alvarismo. Mas, como diria Michel Foucault, o poder não é fixo, está na força das relações, e não no indivíduo.¹⁰⁴

O primeiro grande abalo sofrido pelo domínio alvarista se deu nas eleições de 1899, quando seus candidatos eleitos para a Câmara Federal passaram pela “degola” de Campos Salles, ou seja, reconheceu-se como vitoriosa a chapa oposicionista, sob o comando de Venâncio Neiva. Isso significa dizer que mais do que uma punição do presidente a Álvaro Machado (por apoiar outro candidato na eleição presidencial), “o compromisso, por parte do governo federal, de respeito às oligarquias situacionistas, poderia ser rompido, configurando-se espaços que funcionariam, para as oposições, como cunhas a forçar aberturas no sistema de poder vigente” (Cittadino, 2010, p. 171).

A interferência federal na Paraíba continuaria no processo eleitoral posterior, de 1900, dessa vez para a Assembleia Legislativa e o poder executivo estadual. Diante do impasse, Machado acaba se aproximando da oposição, visando à permanência no comando da política local. A medida irá desagradar a muitos de seus correligionários, que são desalojados de suas posições de comando em suas áreas de influência, ao serem substituídos por tradicionais adversários políticos (Cittadino, 2010).

Diante da crescente cisão interna e dos desacordos sucessórios em torno dos nomes para o governo do estado, além da própria morte de Álvaro Machado, chega ao fim o domínio da facção alvarista, assumindo o lugar de comando da política paraibana uma nova força, Epitácio Pessoa, eleito senador nas eleições de 1912.

¹⁰² Todas as gestões governamentais desse período foram orientadas por Álvaro Machado, sendo duas delas exercidas diretamente por ele (1892-1896/ 1904-1905, o restante desse mandato seria exercido pelo vice, após Machado retomar uma cadeira no Senado Federal), e uma pelo seu irmão, João Machado (1908-1912), aliás, a última gestão sob o comando alvarista.

¹⁰³ Quatro periódicos foram empastelados durante seu governo: *O Parahybano*, *O Democrata*, *O Combate*, e o *Commercio*.

¹⁰⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de Saber*. Lisboa: Antropos, 1994.

De início, Epitácio, muito influente junto ao presidente Campos Salles, estabelece aliança com outra liderança da ala alvarista, Walfredo Leal. Entretanto, a ocorrência de novas crises levou ao rompimento das alas, que se concretizou nas eleições federais de 1915. Do pleito, saíram vitoriosos os candidatos de Epitácio Pessoa. Logo assumiria o governo estadual o irmão do senador, Antônio Pessoa, consagrando-se, assim, a oligarquia Epitacista, que permaneceria no comando por 15 anos, até o fim da chamada Primeira República.

De modo geral, as práticas políticas-eleitorais e o “poder da parentela” são fortes características dos governos estaduais durante a Primeira República, não sendo a Paraíba diferente dessa realidade, como aponta a historiadora norte-americana Linda Lewin (1993), em estudo de caso sobre a oligarquia de base familiar no estado.¹⁰⁵ Por sua vez, para a historiadora Marisa Tayra Teruya, que também empreendeu pesquisa acerca da força familiar na política paraibana, tendo como objeto de estudo o clã Maia do município de Catolé do Rocha, “o poder político de base familiar, marcado por longa duração em cargos representativos e no reconhecimento de uma base territorial de influência, persiste até nossos dias, ainda que em outros contextos e outras demandas políticas” (Teruya, 2012, p. 251-252).

Portanto, o peso da influência familiar, das redes de amizade na esfera federal e das condutas eleitorais tiveram papel preponderante no desenho político da Paraíba republicana e nos rumos por ela seguidos, no alvorecer da nova ordem política demarcada a partir de 1889.

¹⁰⁵ A pesquisadora teve como estudo de caso a Oligarquia Epitácio Pessoa.

4 PARAÍBA: JORNAIS, POLÍTICA E PERIODISTAS ÀS VÉSPERAS DA REPÚBLICA

4.1 PERIODISMO NO APAGAR DAS LUZES DA MONARQUIA

Para além dos títulos que o define (jornalista, poeta, escritor e um dos sócios fundadores da Academia Paraibana de Letras), Coriolano de Medeiros foi um cidadão que viveu na capital paraibana entre os séculos XIX e XX, tendo residido, como ele mesmo frisa, no mais populoso e aprazível bairro, o Tambiá, descrito ainda como um lugar de morada de gente abastada e destino dos passeios dominicais.¹⁰⁶

Abrangendo aspectos da vida cultural, política e econômica, Coriolano de Medeiros discorre sobre a experiência adquirida na Cidade da Paraíba, hoje intitulada João Pessoa, desde que lá chegou em 1880, vindo do interior da província, juntamente com a família. As lembranças e impressões daqueles remotos anos foram registradas nas obras *O Tambiá de minha infância* e *Sampaio*,¹⁰⁷ compostas por relatos e testemunhos sobre cenas cotidianas que possibilitam vislumbrar como a Capital se pintava, em suas diversas nuances, nos últimos anos do Império e nos primeiros tempos da República.

Outrora, os festejos profanos e, sobretudo, religiosos marcavam a passagem do tempo em toda Paraíba do Norte. Os meses tinham significados específicos e eram referenciados não pelas pronúncias dos vocábulos presentes nos calendários, mas por denominações que exaltavam santos e celebrações: o mês de São João (junho), de Santana (julho), de Festas (dezembro).

Quando se aproximava agosto, o entusiasmo ganhava força com a festa mais esperada de todas, a de Nossa Senhora das Neves.¹⁰⁸ Antes, vinha o Carnaval, ou entrudo como chamavam, que correspondia a oito dias de festas a Momo (Medeiros, 1994 [1942]). Assim, fantasias, saraus, serenatas, modinhas, novenas, comidas típicas, girândola de foguetes e presepes, sem esquecer a roupa nova para a missa do Galo, movimentavam a Cidade da Paraíba em épocas passadas.

Ao falar sobre lugares públicos existentes naqueles dias, conta Coriolano que inutilmente se procurava na Capital um estabelecimento que servisse café, doces ou bebidas. Entretanto, aponta o interior das tavernas, chamado de reservado, como o destino daqueles que

¹⁰⁶ Muitos eram atraídos pela fonte d'água que lá existia.

¹⁰⁷ Originalmente publicados em 1942 e 1958, respectivamente.

¹⁰⁸ Padroeira da cidade.

“a certa hora do dia ou da noite, não dispensavam um *lunch* de sardinha de Nantes e vinho de pasto ou um gole de tabapara – mistura com frutas ácidas” (Medeiros, 1994 [1942], p. 102).

Relembra o autor que nos reservados se reuniam pequenos grupos de pessoas, que, ao saciarem seus desejos alimentares, ocupavam-se da vida do próximo, saboreando, principalmente, “o prato preferido e succulento das palestras provincianas”: as novidades políticas, cujos embates certamente tornavam-se públicos por meio dos impressos jornalísticos. Mais importante que a menção das tavernas como lugares de consumo e lazer, é a informação de que em seus interiores havia um ambiente que se constituía em relevante ponto de encontro e sociabilidade.

Referencia-se uma localidade composta por uma população de 18.645 habitantes, segundo censo de 1890, que, como relata Coriolano, embora confesse que a informação possa estar imprecisa, até 1883 não dispunha de iluminação pública, fato que muito provavelmente limitava a movimentação de pessoas e atividades em períodos noturnos. A memória não enganou totalmente o escritor, ao registrar suas lembranças, chegou perto. Em 1885, seria contratado um serviço de iluminação pública de forma permanente¹⁰⁹ para a capital paraibana.

As principais áreas da cidade, onde se concentravam o maior número de edificações públicas e habitantes mais abastados (a chamada cidade Alta),¹¹⁰ foram contempladas com a instalação de 200 lampiões movidos a querosene, que, de acordo com o contrato estabelecido para o fornecimento do serviço, ficariam acesos por nove horas, “a contar de meia hora depois do sol posto”¹¹¹.

Durante todo o século XIX, o sistema de iluminação pública da Cidade da Paraíba mostrou-se ineficiente. Este era um serviço demasiadamente caro, como evidenciam os relatórios dos presidentes da província, portanto muitas vezes teve que ser excluído das despesas oficiais. Apesar disso, mesmo com o sistema de gás ineficiente, em fins do século XIX, já se falava na instalação de um sistema eficiente, que se tratava da iluminação elétrica. As negociações para a instalação dos serviços de energia elétrica na capital começaram quando os então Presidentes da Província em 1895 e 1898, respectivamente, Álvaro Lopes Machado e Gama e Melo, assinaram contratos com particulares na

¹⁰⁹ A instalação da iluminação pública na Cidade da Paraíba se deu em 1822, por meio de 20 lampiões, alimentados com azeite de mamona. Tratava-se de um serviço muito incipiente, que ainda teria sofrido retrocessos no decorrer do século XIX, vivendo a capital paraibana momentos de “claridade” e “escuridões” por todo esse tempo. Ver: MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Morais. A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Revista de história e estudos sociais*. Vol. 6, ano VI, n. 2. Abril/Maio/Junho de 2009.

¹¹⁰ A cidade dividia-se em Alta e Baixa, fazendo parte dessa os habitantes de origem simples e o comércio.

¹¹¹ Ver: MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Morais. A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Revista de história e estudos sociais*. Vol. 6, ano VI, n. 2. Abril/Maio/Junho de 2009.

intenção de instalar serviços de energia elétrica na Cidade da Paraíba (Maia; Gutierrez; Soares; 2009, p. 10).

Sobre a chegada da iluminação pública à queima de querosene, consta nas reminiscências de Coriolano: onde havia ruas foram instalados “suportes de ferro para os lampiões, nas praças e onde não existia sequência de casas, fincaram-se postes de madeira” (Medeiros, 1994 [1942]). Sem dúvidas, a iluminação pública possibilitaria o prolongamento da vida noturna da urbe nascida às margens do rio Sanhauá, em 1585. Agora, a prestação do serviço deixava de abranger apenas a fachada de alguns prédios públicos, como o Palácio do Governo e o Liceu, bem como se estenderia para além dos períodos das festas tradicionais.

Tinha-se um lugar, nas lembranças de Coriolano de Medeiros, que fora dos meses festivos parecia não ser ditado por grandes agitos, mas sempre tomado por corriqueiras atividades culturais, embaladas pela realização de “reuniões dançantes mensais na sede de uma sociedade recreativa ou, periodicamente, em casas de família”. Ainda sobre o Tambiá, diz o autor: “o bairro nem sempre era o paraíso da tristeza e do silêncio: crianças a cantar todas as noites, o ininterrupto coco da rua do Grude, os serões familiares e as serenatas davam-lhe também momentos de alegria (Medeiros, 1994 [1942], p. 90).

Era uma cidade que ia lentamente se modernizando, buscando o progresso tão propagado e defendido nas páginas da maioria dos jornais da época retratada. Nessa direção, os impressos, guiados por uma perspectiva de futuro, não se eximiam de tecer críticas e apontar soluções para problemas diversos, inclusive para os de ordem urbana e sanitária. Artigos pautados por tais questões podem ser vislumbrados na *Gazeta da Parahyba*, por exemplo (saber história do jornal no quarto tópico deste capítulo).

Por aqueles anos, havia um cidadão chamado Sampaio, que, inclusive, como se percebe, dá nome a uma das obras de Coriolano. Pela forma que é apresentado pelo autor, parece se tratar de uma figura bastante conhecida na Cidade da Paraíba, em fins do XIX. A discrição e o jeito taciturno do jovem davam lugar à malcriação e ao humor ferino quando sujeito à ação do álcool, comportamento quase corriqueiro já que “Sampaio tinha largos períodos de bebedeiras”.

O personagem, real e/ou fictício, é o fio condutor para as reminiscências trazidas à tona por Coriolano. Ele é caracterizado como um alfaiate alcólatra a quem, quando tomado pela bebida, ninguém dirigia a palavra, pois o desaforo sempre vinha, destacando-se suas respostas, “às vezes jocosas, às vezes ferinas, às vezes pornográficas” (Medeiros, 1994 [1958], p. 140). Era sempre nessas ocasiões, não raras, que Sampaio, amante dos jornais políticos, segundo Coriolano, se deparava com os entregadores de periódicos, responsáveis por levar as folhas dos

respectivos assinantes, mas que “sempre tinham meios de vender algum exemplar, cuja importância se aninhava no bolso” (Medeiros, 1994 [1958], p. 141).

Até então, de acordo com Coriolano de Medeiros, não havia oficialmente a venda de jornais avulsos na Paraíba, dando-se a circulação dos impressos por meio de assinaturas e entregas nas residências dos contratantes. Inclusive, observa-se nas edições de estreia da maioria dos jornais a seguinte informação: aqueles que receberem o exemplar inaugural do periódico e não o devolver, subtende-se que aceitou se tornar seu assinante.

Coriolano atribui a instituição da prática orientada de vender isoladamente um determinado impresso a Gustavo Santiago, “que trabalhando no *O Comércio*, com Artur Aquiles, convenceu a um rapazinho alcunhado ‘Gravoche’, de que, à moda do Rio, deveria apregoar a venda, pelas ruas da Capital, do referido cotidiano” (Medeiros, 1994 [1958], p. 141). Assim, imagina-se que o referido modo de se fazer distribuir os periódicos na Paraíba não se dera antes de 1889, possivelmente o ano de implantação do *O Comércio*.¹¹²

Entretanto, nas pesquisas realizadas, constatou-se que a oferta de impressos avulsos se encontrava estampada em cabeçalhos de jornais de 1888, como a *Gazeta da Parahyba e Verdade*, por exemplo. Recuando ainda mais no tempo, verificou-se que já havia a venda de exemplares em tais condições, em boticas, do jornal *O Raio da Verdade*, de 1833. Então, intui-se que o autor, talvez, esteja se referindo ao costume de ofertar os jornais diretamente nas ruas, ou melhor, à abordagem pessoal a um potencial leitor.

Era com os distribuidores de jornais que Sampaio adquiria o periódico de sua preferência. Conta Coriolano que naquela época uma folha arrojada surgia na imprensa da então Província. Refere-se o escritor ao *Diário da Parahyba*, um impresso jornalístico fundado em 1884, que se dizia independente, autodenominado “órgão de todas as classes”.

O mais novo órgão da imprensa paraibana despertaria a curiosidade de Sampaio que, ao se deparar com o seu distribuidor, conhecido como Aranha, o deteve, relata Medeiros. Queria saber ele o valor do periódico. Ao obter a resposta de que estava sendo vendido a dois vinténs, Sampaio tomou um exemplar e “deitou olhar demorado à primeira página, à segunda, à terceira e à quarta” (Medeiros, 1994 [1958] p. 141).

Não esperava Aranha que fosse receber de volta as duas últimas páginas do *Diário da Parahyba* juntamente com a quantia de um vintém. Isso mesmo, Sampaio entregou as folhas ao

¹¹² No acervo disponibilizado pelo site *jornais e folhetins literários da Paraíba do século 19*, foram verificados exemplares do jornal *O Comércio*, de 1900, 1906, 1907, tendo o jornalista Arthur Aquiles atuado como editor responsável nos dois últimos anos. Ressalta-se que a criação do periódico certamente se dera no ano de 1889, pois a primeira edição encontrada é datada de 5 de maio de 1890, mas nela consta que se trata do Ano II e que a folha é de número 131.

distribuidor pronunciando: “Toma lá Aranha, eu só quero a metade!” (Medeiros, 1994 [1958], p. 141). A ironia de Sampaio era uma espécie de crítica ao pouco conteúdo noticioso presente na folha e ao excesso de propaganda: “ao referido cotidiano faltavam escritores e assim além do fraco noticiário, dos minguidos artigos, apresentava ao leitor somente anúncios, que lhe enchiam a terceira página e a quarta” (Medeiros, p. 141).

Vale salientar, segundo consta no *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand* (2009), que a província era um celeiro de homens e mulheres (essas em número bem menor) que se dedicavam ao ofício jornalístico. No referido dicionário, o conceito de jornalista engloba uma dimensão e um sentido específicos do período, considerando, assim, jornalistas pessoas de letras que dos impressos noticiosos faziam uso sistemático.

Informações que dão conta da circulação de jornais locais se fazem presentes em algumas obras que se constituem como referências da historiografia tradicional sobre a imprensa na Paraíba. Tem-se como pioneiro no tratamento do tema um artigo publicado pela Revista do IHGP, sob a autoria de Alcides Bezerra, que, formado em Direito, também exerceu a profissão de jornalista, tendo atuado em vários periódicos. Trata-se de “A imprensa na Paraíba” (1922). Nele, o autor se preocupa mais em elencar os títulos que em solo paraibano circularam desde a segunda década do século XIX, quando a imprensa fora implantada no Estado.

Outros trabalhos foram realizados sem que houvesse um tratamento muito complexo, embora sejam importantes para a arquitetura da história da imprensa local. Em citação sumária, destacam-se *A imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal; *História e ideologia na imprensa paraibana* (1983) e *Paraíba: Imprensa e Vida* (1986), ambos escritos por Fátima Araújo. Ainda podem ser enquadradas na lista as obras de Eduardo Martins: *A Tipografia do Beco da Misericórdia* (1978), que descreve a trajetória daquela que seria a primeira tipografia privada do Estado, instalada em 1834, pelo português José Rodrigues da Costa; e *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos* (1976).

No que concerne à historiografia mais recente acerca da imprensa paraibana, sobressaem-se os escritos da professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.¹¹³ Dos trabalhos produzidos pela pesquisadora, destaco *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand* (2009), que muito

¹¹³ Professora do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

contribuiu para a confecção desta tese, pela riqueza de informações sobre personagens que fizeram parte do universo do impresso paraibano.

Dentre os jornais diários existentes na Paraíba do Norte às vésperas da implantação da República, sendo aqui considerada a temporalidade que data a partir de 1888, ano da abolição da escravatura, têm-se apenas dois: *Diário da Parahyba* e *Gazeta da Parahyba*. Embora aquele apresente um acervo no IHGP, que contempla os anos de 1884 a 1885, sabe-se que ele teve duração mais longa, pelo menos três anos a mais, já que se verifica menção ao veículo em publicações da *Gazeta da Parahyba* de 1888, o segundo jornal paraibano que se fazia circular diariamente.

Já o primeiro impresso com circulação cotidiana em terras paraibanas, segundo consulta nos acervos do IHGP, foi *O Publicador*, fundado, em 1862, pelo tipógrafo José Rodrigues da Costa. O periódico apresentou vida extensa para os padrões da época, permanecendo em atividade até 1886. Não observada pela historiografia, outra folha também se aventurara na lide diária da imprensa: a *Verdade*, que entraria, mesmo que temporariamente, para o rol dos diários paraibanos, menos de um ano depois de seu surgimento, em 1888.

Entre os anos de 1888-1889 também se faziam presentes no quadro noticioso paraibano: o *Jornal da Parahyba*, folha representativa do partido conservador, cujas atividades foram inauguradas em 1862 e encerradas 28 anos depois, em 1890; *O Liberal Parahybano*, que circulou por 10 anos, tendo sido fundado no final da década de 1879, período marcado por considerável número de impressos ligados ao partido liberal;¹¹⁴ o *Arauto Parahybano*, que nasceu em 1888, substituindo *O Sorriso* (1886), sendo conduzido por jovens estudantes do Liceu Paraibano; *O Conservador (1875-1888)*,¹¹⁵ que surge como um órgão dissidente do partido conservador, após 13 anos de hegemonia de um único impresso representante da sigla, o *Jornal da Parahyba* (Bezerra, 1922); e, como já explicado, o *Diário da Parahyba*.

São folhas cujos acervos estão listados no catálogo da seção de obras raras do IHGP,¹¹⁶ mais especificamente na coleção de jornais antigos. Vale ressaltar que na seleção do citado instituto aparecem apenas dois exemplares avulsos de *O Despertador*, referentes aos anos de 1861 e 1869. Já no acervo da Hemeroteca Digital, existem exemplares datados de 1866 a 1888. Segundo Alcides Bezerra (1922), o jornal “vivera 30 anos”, prestando serviço ao partido liberal, de que por muito tempo foi chefe o dr. Felizardo Toscano” (Bezerra, 1922, p. 56).

¹¹⁴ Em 1877, *O Liberal e A Opinião*; em 1878, *A União Liberal e O Observador*.

¹¹⁵ Redigido, principalmente, por membros da família Meira Henriques.

¹¹⁶ Disponível em: <https://ihgp.net/jornaisantigos.htm>. Acesso em: 05/10/2021.

As atividades do jornal *O Despertador* se estenderiam, no mínimo, até 1889, já que referência ao veículo aparece na edição da *Verdade* de 30 de dezembro do aludido ano, sendo citado, inclusive, como um dos “campeões” da imprensa paraibana, juntamente com a *Gazeta da Parahyba*. Isso faz pensar que ambos os periódicos eram vistos como os dois principais veículos da época. Além disso, a citação comprova ter tido *O Despertador* uma duração bastante considerável para os padrões do período em foco.

Somam-se à lista dos periódicos em circulação no recorte temporal aqui considerado os que nesta tese foram tomados como objetos de pesquisa, por terem se pautado por dois importantes momentos da história brasileira: a abolição da escravidão e a instauração da República. São eles, como já se sabe: *Gazeta da Parahyba (1888-1890)*, *Verdade (1888-1895)* e *Gazeta do Sertão (1888-1891)*. Ou seja, são impressos que se constituem em um grupo de jornais que nasceu no Império e, embora por pouco tempo, conseguiu, diferentemente dos veículos a ele contemporâneos, vislumbrar os primórdios do novo regime, sobrevivendo, assim, à República sob, principalmente, a propagação da retórica de serem órgãos independentes.

Segundo Alcides Bezerra (1922), eram quatro os mais prestigiados impressos existentes na capital paraibana quando se deu o aparecimento da *Gazeta da Parahyba*, considerado, por ele, o mais moderno de seu tempo, em termos de conteúdo e tecnologia (ver quarto tópico deste capítulo). De tal modo, tinha-se, na linha do autor, o seguinte cenário: por um lado, *O Despertador* e *O Liberal Parahybano*, como os dois principais veículos ligados ao partido liberal; por outro, o *Jornal da Parahyba* e *O Conservador*, como os mais destacados suportes vinculados à ala da política conservadora paraibana.

Os anos de 1880 a 1890 são tidos, ainda na concepção do citado pesquisador e homem de imprensa, como alguns dos mais fecundos em proliferação de jornais na Paraíba, de grande e pequeno formato. Mais de 20 títulos surgiram nessa época, embora a maior parte sem muita expressividade. Entretanto, talvez uma considerável redução do número de impressos tenha se dado na capital paraibana no ano de 1890, pois o jornalista Francisco Retumba se referia à *Gazeta da Parahyba*, em artigo publicado na própria folha, em 8 de maio de 1890, como o único impresso a se publicar na Cidade da Paraíba, naquele momento.

Os impressos paraibanos do século XIX, em sua maioria, eram porta-vozes de partidos políticos e, excetuando alguns, tiveram vida efêmera. Reforça-se, aliás, que ao serem declarados politicamente, os jornais faziam refletir a condição que norteava a forma como os fatos eram narrados e veiculados. Tem-se, aqui, uma característica bem diferente quando se observa a imprensa do século vigente, que, pretendendo “representar a vida quotidiana a partir de um sistema calcado na objetividade – como sinônimo de verdade” (Pereira, 2009, p. 5), não deixa

transparecer os critérios de escolha, decisão e omissão que orientam o jornalista na produção da informação.

De tal maneira, como enfatiza o pesquisador Wellington Pereira, ainda em relação à imprensa contemporânea, “as construções de enunciados jornalísticos sobre o cotidiano não devem ser redigidas apenas por descrições do mundo referencial, ou seja: se faz necessário demonstrar como o sensível determina a forma como são traduzidas em informação as ações dos sujeitos” (Pereira, 2009, p. 55).

Os periódicos são produtos de seu tempo histórico, cuja dinâmica imposta movimentava diferentes modos e maneira de dizer, escrever e se fazer circular, ou seja, de produção cultural. Claro, a imprensa nem sempre foi a mesma, tampouco será. Tece teias de relações no e com o meio histórico onde se encontra inserida, sem deixar, também, de ser impulsionada, na forma de abordar os acontecimentos e de veiculá-los, pelas inovações tecnológicas.¹¹⁷ Assim, interagir com as sociedades é uma constante que está intrinsecamente relacionada ao seu modo de existir e atuar.

Gazeta, folha ou periódico. Eram com tais nomenclaturas que se autodenominavam os impressos jornalísticos, no início do século XIX, no Brasil, quando se configurava a primeira geração de redatores ou gazeteiros brasileiros, como passaram a ser chamados os homens que escreviam nesse tipo de suporte (Morel, 2008). Os termos seriam estendidos às produções jornalísticas do final do Oitocentos: a própria *Gazeta da Parahyba*, que, além do título veiculado, se definia como “folha diária de maior circulação no Estado da Parahyba”, como também é o caso da *Gazeta do Sertão*.

Aqui cabe uma observação importante quanto ao termo gazeta, cujo significado não estava mais vinculado ao significado predominante nos tempos do Absolutismo português, quando as folhas assim intituladas, sejam oficiais, sejam officinas, eram financiadas, de forma direta ou indireta, pelas administrações monárquicas, apresentando como característica principal o relato do que ocorria no âmbito da realeza, e não o debate político (Morel, 2009).

¹¹⁷ O telégrafo, por exemplo, intensificou o fluxo de informações. Mas, como adverte Letícia Cantarela Matheus, “se é verdade que o final do século XIX foi percebido como acelerado, uma das condições de possibilidade ou causa pode ter sido o telégrafo, que impôs nova dinâmica ao jornalismo da época. Mas também é verdade que nem o fator narrativo nem o fator tecnológico explicam integralmente um possível efeito de aceleração. Há todo um contexto de valorização acentuada da rapidez, devido ao estágio do capitalismo (Segunda Revolução Industrial ou Revolução Tecno-Científica). O jornalismo, como atividade industrial – ainda que de um bem imaterial – não poderia operar fora dessa lógica” (Matheus, 2011, p. 11). Ver: MATHEUS, Letícia Cantarela. *O telégrafo no jornalismo do século XIX (1870-1900)*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/8o-encontro-2011-1/artigos/O%20telegrafo%20no%20jornalismo%20do%20seculo%20XIX%20-1870-1900.pdf/view>. Acesso: 12/08/2019.

Nomenclatura outra bastante corriqueira, ao se referir a jornais e pessoas que neles escreviam nas últimas décadas do XIX, eram: órgão de publicidade e publicistas.¹¹⁸ Tanto no período monárquico quanto republicano, era também comum a prática de fazer referências a outros impressos, sobretudo estrangeiros. O fato talvez se configurasse como uma condição de prestígio para um dado periódico local, pois, para além de ter como preencher os espaços vazios em suas folhas, se mostrava alinhado com o que acontecia no resto do país e no mundo.

Entretanto, nem sempre se seguiu à risca o procedimento aceitável, não se prezando pela ética profissional, falando em termos de hoje, ao recorrer a uma publicação de outro veículo, como se pode verificar em uma reclamação do jornal *Gazeta da Parahyba* contra um periódico de Pernambuco (*Jornal do Recife*), acusado de ter extraído informações produzidas por aquele jornal, sem conferi-lhe os devidos créditos.

Não sabemos o motivo por que de certo tempo a esta parte esse nosso apreciável colega de imprensa omite o nome de nossa folha todas as vezes que dela extrata notícias da Parahyba; às vezes chega a citar a data sem dizer-lhe o nome, como ainda há pouco o fez a propósito da notícia que demos de umas caixas achadas em Tambaú, que o colega transcreveu “de um jornal da Parahyba do dia tantos” (*Gazeta da Parahyba*, 12 de janeiro de 1890).

A queixa da *Gazeta da Parahyba* não se tratava de episódio isolado. Demonstra a folha que a prática de retirar informações de seu suporte sem considerar a fonte era recorrente. Ao mesmo tempo, certamente pela consciência de seu tamanho enquanto empresa de comunicação, percebe-se como a *Gazeta* se incomodava ao ser tratado como um impresso qualquer.

Em relação a valores, quanto custava um jornal em circulação na virada da Monarquia para a República? Eram caros? Os preços eram acessíveis? Coriolano de Medeiros pincela algumas características sobre a realidade financeira da Paraíba naquela época. Vivendo agora por volta da metade do século XX, período de lançamento de seu livro (*O Tambiá de minha infância*), dizia o autor que muito se ouvia, e a cada instante, “o indiscutível chavão – outrora tudo era barato” (Medeiros, 1994 [1942], p. 101). E era, segundo o autor, afirmando que “tudo era vendido a preço ínfimo”, em alusão aos tempos finais da Monarquia e aos iniciais do regime republicano.

Para dar uma ideia, Coriolano traz exemplos de quanto custavam alguns gêneros de primeira necessidade: “açúcar branco a duzentos reis o quilograma; bacalhau, arroz, açúcar mulatinho, de seis vinténs a meia pataca [...] O retalho de carne verde se iniciava a pataca,

¹¹⁸ No decorrer desta pesquisa, o termo repórter foi localizado uma única vez, na edição de 14 de março de 1895 do jornal *Verdade*.

baixava a doze vinténs e, depois da segunda arrobação, descia a dois tostões, a meia pataca” (Medeiros, 1994 [1942], p. 101). Entretanto, salienta o escritor que também era comum aos humildes dos tempos idos clamarem contra o valor das mercadorias, contra o que chamavam de dificuldades da vida.

Realmente se um ovo não excedia de vinte reis; se uma posta de xaréu era comprada por dois vinténs; se uma cuia de boa farinha de mandioca se obtinha por meia pataca; a maioria dos habitantes nem sempre possuía vinte reis para comprar o ovo, dois vinténs para haver a posta de xaréu, meia pataca para a aquisição da farinha! (Medeiros, 1994 [1942], p. 102).

O preço pela aquisição de um jornal dependia do tipo de assinatura escolhido (mensal, trimestral, anual ou mesmo avulso). Em janeiro de 1889, pagava-se anualmente pela *Gazeta do Sertão* seis mil reis, e 160 reis por um exemplar avulso do referido impresso – era o mais caro nesses termos, comparado com outros a ele contemporâneos. Em edição de 1890, um periódico avulso da *Gazeta da Parahyba* era vendido a 60 reis. Mas, caso fosse um exemplar do dia anterior, o valor subiria para 100 reis. A quantia de três mil reis era fixada à modalidade de assinatura trimestral, para a Capital. Para as localidades fora do estado, o preço seria outro.

A *Verdade*, que só disponibilizava assinaturas por trimestres, cobrava inicialmente 500 reis, cifra baixada posteriormente para 400 reis. Os avulsos ficavam na casa dos 60 reis. Não se pode dizer que os jornais eram caros, mas, analisando o que narra Coriolano de Medeiros, certamente muitos não tinham recursos suficientes para adquirir os impressos, dada a necessidade de se comprar gêneros alimentícios.

Angariar assinantes naqueles tempos não era uma tarefa fácil. Ao homenagear a *Gazeta da Parahyba* em virtude de seu segundo aniversário, o jornalista Francisco Retumba escreveu um artigo, publicado na referida folha em 8 de maio de 1890, parabenizando-a por conseguir se manter numa cidade onde se inventava qualquer pretexto para dispensar assinar jornais.

Não se assina porque se tem o jornal do vizinho, e ninguém se lembra do roubo que assim faz-se à redação do jornal; não se assina porque o jornal só traz pilhérias, e involuntariamente esquece-se de que a pilhéria e o ridículo são as armas mais poderosas que maneja o jornalista para castigar os vícios da sociedade; não se assina porque é desaforo pagar-se adiantadamente a assinatura por três meses; como se a redação do jornal fosse uma cozinha onde as compras são feitas *au jour le jour*; não se assina porque o jornal chega tarde, como se o dom fatigante da infalibilidade pertencesse a todos (*Gazeta Da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

Tal fato enaltece ainda mais os jornais analisados nesta tese, que não contavam com financiamentos públicos para se manterem. A tudo isso ainda se acrescentava o dado de que a inadimplência entre os assinantes era uma constante, sendo uma prática comum entre os jornais cobrar pela quitação das assinaturas, ameaçando cessarem o envio de seus respectivos exemplares. A *Verdade*, por exemplo, teria dado uma pausa em suas publicações entre 28 de junho e 7 de julho supostamente por falta de verbas.

Na edição que retomava as atividades, dizia a citada folha, em editorial denominado “Reaparece a Verdade”, que seu retorno ao cenário jornalístico se dava em virtude do pedido dos próprios assinantes. Ao mesmo tempo, relatava ter esperança de receber o apoio de parte do público para a sustentação de seu veículo, “que só exige de cada um de seus assinantes uma pequena contribuição pecuniária, mas com pontualidade (*Verdade*, 8 de julho de 1890).

É importante frisar que não era preciso assinar jornais para se ter acesso ao que neles se publicava. Da mesma forma, o fato de não saber ler não se tornava um impedimento para se ter conhecimento sobre o que veiculavam os jornais. Ressalta-se que “numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas” (Barbosa, 2010, p. 21).¹¹⁹

Apontou-se, inclusive, o analfabetismo como possível empecilho para o florescimento dos jornais anteriormente à vinda da família real portuguesa ao Brasil.¹²⁰ Mas, como argumenta a historiadora e jornalista Marialva Barbosa, que desenvolveu estudos de cunho cultural sobre a imprensa, “não é tão somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa” (Barbosa, 2010, p. 21). É fundamental avaliar o enredamento de fatores presentes nesse processo.¹²¹

Por outro lado, causas ou razões exclusivamente de natureza material, mais concretas por si só, não justificavam o atraso da implantação da imprensa no Brasil, em relação às colônias

¹¹⁹ Com base em Robert Darnton, Marialva Barbosa enfatiza que não faz sentido, no momento inicial dos impressos, isolar a forma impressa dos modos de comunicação oral e manuscrita. É preciso, argumenta a autora, que se tenha consciência da existência de múltiplos meios de comunicação se conjugando simultaneamente, ou seja, se constituindo em mundos intercambiáveis. Ver: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

¹²⁰ Muito já se discutiu na historiografia sobre os motivos que teriam retardado o desenvolvimento da imprensa brasileira, sendo comuns atribuições a questões de ordem diversa, seja sociopolítica, seja econômica, seja cultural. Sobre a inauguração da experiência periódica da Colônia no exterior, alguns pesquisadores, é o caso da historiadora Ana Luíza Martins (2001), apontam, para além da falta de vontade política e o peso da censura, a existência do que denomina um “ambiente acanhado”, ou seja, “pouco estimulante para investimentos no ramo, considerando-se a limitação cultural do meio, maciça população analfabeta e o desconhecimento dos prelos – elementos que desencorajavam, de pronto, a atividade de forte peso mercantil” (Martins, 2001, p. 47). Ver: MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2001.

¹²¹ Como chama atenção o historiador Marco Morel (2008), atribuir ao atraso, à censura e ao oficialismo os fatores explicativos dos tempos iniciais da imprensa, ou mesmo de sua ausência, é insuficiente para dar conta da complexidade de suas características, bem como de outras formas de comunicação num contexto social em transformação, ou melhor, do absolutismo em crise.

espanholas na América¹²², acompanhando afirmativa da pesquisadora Marialva Barbosa (2010). Isso porque, de acordo com o entendimento da estudiosa, mesmo com a proibição da circulação de impressos, havia tipografias clandestinas e manuscritos que se movimentavam pela Colônia. Faltaria acrescentar fundamentalmente nessa dinâmica, “uma expectativa, uma mentalidade, um desejo de natureza cultural que ultrapassa as fronteiras das razões mais evidentes de natureza política ou econômica” (Barbosa, 2010, p. 20).¹²³

Falar de questões que caracterizam o surgimento da imprensa no Brasil implica em discorrer, resumidamente, sobre como se deu a implantação dos impressos por aqui e como se desenvolveram até a chegada da República, até mesmo como forma de se compreender melhor a imprensa que se configura em fins do XIX. Como se sabe, data de 1808 a inauguração da imprensa em solo nacional, um evento ocorrido há mais de duzentos anos quando a família real portuguesa atravessou o Atlântico em direção ao Novo Mundo, trazendo consigo um aparato tecnológico de impressão¹²⁴.

Logo se daria a instalação da Tipografia Régia, que, por sua vez, criaria condições técnicas para o surgimento do primeiro jornal impresso em solo brasileiro, *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹²⁵ Mais do que a produção de um periódico, a tipografia oficial, implantada por

¹²² Sobre o fato dos papéis impressos feitos no Brasil terem surgido tardiamente, em relação à Europa e à América espanhola, relata Marco Morel: “Enquanto no continente europeu já existiam tipografias desde meados do século XV, nas Américas a atividade impressora (embora escassa) surge no século XVI, décadas após a chegada dos europeus. A imprensa periódica propriamente nasce no século XVII no chamado Velho Mundo e somente no século seguinte surge nas Américas inglesa e espanhola. Eram, ainda assim, iniciativas com defasagens em relação à Europa, sob vigilância e repressão das autoridades e aparecendo de forma esparsa. Nesse sentido, a experiência brasileira não foi destoante na América, embora só tenha surgido de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Imprensa Régia”. Ver: MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

¹²³ Nessa perspectiva, seguindo os caminhos percorridos por Barbosa, a chegada da família real em solo brasileiro se constitui em fator primordial para o desencadeamento de uma série de mudanças no Rio de Janeiro, incluindo o próprio desenvolvimento da cidade e o crescimento populacional, possibilitando, conseqüentemente, o surgimento de condições mínimas necessárias para um leque de ideias mais amplas (Barbosa, 2010). A autora chama atenção para o fato de como se deu no continente europeu: “Tal como aconteceu com a Europa Ocidental, a partir do século XIII, quando as novas cidades comerciais constituíram uma nova ordem social, levando à criação de novos sistemas de trocas, também aqui a abertura comercial, a instalação da burocracia oficial e a transferência da família real e de seu séquito produzem mudanças econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, culturais. Na trilha da troca de mercadorias se estabelece a troca de informações” (Barbosa, 2010, p. 20). Ver: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

¹²⁴ Matias Molina assim descreve o equipamento trazido para o Brasil: “A imprensa brasileira começou bem equipada. A frota que trouxe o príncipe regente d. João e a Corte portuguesa ao Rio de Janeiro transportou também várias caixas de tipos e dois prelos Sthanhope” (Molina, 2015, p. 432). O autor ressalta que se tratava de prelos comprados em Londres, desenvolvidos em 1800 e considerados os mais modernos da época. Ver: MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à regência (1500-1840)*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹²⁵ Jornais impressos na Europa e lidos regularmente na América portuguesa eram uma realidade desde o século XVIII (MOREL, 2008). Mas, o destaque é para o empreendimento inaugurado três meses antes da implantação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. Trata-se do *Correio Braziliense*, um periódico impresso em Londres sob o comando de Hipólito da Costa. É tido como “o primeiro periódico brasileiro e português que

decreto, contribuiu para que o percurso dos impressos ganhasse um novo rumo por aqui.¹²⁶ Delineava-se, assim, um capítulo que, sem dúvida, marcaria a história da imprensa em terras lusitanas nas Américas.

Com o fim da censura à criação dos impressos no Brasil, nos anos iniciais do século XIX, são criadas condições para a proliferação dos impressos em províncias distantes da Corte,¹²⁷ modificando, como assevera Barbosa (2010), gradativamente o cotidiano dos habitantes desses lugares. De tal modo, “por ouvir dizer ou por ler, um novo mundo adentra aquele universo impondo também uma nova ortodoxia da linguagem, na qual o mundo manuscrito e o impresso se mesclam ao mundo oral, saindo dele e a ele voltando” (Barbosa, 2010, p. 48).

Na Paraíba, o primeiro jornal, intitulado *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, seria inaugurado em fevereiro de 1826. Tratava-se de uma folha oficial, fundada pelo então presidente da província, Alexandre Francisco de Seixas Machado (Martins, 1976). A vinculação do periódico à gestão provincial estava representada na própria nomenclatura que o define, gazeta do governo, se construindo, assim, em porta-voz do poder instituído (Morel, 2009).¹²⁸

veio a público independentemente de censura, [...] Circulou mensalmente, a partir de junho de 1808 até dezembro de 1822, num total de 175 números” (Martins, 2001, p. 48). Na esteira de Morel e Barros (2003), o periódico de Hipólito da Costa, diferentemente dos demais impressos que eram distribuídos na época, teria inaugurado a prática do debate e da divergência política no contexto do Absolutismo, criando um espaço público de crítica. Em trabalho posterior, Marco Morel se posiciona contrariamente à existência simplista de uma contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (enquanto jornal oficial) e o *Correio Braziliense*. Segundo o autor, para além da dicotomia situação/oposição, havia certos pontos de convergência entre os dois jornais. Ver: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2001; MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

¹²⁶ Embora sua criação não significasse que as atividades de impressão no Brasil estivessem permitidas, pois, como aponta Márcia Abreu (2010), caberia à referida casa impressora a exclusividade para a publicação de documentos, papéis e livros. De acordo com Abreu, no Rio de Janeiro, a impressão Régia permaneceu como sendo a única tipografia com autorização para funcionar. Entretanto, ainda segundo a autora, em 1811, foi autorizada a Manuel Antônio da Silva Serva a instalação de uma tipografia em Salvador. Ver: ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 41-66.

¹²⁷ A promulgação do decreto que asseguraria a liberdade de imprensa em Portugal, instituído pela Junta de Governo da Revolução Constitucional, em 21 de setembro de 1820, fez com que D. João VI assinasse um decreto, menos de um ano depois, no dia 2 de março de 1821, com a finalidade de suspender em caráter provisório a censura prévia aos periódicos em geral, embora tal ato fosse irrelevante, já que era inevitável naquele momento a circulação de impressos no Brasil. Ver: MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

¹²⁸ Tem-se uma imprensa que nasce no Brasil sob a égide do Absolutismo. Nessa época, as chamadas gazetas, sejam oficiais, sejam oficiosas, eram financiadas, de forma direta ou indireta, pelas administrações monárquicas, apresentando como característica principal o relato do que ocorreu no âmbito da realeza, e não o debate político (Morel, 2009). Ver: MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa

Dois anos depois, a Paraíba ganharia seu segundo impresso jornalístico, a *Gazeta Parahybana*, uma folha de combate às instituições monárquicas. Outro jornal que surge nesse período é *O Raio da Verdade*, também com ideias republicanas, mesmo assim rival daquele (Bezerra, 1922). São órgãos nascidos após o processo político da Independência, quando se deu uma mudança no modelo de imprensa periódica no Brasil. Ou seja, das intituladas gazetas, “já tradicionais e típicas das monarquias absolutistas europeias, para os jornais que se pretendiam, por meio do debate e do convencimento político, formadores de povos e nações dentro das perspectivas do moderno liberalismo constitucional” (Morel, 2009, p. 153).

Desse modo, as duas primeiras décadas do século XIX viram surgir, no país, a chamada opinião pública.¹²⁹ Era por meio dos impressos que essa expressão ganharia corpo e movimento, impulsionada pelas palavras que produzia e fazia circular, se transformando, de tal modo, em um meio para legitimar posições políticas, bem como em uma ferramenta simbólica que objetivava transformar algumas demandas setoriais numa vontade coletiva (Morel, 2008).¹³⁰

“Uma consciência política no seio da esfera pública”: assim se dava o processo de nascimento da opinião pública que, em geral, remetia a um vocabulário político que teve papel relevante na constituição dos espaços públicos, bem como na formação de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais, desde a metade do século XVIII (Morel, 2008).

Como destacam Morel e Barros (2003), a imprensa daquela época apresentava algumas características peculiares: jornal confeccionado por uma só pessoa; menos factual que doutrinário; impresso e vendido em tipografia; linguagem agressiva e, por vezes, ofensiva; composto por duas folhas; e periodicidade não regular.

Nas palavras da pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), os periódicos se comportavam como tribunas ampliadas, refletindo um cenário de exaltação política, com o levantamento de debates e polêmicas. Eram os jornalistas publicistas, ou mesmo agitadores. E, como fundar um jornal era um investimento relativamente baixo, a autora ressalta, tendo como

periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 153-184.

¹²⁹ A emergência da noção de opinião pública como instância de legitimidade se dá no contexto que antecede a Revolução Francesa, passando a imprensa a adquirir características de opinião, tendência que se consolidou no decorrer do movimento revolucionário. Ver: MOREL, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 153-184.

¹³⁰ Os estudos desenvolvidos por Marco Morel e Mariana Barros (2003) sobre o nascimento da noção de opinião pública na sede do Império do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, revelam ainda que um crescimento do público leitor teria ocorrido na virada dos anos 1820-1830, bem como identificam o desenvolvimento de uma diversidade de perfis de leitores. Tem-se, na primeira metade do século XIX, uma imprensa predominantemente doutrinária, embora houvesse exceções. Tratava-se de um instrumento político, de convencimento. Ver: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

referência os estudos de Juarez Bahia (1990), que a empreitada se tornou “uma aventura individual”.¹³¹

Assinala-se que a Paraíba não ficaria de fora do movimento que impulsionou a instalação de tipografias em diferentes províncias do país, durante a primeira metade do século XIX (Balise, 2009), contribuindo para a proliferação dos impressos. Destaca-se, aliás, a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, de cujos prelos saíam documentos oficiais, escritos diversos e periódicos, tendo sido, inclusive, a *Gazeta da Parahyba* produto de suas máquinas, décadas mais tarde, já sob a direção dos herdeiros de Carvalho.¹³²

Com o início do Segundo Reinado, política e imprensa permanecem andando juntas, movidas pelos partidos Conservador e Liberal. De modo geral, partidos e famílias se faziam representar por intermédio de um periódico, espaço demarcador de seus posicionamentos, interesses e lutas (Martins, 2008).

Não diferente do que ocorria em outras províncias, as disputas políticas por meio da palavra impressa também eram uma constante na imprensa paraibana, com a existência de periódicos se posicionado claramente ao lado de determinadas correntes partidárias, como é o caso do *Jornal da Parahyba*, autorreferenciado como “Órgão do partido conservador”. Como se sabe, em sua maioria, os jornais se autodeclaram em relação à posição política adotada.

A maior concentração das folhas se dava no Rio de Janeiro, no decorrer do XIX, fato que não causa surpresa, já que se trata da Corte imperial. Na Paraíba, segundo os escritos de José Leal (1979), mais de cinquenta jornais circularam durante o período monárquico, sendo a maioria deles originários da Capital, e, praticamente, todos caracterizados por uma orientação partidária.

A circulação dos periódicos foi intensificada significativamente a partir da década de 1870.¹³³ Tal incremento, entretanto, como aborda Tania Regina de Luca (2008), esbarraria em

¹³¹ “Esse é o período em que, na imprensa, figuravam nomes como Frei Caneca, Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, Gonçalves Ledo, José da Silva Lisboa, Januário Barbosa e Luiz Augusto May” (Ribeiro, 2007, p. 2). Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado*. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf>. Acesso em: 20/04/2020.

¹³² Cabe referenciar, aqui, o instigante trabalho desenvolvido pela pesquisadora Thayná Cavalcanti Peixoto, cuja dissertação de mestrado apontou, por meio dos jornais pesquisados, que José Rodrigues da Costa foi um importante intermediário da produção cultural na Paraíba do século XIX. Ver: PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 158f. 2017.

¹³³ “Ao lado do *Diário de Pernambuco* (Recife, 1825), um dos mais antigos em circulação na América Latina; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, 1827); *Correio Paulistano* (São Paulo, 1854) e *Diário da Bahia* (Salvador, 1853-1957), surgiram títulos como *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 1875); *Diário de Notícias* (Salvador, 1875-1979); *A Província de São Paulo* (São Paulo, 1875), depois da República *O Estado de S. Paulo*; *O País* (Rio de Janeiro, 1884); *Diário Popular* (São Paulo, 1884); *A Platéia* (São Paulo, 1888); *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1891); *Comércio de São Paulo* (São Paulo, 1893); *A Notícia* (Rio de Janeiro, 1894); *Correio do Povo* (Porto

limites evidentes. Embora tivesse havido, seguindo os escritos da autora, esforços para impulsionar o número de assinantes e dinamizar as vendas nas ruas, com a atuação dos jornalheiros, há de se levar em consideração dois fatores:

As dimensões do país e a concentração, em algumas regiões, das ferrovias, então a principal forma de interligação, o que limitava a distribuição dos periódicos para muito além das capitais, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo, o melhor serviço em termos de comunicação (De Luca, 2008, p. 156).

Muitos dos dilemas sociais vivenciados em fins do século XIX podem ser verificados nas páginas dos jornais. Em 1890, por exemplo, a porcentagem da população brasileira alfabetizada era estimada em 15%, índice elevado para 25% após dez anos, como consta no censo de 1900, não sofrendo mudança relevante até 1920 (De Luca, 2008). E, nesse panorama, a bandeira da instrução como instrumento para o alargamento do número de leitores foi amplamente defendida pela imprensa.

Estudos como os realizados por Thiago Oliveira de Sousa¹³⁴ e Itacyara Vianna Miranda,¹³⁵ no contexto oitocentista paraibano, demonstram como os periódicos, de modo geral, estavam, em grande parte, envolvidos com a causa da instrução, considerada pelos veículos analisados por eles como requisito fundamental no processo civilizatório. Fossem escritos sobre leis, anúncios ou resenhas, o ensino era um tema recorrente na pauta jornalística, não importando o fato de se tratar de veículos liberais ou conservadores.¹³⁶ De tal maneira, a instrução era vislumbrada como

Alegre, 1885); *Diário de Minas* (Belo Horizonte, 1899) para ficar nos fundados ainda no decorrer do século XIX e que apresentaram significativa longevidade” (De Luca, 2008, p. 156). Vale ressaltar ainda o surgimento de jornais paraibanos, naquele século, que também se pautaram pela longevidade de suas atividades impressas, como *A União* (1893, até hoje) e *A imprensa* (1897-1860). Ver: DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-178.

¹³⁴ *Imprensa e instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880*. Dissertação disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5980>. Acesso em: 23/09/2018.

¹³⁵ *Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)*. Dissertação disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5964>. Acesso em: 12/02/2019.

¹³⁶ Em pesquisa acerca da imagem do Lyceu Parahybano em jornais que circularam entre 1888-1889, na Paraíba, a pesquisadora Miranda constata que “foi comum a presença de professores na escrita jornalística, muitos dos que lecionavam no Lyceu Parahybano também faziam parte do corpo redacional de algum periódico, ou mesmo trabalhavam esporadicamente escrevendo artigos. Essa presença de sujeitos instrucionais nos jornais nos fez pensar que, enquanto espaço de socialização, e aí a importância de apreender os vínculos que unem seus colaboradores, os jornais foram palco de enfrentamentos políticos, de proposição de debates diversos, mas também foram o espaço pelo qual os sujeitos da instrução expressavam as suas aspirações frente às problemáticas das aulas, da falta de recursos financeiros, do número de matrículas, da moralidade dos alunos, ou seja, tudo aquilo que vivenciavam e fazia parte da realidade de uma Instituição educativa” (Miranda, 2017, p. 1126). Ver: MIRANDA, Itacyara Viana. Por entre notícias de jornais: memória e história do Lyceu Parahybano (1888-1889). In: *Anais Eletrônicos do IX*

um elemento de progresso e desenvolvimento da sociedade, por isso mesmo a importância de se investir em ações que projetassem melhorias tanto para o ensino primário quanto secundário na Província. O debate em torno da estrutura das aulas, do desempenho dos alunos e da qualificação dos profissionais da educação era algo recorrente nas folhas dos periódicos. O destaque dado à instrução nos jornais é elemento que deve ser considerado, principalmente se pensarmos que vários dos sujeitos que propunham essas discussões eram ou faziam parte da estrutura administrativa, dirigiam instituições de ensino ou atuavam enquanto professores públicos ou particulares (Miranda, 2017, p. 1125-1126).

A instrução era tida como condição fundamental para o progresso, por isso debatia-se tanto a estruturação do ensino em seus diversos aspectos. Sobre o tema, assim discorre a *Gazeta do Sertão*, em editorial de fevereiro de 1889:

Eis-nos em presença de um assunto vasto, sobre o qual devíamos ter constantemente fixa a atenção, compelindo energicamente o governo a não se descuidar um só instante, a não negligenciá-lo. É a instrução pública, senão o mais importante fator, pelos menos, aquele de que mais diretamente depende a prosperidade dos povos (*Gazeta do Sertão*, 8 de fevereiro de 1889).

Em se tratando da realidade local, ressalta o citado jornal que a província da Paraíba é a que menos tem avançado na “estrada do progresso”, atribuindo a tal condição o fato de ser a mais atrasada em matéria de instrução pública.

Saibamos reconhecer nossos erros, nossos defeitos; publiquemo-los em alto e bom som, se queremos que a correção chegue algum dia: tenhamos coragem e confessemos sem reboço que a instrução pública entre nós acha-se ainda em embrião (*Gazeta do Sertão*, 8 de fevereiro de 1889).

Identificando, como se vê no trecho retirado da *Gazeta do Sertão*, a precariedade que cercava a área educacional na Paraíba daquela época, os jornais seguiam firmes na defesa do ensino de qualidade, cientes de sua importância para o desenvolvimento social.

De modo geral, na virada para a República, mesmo mergulhados no mundo dos negócios, os periódicos continuaram a ser constituídos como espaço público da luta simbólica, abraçando causas, edificando uma autoimagem ligada ao público que buscavam atingir (De Luca, 2008). Naquele momento, a imprensa se encontrava envolvida num cenário de turbulências e instabilidades, como se viu no segundo capítulo desta tese.

É certo que com o advento da República a imprensa se diversificara. Como assinala a historiadora Maria de Lourdes Eleutério, “a política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar a novos focos de notícia” (2008, p. 83). Uma comunicação de massa dava os primeiros passos diante da utilização de diversos processos de inovação tecnológica, que possibilitaram o uso de charges, caricatura, fotografia, bem como o incremento do número de tiragens e a redução dos preços dos impressos (Eleutério, 2008).

Por outro lado, no nascer do novo regime, também se deu uma forte repressão aos impressos em todo o país. Na Paraíba, jornais foram perseguidos e até mesmo violentamente fechados por fazerem críticas à administração dos primeiros representantes estaduais da República, como se verá na última sessão do quinto capítulo, quando se abordará a questão em torno da liberdade de imprensa.

4.2 UM LIGEIRO PERFIL DOS JORNALISTAS PARAIBANOS DE FINS DO SÉCULO XIX

Que perfil pode ser atribuído aos jornalistas paraibanos, sobretudo aos que figuravam na transição do Império para a República? Acerca da categoria que engloba profissionais de imprensa na Paraíba do século XIX, a historiadora Serioja Cordeiro Mariano afirma que “as pessoas que escreviam nos periódicos eram basicamente membros da elite que, geralmente, estavam no serviço público, e exerciam funções de bacharéis, médicos, militares, jornalistas, entre outras” (Mariano, 2003, p. 89).

Sim, ao analisar os nomes daqueles que assinam as escritas jornalísticas (quando as “matérias” vinham com os nomes dos autores, pois isso nem sempre era possível naquela época, sendo muito comum a prática do anonimato),¹³⁷ constata-se que se trata de pessoas bem instruídas, a exemplo de Eugênio Toscano de Brito, fundador e redator do jornal *Gazeta da Parahyba*, médico de formação que ocupou o cargo de diretor da Instrução Pública e da Escola Normal; e dos criadores do periódico *Gazeta do Sertão*, Irineo Ceciliano Pereira Joffily e Francisco Soares Retumba, respectivamente, advogado e engenheiro. Por sua vez, o fundador da *Verdade*, Manuel da Silva, era diplomado em Farmácia.

Mas, nem todos que se sobressaíam no ofício jornalístico tinham uma fonte de renda pública ou diploma em advocacia ou medicina, as duas principais áreas de formação daqueles que tinham curso superior e atuavam na imprensa paraibana. Artur Aquiles é um exemplo de

¹³⁷ “Esta prática parece ser menos uma ‘fraqueza’ ou ‘defeito’ da imprensa brasileira, do que uma marca da linguagem jornalística no século XIX”. Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, p. 32.

relevante nome no meio impresso local que não dispunha de estudos superiores, tampouco de recursos fora dos adquiridos nas redações dos jornais (apenas trabalhou no serviço público por seis anos, segundo ele mesmo conta).

Ao fazer uma ligeira análise sobre as informações contidas no *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand* (2009), confeccionado por diversos pesquisadores e organizado por Socorro Pacífico Barbosa, pode-se traçar algumas características dos que fizeram parte do jornalismo paraibano durante o século XIX e início do seguinte.

Considerando os jornais como os principais meios de divulgação do conhecimento no Oitocentos, a referida obra projeta, como já explicado anteriormente, o conceito de jornalista a partir do abrangente significado da própria época tratada, sendo compreendidos como tal todos aqueles que dos órgãos de comunicação se utilizavam sistematicamente. Nessa direção, aponta o dicionário, a partir de levantamento preliminar, que mais de uma centena de jornalistas paraibanos teriam nascidos no século XIX.

Verifica-se que militaram na imprensa paraibana homens, e também mulheres, da política, das letras e do setor público, ou seja, ocupantes de cargos eletivos, autores de obras literárias e históricas, professores, servidores públicos, religiosos, cronistas e poetas. Observa-se, ainda, que quase sempre se veem as mesmas figuras circulando entre os espaços de poder, saber e visibilidade, uma vez que o mundo dos impressos noticiosos, da política partidária e dos setores institucionalizados é intercambiável, fazendo com que aqueles que transitam por tais instâncias alimentem, no mínimo, estreitas relações (Martins; De Luca, 2003, p. 8).

Na maioria dos casos, a função de jornalista era exercida concomitantemente com outra, quase sempre de cunho público. Para ilustrar, apresenta-se o caso de Antônio Camillo Hollanda, um jornalista paraibano, nascido em 1859, que no início da República integrou o governo de Venâncio Neiva. Arthur Aquiles, quem se acreditava, segundo alguns escritos, que teria se dedicado exclusivamente aos veículos de imprensa, ao se considerar que tivera apenas uma curta passagem na direção do arquivo público estadual, explicitaria em publicação da *Gazeta da Parahyba*, em 14 de junho de 1890, que durante seis anos exerceu ativamente emprego público.

Outro nome muito conhecido da política da Paraíba naqueles tempos também produziu sistematicamente para a imprensa enquanto ocupava cargo de suma relevância na administração

pública: Epitácio Pessoa tinha seus artigos publicados em jornais enquanto desempenhava a função de secretário geral do governo Venâncio Neiva.¹³⁸

Ser jornalista na Paraíba também era uma atividade que envolvia pai e filho, podendo-se até dizer que o amor à profissão passava de um para outro. O pai de Eugênio Toscano de Brito, Felizardo Toscano de Brito, manteve ligações diretas não apenas com o mundo da política, já que era o principal chefe local do partido Liberal, como também foi o responsável pela criação de várias folhas, se bem que política e imprensa nunca andaram separadas, sendo instâncias intrinsecamente relacionadas – não é à toa que “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel” (Martins; De Luca, 2008, p. 8).

Ainda no âmbito do legado profissional passado de uma geração a outra, novamente aparece aqui a figura de Arthur Aquiles, que era filho do jornalista Antônio Bernardino dos Santos. Os dois chegaram a trabalhar juntos em alguns impressos e inclusive o ingresso de Aquiles na imprensa se deu ao lado do pai, no jornal *A Parahyba*, logo após a conclusão do Curso de Humanidades no Liceu Paraibano.

Mais uma peculiaridade pode ser apontada na imprensa paraibana: aqueles que seguiam o caminho dos impressos noticiosos adquiririam experiências exercendo a profissão em diversos periódicos, dentro e fora do limite territorial paraibano. Um exemplo é Eliseu Elias César (1874-1923), que colaborou tanto com jornais locais, como a *Gazeta da Parahyba*, o *Estado da Parahyba* e *A Voz do Povo*, quanto com outros por onde passou, seja no Pará, seja no Rio de Janeiro (foi redator do *Jornal do Brasil*).¹³⁹

A rigor, afirma-se, seguindo-se o referido dicionário, que dos jornalistas “nascidos no século XIX, de Antônio Borges da Fonseca, o mais antigo, a Assis Chateaubriand, o mais poderoso, todos cumpriram alguma espécie de êxodo, no seu percurso profissional” (Socorro, 2009, p. 9).

Quanto às mulheres, algumas nascidas no XIX se dedicavam a lide da imprensa, sendo um exemplo a professora Analice de Caldas Barros (1891-1945), que escreveu para periódicos da terra e de outras províncias. Destaca-se ainda a atuação de Eudésia Vieira (1894-1981) como escritora, jornalista e poetisa. Vale ressaltar que ela se tornou a primeira médica da Paraíba,

¹³⁸ Sobre a trajetória de Epitácio Pessoa, ver: GOMES, Jordan Queiroz. *A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. 2018, 460 f.

¹³⁹ Para saber mais sobre a trajetória de Eliseu, ver: ROCHA, Solange. Eliseu Elias César, de tipógrafo a patrono literário. In: ROCHA, Solange; GUIMARÃES, Matheus Silveira (orgs.). *Travessias atlânticas e a Paraíba afro-diáspora*. Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial. João Pessoa: UFPB, 2018, p. 346-365.

formada pela Faculdade de Medicina do Recife, figurando como a única representante do sexo feminino em uma turma de homens. Antes de se formar em medicina, recebeu diploma de professora pública da Escola Normal, em 1911, ainda solteira.

Outros nomes merecem menção: Catarina de Moura, formada em Direito, escreveu para o jornal *A União*; Ezilda Milanez Barreto (1898-1986), escritora e colaborada do jornal *O Areiense*; Ambrosina Magalhães Carneiro da Cunha (1860), poetisa que teve seus textos publicados em diversos jornais e revistas paraibanas; e Olivina Olivia Carneiro da Cunha (1892-1977), professora que teve produções publicadas em jornais e revistas.¹⁴⁰ Ela era filha do Barão do Abihay, líder do partido conservador e proprietário do Jornal da *Parahyba*.

Religiosos também encontravam lugar no mundo dos jornais e da política. O padre Leonardo Antunes Meira Henriques (1820-1914) era um desses homens. Estreou na imprensa, fundando o jornal *O Conservador* (1875), além de escrever para impressos de Pernambuco e da Corte; na política, foi eleito deputado provincial, tendo, ainda, passado pelo serviço público. Soma-se a isso o ofício de advogar.

Mais dois nomes entram em tal categoria. Um deles, o padre Lindolfo José Correia das Neves (1819-1884). Advogado, tornou-se deputado provincial por duas legislaturas (1850/1858) e representante na Câmara Geral, em 1864. O outro foi Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), nomeado primeiro bispo da diocese da Paraíba, em 1894. Foi o fundador e diretor do jornal *A imprensa* (1897), um importante veículo que se manteve atuante de 1897 a 1968, embora tenha tido suas atividades jornalísticas interrompidas em diversos momentos.¹⁴¹

A persistência para seguir na carreira se constitui em uma virtude dos jornalistas paraibanos. Alguns não mediram esforços para continuar na profissão, fundando e refundados jornais, mesmo diante das constantes perseguições políticas. Eugênio Toscano de Brito é um exemplo de casos do tipo, como se verá mais à frente. Outro que merece atenção é Antônio Borges da Fonseca, o mais conhecido jornalista paraibano do início do século XIX, cuja carreira iniciou em 1828, à frente do segundo periódico implantado na Província, a *Gazeta Parahybana*.

¹⁴⁰ Na década de 30, juntamente com outras adeptas à emancipação feminina, fundam a Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino. Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/pequeno_d.pdf. Acesso em: 5/6/2018.

¹⁴¹ Ver: BEZERRIL, Simone da Silva. *A Imprensa*: “um jornal paraibano a serviço da sociedade” (1897-1903). Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564755916_ARQUIVO_textoparaanpuhnacional_simonebezerril.pdf. Acesso em: 20/12/2020.

Detenções e processos por abuso de liberdade não impediram Borges da Fonseca de atuar na imprensa. Envolvido em polêmicas e vivendo sob constantes acusações, o jornalista não abandonaria a carreira que iniciou aos 20 anos de idade, tendo fundado cerca de 26 jornais, inclusive no Rio de Janeiro, onde criaria, em 1830, *O Republico*, impresso que o tornou nacionalmente conhecido.

Intui-se, ainda, que, na Paraíba, iniciava-se cedo os primeiros passos na imprensa. O próprio Eugênio Toscano de Brito começou a se envolver com os impressos desde o tempo da faculdade. Outro indivíduo que se deixara ser tomado pelo fascínio das palavras impressas ainda na fase estudantil seria João da Silva Guimarães Neto que, na época do ginásio, já trabalhava na edição de jornais, tendo atuado, inclusive, em diversos deles no Nordeste.

A intelectualidade pode ser inferida como traço marcante de muitos que na imprensa paraibana figuravam. Por exemplo, ao se mudar para o Mato Grosso, e não ter como transportar seus livros, o jornalista Cordeiro Junior (1859-1894), que também era médico, pusera à venda sua biblioteca, cujo acervo contava com um total de mil livros. Outro caso que vale à pena destacar é o do paraibano Carlos Dias Augusto Furtado de Mendonça Fernandes (1874-1942). Médico formado pela Universidade de Coimbra, ele estreou na imprensa no final do XIX, no jornal carioca *O Debate*. Na Paraíba, era tido como uma liderança intelectual, com quase 500 artigos publicados em jornais e revistas, além de 40 livros escritos.

De qualquer maneira, com formação superior ou não, atuando em solo paraibano ou fora dele, sendo ligado ao mundo político, religioso e/ou literário, a Paraíba demonstrava possuir no século XIX homens e mulheres bem preparados e dedicados à lide de imprensa, sendo integrantes do quadro impresso local pessoas que circulavam concomitantemente por diversas esferas profissionais, bem como por diferentes espaços de poder.

4.3 JORNAIS QUE ATRAVESSARAM O IMPÉRIO E RECEPCIONARAM A REPÚBLICA

4.3.1 *Gazeta da Parahyba*: jornal diário de maior circulação

Já fazia sete anos que a *Gazeta da Parahyba* tinha deixado de circular quando, em 1897, Eugênio Toscano de Brito publicou um artigo, que fazia parte de uma série de relatos produzidos para a *Gazeta do Commercio* (1894-1897),¹⁴² expondo os acontecimentos que o levaram a suspender a publicação do periódico. “De como fundou-se e porque morreu a *Gazeta*

¹⁴² Jornal da Capital paraibana.

da Parahyba” seria posteriormente publicado, em 1910, na segunda edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), antecedido pelo tópico “Reminiscências”.

A suspensão das atividades jornalísticas da *Gazeta da Parahyba*, que, a princípio, acreditavam Eugênio Toscano de Brito e sua equipe, se trataria de episódio circunstancial e temporário, logo se configurou como uma pausa definitiva. Nunca mais se veria outra edição do jornal, após aquela publicada em 8 de julho de 1890.

Embora afirme ignorar as razões que fizeram com que a *Gazeta* caísse no “desagrado dos homens da situação que governavam e dos oficiais da guarnição do 27”, Toscano de Brito descreve algumas ocorrências que, supostamente, contribuíram para o trancamento do impresso, sendo o caso mais grave, segundo ele, o protagonizado pelo comandante do 27º Batalhão. Palavras em tom de ameaça proferidas pelo Coronel Bento da Gama são apontadas como o estopim do encerramento, ou interrupção, como se pensava na ocasião, da *Gazeta da Parahyba*.

O motivo da hostilidade teria sido a notícia intitulada “Hom’essa”, cujo conteúdo foi classificado pelo próprio coronel como uma ofensa a sua oficialidade, que, acreditando ser taxada de covarde, exigiria uma retratação do periódico, “pois era uma covardia supor que o Dr. Cunha Lima tenha dito cobras e lagartos do Marechal Deodoro em sua presença e que ela [oficialidade] tinha ficado silenciosa” (Brito, 1910, p. 273).

Na casa de Bento da Gama, Toscano de Brito relata que tentara explicar-lhe que a ironia da notícia não visava atacar os oficiais, mas que de nada adiantara. Não se chegando a um consenso, a última frase que o fundador da *Gazeta* disse ao comandante e a que dele ouviu, por duas vezes, foi: “– Bem, coronel; não podendo nós chegarmos a um acordo, só tenho que retirar-me certo de que a *Gazeta* continuará a sair. – E eu, Dr., só tenho a dizer-lhe que não me responsabilizo pelas consequências” (Brito, 1910, p. 273).

Como verbalizaria Toscano de Brito aos seus colegas de redação, diante de tão formalizada ameaça, loucura seria promover a continuidade do jornal: “esmagava-nos na ocasião a liberdade, igualdade e fraternidade republicanas, tais quais compreendiam os homens de 15 de Novembro” (Brito, 1910, p. 274). É preciso pontuar aqui que a República, como já discorrido, não se tratava, em sua fase inicial, de um projeto político homogêneo. Havia entre os chamados por Toscano de Brito de “homens de 15 de Novembro” concepções diferentes e divergentes acerca da configuração do regime republicano.

De acordo com os escritos de Toscano de Brito, havia uma percepção de que o novo regime tinha facilidade em suprimir jornais que despertassem um mínimo de desagrado. Não se tratava apenas de uma sensação: um decreto de censura à imprensa fora publicado em 23 de

dezembro de 1889, e ações concretas contra jornalistas, como prisão, foram postas em prática (Eleutério, 2008). Tal clima teria feito com que a *Gazeta* tivesse mais cuidado com os textos produzidos,¹⁴³ embora tal postura não impedisse seu fechamento: “Era com muito jeito que procedíamos [...]. [Apesar de todo o nosso cuidado], a ocasião apareceu, pois a *Gazeta* era uma condenada para a primeira oportunidade” (Brito, 1910, p. 270).

Notória repercussão ganhou, na imprensa paraibana, a notícia do encerramento da *Gazeta da Parahyba*. As notas veiculadas demonstram como a decisão dos que compunham o periódico causou espanto no meio impresso. No dia seguinte ao fechamento da *Gazeta*, 9 de julho, o *Estado da Parahyba* trouxe a seguinte nota:

Ignoramos os motivos reais que levaram os seus redatores a tão surpreendente resolução. Em todo caso podemos afirmar que não houve intervenção alguma do governo do Estado, a quem era prestado todo o apoio pela redação, como ela mesma confessa, e muito menos da distinta oficialidade do 27 não obstante seu justo ressentimento para com aquela folha (*Estado da Parahyba*, 9 de julho de 1890).

Sobre a ocorrência, veiculou a *Gazeta do Sertão*, em suas páginas:

A notícia causou-nos a maior surpresa; pois não podíamos supor que a *Gazeta da Parahyba*, prestando serviço à Administração deste estado, fosse vítima do próprio governador Dr. Venâncio Neiva. Como quer que seja, lamentamos o desaparecimento do ilustre colega, a mais acreditada empresa jornalística que já teve este estado, e fazemos votos pelo seu reaparecimento, como promete a sua brilhante redação, uma vez que volte disposta a dirigir a sua artilharia contra a causa primária de seu eclipse (*Gazeta do Sertão*, 1º de agosto de 1890).

Tem-se, de um lado, um jornal situacionista, *Estado da Parahyba*, se opondo, de imediato, a qualquer suspeita que pudesse ser levantada contra o governo da Paraíba; e, de outro, o opositor, *Gazeta do Sertão*, que compreendeu o fechamento como uma prova da postura antirrepublicana do governador Venâncio Neiva, visão constantemente compartilhada por esse suporte jornalístico.

Percebe-se, nas duas notas publicadas, a importância atribuída à *Gazeta da Parahyba*; seja pelo primeiro periódico, sediado na Capital, que não deixou de conferir-lhe visibilidade ao relatar o fato de seu desaparecimento; seja pelo segundo, originário de Campina Grande, que reconheceu publicamente que se tratava da empresa de jornalismo com mais credibilidade que

¹⁴³ A ironia com que tratava questões políticas era uma marca da *Gazeta*.

já existiu no estado, destacando, ainda, que mesmo prestando serviços ao poder local, ao publicar atos governamentais, o citado jornal não perdeu sua legitimidade.

Prezando por uma suposta independência, Eugênio Toscano de Brito relata que a *Gazeta da Parahyba* vivia unicamente do “favor público”, não dependendo de verbas governamentais para sobreviver. Inclusive, esclarece que quando a folha passou a publicar atos dos governos provisórios e da gestão de Venâncio Neiva o fez sem obter vantagens de qualquer tipo, dizendo cheio de orgulho: “sem remuneração de espécie alguma, sem mesmo favores pessoais a seus redatores” (Brito, 1910, p. 270).

Em suas reminiscências, Toscano de Brito procura deixar as marcas de um periódico cujo aparecimento trouxe contribuição fundamental para a esfera jornalística do Estado. Cuidou de documentar, a partir de sua visão, e, portanto, do que lhe era conveniente, a *Gazeta*, que, segundo ele, tanta influência exercera em seu meio, para atender, ao menos, a “algum espírito investigador”, interessado em escrever a história do jornalismo paraibano, como enfatiza.

Os escritos do idealizador da *Gazeta da Parahyba*, embora se trate de um relato de memórias, no qual se permite mais esquecer do que lembrar, são importantes para entender como se deu a formação do periódico, que ideais o impulsionaram e com qual dinamismo se fez movimentar e interagir com a sociedade.

Traça-se, assim, uma história para a *Gazeta da Parahyba*, a partir do que relata seu fundador, mas sem deixar de examinar as marcas inscritas pelo próprio jornal em seu suporte. Nessa direção, é uma condição *sine qua non* ir além do que aparece escrito nas páginas do periódico, sendo fundamental entender as relações sociais estabelecidas pelo suporte, ou seja, as teias de sociabilidades criadas e alimentadas, além de não deixar passar despercebida sua própria materialidade, como já assinalado na introdução desta tese (De Luca, 2005).

Quando se deu o seu fechamento, a *Gazeta* estava em boas condições financeiras, com reservas para comprar até o próprio prelo, afirma Toscano de Brito. Aliás, um mês antes do fim de suas atividades, o impresso veicularia (Fig. 1) uma edição comemorativa para festejar os dois anos de existência, mostrando todo seu vigor. Tratava-se de um jornal de relevante circulação, cujo alcance das publicações pode ser verificado pela tiragem informada. Em seus primeiros números, a *Gazeta* indicava 700 exemplares, total que sofre um acréscimo de 100, cerca de quinze dias após a sua inauguração.

O apontamento da marca de 800 exemplares se mantém por aproximadamente um ano, após a sua inauguração. O dado não é negado por nenhum dos jornais contemporâneos à *Gazeta*, o que sugere que se trata de uma informação verossímil, tendo sido também atestada pela historiografia (Bezerra (1992); Martins (1978); Araújo (1983); Leal (1982), Barbosa (2009)).

Imagem 1 – *Gazeta da Parahyba* de 8 de maio de 1890.

Fonte: Hemeroteca Nacional.

Como um jornal diz muito sobre si em seu próprio suporte, nas páginas da *Gazeta da Parahyba* é possível obter diversos tipos de informação, inclusive de produção e circulação. Apresenta-se como um periódico diário, publicado pela Tipografia dos Herdeiros de J. R. da Costa, situada à Rua da Misericórdia. Continha quatro folhas, com cinco colunas cada uma.

Com disponibilidade de assinaturas para o interior do estado, capital e outras províncias, certamente era um jornal que contava com bastantes assinantes e, sobretudo, com uma carteira satisfatória de anunciantes, chegando em diversas edições a constar um número de 16, com artes de tamanhos diversos e parcerias longas. Informa o jornal os valores de 100 réis para publicar-se na seção “A Pedidos”, e 60 réis para fazer parte da página de anunciantes.

Depois de uma lacuna na documentação, com a supressão dos exemplares correspondentes às edições de 286 a 315, não se verifica mais informações sobre tiragens. Entretanto, a partir de 9 de junho de 1889, a *Gazeta da Parahyba* começa a ostentar o título de jornal diário de maior circulação na Paraíba, destacando tal feito no topo da primeira coluna da página inicial de sua folha.¹⁴⁴ Todo esse desempenho da *Gazeta* esclarece o assombro que causara entre os colegas de imprensa quando se anunciou a interrupção de suas atividades.

A dimensão da importância da *Gazeta da Parahyba* pode, ainda, ser mensurada pela repercussão que teve o aniversário de dois anos da folha. Além de vários escritos elogiando o veículo, informava-se sobre atos promovidos na capital paraibana em homenagem ao segundo

¹⁴⁴A informação do número de exemplares produzidos teria sido indicada até a edição anterior a 9 de junho de 1889, pois a partir dessa data a *Gazeta* vem descrita como “a folha de maior circulação na Província”, título que ostenta até 7 de maio de 1890.

ano de vida do jornal, como o fechamento mais cedo do comércio, descontos especiais de lojistas aos clientes e apresentação no Teatro Santa Rosa.¹⁴⁵

Ressalta-se que quando a *Gazeta da Parahyba* surgiu em praça pública estava em efervescência a questão da abolição da escravatura. O periódico se envolveria com a causa que se concretizaria cinco dias depois de seu nascimento, de acordo com as memórias de Eugênio Toscano de Brito (1910). Outra bandeira levantada pelo referido suporte jornalístico diz respeito à instrução pública. O tema sempre presente nas páginas da *Gazeta da Parahyba* e a defesa de sua aplicação se estendia aos considerados novos cidadãos, em referência à classe de libertos beneficiados com a assinatura da Lei Áurea.¹⁴⁶

O bem-estar social também era uma temática cara à *Gazeta da Paraíba*. A preocupação com o desenvolvimento da Província da Paraíba ocupava lugar na pauta do periódico, como bem frisa a pesquisadora Itacyara Miranda (2017). *Monografia da Cidade da Parahyba e Melhoramentos da Capital Paraibana* são publicações, veiculadas a partir de 1889, “cujo teor central girava em torno de denúncias, críticas e sugestões a respeito da precariedade das questões sanitárias, abastecimento d’água e iluminação” (Miranda, 2017, p. 1125-1126).

E como surgiu esse jornal que desde os primeiros passos se fez acreditar ser uma empreitada que seria marcada pela longevidade? O relógio apontava entre meia noite e uma da madrugada quando saíram do prelo os primeiros números daquela folha que, às vésperas de seu surgimento, contaria com agitada divulgação: “encontrando-se a todas as horas e em todos os lugares anúncios de papel de todas as cores sobre o grande acontecimento” (Brito, 1910, p. 266).

Oito de maio de 1888, assim marcava o calendário quando, na capital da Província da Paraíba do Norte, circulou, pela primeira vez, a *Gazeta da Parahyba*. Naquele contexto, havia, como já abordado anteriormente, quatro principais periódicos em circulação, declaradamente vinculados a partidos políticos. Do lado liberal, *O Despertador* e o *Liberal Parahybano*; do conservador, o *Jornal da Parahyba* e o *Conservador* (Bezerra, 1922). Jornais esses que deixaram de circular, segundo relata Toscano de Brito, logo no início da República.

Foi na tarde de 3 de maio de 1888 que teria surgido a ideia de se produzir um periódico de circulação diária. Toscano de Brito descreve que se encontrava na residência de seu amigo, Eduardo Marcos de Araújo, que, na ocasião, lhe contava sobre as pretensões de ser publicado diariamente o jornal por ele custeado, *Arauto Parahybano*, dirigido por jovens estudantes. Durante a conversa, Eduardo expressou o desejo de ter o apoio de Toscano na nova missão.

¹⁴⁵Ver edição da *Gazeta da Parahyba* de 8 de maio de 1890.

¹⁴⁶ Ver edição do jornal de 25 de maio de 1888.

Diante do pedido, Eugênio Toscano de Brito, após um tempo calado, meditando, como ele mesmo frisa, indagou: “– E por que não fundemos nós uma folha?” (Brito, 1910, p. 264). Descrito por Toscano como homem de resoluções rápidas, Eduardo Marcos de Araújo, acatando a iniciativa do amigo, perguntou: “– Você quer? Acha que podemos sustentar uma folha em certas condições?”, ao passo que obteve de Toscano de Brito a seguinte resposta: “– Garantam-me a existência de uma folha durante três meses que eu me responsabilizo pelo resto” (Brito, 1910, p. 264).

De imediato, viriam outros apoios. Toscano de Brito se encarregou de convidar alguns nomes para compor a redação, que passou a contar, como ele mesmo ressalta, com colaborações valiosas. O entusiasmo tomou conta daqueles que compuseram o primeiro quadro de integrantes da *Gazeta*.

No começo, a folha foi conduzida, além de pelo próprio Toscano, por Antônio Bernardino, Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior, Arthur Achilles, Alonso de Almeida e Eduardo Marcos de Araújo. Mais à frente, o fundador relata que, no momento em que ocorreu o trancamento do jornal, em 1890, continuavam exclusivamente a seu cargo apenas Rodolpho Galvão, Cordeiro Júnior e ele. Segundo Toscano de Brito, as mudanças verificadas no corpo da redação deveram-se às transformações políticas, morte e mudança de domicílio.

Durante três dias, foram tomadas as providências para que o jornal se tornasse uma realidade. Assim nascia o *Correio Parahybano*, como ficou, primeiramente, acertado entre Toscano de Brito e Eduardo Marcos. Mas, em pouco tempo, um novo nome seria atribuído àquela folha que cinco dias depois, 8 de maio de 1889, fazia surgir no cenário jornalístico da Paraíba sua primeira edição.

A novidade repercutiu na imprensa local, com assertivas positivas em relação ao periódico nascente. Assim, discorreu *O Areiense* sobre o surgimento da *Gazeta da Parahyba*: “Se não desviar-se da norma de conduta traçada em seu programa terá vida longa e fecunda. Sem receio de ser exagerado que a *Gazeta* ocupa o 1º lugar na imprensa da Paraíba” (*O Areiense*, 9 de junho de 1888).

Menção à estreia da *Gazeta* na arena jornalística também foi iniciativa do jornal *Arauto Parahybano*,¹⁴⁷ cuja publicação foi reproduzida pela própria *Gazeta da Parahyba*, em 22 de maio de 1888, sob o título “Juízo de imprensa”. Assim, a folha abolicionista, conduzida por uma “mocidade estudiosa”, como diz a *Gazeta*, se pronuncia sobre o mais novo veículo a circular:

¹⁴⁷ Ver edição de 20 de maio de 1888.

Conforme reclames distribuídos e de que demos notícia em nosso número anterior, surgiu na imprensa paraibana mais um campeão com o título acima. O programa traçado pela “Gazeta” é mui simpático: é neutro entre os partidos militantes e as suas apreciações serão seladas com cunho da imparcialidade e da justiça.

Incontestavelmente vejo o colega assumir na imprensa d’esta capital posição eminente como folha diária, pois promete fornecer aos leitores conhecimentos úteis.

Agradecendo ao ilustre colega a gentileza da visita [...].

Correspondendo ao colega os cumprimentos que nos dirige, fazemos, por nossa vez, votos por que tenha uma larga vida, colhendo sempre os louros da luta em prol do engrandecimento da pátria (*Gazeta da Parahyba*, 22 de maio de 1888).

Em edição de 2 de junho de 1888, quase dois meses após a inauguração, a *Gazeta* segue afirmando o propósito de sua existência. Falando de si, relata que “representa o esforço e a boa vontade de um punhado de moços em cujos corações referve o amor da pátria” e, frisando que não age em nome de ideias abstratas, reforça: “queremos o progresso em todas as suas manifestações, na indústria, na agricultura, no comércio e na instrução”.

Teria a *Gazeta*, nas palavras de Eugênio Toscano de Brito, contribuído para uma transformação no que denomina de “jornalismo indígena”. De tal maneira, descreve como se estruturava o periódico:

Um excelente serviço telegráfico, publicação diária de bons folhetins-romance, minuciosas notícias do exterior, interior e principalmente do interior da província, dando conhecimento ao público do movimento de todas as repartições; seção diária de críticas sobre os acontecimentos do dia anterior, crônicas domingueiras etc. etc, nada lhe faltando enfim para um verdadeiro jornal (Brito, 1910, p. 267-268).

A “feição moderna” da *Gazeta da Parahyba*, apontada primeiramente nos escritos de Aldices Bezerra (1992), pode ser verificada nos trabalhos dos seguintes autores: Eduardo Martins (1978), Fátima Araújo (1983), José Leal (1982) e Socorro Pacífico Barbosa (2009). Baseando-se nessas obras, o pesquisador Otoniel Machado da Silva, em tese de doutorado, reúne as principais características atribuídas ao periódico, acrescentando o que considera nele peculiar.

No nosso entendimento, os fundamentos para a caracterização como um “jornal moderno” são indicados no que diz respeito aos aspectos ideológico (apresentando “tendências abolicionistas e republicanas”) e técnico-jornalísticos (“o primeiro jornal da província que teve um bom serviço telegráfico”, trazendo “sempre bons romances em folhetins, minuciosas

notícias das outras províncias e do interior, críticas dos acontecimentos do dia anterior, crônica aos domingos e uma reportagem”). Acrescentaríamos, para completar a caracterização da *Gazeta da Parahyba* como um jornal diferenciado no ambiente paraibano, a presença de escritos cronísticos em séries diárias ou, como neste trabalho caracterizamos, pretensamente diárias (Silva, 2017, p. 104).

Otoniel Silva ainda ressalta outras características que teriam contribuído para que a *Gazeta da Parahyba* se destacasse entre os demais jornais paraibanos, tais como: a qualidade da impressão, o competente quadro de redatores, a exclusividade da tradução de romances-folhetins e a significativa tiragem.

Mais um ponto relevante, com base nos escritos de Toscano de Brito, é o fato de que o jornal também contava com uma equipe de correspondentes nos principais centros do país e do estado: no Rio de Janeiro, José Leal e Dr. Augusto Toscano; em São Paulo, Dr. Ferreira Machado; em Mamanguape, o vigário Ayres e Vicente Ferrer; em Sousa, Silva Maris; e em Campina Grande, Dr. Rego Mello.

Além dos apontamentos já mencionados sobre a *Gazeta*, que lhe conferem um diferencial no cenário jornalístico paraibano da época, observa-se que o próprio periódico estava preocupado em se distinguir dos demais, ou seja, em criar uma identidade imbuída de modernidade, credibilidade e eficiência. Defendia uma imprensa livre, destacava a importância da atividade jornalística e o orgulho de não depender de recursos públicos para sobreviver, a não ser da vontade povo, expressão utilizada em suas páginas.

Cumprimos um dever e marchávamos, à despeito dos espinhos, para um fim de utilidade geral, fazendo antes grandes sacrifícios do que usufruindo qualquer vantagem material, que nos pudesse proporcionar um gozo sequer além do que nos permitem os nossos próprios e antigos recursos; tudo isso constitui, pensamos nós, uma garantia, um seguro penhor de que não nos desviaremos no ano que amanhã começa...

Os estorvos que porventura continuarmos a encontrar em nosso caminho longe de enfraquecerem-nos, serão outros tantos estímulos para encorajar-nos ainda mais.

Somente precisamos para isso de um único elemento, que estamos certos, não nos faltará. Esse elemento é o apoio e o favor do público (*Gazeta da Parahyba*, 31 de dezembro de 1889 [Grifo meu]).

A ênfase conferida ao compromisso social é um ponto sempre explorado pela citada folha. De tal forma, constantemente veicula publicações que destacam o empenho que, supostamente, depositam na causa social, revelando, dessa maneira, a preocupação do jornal com a imagem que quisera construir.

Nessa direção, duas outras características, a juntar-se com as demais acima citadas, chamam atenção, quando se trata de um jornal que se pretende ser moderno: pontualidade e exclusividade de suas publicações. O jornal precisava estar circulando todos os dias. Aqueles que quisessem publicar na secção “A pedidos” tinham até às 20h para entregar sua demanda, por exemplo. Isso revela que a tarefa diária de Toscano e de sua equipe se estendia até a noite.

Trata-se de um jornal que nasce como diário e assim permanece até o fim. Sobre a questão da exclusividade e rapidez com que veicula os conteúdos, a edição de 25 de maio de 1888 traz um exemplo de quando a *Gazeta* dá uma explicação aos seus leitores sobre o fato de que supostamente outro periódico teria dado uma informação com um dia de adiantamento em relação a ela. A nota aparece logo na primeira página, e assim versa:

O *Jornal da Parahyba* distribuído anteontem (23) depois de 11 horas da noite, trouxe a data de 22, e quase sempre assim sucede ao nosso colega, sendo distribuído com 24 horas de atraso. Traz a explicação que telegrama divulgado pelo periódico traz data anterior ao recebimento. A *Gazeta* também publicaria este telegrama, remetido pela secretaria da presidência provincial, mas em edição do dia 24, pois “A cópia d’este telegrama, que nós também publicamos, mas no nosso n. de ontem, foi-nos remetida pela secretaria da presidência, pouco antes do meio-dia de 23, quando também foi remetido para o *Jornal da Parahyba*. [...] Que não houve, pois, engano da parte da secretaria da presidência, que a data do telegrama é de 22 mas que dele só tivemos conhecimento, nós, “o Jornal” e o público, no dia 23, está fora de dúvida (*Gazeta da Parahyba*, 25 de maio de 1888).

Em outras palavras, a *Gazeta da Parahyba* destaca o fato de que suas publicações mantêm uma periodicidade sem interrupções, que só para às segundas e aos feriados, bem como prioriza o que hoje se entende por “furo”, querendo sempre ser o primeiro a levar a notícia, assim como fez com o processo de abolição da escravatura e a implantação da República. Foram para a redação da *Gazeta* que se destinaram os interessados pelos acontecimentos citados.

Acompanharemos a evolução natural dos dias do ano sem torná-la irregular com feriados periódicos, que constituem um uso arraigado e sistemático no jornalismo paraibano e quizá dos diversos estados, com exceção do Rio Janeiro, e que é incompatível com a marcha da imprensa moderna (*Gazeta da Parahyba*, 31 de dezembro de 1889).

E, mais ainda, aqueles que fazem a *Gazeta da Parahyba* parecem ter uma noção própria do que seja notícia, guiando-se pelo que acreditam despertar o interesse de seus leitores. Isso pode ser percebido na edição de 18 de janeiro de 1890. Em editorial que versa sobre economia da verba pública, no qual se aconselha diminuir gastos com publicidade do expediente do

governo, o jornal acaba expondo sua visão do que seria a essência da informação jornalística naquele momento.

Ao argumentar que um jornal deve atender ao anseio do público, o periódico esboça um conceito de notícia e, ao mesmo tempo, demonstra estar ciente de como deve atender a essa aspiração, diferentemente de outro importante veículo da época, como acusa. Assim, acaba fazendo uma crítica a uma prática jornalística seguida pelo *Jornal da Parahyba* que, além de publicar longos textos oficiais em suas páginas, recebe por isso, quando deveria, nas palavras da *Gazeta*, fazê-lo de forma resumida e sem ser por tal fim remunerada, porque estaria apenas cumprindo seu dever de informar à sociedade.

Uma boa verba a cortar é a que provém da publicação do expediente do governo, cuja despesa monta mensalmente à elevada quantia de trezentos e cinquenta mil réis. Em primeiro lugar convém assinalar a inutilidade da publicação integral e por extenso de todo o expediente do governo, inutilidade que salta aos olhos de toda a gente; porquanto não interessa absolutamente ao público ler, por exemplo, no jornal oficial o ofício do governador ao administrador dos correios, ou ao agente da companhia de navegação, despachando o vapor tal, ou conhecer a íntegra da portaria de nomeação de qualquer funcionário e que comunicou-se essa nomeação ao tesouro. [...] Basta que venha a luz da publicidade os atos mais importantes e os factos mais salientes da administração, como nomeações, demissões, remoções, etc.; são estes que interessam verdadeiramente ao público, enquanto que os outros escapam muito naturalmente à curiosidade do leitor, que apenas passa os olhos indiferentes sobre as longas e fastidiosas listas de despachos, ofícios etc. (*Gazeta da Parahyba*, 18 de janeiro de 1890).

De tal maneira, mais à frente, dando continuidade à citação acima, a *Gazeta da Parahyba* defende que os atos notáveis do governo podem ser visualizados sem o menor prejuízo aos cofres públicos. Basta, segundo o periódico, que venham à tona “sob a forma de notícia de caráter oficial, não só no interesse do público, como no do próprio jornal, que tem todo o empenho de publicá-las gratuitamente com o fim de informar aos seus leitores, como nós fazemos” (*Gazeta Da Parahyba*, 18 de janeiro de 1890).

O novo jornal traz inovações na forma de se apresentar. Dá mais importância ao fato de destacar, abaixo do título, que se trata de uma folha diária, em vez de fazer menção a algum partido político, prática seguida pelos demais órgãos de imprensa. Pretendia ser um jornal moderno também na forma de compor sua redação. Prezava, segundo relatou Toscano de Brito, por aptidões e talento, não se pautando por inclinações partidárias. Assim, reunia colaboradores tanto do partido conservador quanto do Liberal.

Os redatores que circulam pela *Gazeta* são homens que mantêm relações com política e com a própria imprensa, tendo passado, a maioria, por vários veículos. O fundador da *Gazeta do Sertão*, por exemplo, Francisco Retumba, já tivera prestado serviços para a *Gazeta*.

Com isso, a *Gazeta* procurava passar a ideia de que protagonizava um novo modo de atuar no universo da imprensa, pautando-se pelo interesse coletivo em detrimento das vantagens pessoais e partidárias. Mas, isso não quer dizer que se tratava de um jornal neutro ou imparcial, condição impossível de acontecer. Um jornal é um agente que se movimenta a partir das redes de sociabilidade que estabelece no meio onde se encontra.

Embora autoproclamando-se como imprensa “neutra”, buscando passar a imagem de órgão sem vinculação política partidária, ressalta-se que havia uma visão sobre o quadro redacional da *Gazeta* que a relacionava ao partido liberal. Isso pode ser vislumbrado em um dos periódicos a ela contemporâneo, o *Jornal da Parahyba*. Nele, consta a reprodução do discurso de um parlamentar provincial, Carneiro da Cunha, que possibilitou ver a imagem que o meio político tinha daquela folha diária.

A *Gazeta da Parahyba*, folha diária, redigida por uma plêiade de liberais, moços inteligentes, um dos quais recolhe a herança das tradições de seu partido, exprime-se, em data de 5 do corrente, a respeito do vice-presidente daquela província, atualmente na administração, [refere ao barão de Abiahy, que apoiava o governo estadual] (*Jornal da Parahyba*, 8 de junho de 1889).

Na fala, proferida em 24 de maio e publicada na edição de 8 de junho de 1889 do citado jornal, percebe-se o reconhecimento da *Gazeta* como um jornal importante, cujos integrantes são classificados como jovens dotados de capacidade intelectual, e observar-se que aqueles que compunham o periódico eram tidos como vinculados ao partido Liberal.

Foram dois anos e dois meses de vida, de 8 de maio de 1888 a 8 de julho de 1889. Embora com curto período de duração, a *Gazeta* se sobressai por atravessar momentos importantes da história do Brasil, não deixando de participar ativamente de cada um deles, como foi o caso da abolição da escravatura e da transição do regime monárquico para o republicano. E não poderia ser diferente, pois é necessário ter consciência, na linha das autoras Cruz e Peixoto (2007), de que “a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”. Dito de outra maneira, como enfatizado no primeiro capítulo, não é possível a prática jornalística, nem mesmo fazer História, à margem da sociedade.

Assim, em diferentes momentos e espaços, “a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258-259). E muito do que

se discutiu e decidiu sobre os primeiros tempos da República na Paraíba se deu a partir de uma extensão da *Gazeta*, ao ter seu diretor geral envolvido nesse processo, tendo sido, inclusive, indicado para fazer parte do governo provisório.

Vale destacar, ainda, a importância da *Gazeta da Parahyba* como um lugar da literatura no século XIX, em cujas páginas pode se verificar, além de traduções exclusivas de obras estrangeiras na seção folhetins, uma fértil produção de escritos cronísticos, como constatou o pesquisador Otoniel Machado da Silva (2017), que, ao comprovar a presença de tal gênero literário na imprensa paraibana oitocentista, muito contribuiu para a história da literatura brasileira.

Desse modo, é possível assinalar que o citado órgão de imprensa tanto atuou na dinamização de quadros políticos paraibanos quanto na formulação de práticas da cultura escrita, influenciando, como outros jornais da época, e como bem destaca a pesquisadora Socorro de Fátima P. Barbosa (2009), com base em Robert Darnton (1995),¹⁴⁸ todo um processo de circulação dos bens materiais e simbólicos, condição que também faz daqueles envolvidos na lide de imprensa do século XIX pessoas intermediárias da literatura.

4.3.2 *Gazeta do Sertão*: uma voz no interior do Estado

Em 1º de setembro de 1888, um novo jornal começaria a circular na ainda Província da Paraíba do Norte, sobretudo em Campina Grande, cidade onde se originara. Embora indique em seu primeiro número que se trata de um periódico que se fará publicar todas as sextas-feiras, era um sábado quando a *Gazeta do Sertão* estreou no universo jornalístico.

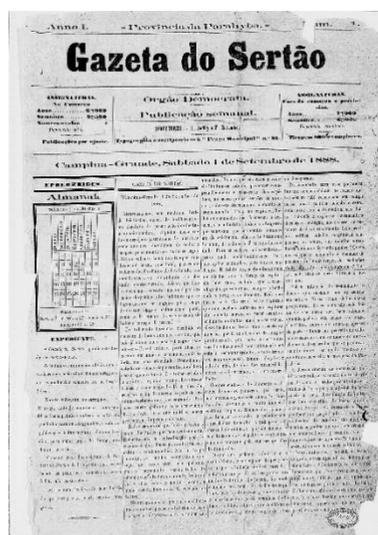
Autodenominado, do começo ao fim, de “Órgão Democrata”, ao chegar à “praça pública”, o jornal apresenta um longo editorial no qual expunha sua razão de existir, sendo o texto, que se expande por toda a primeira página e parte da segunda, finalizado conferindo ênfase a dois vocábulos que, segundo a própria folha, seriam o norte a seguir pela *Gazeta* do momento inaugural até a circulação de sua última edição: “Progresso e democracia – tal é o nosso primeiro brado. Progresso e democracia serão também nossas últimas palavras”.

Já no número de lançamento (Fig. 2) é indicada uma tiragem de 800 exemplares. O periódico, cuja tipografia e escritório se localizavam na Praça Municipal, número 21, como consta no veículo, disponibilizava assinatura tanto para a comarca quanto para toda a província,

¹⁴⁸ Ver: DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

bem como para fora dela. Isso releva possíveis pretensões de não ser tratado nem de se comportar como um simples jornal local.

Imagem 2 – *Gazeta do Sertão* de 1º de setembro de 1888.



Fonte: Hemeroteca Nacional

A *Gazeta do Sertão* exibe quatro páginas, sendo cada uma delas composta por quatro colunas. Em sua data de implantação, o periódico veicula dois anúncios, de um colégio e de uma fábrica de calçados. Embora disponha de uma quantidade insignificante de anunciantes, que certamente não trouxeram grandes quantias para o jornal, já que o preço do anúncio e dos “A pedidos” informados era fixado em 80 reis por linha, o fato indica que os responsáveis pelo veículo teriam se mobilizado para arrecadar fundos para a empreitada.

Como anteriormente mencionado, havia apenas duas condições de assinatura, com valores variando de acordo com a localidade dos interessados, sendo seis mil reis para os moradores da comarca, na modalidade anual, e três mil e quinhentos reis em contratação semestral. Para aqueles oriundos de outras localidades da província ou para além de suas fronteiras, os custos eram de sete e quatro mil reis, respectivamente, por ano e semestre. Ainda era possível obter números avulsos do jornal, por um valor de cento e sessenta reis, cifra superior aos órgãos a ele contemporâneos, que custavam, em média, sessenta reis.

A *Gazeta do Sertão* apresentava uma dinâmica organizada para atender demandas externas, estipulando uma agenda com dias e horários fixos: os anúncios eram aceitos até o meio-dia da quarta-feira; publicações de outra natureza, como artigos e correspondências, somente até as terças-feiras.

Em edição de 13 de junho de 1890, quando passa a fazer críticas ao governo de Venâncio Neiva, o periódico já possui correspondentes em 16 municípios, inclusive na Capital, fato que demonstra que já tem bastante circularidade. Em 15 agosto do mesmo ano, afirma Irineo Joffily, por meio de publicação, na *Gazeta do Sertão*, de carta de apresentação de sua candidatura ao Senado, referente às eleições de 15 de setembro, que o periódico de sua propriedade chega em todos os municípios do estado.

O provável crescimento da *Gazeta do Sertão* se registraria bem antes, em fevereiro de 1889, quando um cidadão do distrito de Serra Redonda, em correspondência enviada à redação, se refere ao impresso como sendo o de maior circulação na província. Assim, destaca: “o fato de ter a *Gazeta* somente neste distrito mais de 20 assinantes e no termo mais de 50 é uma prova da sua grande aceitação” (*Gazeta do Sertão*, 1º de fevereiro de 1889). O leitor também faz questão de parabenizar o periódico pelo que considera o “modo brilhante porque tem sabido corresponder o seu programa”.

De contundente oposição ao primeiro governo republicano no estado, outrora seu aliado, o periódico relata aos seus leitores, em editorial intitulado “Ameaças”, sua bandeira de fiscalização dos atos governamentais, dizendo que na missão se encontra só no meio da imprensa, e alerta: “se a *Gazeta do Sertão* for coagida pela força a suspender a sua publicação, por esse ato será o principal responsável o Dr. Venâncio Neiva, governador deste estado” (*Gazeta do Sertão*, 18 de julho de 1890). O alerta do veículo para a possibilidade de tal feito revela uma atmosfera de censura pairando sobre os meios noticiosos da época.

De maneira geral, quanto à linha editorial seguida pela *Gazeta do Sertão*, Irineo Joffily e Francisco Retumba, conhecedores que eram da condição de vida na Paraíba, graças às viagens empreendidas pelo interior, desenvolveram uma visão bastante crítica em relação à realidade brasileira, sobretudo à paraibana (Gurjão, 1994). Eram contrários ao sistema escravista e ao centralismo político imperial, bem como defendiam o federalismo e o regime republicano, além de serem sensíveis aos problemas sociais.

Para eles, a condição caótica, em termos econômicos, na qual se encontrava a Paraíba, era fruto do desprezo de uma política centralizadora, que não tratava com prioridade as reais necessidades das províncias. Outra questão que contribuía para a situação negativa do povo paraibano era, na concepção dos fundadores da *Gazeta do Sertão*, a má atuação dos parlamentares eleitos para representar seus concidadãos junto ao Governo Central. Teria, assim, emergido a *Gazeta do Sertão* no universo impresso, movida pelo desejo de mudanças sociais na Paraíba.

As problemáticas sociais e os acontecimentos políticos em configuração não passaram ilesos à pena daqueles que fizeram o jornal, e não poderia ser de outra forma. Em mais de dois séculos de atuação no país, os impressos jornalísticos construíram ideias, levantaram críticas, travaram lutas políticas e ideológicas. Em outros termos, os jornais apontaram, em diferentes momentos históricos, diversos projetos de nação. Nesse aspecto, o poder dos veículos advém não só do fato de “intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos” (Berger, 2002, p. 282)

De tal modo, o jornal fora guiado, no decorrer de sua existência, por uma pauta bastante crítica e contestadora. Contudo, era defensor da igreja católica, se colocando contra medidas do Governo Provisório quanto ao fim do padroado, bem como em relação à instituição do casamento civil. Seguia-se, assim, uma linha diferente dos demais impressos aqui analisados, que abraçaram as mudanças verificadas nesse sentido, e buscavam convencer o público a aceitá-las. Em edição de 2 de maio de 1890, a folha publicaria uma carta aberta ao público, na qual enfatizava que sem Deus a República tenderia a ruir.

A *Gazeta do Sertão* fecharia de vez sua redação a partir de 6 de maio de 1891, data de sua última publicação. Com cerca de dois anos e oito meses de vida (1888-1891), alguns exemplares da citada gazeta podem ser consultados no acervo digital da Hemeroteca Nacional, onde estão disponíveis, ao todo, 131 edições, sendo distribuídas da seguinte forma: 1888 (17), 1889 (47), 1890 (50), 1891 (17).

4.3.3 Verdade: um periódico a serviço da coletividade

Classificado, nos termos do historiador Horário de Almeida (1978), como um “jornalzinho” do interior da Paraíba, em nada tinha de pequeno o periódico fundado, em 1888, por Manuel da Silva, a não ser o formato, e isso em seus primeiros anos de circulação. Inicialmente, medindo 19,8 x 13,8 cm, a *Verdade* tinha feição de um livro, é certo.¹⁴⁹ Três anos

¹⁴⁹ Nomenclatura e formato dos veículos é uma questão complexa, desde os primórdios do impresso jornalístico no Brasil, há mais de duzentos anos. Já naquela época, verifica-se a existência de revistas que, embora apresentassem formato de um jornal, se autointitulavam magazines. Ao analisar as origens da resenha em terras brasileiras, a historiadora Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira afirma que os periódicos das décadas iniciais do século XIX “guardavam semelhanças com os folhetos e panfletos, e alguns podem ser considerados revistas, bem longe, no entanto, dos modelos gráficos e dos formatos dos jornais da atualidade” (Ferreira, 2009, p. 327). Para se ter uma ideia, aquele que é considerado o primeiro jornal a circular no país, *Correio Braziliense*, se autodenomina em sua página principal com o termo *Armazém*, que é sinônimo de magazine (Martins, 2001). Ana Luíza Martins, no livro *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)*, apresenta exemplos de como os vocábulos jornal e revista eram costumeiramente atribuídos a um mesmo veículo. Ver: FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As origens da resenha no Brasil: as experiências de O

após a fundação, a partir de 8 de julho de 1891, passaria o órgão a ter dimensões de 26 x 18 cm.¹⁵⁰

As delimitações estruturais do veículo em foco não o impediram de ser denominado e aceito como um valioso impresso noticioso. Seu tamanho inaugural não pode ser tomado como parâmetro de demarcação ou limitação de seu potencial jornalístico, sobretudo quando levados em conta os consideráveis longos anos de sua existência, diante da efemeridade dos periódicos da época. Fora o jornal de maior periodicidade em sua terra, a cidade de Areia, fazendo-se circular por cerca de sete anos, de 1888-1895 (Araújo, 1985 [1986]).

Por outro lado, seria injusto afirmar que a *Verdade* se tratava de um simples jornal do interior. Primeiro, vale lembrar que Areia não pode ser tomada como uma cidade qualquer, já que foi a segunda a ser elevada a essa categoria na Paraíba (1846). É pertinente lembrar, ainda, segundo os apontamentos do pesquisador Iordan Queiroz, que a referida localidade paraibana “ficou conhecida como uma terra de ‘sombras grandes e gloriosas’, uma referência aos seus filhos que, em 1824, participaram ‘dos protestos e lutas mais veementes do liberalismo nacional’” (Queiroz, 2018, p. 221).

Em matéria de abolição, Areia se tornaria um polo de discussão e de iniciativas, configurando-se como pioneira na implantação de instituições em prol da liberdade, despontando, aliás, como a segunda localidade brasileira a promover o fim do cativo. E, sobretudo, a *Verdade* não se restringia a abordar assuntos que fossem apenas do interesse daquele lugar, pois os temas tratados traziam recortes estadual e nacional.

“Órgão abolicionista e noticioso”: era assim que se autoproclamava a *Verdade* quando, pela primeira vez, se fez presente no cenário jornalístico paraibano. Um sábado fora escolhido para marcar o dia de seu aparecimento. Em 31 de março de 1888, o periódico se apresenta como veículo de publicação semanal, trazendo no cabeçalho do seu suporte a frase em latim *Amicus plato, sed magis amica veritas*, que significa “Platão é meu amigo, mas a verdade é meu amigo melhor”, ou seja, um provérbio que exprime que uma opinião por si só não vale se não for com base na verdade.¹⁵¹ Não é à toa o nome escolhido para estampar o periódico, que, vale salientar, perdurou até a sua última edição.

Patriota. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 325-246; MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Fapesp/Edusp, 2001.

¹⁵⁰ Com o aumento do formato do jornal, e diante do excessivo preço do material tipográfico, elevou-se o valor do impresso, como explica o veículo, em edição de 8 de julho de 1891.

¹⁵¹ A frase em latim esteve presente em todas as edições do jornal, até seu último número, em 1895.

Encarar o conteúdo de um jornal como algo verdadeiro ou com pretensão de verdade se torna uma questão metodológica. É preciso saber o que norteia uma determinada produção jornalística, a teia de relações a que está vinculada e os interesses políticos que impulsionam um dado periódico. Como diz Tania Regina de Luca (2005), os jornais não têm nada de natural.

O periódico dispunha de quatro páginas, cada uma sendo dividida em duas colunas. Apresentava capa, composta, normalmente, pelo expediente, seguido, logo abaixo, do editorial. As demais páginas traziam, não em ordem fixa, as sessões denominadas “Gazetilhas”, “Instrução Popular” e outras cujos títulos dependiam do tema exposto. É importante que se diga que os jornais do século XIX não dispunham de colunas fixas e que as seções nem sempre eram veiculadas nas mesmas páginas.

Com escritório localizado à Rua do Rosário, o órgão noticioso tinha como procurador o senhor Adelino J. G. Carvalho. Inicialmente, disponibilizava assinaturas únicas, sem discriminação de espacialidade, a custo de 500 reis por mês e já com oferta de publicações por encomenda, com cobrança no valor de 40 reis por linha publicada para assinantes e preços sujeitos a ajustes para os que não eram. Não informou número de tiragem no exemplar de estreia, nem nos demais que os seguiram. Dizia publicar-se na tipografia de outro jornal, o *Areiense*.¹⁵²

Antes de adentrar na questão do conteúdo que pautava a *Verdade*, é oportuno observar como a folha conseguiu evoluir ao longo do tempo, o que faz com que se pense que o jornal seguia um projeto de crescimento como empreendimento jornalístico. Ao examinar suas edições, percebe-se mudanças quanto ao seu layout e a sua periodicidade, que não foram únicos no decorrer de sua existência, ao contrário do que consta na historiografia sobre a imprensa paraibana.

Foi um periódico que começou a circular semanalmente, passando, em seguida, a ser bissemanal, depois saindo três vezes por semana, sem a imposição de dias fixos, fato que mudaria em pouco tempo, quando são escalados os dias oficiais de sua circulação. Logo, se tornaria um jornal diário, voltando, porém, tempo depois, a reduzir a sua periodicidade. Ou seja, vivenciou diferentes fases de produção e distribuição, realidade não observada por autores que já escreveram sobre a referida folha.

Três meses depois do primeiro número, a *Verdade* traz, no expediente da edição de 2 de julho de 1888, a informação de que tem como agente na cidade de Areia o farmacêutico Simão

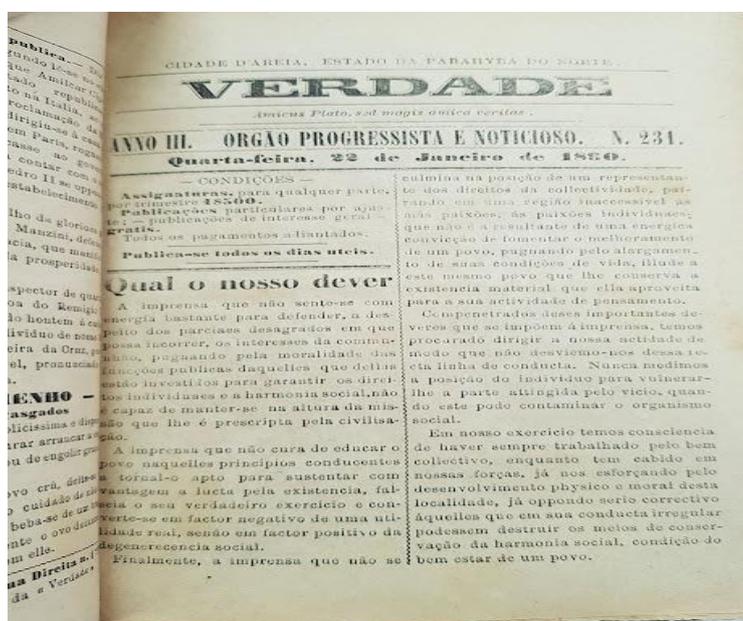
¹⁵² Segundo relata a *Verdade*, em editorial de 2 de abril de 1888, o *Areiense* era impresso desde 1877, com tiragem inferior a 200 exemplares.

P. da Costa, e como procurador Antônio de Barros Gato. Em publicações subsequentes, a partir do dia 9 de julho de 1888, mais agentes são indicados, sinal de que o jornal está em fase de expansão. Agora, inclui-se a representação do veículo em Campina (Cândido Francisco Filho) e Esperança (cap. Mathias Francisco Fernandes).

No arquivo pesquisado, da edição de 21 de julho de 1888 vai-se para a primeira de 1889, posta em circulação em 1º de janeiro. Nesta publicação, a de número 66, o veículo de imprensa sediado em Areia continuava a ser bissemanal, mas aparece com modificações.

Ficando para trás o ano da abolição, o jornal surgiria com uma nova identidade. Autoproclama-se, no nascer de 1889, como “Órgão progressista e noticioso”.

Imagem 3 – *Verdade* de 22 de janeiro de 1890.



Fonte: Biblioteca Átila Almeida

O nome que ostenta como veículo também sofre alteração na exibição: as letras da palavra verdade surgem em formato garrafal, mais desenhado, passando por nova variação em pouco mais de duas semanas, quando ganha sombreado. Até então, a logomarca era toda em letras garrafais simples e preenchida em cor preta, visual que, correspondente ao formato original, seria retomado em 30 de julho de 1889.

Outra novidade está relacionada com a possibilidade de assinaturas trimestrais, com pagamento adiantado no valor de mil reis. A publicação por encomenda para não assinantes passava a ter valor fixo de 100 reis, não mais sob ajustes a acordar. Não se fala em venda de

números avulsos, como constava até a edição anterior a que se teve acesso, datada em 21 de julho de 1888.

A representação do jornal também se expande, chegando a 14 cidades. Agora, tinha-se agente, além de em Campina e em Esperança, na Capital, em Mulungu, Serra da Raíz, Caiçara, Araruna, Bananeiras, Serraria, Pilões, Alagoa Nova, Arara e em Lagoa de Remígio. Embora não indique o número de tiragens, certamente houve um aumento considerável de sua produção e, conseqüentemente, na arrecadação de verbas com possíveis novos assinantes.

Como empresa, outros dois relevantes sinais de que a folha atravessava um momento de crescimento, ainda no início do ano que viu surgir a República no Brasil, diz respeito ao fato de que mudara de endereço, certamente para um espaço maior, situado à rua Direita, e de que passaria a usufruir de sua própria maquinaria de impressão – Tipografia da *Verdade*, como é informado na página final de cada exemplar do periódico.

Nos três primeiros meses de vida, circulava a *Verdade* uma vez por semana, sem dia certo para sair, podendo ser qualquer um, mas, ao que parece, menos aos domingos, pois nenhum exemplar foi verificado referente a esse dia. Essa prática ocorre até a publicação de 2 de julho de 1888, quando o jornal passa a informar que sua publicação ocorreria duas vezes por semana.

Dez meses se passaram até a publicação número 92 do periódico, de 2 de abril de 1889, que demarca uma nova periodicidade: três vezes por semana. Decorridos um ano e três meses, são determinados como dias de sua distribuição (a começar pelos exemplares de 1º de agosto de 1889) as terças, quintas e os sábados. Após quatro meses, uma nova alteração é constatada quanto à circulação.

A inovação ocorreria logo após o advento da República, quando se percebem outros avanços no citado suporte jornalístico. A partir de 1º de dezembro de 1889, o jornal intensificaria suas atividades e, pela primeira vez, passaria a circular diariamente. Verifica-se também um aumento de publicações tendo como tema a nova ordem política do país. Foram quatro meses de circulação diária, até 30 de abril de 1890. Como o último exemplar a constar no acervo consultado foi o de número 20, datado de 21 de julho de 1888, não se tem como saber se as alterações sofridas despontaram em data anterior. Mas, o que importa registrar é como a folha sofrera transformações importantes, fazendo-se pensar que tenha sido alvo de investimento.

Oito dias depois, em edição de 8 de maio de 1890, voltaria a *Verdade* a ser distribuída aos moldes do antigo costume: três vezes por semana (terças, quintas e sábados). Sobre a

retomada à periodicidade anterior, declara o redator que a alteração se dá pela necessidade de se dedicar a outra ordem de serviço “não menos importante”, como também pelo entendimento da empresa de que três edições semanais são suficientes para atender às necessidades da população. A partir de fevereiro de 1894, a *Verdade* era publicada seis vezes ao mês, seguindo com essa distribuição até 1895, quando deixa o órgão de existir.

E que linha editorial seguia a *Verdade*? O periódico deixa claro seu propósito ao tornar públicas as diretrizes programáticas seguidas, em edição de 30 de julho de 1889. Sob o título “Síntese do nosso programa”, imprime ser um veículo de “propaganda de todas as ideias progressistas, com liberdade de pensamento e respeito às leis constitucionais. Censura de todos os abusos de corporações e autoridades, em bem da ordem social e dos direitos das classes oprimidas”. Em referência ao conteúdo veiculado, diz ainda ser porta-voz de conhecimentos úteis a todas as classes, proporcionado aos leitores, segundo o próprio veículo, transcrições e extratos de obras adaptados ao meio em que circula.

A instrução popular era, certamente, uma das principais preocupações da *Verdade*. Aliás, vale ressaltar que a única biblioteca existente em Areia, naquela época, era iniciativa de Manuel da Silva, que a fundou em 1871. Ressalta-se que o tema instrução pública foi uma bandeira constantemente levantada por jornais do século XIX, com o intuito de que com os investimentos em educação promovessem a ampliação do número de leitores.¹⁵³

A *Verdade* apresenta um conjunto de ideias que faz transparecer que seu lançamento no universo da imprensa se deu com pretensões de servir à coletividade, ou seja, munido pela causa social. Talvez, nem o próprio Manuel da Silva tivesse noção da importância que teve sua folha, que se autointitulou, em algumas ocasiões, como pequena empresa, periodicozinho, e até de não ser conduzida por jornalistas experientes. Mas, ao mesmo tempo, se tratava de um periódico que sabia e defendia aquilo que julgava ser mérito de jornais e jornalistas.

Em editorial publicado em 30 de dezembro de 1889, o órgão faz uma reflexão sobre o dever de imprensa, apontando as questões com as quais deve se preocupar aquele que abraça a profissão de jornalista: “defender os interesses da coletividade, iluminar o espírito do povo com as benéficas lições de civilidade, abrir-lhe, enfim, por meio de uma boa orientação, o caminho do progresso, a estrada do bem” (*Verdade*, 30 de dezembro de 1889).

Considerando a imprensa enquanto meios de comunicação social, a *Verdade* demonstra ter ciência da necessidade dos órgãos impressos conhecerem a realidade na qual estejam inseridos. Nessa direção, em editorial de 5 de julho de 1888, comenta:

¹⁵³ Ver considerações sobre a questão que envolve analfabetismo e desenvolvimento dos impressos no capítulo terceiro, mais precisamente no tópico sobre periodismo.

Quem conhecer de perto o estado a que está reduzida a instrução nos centros desta província compreenderá facilmente que pouca aceitação deverá ter o jornal escrito em estilo elevado e científico, porque o número de leitores ilustrados é muito limitado, e só concorre a vida da imprensa local pelo amor às letras e desejo de ver instruir o povo (*Verdade*, 5 de julho de 1888).

No mesmo editorial anteriormente transcrito, de 5 de julho de 1888, a *Verdade* lança o entendimento de como deve ser um periódico nessas terras:

O verdadeiro jornal para um ponto como este, deve estar ao alcance de todos não só em estilo e linguagem, como no formato, preço e condições de assinatura, de modo a despertar o desejo da leitura sem roubar tempo nem causar tédio, o que acontece àqueles que não adquiriram o hábito e desanimam ao encarar um grande jornal, não sabendo às vezes por onde devem começar a servir-se dele (*Verdade*, 5 de julho de 1888).

No referido texto, também salienta que aceita “a colaboração de qualquer cidadão que queira concorrer com seus esforços para o engrandecimento da ‘Verdade’, que continuará a conservar-se completamente neutra no campo da política”. A partir dessa publicação, chama a atenção o fato de que o jornal informa que publicações consideradas de interesse geral serão veiculadas gratuitamente. Mas, é preciso ter cuidado quando se fala em neutralidade em matéria de jornais, pois, como já se sabe, não há imparcialidade quando se está inserido em uma sociedade.

Afirmava a *Verdade* que não visava à obtenção de um crescente montante de verbas, pois “não aspira lucros magistrais”. Ainda em maio de 1888, dois meses depois de sua inauguração, a folha anunciava que tinha como objetivo baixar o preço à medida que fosse alargando o total de assinaturas. Assim, expressa: “Pretendemos reduzir o preço da assinatura deste periódico, à proporção que crescer o nº de assinantes; desde já avisamos aos leitores que de junho por diante cobrar-se-á somente 400 reis por cada mês” (*Verdade*, 16 de maio de 1888).

Na primeira edição de junho, que saiu no dia 6, o jornal já indica o valor prometido, taxando em 400 reis o exemplar que antes era assinado, mensalmente, a 500 reis. Pode-se pensar que tal medida tenha motivação nas razões de existir da própria folha, que aponta duas como principais:

A 1ª, foi a certeza de darmos o último golpe na escravidão deste município, não deixando o nosso caro berço ficar na retaguarda à espera da lei obrigatória que foi promulgada no dia 13 do passado mês. [...] A 2ª razão, foi simplesmente o desejo que sempre nutrimos de não ficarmos na ociosidade, e dedicarmos nosso fraco concurso à causa pública, à causa da humanidade, embora reconheçamos a nossa

incapacidade para exercer as funções de jornalista, presunção que nunca tivemos (*Verdade*, 6 de junho de 1888).

Mas, se por um lado, via-se crescer a quantidade de simpatizantes do referido jornal, por outro, se alargava a quantidade de rivais. São os censuradores da *Verdade*, segundo detalhamento do próprio órgão: “os desgostosos, os beatos, os fanáticos, os hipócritas e os amantes da escravidão” (*Verdade*, 21 de junho de 1888).

No editorial do número seguinte, de 25 de junho de 1888, o jornal declara como seus inimigos todos os que professam contra o que defende o veículo:

Os inimigos da “Verdade” são os inimigos da abolição, os inimigos do progresso, das ideias modernas, do futuro, da pátria, e do seu Deus – Jesus Cristo – os amigos, aqueles que resistiram aos embates das tenebrosas maquinações dos vendilhões de carne humana, hão de abater os negreiros do pensamento, os traficantes do espírito, verdadeiros corsários da atualidade (*Verdade*, 25 de junho de 1888).

Como se nota, uma perspectiva de futuro melhor, incluindo liberdade e progresso, parece ter sido o norte do citado jornal. Mas, sem condições de saúde para continuar à frente do periódico que fundara, Manuel da Silva entregaria, praticamente um ano antes de sua morte, a direção da *Verdade* a seu amigo Francisco Xavier Junior. Ocorreria apenas a troca do comando da direção, que se deu no dia 5 de outubro de 1889, continuando sob a responsabilidade de Manuel a direção econômica do impresso, como consta na edição de 22 de outubro de 1889.

Ao informar sobre a nova direção da *Verdade* e o motivo que o levou a deixar o comando do impresso, Manuel da Silva daria sinais de que tinha ciência da sua improvável retomada à atividade de imprensa, dirigindo-se aos seus leitores nos seguintes termos: “Despedindo-me dos benévolos leitores cumpro o dever de implorar o perdão pelas faltas cometidas” (*Verdade*, 22 de outubro de 1889).

Em edição de 24 de outubro de 1889, a *Verdade* publica uma declaração de Francisco Xavier Junior, que informa ter aceitado o convite de Manuel da Silva para assumir a redação do jornal em “atenção ao precário estado de saúde desse amigo e ao seu reconhecido amor à manutenção desta mesma empresa”. Ele deixa claro que não comunga das mesmas ideias de Manuel, mas que dará continuidade aos planos editoriais originalmente traçados.

Por um justo respeito, que entendo dever tributar às intenções desse amigo em relação a este periódico, por ele fundado e sustentado até hoje com sacrifício de sua saúde e por cujo futuro estremece ainda, mesmo no leito da dor, empenhar-me-ei por seguir de perto aquele seu plano de ideias, pedindo a sua

ilustrada experiência a instrução que me for precisa. Nutro, porém, a doce esperança de ver em breve tempo extinta a causa que obrigou o meu honrado amigo a confiar-me uma tarefa que só ele poderá desempenhar a contento do público (*Verdade*, 24 de outubro de 1889).

Como se sabe, Manuel da Silva não retornaria ao comando do seu jornal, tampouco à lide jornalística. Na edição de 8 de maio de 1890, informa-se que a responsabilidade intelectual e material da *Verdade* era agora de exclusividade de Francisco Xavier Junior, de acordo com contrato assinado entre ele e Manuel da Silva. Comunica-se também que serão mantidos os mesmos agentes do jornal e o mesmo procurador, Adelino J. G. Carvalho.

Com base em nota publicada na *Verdade* em 22 de novembro de 1892, tem-se o conhecimento de que outros nomes estiveram à frente da folha após Francisco Xavier. São eles: Rodolfo Pires e Otacílio Camello. Consta ainda a informação de que, em seguida, uma junta de redatores (José Machado, José Buriel e Manoel Motta) assumiria o comando do impresso. Em 6 de junho de 1893, declarava José da Costa Machado, nas páginas do periódico, que, daquele momento em diante, seria o único responsável pelos escritos da redação.

Em edição de 23 de fevereiro de 1894, José da Costa Machado, além de redator-chefe, declarava ser o novo proprietário da *Verdade*, que lhe teria sido doada pelos antigos donos, Francisco Luiz dos Santos Leal e Emília Viana da Silva, herdeiros de Manuel da Silva.¹⁵⁴ Justifica-se, ainda, o novo valor do impresso, em virtude do elevado preço do material tipográfico e do aumento do formato do impresso. Agora, cobram-se seis mil reis por ano, mil e quinhentos por trimestre, seiscentos por mês e duzentos por aquisição avulsa. A partir de 8 de julho de 1894, ainda constava ser José da Costa Machado o editor-chefe do jornal, mas sua propriedade era atribuída a uma associação.

Mesmo com diferentes personagens conduzindo sua redação, a *Verdade* sempre se norteou pelos princípios de seu fundador, e isso o jornal fazia questão de frisar, continuamente retomando a ideia de que seguia o programa editorial sistematizado em 1888, por Manuel da Silva. Dessa maneira, buscou transparecer os ideais que marcaram sua linha de atuação no universo jornalístico. De forma geral, tratou-se de um periódico que sempre se apresentou em mutação, passando por diversas fases de periodicidade, estruturação e abrangência espacial. Quanto às principais temáticas abordadas, inclina-se, num primeiro momento, da fundação até meados de 1888, para a questão da abolição, enveredando-se, em seguida, pela pauta da República. Em sua edição de 4 de abril de 1893, a folha festejava o quinto aniversário, já sendo

¹⁵⁴ Ver edição de 8 de julho de 1894.

naquele tempo o mais antigo impresso jornalístico em circulação, o decano da imprensa paraibana.

4.4 HOMENS DE IMPRENSA E POLÍTICA

Este tópico objetiva traçar um perfil daqueles que fundaram os jornais analisados nesta tese, pois informações sobre vivências e relações estabelecidas por esses indivíduos, no contexto em que se encontravam inseridos, muito contribuem para se apreender os sentidos e as representações que eram articulados por meio de seus veículos. Não se pretende, obviamente, dimensioná-los como “grandes homens da história”, visão que destoaria da concepção da nova história política.

Trata-se de entendê-los como personagens da imprensa, mas que também circulavam por espaços institucionalizados, ocupando, na maioria das vezes, cargos públicos ou políticos, ou a eles almejando. De tal maneira, são aqui chamados de homens da imprensa e da política, mesmo porque têm-se aí duas instâncias que são inseparáveis.

Por outro lado, o que une os personagens expostos nas linhas a seguir é que antes de tudo são profissionais e sujeitos da imprensa, que nunca abriram mão de suas atividades jornalísticas, mesmo diante das adversidades impostas em seus cotidianos. Quando não podiam mais prosseguir com um certo impresso, outros fundavam, e quando não mais poderiam assim proceder, davam um jeito de se fazer atuantes na imprensa, publicando em outros jornais.

São eles: Eugênio Toscano de Brito, Ireneo Joffily, Francisco Retumba e Manuel da Silva, bem como Arthur Aquiles, que integra a relação dos nomes examinados, sobretudo, pela importância jornalística que teve à época, reconhecida até mesmo pelos seus contemporâneos.

4.4.1 Eugênio Toscano de Brito

Já tinham se passado 38 anos desde a morte de Eugênio Toscano de Brito, ocorrida em 31 de janeiro de 1903, quando, na antiga capital da Paraíba, era inaugurada a Academia Paraibana de Letras (APL). Relevantes nomes que marcaram a história do Estado, em termos de política e intelectualidade, seriam escolhidos para integrar a instituição. Mas, a tarefa não foi tão fácil como se possa imaginar: cada um que defendesse esse ou aquele que deveria ser agraciado com a honraria de compor a galeria dos “grandes vultos do passado paraibano” (Castro, 1955).

Após minucioso trabalho de seleção, como conta Oscar Oliveira Castro (1955),¹⁵⁵ o quadro dos patronos da APL seria preenchido por trinta importantes figuras da terra, dentre as quais aparece Eugênio Toscano de Brito. O ocupante da cadeira número 15 teve como alegação para sua titulação, diante de uma gama de indicações possíveis, a prerrogativa de ter sido considerado um indivíduo culto e de qualificada atuação política (Castro, 1955).

Que Eugênio Toscano de Brito era um homem de imprensa e de política, não restam dúvidas. Ao examinar a trajetória do paraibano, logo se percebe como ele se projeta, e ganha protagonismo, em momentos decisivos da história política estadual, sobretudo na virada do Império para a República. Atuante na imprensa desde os tempos da faculdade, Toscano de Brito e os impressos a ele vinculados tanto promoveram um espaço público para o debate como operaram na articulação de novas tessituras conjunturais.

Aos passos de Toscano de Brito, juntamente à rede de sociabilidade por ele construída ao longo da vida, cabe bem o entendimento de que, no universo do entrecruzamento entre imprensa, política e instituições, muitas vezes os personagens são sempre os mesmos ou, no mínimo, tais instâncias mantêm relações bastante próximas, “pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional” (Martins; De Luca, 2003, p. 8).

Poderia se dizer ainda, pegando carona nas constatações dos historiadores Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003), que a imprensa acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos e à modernização política e cultural de instituições e constituições de governos. Em outras palavras, mas sem perder de vista as considerações dos citados pesquisadores, seria o caminhar simultâneo da sociedade e da palavra impressa, essa agindo e interagindo no delineamento e na configuração de novas realidades sociopolíticas e culturais.

Em suas memórias, Toscano de Brito (1910) relata como a redação da *Gazeta da Parahyba*, jornal fundado por ele em 1888, se constituía em um destino de muitos à procura de notícias, ou de suas confirmações, diante de acontecimentos que marcaram a história do país. Mais que isso, o próprio Toscano de Brito era um articulador nato, que, com a capacidade de mediar conflitos e interesses divergentes, fez de sua redação o *lócus* de importantes iniciativas

¹⁵⁵ A seleção dos patronos da APL fora conduzida por Álvaro de Carvalho, Celso Mariz e Coriolano de Medeiros. Ver: CASTRO, Oscar Oliveira. *Vultos da Paraíba*. João Pessoa. 1955.

e decisões, a exemplo do que ele mesmo conta acerca de como se desenrolaram, na Paraíba, os procedimentos diante da nova ordem política instaurada em 1889.¹⁵⁶

No alvorecer da República, diante de tantas dúvidas e incertezas, foi para as instalações da *Gazeta da Parahyba* que se dirigiram “pessoas comuns” e importantes nomes da política paraibana, figurões representantes dos partidos Liberal e Conservador. Lá, buscou-se, de imediato, a confirmação dos boatos vindos do Rio de Janeiro; depois, naquele lugar das palavras ditas, escritas e impressas, se encaminharam as primeiras providências e disposições em relação ao contexto em nascimento, como visto no capítulo anterior.

Quando se dizia que a Monarquia estava morta, era Toscano de Brito a quem muitos recorriam para saber como proceder naquele momento. Ele mesmo não sabia o que fazer, como confessa em suas reminiscências, mas aconselhava a todos que o consultavam a esperar pelos desdobramentos futuros. A própria ideia de formar a primeira junta governativa republicana na Paraíba surgiu no escritório da *Gazeta*, sendo o proprietário da citada folha indicado para presidir a comissão de organização e, posteriormente, integrar a lista dos nomeados para comandar o estado sob o regime recém-inaugurado, como é abordado com mais detalhes no segundo tópico do quarto capítulo.

Antes mesmo do advento da República, em outro importante marco da história política do Brasil, o processo da abolição da escravidão, estavam lá batendo na porta da *Gazeta* interessados em saber sobre os episódios a essa questão relacionados. Eugênio Toscano de Brito fez de seu veículo um direcionador, um esclarecedor, acerca dos mais recentes debates e fatos em desenvolvimento no país, publicando em seu suporte impresso o que se ia processando na Câmara Federal em termos de projeto que visava o que ele denomina de “aspiração nacional”, em referência à libertação dos escravos. Logo, o escritório da *Gazeta* se tornaria um ambiente frequentado por escravos à procura de suas “cartas de alforria”.

Pode se dizer que Eugênio Toscano de Brito era um apaixonado pela imprensa, haja vista a dedicação empreendida na árdua tarefa de dispor de uma folha diária, com fechamento de expediente às 20h, como se anuncia na própria *Gazeta da Parahyba*. Com uma longa trajetória profissional, parece nunca ter deixado de fazer parte do universo dos órgãos noticiosos, como se um vício fosse. As adversidades e perseguições nunca o impediram de permanecer na lide jornalística.

Para se ter uma ideia, nos últimos tempos que antecederam a República, o gazeteiro sempre se manteve atuante. Em 2 de março de 1886, Eugênio Toscano de Brito assumiria a

¹⁵⁶ Ver segundo tópico do quarto capítulo.

direção daquele que é considerado o primeiro jornal diário a circular na Paraíba, *O Publicador*, que, inaugurado em 1862, pelo tipógrafo José Rodrigues da Costa, se manteve ativo durante 26 anos, embora não mais com periodicidade tão regular, em seus anos finais (Martins, 1978).

Ao ser convidado para colaborar na criação de um novo jornal na capital paraibana, ou melhor, em sua transformação em periódico diário, o *Arauto Parahybano*, Toscano de Brito aproveitou a oportunidade e conseguiu um financiamento que assegurasse os primeiros meses de um órgão próprio, fundando em 1888 a *Gazeta da Parahyba*, cujas atividades seriam encerradas em 1890; em 5 de janeiro de 1892, volta à praça, com *O Parahybano*, que se fazia publicar três vezes por semana: terças, quintas e sábados.

O novo impresso trazia abaixo do título que o define enquanto veículo de imprensa a descrição “Órgão do Povo”. À expressão, soma-se a autodenominação, a partir da publicação de 22 de março: “Diário Político, Literário e Noticioso”. Na edição de número 204, datada de 7 de novembro de 1892,¹⁵⁷ a frase “Órgão do Povo” já não aparece mais.

Agora, a citada folha imprime no cabeçalho, logo abaixo de sua nomenclatura, os nomes daqueles que são tidos como seus principais redatores, Eugênio Toscano de Brito e Arthur Aquiles, condição que faz cogitar serem os jornalistas figuras portadoras de considerável credibilidade. Observa-se que *O Parahybano* era uma espécie de extensão, ou “ressurgimento”, da *Gazeta da Parahyba*, pois nele voltaram a atuar integrantes¹⁵⁸ daquela folha que tivera suas atividades encerradas por pressões políticas, há cerca de dois anos.

Eugênio Toscano de Brito enfrentaria grandes dificuldades para conseguir manter vivo seu novo empreendimento jornalístico, após rompimento com a gestão do governador Álvaro Lopes Machado. O fim da aliança política, consequência da retirada do nome do jornalista da vaga de primeira vice-presidência¹⁵⁹ na chapa de Álvaro Machado, nas eleições de 1892,

¹⁵⁷ Como não tive acesso ao arquivo físico do jornal, apenas ao disponível no acervo da Hemeroteca Nacional, e esse não se encontra completo, não tenho como precisar quando começou a aparecer os nomes dos principais redatores em destaque no periódico. Registra-se que no arquivo digital da Hemeroteca Nacional foram localizados 52 exemplares, de 5 de janeiro a 19 de abril de 1892, sendo o jornal até essa data autoproclamado como “Órgão do Povo”. A primeira página da edição de 7 de novembro, na qual constam os nomes dos jornalistas principais do periódico, foi localizada no livro de Eduardo Martins (1978). Ver: MARTINS, Eduardo, *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*, 1978.

¹⁵⁸ A Toscano de Brito e Arthur Aquiles juntavam-se, mais uma vez, Antônio da Cruz Cordeiro Junior e Antônio Bernardino dos Santos. Além disso, o periódico era impresso na mesma tipografia que antes rodava as páginas da *Gazeta da Parahyba*.

¹⁵⁹ “Em seu lugar, foi apresentado o nome do Monsenhor Walfredo Leal, que, de início, foi indicado para a segunda Vice-presidência, passando João Tavares de Melo Cavalcante a postulante da primeira. Posteriormente, a chapa se definiu com Walfredo para a primeira Vice-presidência e João Tavares de Melo Cavalcante, para a segunda” (Rodrigues, 1989, p. 47). Ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder* (Paraíba 1889/1930). João Pessoa: UFPB, 1989.

culminou, como já referido no capítulo anterior, em um constante embate político, tornando-se a folha uma arena de ataques ao governo.

Segundo conta Eduardo Martins, a muitos causou espanto o rompimento entre Toscano de Brito e Machado, mas logo, na linha do autor, se compreenderia a cisão devido ao fato de que o reconhecido médico e jornalista não aceitava deixar de ser consultado e ouvido por seus correligionários, “nos concertos das coisas públicas da sua terra. E assim, nos primeiros avanços da Paraíba Republicana, castigando com um ridículo formidável, tudo o que na pública administração fosse ou parecesse fora da linha da seriedade” (Martins, 1978, p. 207).

Um dos maiores episódios de intimidação e tentativa de censura sofrida pelo *O Parahybano* foi registrado nas páginas do próprio suporte. Assim se dava a abertura da primeira página da edição de 7 de novembro de 1892: “AO PAÍS – Para o fim de comunicar ao país inteiro e a todos os nossos assinantes o ignóbil atentado que ao nosso direito foi praticado pela política do Estado, reproduzimos abaixo, nas colunas editoriais de nossa folha, o boletim [...] que fizemos distribuir nesta cidade” (*O Parahybano*, 7 de novembro de 1892).

O ocorrido se deu nas instalações da Tipografia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa, onde se imprimia o citado jornal. No relato publicado, consta que, na madrugada do dia 1º de novembro, um grupo tentou invadir o prédio, não obtendo êxito graças a três funcionários que conseguiram impedir a entrada dos invasores. Posteriormente, a proprietária da tipografia, Cacelina Rodrigues da Costa, teria sofrido ameaça verbal de prisão, proferida pelo delegado em exercício, José da Silva Neves Júnior, caso não suspendesse a publicação do jornal de Toscano de Brito.

As criminosas ações, que ganharam visibilidade por meio do citado veículo, tiveram autoria atribuída ao chefe da polícia estadual e ao governador Álvaro Machado. Telegramas vindos do Rio de Janeiro, enviados por representantes da bancada paraibana em solidariedade a Eugênio Toscano de Brito e em repúdio ao ocorrido, também foram publicados nas páginas do *O Parahybano*. O caso repercutiu nos espaços formais da política: na Câmara Federal, por intermédio do deputado Epitácio Pessoa, e no Senado, na voz de Firmino da Silveira, também ganhando eco na imprensa nacional, no *Jornal do Brasil* e *O Paíz* (Martins, 1978).

Cacelina Rodrigues, Toscano de Brito e Arthur Aquiles entraram, segundo conta Eduardo Martins (1978), com pedido formal de *habeas corpus* perante a Justiça, alegando constrangimento ilegal e ameaça de prisão por parte da autoridade policial do estado, como se verifica em mandado declaratório do juiz Honório Horácio de Figueiredo, que despachou, em 7 de novembro, a decisão favoravelmente aos impetrantes. De qualquer maneira, o periódico teve vida curta, findando no mesmo ano em que surgiu, vítima de perseguições políticas.

E, quando se pensava que Toscano de Brito não fazia mais parte da imprensa paraibana, eis que surgem seus artigos, em 1897, na *Gazeta do Commercio*. Imprensa e política nortearam as temáticas que deram o tom de suas produções.¹⁶⁰

Além de pela sua visão política respeitável, Toscano de Brito era reconhecido como um profissional de grande projeção jornalística. Como se sabe, a própria historiografia classifica a *Gazeta da Parahyba* como um periódico moderno para época, seja pelo debate promovido, pautando-se por temas polêmicos, seja pelo avanço técnico, se tornando o primeiro a dispor de serviço telegráfico próprio, o que conferia agilidade a suas publicações.

Toscano de Brito fazia parte do chamado grupo de elite do jornalismo de sua época, que também incluía Arthur Aquiles, Cruz Cordeiro, Francisco Retumba, Rodolfo Galvão, Antônio Bernardinho e Eduardo Araújo (Castro, 1955). Não é à toa que um deputado conservador, ao falar sobre a *Gazeta da Parahyba*, se referia a seus redatores como moços inteligentes.¹⁶¹

Nascido em 10 de abril de 1850, na Cidade da Paraíba, a relação de Toscano de Brito com os meios jornalísticos começaria cedo, perdurando por toda sua existência. Eugênio, nome recebido em homenagem à mãe, Eugênia Accioli Toscano de Brito, talvez tivesse como inspiração para o mundo das letras impressas seu próprio pai, Felizardo Toscano de Brito,¹⁶² um reconhecido nome da política paraibana que também se dedicara às lides da imprensa, tendo fundado alguns jornais: *Argos Paraibano*, folha que existiu de 1850 a 1854; *O Comércio*, datado de 1855; e *O Despertador*, implantado em 1859.¹⁶³

Ainda estudante, no Rio de Janeiro, Toscano de Brito já integrava a revista literária *Ideia*, cuja edição inaugural é datada de julho de 1874 (Martins, 1978). Para além do mérito, o paraibano, formado na Faculdade de Medicina da Corte (1879), aos 29 anos, demonstrou ser um homem que estabeleceu relações sociais importantes, condição que lhe rendeu a ocupação de alguns relevantes cargos públicos.

Formado, Toscano de Brito, que era sócio correspondente da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro¹⁶⁴, retorna à Paraíba. Em sua terra natal, seu tempo não era tomado

¹⁶⁰ A série abordava, principalmente, os primeiros dias da República na Paraíba. Dos 13 textos produzidos por Eugênio Toscano de Brito, 10 foram publicados na referida gazeta, entre 1º de junho e 7 de julho de 1897. Mais tarde, do conjunto de artigos, dois foram reproduzidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

¹⁶¹ Ver tópico sobre o jornal *Gazeta da Parahyba*.

¹⁶² Outro filho de Felizardo, Cleto Toscano de Brito, também se dedicara, ainda jovem, à imprensa. Abolicionista, atuou no jornal *Arauto Parahybano*.

¹⁶³ Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁶⁴ Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

apenas pela imprensa. Não deixou de lado sua formação, dedicando-se à atividade médica, exercendo, entre outras funções, a de vacinador provincial e de diretor do serviço médico da Santa Casa de Misericórdia.

O campo da educação também foi uma área de atuação de Eugênio Toscano de Brito, chegando a lecionar e assumir cargos de direção.

Chegou a ocupar o cargo de diretor da Instrução Pública (1883-1884), estudou no Lyceu Parahybano, onde depois de formado passou a exercer a profissão de professor secundário e galgou o cargo de diretor daquele estabelecimento de ensino. Lecionou trigonometria, pedagogia, geografia, álgebra, biologia, história natural, bem como elementos de ciências físicas e naturais. Eugênio Toscano de Brito, ainda exerceu funções de professor e diretor da Escola Normal da Paraíba (1884), neste último cargo ficou até o ano de 1888, quando veio a ser deposto pelo novo Presidente da Província, o conservador Francisco Pedro Corrêa de Oliveira (Miranda, 2017, p. 1126-1127).

Informações contidas no *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand (2009) revelam uma curiosidade sobre a personalidade de Toscano de Brito como educador, ao ser apontado como um “carrasco da mocidade que não gostava de estudar”, pois era grande o número de reprovações em bancas de exames das quais participava.

Eugênio Toscano de Brito também tinha o nome associado à política partidária, tendo sido eleito deputado provincial (1880), mas já fazia cerca de oito anos que não exercia cargo político quando se deu o advento da República. Isso não quer dizer, como se pode ver até aqui, que não era portador de grande prestígio político, aliás, carregando o sobrenome da figura mais expressiva, em solo paraibano, do partido Liberal, o comendador Felizardo Toscano de Brito.

Em seus escritos, Eduardo Martins (1978) diz que Eugênio Toscano de Brito fora um mau político devido a dois fatores: muita sinceridade para assuntos eleitorais, condição que não contribuía para o angariamento de votos; e difícil submissão a conchavos políticos. Diria que Toscano de Brito teria sido, mesmo não se submetendo a práticas atribuídas ao mundo da política pelo autor, um dos políticos mais bem sucedidos de sua época, na Paraíba.

Como já discorrido, além de destacável participação nas primeiras fases da conjuntura política republicana, no Estado, fazendo parte de juntas governativas e indicando nomes para compor cargos públicos durante a implantação do novo regime, Toscano de Brito foi escolhido para vice-governador na chapa do influente Álvaro Machado, faturando o título se não fosse o

boicote sofrido diante das investidas de antigas desavenças políticas, que, aliás, teriam sido com receio de que obtivesse uma projeção ainda maior, em face do reconhecimento de sua capacidade e prestígio social.

Ao se referir a Toscano de Brito, em *Apanhados históricos* (1994 [1922], p. 177), Celso Mariz o caracteriza como uma pessoa de conduta ética, que buscava, segundo o autor, agir o máximo possível com imparcialidade em sua missão jornalística. Na *Gazeta da Parahyba*, ressalta Mariz, Toscano “bate [em] quem lhe parece errar e honra quem, nesse ou naquele partido, se lhe afigure lutador de predicados e de princípios” (Mariz, [1922], p. 177).

Entretanto, não se deve menosprezar o fato de que fazer jornalismo de forma imparcial é uma tarefa impossível, pois o jornalista não está à margem da sociedade. Eugênio Toscano de Brito era um homem que estava em constante movimentação no meio social no qual se encontrava inserido, construindo redes de amizade e estabelecendo vínculos, ao transitar por diversos espaços, sobretudo o da política e o dos impressos noticiosos.

4.4.2 Arthur Aquiles

Sem dúvidas, todos que fizeram parte da redação da *Gazeta da Parahyba* tiveram suma importância na história da imprensa paraibana, por suas trajetórias profissionais, pela dedicação ao ofício, e mereceriam, portanto, ser aqui referenciados. Mas, devido às escassas fontes, aos propósitos desta tese e ao curto tempo de pesquisa,¹⁶⁵ o que impedira uma apuração mais detalhada sobre cada um deles, ganhará destaque apenas a figura de Arthur Aquiles, por ser considerado, em diversos relatos, como a principal “escola” de jornalismo daquela época.

O reconhecimento do talento jornalístico e intelectual de Arthur Aquiles também se fez valer durante o processo de seleção dos patronos da Academia Paraibana de Letras. Ao jornalista e poeta foi reservada a cadeira número sete. Sobre ele, diz o escritor José Lins do Rego, na apresentação do livro *Vultos da Paraíba* (1955): “jornalista de talento à moda de seu tempo, aquele que Castro Pinto chamou de ‘cotovia da madrugada dos interesses da Paraíba’” (na obra não consta número de páginas), em referência a sua personalidade combativa em prol dos benefícios de sua terra natal.

Como já mencionado, Arthur Aquiles era tido como um dos grandes homens de imprensa de sua época. Eduardo Martins o apresenta como “moço de muito talento e jornalista

¹⁶⁵ As condições contextuais em que a tese ganhava forma foram marcadas por muitos contratemplos em virtude da pandemia que assolou o mundo. O andamento da escrita ficou comprometido em virtude do fechamento de instituições, culminando no atraso na retomada da escrita e, conseqüentemente, na aceleração do trabalho, diante da imposição dos prazos a serem cumpridos.

de mérito real” (Martins, 1978, p. 61). Educado, paciente, afável e possuidor de impressionante beleza física, com face de cor morena, também são características que se mesclam na reconstituição de Arthur Aquiles, a partir de atribuições descritas por Oscar Oliveira Castro (1955).

Sobre a personalidade do jornalista, é definido, na historiografia, como uma pessoa corajosa, que não temia as lutas que surgiam a sua frente, tendo sido, nas palavras de Oscar Oliveira Castro (1955), um dos mais vigorosos espíritos que a Paraíba já possuiu.

Natural do município de Pedras de Fogo, onde nasceu em 20 de junho de 1864, Aquiles faleceu em novembro de 1916, em Recife, aos 50 anos de idade. Nove anos antes da morte, deixara um tipo de “testemunho público”, no qual pede à família que não tenha, chegada a hora, grandes despesas com seu enterro (acredito, pelo teor do conteúdo, por não disporem os parentes de grandes economias), nem que se prive da vida em prolongado luto após sua ida. Também diz ter lido muitos livros e ter realizado alguns estudos filosóficos, o que justificaria seu alto grau de inteligência e conhecimento. Deixaria marcada ainda sua condição modesta, sua generosidade e religiosidade.¹⁶⁶ Sobre todos os atos públicos praticados, afirma que tiveram como objetivo ser útil aos outros, principalmente à Paraíba.¹⁶⁷

Teria Arthur Aquiles a pretensão de seguir carreira jurídica. Mas, depois de concluir o Curso de Humanidades no Liceu Paraibano, se rendera exclusivamente ao mundo da imprensa.¹⁶⁸ Segundo informa o *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand (2009), Aquiles iniciou na profissão ao lado do pai, Antônio Bernardino dos Santos. Assim como Toscano de Brito, com quem compartilhou experiências na lide de imprensa, sempre juntos em diferentes empreendimentos jornalísticos, Arthur Aquiles era um apaixonado pela carreira de jornalista, tendo vivenciado nas redações os dias mais gloriosos e amargos de sua existência (Castro, 1955).

Além da *Gazeta da Parahyba*¹⁶⁹ e *O Parahybano*, veículos nos quais desempenhou grande atuação ao lado de Eugênio Toscano de Brito, Arthur Aquiles dirigiu os jornais *A Voz*

¹⁶⁶ Arthur Aquiles foi acusado de anticlerical pelo jornal católico *A Imprensa* (1987-1903), devido às críticas que direcionava à igreja. Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁶⁷ Ver: CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

¹⁶⁸ Ver biografia de Arthur Aquiles em site da Academia Paraibana de Letras (<http://novo.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/148-arthur-achiles>). Acesso em 05/20/2021.

¹⁶⁹ Autor das crônicas publicadas na coluna “Notas da Semana”, que, publicada às terças-feiras, fazia referência aos acontecimentos da semana anterior.

do Povo,¹⁷⁰ *O Combate* (1903-1904) e *O Commercio* (1906 e 1907),¹⁷¹ Todos esses periódicos sofreram empastelamento, em 1904, como tentativa de anular, por parte do governo estadual, o espírito crítico e destemido do jornalista. Todo o maquinário de impressão fora destruído, como também a mobília e o arquivo.

Dois anos depois, *O Commercio* ressurgiria, não mais como propriedade de uma sociedade anônima, descrição que constava em sua página quando criado, embora ainda estampasse a denominação de órgão das classes conservadoras. Agora, aparecia no cabeçalho da folha o nome de Arthur Aquiles como diretor responsável.¹⁷²

Por meio do jornal *O Commercio*, por exemplo, Arthur Aquiles se posicionava criticamente, mesmo antes de assumir a edição do periódico, à gestão governamental de José Peregrino de Araújo (1900-1904), tendo, por tal motivo, sofrido o veículo constantes perseguições até o definitivo fechamento de sua redação.

Aquiles também foi possuidor de uma vasta produção literária, mas o anonimato e o uso de pseudônimos dificultam a identificação de suas obras, como é enfatizado no *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand (2009).

Leitor voraz, chegou a ocupar o cargo de diretor do Arquivo Público, empreendendo-se em sua organização. De acordo com o histórico do jornalista na página da Academia Paraibana de Letras,¹⁷³ Aquiles se viu obrigado a aceitar o emprego público por razões financeiras (por falta de verbas, não dispunha mais de seu periódico *O Commercio*), mas nele permanecendo por pouco tempo, devido a razões relacionadas à saúde.

O jornalismo corria no sangue da família Santos. Além do pai, o filho de Arthur Aquiles, Antônio Bernardino dos Santos, também teve participação na imprensa paraibana. Como tradição, Antônio Bernardino, formado pela Faculdade de Direito de Recife, iniciou na imprensa ao lado de Aquiles, da mesma forma que ele teve o pai ao seu lado ao dar os passos

¹⁷⁰ Tal jornal teria servido de tribuna para Aquiles de 1889 até o primeiro decênio do século XX. Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁷¹ De acordo com índice do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o referido jornal circula de 1900 a 1907, sendo Aquiles diretor responsável do veículo no ano de 1906 e 1907. Edições dos referidos anos também constam no site *Jornais e folhetins literários da Paraíba do século 19*.

¹⁷² Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁷³ Ver biografia de Arthur Aquiles em site da Academia Paraibana de Letras (<http://novo.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/148-arthur-achiles>). Acesso em 05/20/2021.

inaugurais na carreira de publicista, como se dizia na época. Foi no jornal *O Comércio* que o filho de Arthur Aquiles publicou seus primeiros poemas.¹⁷⁴

Além da conduta aguerrida, característica apontada por diferentes historiadores que se referem ao paraibano, Arthur Aquiles deve ser lembrado também (e, nesse ponto, concordo com Otaniel Machado da Silva, que traça um perfil de Aquiles em sua tese de doutorado (2018)) pela importância que teve para o desenvolvimento do próprio jornalismo paraibano, tonando-se referência, “escola”, para os jovens que nesse meio ingressavam.

Não é à toa que Alcides Bezerra (1922 [1920]), pioneiro nos estudos sobre imprensa na Paraíba, diz que Aquiles fazia do jornal *O Commercio* “uma tenda de combate”, juntando-se ao veterano homem de imprensa, que já tinha passado por diversos veículos, os moços intelectuais de seu tempo, ou seja, a nova safra de jornalistas. Assim, escreveu um dos jornalistas que com ele conviveu e, de certo, guardou muito aprendizado, diante da admiração que revela em sua fala:

E *O Comércio* foi para ele [Aquiles] o seu livro precioso, onde se encontra tudo que há de compatível com o seu talento. Consultem as coleções de *O Comércio*, leiam os seus artigos ora doutrinários, ora de crítica, ora batendo-se por uma ideia beneficiando o comércio ou a sociedade. Leiam a sua cotidiana seção Subtis sob a assinatura Rostan, na qual comentava o fato do dia com o máximo critério e lógica admirável (Medeiros, 1948, p. 81).

Arthur Aquiles, ou Arthur Achilles, como é também citado na historiografia, teria militado na imprensa até 1914, dois anos antes de sua morte. Ele ainda integra a lista de fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, criado em 1905.

4.4.3 Francisco Retumba

Filho de engenheiro português, Francisco Soares Retumba Filho seguiria os passos do pai na escolha da carreira profissional. Nascido na capital paraibana, em 8 de agosto de 1856, mudou-se, ainda jovem, para a França, de onde voltaria diplomado em Engenharia de Minas.¹⁷⁵

Chegando à Paraíba, seria convidado pelo governo provincial a realizar um estudo acerca dos potenciais recursos econômicos locais, trabalho que lhe proporcionaria conhecer

¹⁷⁴ Ver biografia de Antônio Bernardino dos Santos em: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁷⁵ Sobre a formação de Retumba, ver questionamento apontado em: JOFFILY, José. *Entre a Monarquia e a República – Ideias e lutas de Irineo Joffily*. Cosmos, Rio de Janeiro, 1982.

diferentes lugares do território paraibano. Como conclusão, exposta em relatório apresentado em agosto de 1861, o estudioso argumentou que o principal entrave para o progresso econômico da Paraíba era fruto da falta de meios de comunicação entre as cidades interioranas, condição, segundo ele, que emperrava a exportação dos gêneros agrícolas.¹⁷⁶

Anos mais tarde, Francisco Retumba seria atraído pelo universo da imprensa. A aliança com o advogado Irineo Joffily aconteceria na década de 1880. Juntos, fundaram a *Gazeta do Sertão*, um veículo que defendia a bandeira republicana, tendo sido, porém, empastelado, em 1891, durante a gestão do primeiro representante do regime político inaugurado havia menos de dois anos.

Retumba fazia parte de um grupo renomado de jornalistas paraibanos (Castro, 1955). Morreu aos 34 anos de idade, em Recife, não se sabe de que maneira, dado o mistério que cerca o fato. Em edição de 12 de dezembro de 1890, a capa da *Gazeta do Sertão* é dedicada ao seu fundador cujo falecimento já tinha se dado há uma semana. “A morte ceifou a vida de um paraibano de admirável talento, e que na idade de 34 revelou talvez a mais potente mentalidade entre os que ocupam o primeiro plano nas letras deste estado” (*Gazeta do Sertão*, 12 de dezembro de 1890).

Sobre Francisco Retumba, que segue sendo homenageado no texto que transmite a notícia de sua morte, relata a *Gazeta* que fora um patriota, um adepto fervoroso da República e que se interessava por toda ideia de progresso de sua terra. Diz ainda que o engenheiro chegara em 1886 em Campina Grande e, ao saber da tipografia que lá se pretendia implantar para a criação da referida folha, “associou-se imediatamente a ela”.

Revela a *Gazeta* que Francisco Retumba teria ficado à frente da direção do veículo até o final do ano de 1889. Em verificação aos exemplares do periódico, constatou-se que, a partir da edição de 30 de maio de 1890, o nome do jornalista já não figurava mais como um dos diretores da *Gazeta do Sertão*, porém é mencionado até o último exemplar da folha como um de seus fundadores. Também consta na referida publicação que sua saída do suporte se deu em virtude de mudança para a Capital, visando assumir o cargo de engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde D’Eu.

Ainda em homenagem póstuma àquele que foi um de seus fundadores, a *Gazeta do Sertão* reconhece a importância de Francisco Retumba para o progresso do estado, ao se referir ao relatório por ele produzido como o melhor documento que se possui acerca das riquezas do solo paraibano e sobre produtos vegetais até então desconhecidos. “Estudando ao mesmo tempo

¹⁷⁶ Sob o título “Memória sobre os Melhoramentos de que Precisa a Província da Paraíba”, o estudo foi publicado em 1914, na Revista do IHGP, vol. IV.

as nossas indústrias agrícola e pastoril, traçou com melhores dados as linhas de fácil comunicação de que precisava a Paraíba para sua prosperidade” (*Gazeta do Sertão*, 12 de dezembro de 1890).

4.4.4 Irineo Joffily

Irineo Ceciliano Pereira Joffily não se dedicava apenas à imprensa, era um pesquisador, um estudioso da História e Geografia da Paraíba, tendo sido considerado, nas palavras de Oscar Oliveira Castro (1955), o maior colaborador, de todos os paraibanos, em termos de tais matérias.

O interesse de Joffily pelo mundo da imprensa fora despertado ainda nos tempos da faculdade, quando fundou, em 1866, o jornal estudantil *Acadêmico Paraibano*. Naquela época, como consta no *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand (2009), já faziam parte de sua pauta problemáticas relacionadas a sua terra natal.

Nascido no Povoado de Pocinhos,¹⁷⁷ mais precisamente na Fazenda Lajedo, em 15 de dezembro de 1843, o paraibano provinha de família abastada, privilégio que lhe possibilitaria se dedicar à pesquisa, viajando e conhecendo diferentes lugares. Tinha grande interesse pelo sertão paraibano, paisagem de sua infância que seria resgatada mais tarde nas crônicas produzidas para os jornais.¹⁷⁸

A vida estudantil de Joffily se efetivou em Recife. Lá, fez os estudos secundários e formou-se em Direito, em 1866, voltando, em seguida, para a Paraíba, onde iniciaria, no ano seguinte, a vida pública como promotor de justiça. Primeiro, atuou na cidade de São João do Cariri, depois, em Campina Grande (Castro, 1955). No campo da política, elegeu-se vereador de Campina Grande e deputado provincial.¹⁷⁹ Em 1889, foi conduzido à Assembleia Geral, última legislatura da era monárquica (Castro, 1955).

Irineo Joffily foi pioneiro na divulgação dos aspectos topográficos da Paraíba. Enquanto deputado, excursionou província afora, percorrendo grande parte do território paraibano. Munido pela vontade de obter informações sobre as peculiaridades locais, ele realizou um

¹⁷⁷ Território pertencente à antiga freguesia de Campina Grande.

¹⁷⁸ Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁷⁹ Informações contidas na minibiografia de Irineo Joffily, publicada no site da Academia Paraibana de Letras (<http://novo.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/148-arthur-achiles>). Acesso em 08/10/2021.

levantamento acerca dos diferentes aspectos da realidade social. O intuito era divulgar as descobertas para que seus conterrâneos conhecessem melhor o lugar onde viviam.

O material coletado por Joffily durante suas pesquisas também aparece no jornal por ele fundado em 1888, “*Gazeta do Sertão: órgão democrático*”, em parceria com Francisco Soares da Silva Retumba. Como já se sabe, a dupla foi responsável pela instalação da primeira tipografia em Campina Grande. Como outros jornalistas de sua época, lançou mão de um pseudônimo. O seu era “Índio do Cariry”.

Sobre si, conta Irineo Joffily, em carta de apresentação à candidatura de senador nas eleições de 1890, publicada em 15 de agosto na *Gazeta do Sertão*: “sempre fui democrata, sou republicano, quero governo do povo pelo povo”. Ainda na missiva aberta aos eleitores paraibanos, faz críticas ao governo federal: “não gozamos ainda dos benefícios de um governo republicano; e por isto os erros da ditadura, que pesa sobre o país, não podem ser lançados em conta da República” (*Gazeta do Sertão*, 15 de agosto de 1890). Passado o pleito, e após um período de silêncio, como mesmo diz, Joffily voltaria a atuar na *Gazeta*, em dezembro de 1890.

As constantes ameaças e pressões sofridas pelo citado jornal fizeram com que as atividades jornalísticas de Joffily fossem encerradas em 1891. Mas, isso não quer dizer que ele tenha deixado de se pautar por temáticas relacionadas ao estado que tanto buscava enaltecer. Após o fechamento da redação da *Gazeta do Sertão*, Joffily partiu para o Rio de Janeiro. Logo, escritos acerca da Paraíba, sob sua autoria, apareceriam nas páginas do *Jornal do Comércio*.¹⁸⁰ O sucesso dos escritos entre o público fluminense fez com que Joffily reunisse todo o material sobre seu estado natal em volume único e o lançasse em forma de livro em 1892, denominando-o *Notas Sobre a Parahyba*.¹⁸¹

Irineo, que adotou o sobrenome Joffily, faleceu em fevereiro de 1902, na cidade onde por muito tempo imprimiu suas impressões sobre a Paraíba nas páginas da *Gazeta do Sertão*: Campina Grande. Sua contribuição para o Estado foi reconhecida em 1941, ao ser eleito para a cadeira número 18 da Academia Paraibana de Letras, sendo, assim, chancelado como um dos grandes nomes do território paraibano.

4.4.5 Manuel da Silva

¹⁸⁰ Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa. 2009, p. 37-38.

Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 20/02/2019.

¹⁸¹ Composta por 20 capítulos, a obra trata, dentre outras temas, sobre agricultura, seca, indústria, flora e fauna.

Em 9 de outubro de 1890, os assinantes da *Verdade* não receberiam a edição do dia. Uma triste ocorrência seria o motivo da suspensão das atividades naquela remota quinta-feira: morreria, na madrugada, o responsável pela existência do jornal que há um ano se fazia circular e ser lido em Areia e na Paraíba. Nos exemplares publicados em 14 de outubro, os redatores pediam ao público desculpas pela interrupção da distribuição da folha na mencionada data, que se dava à época já três vezes por semana.

Tratava-se de Manuel da Silva, que recebeu, nas páginas do suporte que fundara em 1888, uma homenagem póstuma dos colegas de trabalho. A capa da edição do periódico de 11 de outubro do citado ano foi dedicada a ele: o espaço foi centralmente tomado por uma imagem que simboliza a morte, a vida e sua breve duração (uma composição de flores, ampulheta e caveira)¹⁸², com os dizeres, dispostos uma linha abaixo da outra, “IN MEMORIAM ao benemérito cidadão MANUEL DA SILVA ilustre fundador desta folha”, mencionando-se, em seguida, sua data de nascimento e morte.

O jornalista teve uma vida relativamente curta, como outros homens de imprensa de sua época, que faleceram, em média, depois de um pouco mais dos 50 anos de idade. Manuel da Silva somou a meio século de sua passagem pela terra mais três anos. Nas páginas da *Verdade*, a figura do citado jornalista ganhou uma dimensão heroica. Sensível à recente perda, era normal que a redação do impresso buscasse colocá-lo em patamar elevado, sendo a ele atribuídos predicados que o dimensionavam como indivíduo de “inteligência superior e bem orientada, espírito dotado de máscula energia, alma inclinada a todas as ações de altruísmo” (*Verdade*, 11 de outubro de 1890).

“Em matéria de religião e filosofia era convicto sectário do espiritismo”, mais uma característica da persona de Manuel da Silva era exposta na edição da *Verdade*, publicada em sua homenagem. E, como adepto da referida corrente religiosa, verifica-se que ele reservou espaço, no seu impresso jornalístico, para informar aos leitores sobre o tema. A veiculação se deu por meio da seção “Instrução Popular”, sob o título “Noções elementares de espiritismo por Allan-Kardec”. Temáticas outras também frequentavam a seção, tais como: noções de mitologia, de ciência e de agricultura.

Informações sobre Manuel da Silva não são encontradas facilmente, sendo algumas delas possíveis graças ao próprio jornal, outras devido a relatos produzidos por pessoas como Francisco Xavier Júnior, pedagogo e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico

¹⁸² O símbolo seria influência do Barroco. As expressões latinas *Carpe diem* e *Memento mori* são representativas do citado movimento artístico e literário, cujos significados fazem lembrar que a vida é mortal e que é preciso aproveitá-la.

Paraibano, e que mais tarde assumiria a direção do jornal *Verdade*; e Domingos de Azevedo Ribeiro, músico e escritor de origem paraibana.

Já fazia 20 anos da morte de Manuel da Silva, quando, em 1910, na Revista do IHGP, publica-se o artigo “Uma reivindicação: 3 de maio de 1888”, no qual o autor, Xavier Júnior, reforçaria a imagem que a *Verdade* fez de Manuel da Silva, após a sua morte. No texto, ele é descrito como “um lutador tenaz e destemido, que teve a virtude de sustentar uma campanha franca contra os preconceitos da sociedade. [...] bateu-se denodadamente pela reabilitação civil de uma raça e pela liberdade política do país” (Xavier Junior, 1910, p. 250).

É na iniciativa, na força de vontade e no senso de justiça do farmacêutico e jornalista que a propaganda abolicionista ganha impulso no município, relata Xavier Júnior (1910). Com isso, o autor faz questão de entrelaçar a trajetória de Manuel da Silva à própria história de Areia, onde nasceu, em 25 de setembro de 1837, e viveu, praticamente, durante toda a vida.

O feito de 3 de maio de 1888 faz com que Areia ganhe visibilidade na Paraíba. A data representa o pioneirismo da província em matéria de libertação dos escravos, fazendo com que a Lei Áurea¹⁸³ lá chegasse com dez dias de atraso. Como ressalta Xavier Júnior, o marco se deve, sobretudo, à dinâmica promovida pela Emancipadora Areiense, cuja fundação, datada de 1873, tinha sido obra de cidadãos como Manuel da Silva, que era seu diretor.

Tratava-se da primeira associação do tipo em terras paraibanas. Outra seria inaugurada apenas em 1873, a Emancipadora Parahybana, situada na capital; e 12 anos depois surgiria mais uma, a Emancipadora 25 de Março, originária da cidade de Mamanguape.¹⁸⁴ Segundo pesquisa desenvolvida por Silva e Rocha (2013), o êxito da associação dirigida por Manuel da Silva foi bastante reduzido no decorrer da década de 1870, o que o teria levado a reorganizá-la em 16 de março de 1883.

“A memória do farmacêutico Manuel da Silva deve ser referenciada como a dos mais esforçados abolicionistas”, frisa Xavier Junior (1910, p. 251). Conta ainda o autor que, durante as festas em comemoração à libertação dos escravos em Areia, estendidas por três dias, o nome de Manuel fora “delirantemente aclamado até pelos próprios escravistas da véspera, empolgados pelo entusiasmo que reinava em todos os corações” (Xavier Junior, 1910, p. 251).

¹⁸³ Lei de nº 3.353, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

¹⁸⁴ Ressalta-se que com a subida dos liberais ao poder, a partir de 1878, tem-se uma nova conjuntura política, favorável ao Movimento Abolicionista. “De 1878 até 1885, foram criadas 87 associações em todo o Império, e o abolicionismo se expandiu e se nacionalizou” (Silva, Rocha, 2013, p. 4). Ver: SILVA, Lucian Sousa da; ROCHA, Solange Pereira. *Ideias e discursos abolicionistas na Parahyba do Norte*. 2013.

Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_4963b2ba708863172a5069566d1cd841.pdf Acesso em: 9/10/2021.

Além de Manuel da Silva, ressalta-se, na trilha do pesquisador Lucian Sousa da Silva, outro importante nome de destacável desempenho no processo de emancipação escravista no município de Areia: Coelho Lisboa, bacharel em direito. Segundo o historiador, ambos teriam contribuído, por meio da Emancipadora Areiense, de diversas formas, algumas até radicais, com a causa abolicionista, tais como: arrecadando fundos para a compra de cartas de alforria, por meio da promoção de eventos; escondendo fugitivos; e estimulando fugas.¹⁸⁵

Nas palavras de Domingos de Azevedo Ribeiro, o fundador e diretor da *Verdade* soube empregar, como nenhum outro, uma “revolução” à causa libertária, por meio da escrita e da ação, tornando sua cidade um reduto de luta emancipadora.¹⁸⁶ No texto em homenagem a Manuel da Silva, publicado em virtude de sua morte na edição da *Verdade* de 11 de outubro de 1890, consta que teria tal veículo servido para ele de “clava para esmagar a cabeça da escravidão neste município [Areia], e de órgão para a propaganda republicana de que era fervoroso adepto”.

Que Manuel da Silva era um defensor da liberdade dos escravos e da República, não restam dúvidas. Os escritos publicados em seu jornal comprovam isso. O fundador da *Verdade*, jornal que nasceu sob a inscrição de órgão abolicionista e noticioso, sabia que a promoção de uma folha abolicionista não agradaria a todos, e reconhece isso logo na edição de número dois do impresso: “A ideia de sustentar aqui um periódico francamente abolicionista ainda desagrada a muitos” (*Verdade*, 5 de abril de 1888). Por outro lado, alguns, de certo, se agradariam com a chegada daquele veículo no meio jornalístico.

A prática de conferir visibilidade às iniciativas empreendidas em prol da emancipação dos escravizados já se fazia presente desde o nascer do jornal. Duas notas sobre o assunto aparecem nos exemplares de 5 de abril de 1888. Com os tópicos “Renunciou” e “Libertações”, o periódico parabenizava dois casos de libertação do trabalho escravo, ocorridos em cidades circunvizinhas a Areia.

Na edição seguinte, a folha deixa claro o papel social que abraçou: “Como abolicionistas decididos só julgaremos terminada nossa missão quando forem definitivamente demolidos os últimos redutos do escravagismo em nossa Província” (*Verdade*, 11 de abril de 1888). Na publicação de 16 de maio, a primeira após a proclamação da Lei Áurea, a página inicial do periódico aparece estampada com o título “Salve Brasil livre”.

¹⁸⁵ Ver entrevista do pesquisador para o portal de notícias g1/paraiba. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/cidade-da-paraiba-aboliu-escravidao-antes-da-lei-aurea-em-1888-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 9/9/2021.

¹⁸⁶ Disponível em: <http://camaraareia.pb.gov.br/a-camara/quem-foi-manoel-da-silva/>. Acesso em: 9/01/2022.

Entretanto, certamente, Manuel e sua equipe tinham consciência de que a luta não acabaria ali, deixando entender que o papel da *Verdade* na defesa da justiça social não tinha chegado ao fim. E, na mesma edição em que se comemorou a libertação dos escravizados, trouxe o veículo, na segunda página, o artigo intitulado “Abolição”, no qual enfatiza: “A abolição, em nosso rude modo de entender, não se limita à extensão da escravidão: compreende a reforma dos costumes, a supressão dos abusos, tolerados na sociedade pelas prejudiciais conveniências políticas” (*Verdade*, 16 de maio de 1888).

Vivera Manuel menos de um ano após a instauração do regime político que apregoava nas páginas do impresso que fundara. Em defesa do sistema republicano, que se instalou em terras brasileiras e paraibanas em 1889, dizia o jornalista, meses antes de sua proclamação: “É urgente a mudança de forma de governo em nosso país. É necessário que a monarquia desapareça e que a República surja brilhante com o seu cortejo de reformas liberais palpitantes” (*Verdade*, 4 de abril de 1889).

Após formação no curso de Farmácia pela Faculdade da Bahia, em 1862, Manuel da Silva logo retornaria à terra natal. Dedicou-se à profissão na qual se diplomara por 14 anos, exercendo-a até 1876. Mais do que um homem de seu tempo histórico, Manuel era um homem sensível às questões que eclodiam no seu presente. Preocupado com o outro, lutou por meio da ação direta, ao fundar associações em prol do movimento abolicionista. O embate também se deu por meio das palavras, ao colocar seu impresso a serviço das causas que acreditava, e, com isso, fez da *Verdade* uma folha que privilegiou dois grandes temas: abolição e República.

As informações sobre Manuel da Silva foram coletadas a partir de relatos de pessoas ao jornalista ligadas e que por ele tinham grande afeição, e por isso, não há de se estranhar que o descrevessem com positividade exacerbada, apontando-o como cidadão exemplar e defensor dos direitos coletivos. Certamente, ele não agia com imparcialidade no que fazia como agente de imprensa, mesmo porque isso não seria possível, uma vez que a neutralidade é algo inexistente em qualquer que seja a atividade social. Sem dúvidas, tinha suas convicções e seus interesses políticos, mesmo que não fossem diretamente partidários. De qualquer maneira, ao emergir um novo contexto, que tanto desejava e defendia na *Verdade*, o republicano logo foi nomeado delegado de polícia de Areia, o que demonstra que mantinha uma rede de relações com aqueles que compunham a ordem recém-implantada, o que, porém, não o impede de militar de forma crítica em relação ao cenário político nascedouro.

5 IMPRENSA EM AÇÃO: SENTIDOS E CONFIGURAÇÕES DE REPÚBLICA E CIDADANIA NO ALVORECER DE UM NOVO REGIME POLÍTICO

Tomando como referência o corpus documental analisado, este capítulo priorizou as inserções mais recorrentes em termos de República e das discussões a ela associadas, sobretudo em relação ao que se defendia como direitos ou prerrogativas essenciais na gênese do regime instaurado em 1889.

Independentemente das particularidades e dos enfoques conferidos, os órgãos de imprensa em questão abrigavam em suas pautas a defesa do regime republicano. Seja por meio de escritos próprios, seja pelos transcritos de outros veículos, seja por intermédio dos “A pedidos”,¹⁸⁷ fazia-se ecoar pelo estado, e fora dele, a noção de que a República seria a única via para o tão propagado progresso, ou seja, acreditava-se que apenas sob bases republicanas o país encontraria o caminho para o crescimento e dinamismo econômico. Frisa-se que os vocábulos civilização e progresso marcariam os discursos políticos no Brasil a partir de 1870 (Janotti, 1998), sendo, sobretudo, invocados durante os debates levantados pelos constituintes.¹⁸⁸

A República também trafegava nas páginas dos periódicos verbalmente arquitetada e atrelada a um ideal que refletia a configuração de um ambiente mais compromissado com o que se entendia como ações democráticas, justas, equilibradas e promovedoras do bem-estar social. Tal posicionamento unia os impressos em torno da concepção de que o sistema político deposto era incompatível com o desenvolvimento do Brasil.

Por outro lado, a diferença entre os jornais se dava pelo modo como abordavam algumas mudanças verificadas na estruturação da nova política, como a separação entre Igreja e Estado e, por conseguinte, a instituição do casamento civil.¹⁸⁹ Enquanto a *Gazeta da Parahyba*¹⁹⁰ e a *Verdade*¹⁹¹ tratavam a questão como positiva, vislumbrando a ampliação das liberdades religiosa e de expressão, a *Gazeta do Sertão*, declaradamente órgão católico, não comungava com a condição imposta pelo nascente contexto, afirmando não ser possível uma República sem Deus.¹⁹²

¹⁸⁷ Espaço no jornal destinado a publicações pagas, de não responsabilidade do jornal.

¹⁸⁸ Ver terceiro tópico do segundo capítulo.

¹⁸⁹ O decreto de número 119-A, que proibia a intervenção federal e dos Estados federados em matéria religiosa, foi promulgado em 7 de janeiro de 1890, sendo composto por sete artigos. Já em 24 de janeiro de 1890, seria publicado o decreto de nº 181, que instituiu o casamento civil no Brasil.

¹⁹⁰ Ver edição de 3 de maio de 1890, seção “Correspondência”.

¹⁹¹ Em editorial publicado em janeiro de 1890, sob a denominação “Igreja livre no Estado livre”, dizia a *Verdade*: “medida a mais consentânea com o espírito da democracia, à qual repugna tudo quanto se opõe ao princípio de liberdade que ela garante em toda a sua plenitude (*Verdade*, 13 de janeiro de 1889).

¹⁹² Ver edição da *Gazeta do Sertão* de 24 de abril de 1890.

Tais peculiaridades revelam uma heterogeneidade entre as fontes selecionadas, dado o entendimento de cada impresso acerca da República, uma vez que a edificação do novo sistema era fundamentada, por um lado, na laicidade e, por outro, atrelada à religião. Contudo, o antagonismo ganhava traços de convergências diante da concepção que propagava a constituição de um regime cujas diretrizes e práticas políticas deveriam estar na contramão daquelas seguidas pela Monarquia. Ou melhor, os jornais buscavam compartilhar com seus leitores expectativas de República voltadas para um futuro transformador.

Progresso, liberdade, democracia e patriotismo foram os principais vocábulos utilizados, à época, para preencher as narrativas jornalísticas empreendidas pelos redatores, movimentando, assim, os escritos que narravam os novos tempos. Eram expressões que há muito se faziam presentes na imprensa do século XIX, mas que, naquele momento, se impuseram como fundamentais no estabelecimento do diálogo com o pretense novo modo de se fazer política.

Os termos eram alocados em contraposição ao regime monárquico, no qual reinava, como apontavam os jornais analisados, a prevalência dos interesses particulares em detrimento do bem geral. Comungada e incitada por jornalistas, uma cultura política republicana começaria a ganhar forma com o uso de palavras que procuravam deixar de vez o passado no seu lugar de já finalizado para se voltar para o futuro, conferindo, assim, ênfase a uma perspectiva de progresso.

Junto aos vocábulos que traduziam uma visão otimista quanto ao porvir, eram sinalizadas direções para que tal cenário fosse possível de ser concretizado, tais como: contenção de gastos, extinção de cargos considerados desnecessários e priorização do mérito, dentre outras medidas cujas luzes foram lançadas em benefício do desenvolvimento da Paraíba no novo regime político.

Um dever de cidadania iria sendo propagado, mobilizado e posto em prática pelos próprios jornais. A imprensa, mais do que qualquer outro sujeito, tomava para si esse dever, ao se colocar como ente participante e ativo no processo de construção do que se conjecturava ser uma nova era. Sem dúvidas, os meios e, no caso em questão, os jornais, ao nomear e classificar as ocorrências que eclodem na atmosfera social, operam de modo a buscar não apenas chamar a atenção de seus leitores, mas comovê-los, impulsioná-los à ação e imputar-lhes perspectivas sobre o futuro (Charaudeau, 2012).

A concepção de patriotismo ultrapassava a esfera dos que habitavam um dado território, para tomar ares de um ideal de cidadão republicano. O substantivo nada mais tinha a ver com o patriota tomado como sedicioso na eminência das revoltas eclodidas nos primeiros anos do

Oitocentos. O termo pode ser lido como um dever de cidadão, e estava relacionado àquele que se propunha a contribuir de alguma forma para a consolidação da ordem vigente.

Se nos anos que seguiram a Independência e adentraram o período regencial já se via uma prática de cidadania, como afirma Gladys Sabina Ribeiro (2011), exercida de forma ampla, reivindicadora de direitos, inclusive de liberdade de imprensa e opinião, no nascedouro da República, observa-se uma cidadania exercida de maneira mais participativa, momento em que predominava uma vontade de querer e buscar fazer parte do universo público, sendo os jornais utilizados para esse fim.

A julgar pelo fato de que a *Gazeta da Parahyba* instruía os cidadãos a sintetizarem as ideias transpostas em correspondências destinadas ao governador, caracterizadas como “longas, difusas e ingestas”, pressupõe-se que o impresso recebia uma demanda considerável de “A pedidos” cujos conteúdos versavam sobre a coisa pública.¹⁹³ Tem-se, assim, elementos para se confirmar que havia uma vontade de participação por parte das pessoas na vida pública, como também para se deduzir que o jornal era tido como um espaço não institucional de reivindicação e cobranças, ou que ao menos era visto como um meio mais fácil para se fazer ouvir.

Ser cidadão republicando, portanto, significava estar a postos, na trilha dos jornais, a cooperar para que o regime implantado em 1889 obtivesse êxito, mesmo que para isso fosse necessário admitir, por um certo espaço de tempo, um período mais duro, sob o manto ditatorial. Transmitia-se, nessa linha, a ideia de que era preciso percorrer certos trajetos, e evitar outros, para tal propósito.

De modo geral, a imprensa paraibana que apregoava ter sido fundada e permanecida independente no decorrer de sua trajetória, pelo menos não dispendo de financiamentos públicos, tratou de se posicionar perante o poder instituído e a sociedade sobre o que esperava do regime em formação. A consciência do que seria o dever do governo, suas obrigações, não era algo inédito, mas, agora, a imprensa, e muitos de seus leitores, tomava para si a responsabilidade de também atuar no processo de reorganização do Estado, visando, inclusive, o atendimento de antigas demandas sociais.

As palavras postas em movimentação se tornavam ferramentas de poder dos veículos, que, investidos de um dever de cidadania, cobravam, criticavam e sugeriam alternativas, almejando, com essa postura, o nascimento de um novo Brasil. E, nesse cenário que ia sendo

¹⁹³ Sob o título “Conselho útil”, dizia o texto: “As pessoas que escrevem requerimentos ou cartas ao governador do Estado, ao passo que amparariam muito melhor as suas pretensões, resumindo o mais possível os seus dizeres e expressando os seus pensamentos ou desejos no menos número de frases que poderem” (*Gazeta da Parahyba*, de 3 de abril de 1890).

pincelado, os impressos noticiosos atribuíam a si um papel de relevância, imputando à atividade jornalística uma condição *sine qua non* na sociedade, defendendo, sobretudo, a liberdade de imprensa. Todas as dimensões até aqui apresentadas serão trabalhadas e melhor detalhadas nos tópicos a seguir.

5.1 REPÚBLICA: “APLAUDIR A MUDANÇA, QUE NOS ABRE PERSPECTIVAS NOVAS”

Historiadores como Gomes (2002), Lessa (1999), Resende (2003), só para citar alguns, demonstraram que a República brasileira daria seus primeiros passos mergulhada em uma atmosfera política confusa, divergente e incerta. E, nesse percurso de configuração e institucionalização do regime republicano, a imprensa favorável ao novo sistema tornou-se um instrumento fundamental na legitimação da ordem política que se instalara há mais de 130 anos no país.¹⁹⁴

Ao trazerem para perto de suas audiências as ocorrências que se verificavam na Capital federal, os jornais em destaque atuaram, como já relatado em outras passagens, de forma a contribuir para o fortalecimento do regime republicano. A imprensa, que tinha um entendimento próprio do ideal de República, tomou para si a missão de ajudar a consolidar o novo sistema político, emitindo, em muitas publicações, seus juízos de valor acerca de determinados assuntos que envolviam a coisa pública.

A defesa da República não era uma novidade na Paraíba de antes do 15 de Novembro.¹⁹⁵ Já foi dissertado que a *Gazeta da Parahyba*, a *Gazeta do Sertão* e a *Verdade* se nortearam pelo tema desde quando, praticamente, foram fundados.¹⁹⁶ Aliás, testemunhava Eugênio Toscano de Brito que no momento da instalação da República a propaganda em torno das novas ideias, como se dizia à época, já era presente em sua gazeta diária, e, de acordo com ele, “ativíssima”.

Era uma terça-feira, quando, mais uma vez, exemplares da *Gazeta da Parahyba* tomavam conta da capital paraibana e chegavam em diferentes pontos do estado. Não se tratava de um dia qualquer da semana, mas do último de 1889. E, antes que o novo ano chegasse, a *Gazeta* consagrava o vigente como aquele “que vai ser o mais célebre da história do Brasil, porque nele se deu o advento da República”.

¹⁹⁴ Ver contextualização no segundo tópico do segundo capítulo.

¹⁹⁵ Ver terceiro capítulo, tópico três.

¹⁹⁶ Idem.

Após um “período de descanso” (de três dias), como relataram os redatores, o impresso voltaria a ser publicado. Naquele instante, a atenção estava inclinada para 1890. Não era à toa que o editorial do jornal se intitulava “O novo ano”. Nele, depositava-se a esperança de que “o novo ano será fértil em acontecimentos benéficos para a nação brasileira, que caminhará desassombrada e altiva para o futuro”.

Perspectivas em volta do que se acreditava ser possível “sob o novo regime, uma nova política”, pautadas por princípios mais democráticos, marcaram a *Gazeta da Parahyba* em sua primeira edição de 1890. A citada folha imputava, bem como os demais impressos em foco, à Monarquia um sinônimo de atraso ao país, contrariamente ao que se atribuía à República. Tal visão negativa sobre o sistema monárquico também estava fortemente presente nos discursos travados pelos parlamentares incumbidos de elaborar a primeira constituição republicana (Fernandes, 2006).

Na linha do citado jornal, o futuro se apresentava “radiante sobre os destroços da monarquia decaída”. Entretanto, afirmava que era preciso, para alcançar tal objetivo, “uma persistente energia, uma inabalável resolução, um provado patriotismo, indispensáveis para destruir as múltiplas causas que têm embaraçado e embaraçam ainda a nossa livre marcha no caminho do progresso” (*Gazeta da Parahyba*, 4 de janeiro de 1890).

Em 29 de janeiro de 1890, decorridos um pouco mais de dois meses desde que se tornara o Brasil um país republicano, os leitores da *Gazeta da Parahyba* seriam informados de que, a partir da edição seguinte do periódico, se daria a veiculação de uma série de artigos oriundos da *Gazeta de Notícias*, impresso da Capital federal, sob o título “A política em 1889”. Ao todo, 11 escritos compuseram as páginas do jornal paraibano em publicações que se seguiram até 26 de fevereiro de 1890.

Logo na transcrição de estreia, evidenciou-se o fato de que se tivesse sido a República adotada há mais tempo, estaria o país dispondo de condições mais favoráveis: “É certo que o Brasil caminhou, mas [...] há de convencer-se de que caminhamos muito menos do que faríamos sob um regime em que a nação interviesse mais diretamente” (*Gazeta da Parahyba*, 30 de janeiro de 1890). Embora pareça apontar traços de um jacobinismo, de participação direta nos negócios públicos, e isso poderia ser lido como um sintoma de projetos de cidadania, entende-se que o jornal queria dizer que o Estado brasileiro só ganharia ao colocar em primeiro plano seus cidadãos, criando canais para que pudessem, ao menos, ser ouvidos.

De modo geral, o conjunto de textos, que consistiu em uma retrospectiva de fatos considerados, na ótica do impresso, determinantes para a queda da Monarquia (dentre os quais estavam: a falta de saúde do imperador e seu afastamento do país; a antipatia pela princesa

Isabel e a questão militar), demonstrou, sobretudo na última publicação, como a República era vislumbrada e o que dela se esperava.

Segundo a historiadora Emília Viotti (1999), para além das causas apontadas pelo citado impresso como determinantes para o desmoronamento da instituição monárquica, o regime político instaurado em 1889 fora produto de um processo de consideráveis transformações vivenciadas pelo país nos campos social, político e econômico, concepção essa também apontada por outros pesquisadores.¹⁹⁷

Ao recepcionar positivamente o governo republicano, a *Gazeta da Parahyba*, fazendo uso dos termos tecidos pelo jornal carioca, conferia espaço para a projeção de um horizonte de expectativa diante da configuração política em nascimento, como revelava o subtítulo que sequenciava o tópico sobre a política no ano de 1889: “Aplaudir a mudança, que nos abre perspectivas novas”, que fechou, aliás, o ciclo de artigos.

Referindo-se a 15 de Novembro como uma das três principais datas da história brasileira,¹⁹⁸ pois libertara o país da herança do passado, assegurava-se, ainda no artigo anteriormente referido, cuja publicação se deu em 26 de fevereiro: “A nossa vida como nação começa agora”. A afirmativa abria caminho para se projetar uma nova era, fundamentada no desejo de se romper com o passado e com tudo que ele representava em termos de poder e gestão pública.

Mais adiante, em edição de 11 de março de 1890, o jornal promoveria, por meio da seção “Semana Finda”, uma espécie de balanço acerca do novo regime, que, naquela altura, estava à beira de completar quatro meses de implantação. “Passados os primeiros dias da República, cheios de agitação e movimento, chegou o período da incerteza e da dúvida para uns, da descrença para outros e da esperança para muitos”, assim era iniciada a habitual crônica sobre os principais fatos registrados durante a semana, que, nessa edição, imprimia a assinatura de um provável colaborador, de nome Max, no lugar da tradicional autoria da coluna, Warton.

Segundo apontou o cronista, havia uma ansiedade, entre os que apoiavam ou não a República, pelo término do período que “princípios com a ditadura e terminará com a Constituinte”, sendo essa, na visão do jornal, a única capaz de legalizar “com a vontade expressa do povo brasileiro a obra de 15 de Novembro”. Por outro lado, fez-se uma crítica à forma como

¹⁹⁷ Ver discussão sobre as causas que teriam contribuído para a ruína da Monarquia no segundo tópico do segundo capítulo.

¹⁹⁸ “A nossa história resume-se em três datas: 7 de setembro de 1822, em que nos desligamos da metrópole; 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, em que nos libertamos da herança do passado” (*Gazeta da Parahyba*, 26 de fevereiro de 1890).

estava sendo configurado o novo sistema político. Seria preciso, segundo o impresso, que um sentimento de patriotismo estivesse mais presente, ou melhor, de doação, de esforço, em prol do nascimento de um Estado próspero.

Ainda no citado texto, indagava o redator: “Somente pelo fato de ser o governo, em lugar de monárquico, republicano, em lugar de província, estado, em lugar de presidente, governador, segue-se que extingiram-se imediatamente os nossos vícios, retemperou-se o nosso caráter, transformou-se a nossa educação política?” Para ele, diante de uma conjuntura na qual o interesse individual ainda era tudo, apenas guiando-se pelo patriotismo, por parte de cada um, poderia a administração pública caminhar “por uma estrada larga e segura, preparando assim um Estado próspero e florescente, digno da República [...] Todos deviam vestir igualmente a blusa do operário, operário da democracia, do progresso e do bem-estar da pátria” (*Gazeta da Parahyba*, 11 de março de 1890). Comprova-se, assim, que, no alvorecer da República, ao aludir-se para a nova ordem política, apontava-se direcionamentos visando à consolidação do próprio regime republicano.

Em sua edição de 20 de março de 1890, a *Gazeta da Parahyba* conferia espaço para o paraibano José Leal, que da Capital federal escrevia para a coluna “Correspondência”, relatando suas impressões sobre o novo poder instituído. Na carta, redigida 11 dias antes de sua publicação, o escrevente emitia sua concepção de República e dizia que muito havia para apontar e consertar no início do governo.

Muito há que observar e corrigir, e malgrado as represálias dos adversários, esse deve ser o papel dos republicanos históricos.

[...]

O regime republicano é de plena liberdade e inteira responsabilidade e os atos parciais de cada um devem ser pautados pelo interesse público. Entretanto, firmados nos princípios da autoridade mal compreendida, nos instintos pessoais e egoístas, ministro há que tem zombado da opinião pública, servindo interesses individuais em pura perda dos créditos da nação.

Ora, o povo acostumado a esse constante esfacelamento entra em dúvida sobre as excelências do novo regime, em que contra os princípios estatuídos, se procura comprimir a liberdade de pensamento e furtar-se à crítica dos fatos, sorrateira e comprometedoramente.

[...]

O governo atual é incontestavelmente uma ditadura de caráter misto o que a torna improfícua para um país saído do regime parlamentar.

Não há dúvida que os militares concorreram poderosamente para a proclamação da República; assim pois devia se deixar a eles a responsabilidade da manutenção de ordem até a nação retomar o poder pelos meios normais. Nessas condições teríamos um governo que possuiria ao menos a virtude de se impor pela espada e ficava defeso ao elemento civil perturbar extemporaneamente como tem feito (*Gazeta da Parahyba*, 20 de março de 1890).

Entretanto, na missiva, o autor reconhecia a existência de uma ditadura como instrumento necessário para se estabelecer a ordem e promover a solidificação do regime. Com isso, embora reconhecesse a liberdade de opinião e o interesse público como princípios inegociáveis em um regime republicano, advogava em nome de um regime subordinado ao comando dos militares – ditatorial – e, nesse sentido, nada democrático. Por outro lado, se havia um esforço para justificar a prática do governo, era porque suas ações se esbarravam em muitas resistências.

Já se caminhava para o quinto mês da República, a ideia de que se conformava uma ditadura dominava a imprensa, mas, como se viu, a condição era aceita em nome do que se considerava um mal imprescindível para que o regime alcançasse a estabilidade. Ou, como relatou o jornalista José Leal, em outra correspondência enviada da capital federal e publicada em 20 de abril de 1890,¹⁹⁹ “a ditadura era necessária para pôr a nação nos eixos”.

Por outro lado, as vozes que clamavam pela restauração da Monarquia já não eram notadas como uma força possível de se tornar realidade, já que se acreditava que “todas as combinações políticas e sociais hão de necessariamente ser feitas dentro das raias democráticas da instituição republicana (*Gazeta da Parahyba*, 29 de março de 1890).

A preocupação, naquele momento, estava voltada para a formação da constituinte, com os membros que dela fariam parte e do papel que representaria: “Quanto mais se aproxima o término da ditadura, mais preocupados ficam os espíritos bem-intencionados, sobre o papel que irá representar a assembleia constituinte, que ninguém sabe ao certo de que elementos se comporá (*Gazeta da Parahyba*, 29 de março de 1890). Ou seja, o impresso passava a noção de que a República já era uma realidade irreversível, contudo a forma como se daria a configuração da constituição republicana passava a ser um ponto de alerta. A pauta em torno da constituinte causava, desse modo, apreensão e desconfiança.²⁰⁰

Em edições mais à frente, o assunto de retorno da Monarquia reapareceria no periódico, mas só para reforçar a impossibilidade de uma reimplantação do regime. Com esse entendimento, no dia 1º de maio de 1890, a *Gazeta da Parahyba* veiculava uma nota sobre uma suposta reunião ocorrida em Recife, sob o comando de um famoso nome do período monárquico, o antigo conselheiro João Alfredo. Dizia o jornal que tal fato teria agradado a um certo impresso paraibano, fazendo referência ao *Jornal da Parahyba*, ligado ao antigo partido conservador.

¹⁹⁹ A carta fora redigida em 20 de março de 1890, mas veiculada na *Gazeta da Parahyba* só na data relatada.

²⁰⁰ Ver discussão sobre a constituição republicana de 1889 no terceiro tópico do segundo capítulo.

Mas, depois das linhas transcritas sobre o possível fato, a gazeta republicava parte do texto estampado pelo órgão pernambucano *Época*, que sufocava de vez qualquer esperança de um ressurgimento do Império: “homens de bem e de brio não se congregam em torno de quem lhes não fala com franqueza e sinceridade, nem se alistam numa bandeira com distinto sibilino. A velha política da obediência cega e inconsistente, se já no antigo regime era condenável, hoje é impossível” (*Gazeta da Parahyba*, 1º de maio de 1890).

Uma vez deixado de lado o passado, ou melhor, soterrada qualquer possibilidade de restauração do sistema monárquico, inclusive demonstrando isso ao trazer o pensamento de figuras públicas do antigo regime,²⁰¹ como forma até mesmo de legitimar a nova ordem entre aqueles que ainda resistiam a ela, a *Gazeta da Parahyba* mirava o futuro, temporalidade esta abrangida por uma perspectiva voltada, como já referido, para uma nova fase política do Brasil, a constitucional.

Havia, assim, um entendimento muito bem desenhado pelo impresso de que o passado teria sido deixado para trás, pois, mesmo diante dos inconvenientes, “não se deve pensar em restauração no Brasil, porque ela é impossível. E depois, em favor, de quem a faríamos? No estado em que se acha, D. Pedro II não pode mais reinar. A princesa não goza de popularidade e seus filhos são ainda muito crianças” (*Gazeta da Parhyba*, 18 de abril de 1890).

Pela ótica do citado jornal, o presente tornava-se uma peça fundamental, sendo nele, segundo a folha, que se deveria combater os interesses que não comungassem com a edificação da pátria. O que importava naqueles dias era pensar e agir na constituição de uma República que se queria ver, de fato, no país.

Às vésperas de completar cinco meses de implantação da República no Brasil, a *Gazeta da Parahyba* apresentou, na edição de 12 de abril de 1890, no lugar normalmente destinado ao editorial, o escrito “Cousas políticas”, extraído da *Gazeta de Notícias*, e assinado por Ferreira de Araújo, classificado pelo impresso paraibano da seguinte maneira: “No conceito das pessoas competentes é nosso primeiro publicista e um dos caracteres mais puros e independentes da sociedade brasileira”.

Após chancelar a importância do citado jornalista, a folha destacava a relevância do texto a ser transcrito para o momento vivenciado no país, marcado por instabilidades política e econômica, bem como, mais uma vez, ressaltava o patriotismo como condição fundamental para a estabilização do governo republicano: “chamamos a atenção dos leitores e especialmente dos *novelleiros* pessimistas da terra, que não querem ter o patriotismo e o bom senso de auxiliar

²⁰¹ Ver edição da *Gazeta da Parahyba*, de 30 de março de 1890.

a administração na época difícilíssima que atravessamos e que, pelo contrário, procuram crer toda a sorte de embaraços ao governo” (*Gazeta da Parahyba*, 12 de abril de 1890).

Ações consideradas mais duras por parte do governo federal se constituíam, na concepção do periódico paraibano, seguindo a posição do impresso carioca, de onde o texto fora copiado, em medidas imprescindíveis “contra as artimanhas inconfessáveis”, praticadas por aqueles que o jornal denomina de antipatriotas.

Dessa maneira, se não existia uma campanha aberta contra o governo provisório, diante de suas ações antidemocráticas, a justificativa estava atrelada a ideia de que a imprensa tinha o “patriotismo de compreender a situação excepcional em que nos achamos, é porque entende que deve cooperar para a obra da organização nacional, e porque vê que não é possível atribuir ao início do regime atual, que todos nós queremos firmar, os desafios e erros que por ventura tenham sido cometidos” (*Gazeta da Parahyba*, 12 de abril de 1890). De tal modo, vê-se que, se havia uma tolerância para uma “República ditatorial,” era porque se projetava a ideia de que um período constitucional chegaria e estava próximo.

Assim, buscava-se validar o governo federal. A propagação de que, passada a fase de ajustamento, se chegaria a um período constitucional, próspero materialmente e propício à ampliação dos direitos, seguiu a linha do tempo por meio das páginas da *Gazeta da Parahyba*.

A importância da representação política estava na linha defendida pelos impressos paraibanos estudados. Entrando o país em fase consolidada, caberia a cada um, na esteira da referida gazeta, o papel que lhe convém: “Pertence às câmaras votar as leis, e ao executivo executá-las, este não pode nem deve depender do capricho daquelas” (*Gazeta da Parahyba*, 18 de abril de 1890).

Isso foi o que escreveu Luiz de Castro, denominado pela folha como ilustre jornalista fluminense. O trecho faz parte do artigo intitulado “O futuro do Brasil”, seguido do tópico “A opinião de um brasileiro”, publicado originalmente em Paris, no jornal *La Presse*. A reprodução trazia, ainda, que era preciso um amor imenso à pátria, e isso implicava uma série de atitudes, caracterizando o que constantemente era defendido nas páginas da *Gazeta da Parahyba*: o patriotismo.

Mas, mesmo convicta de que a República era o melhor caminho a ser trilhado, como demonstrado em trechos anteriores, a *Gazeta da Parahyba* frisava que o novo regime não marchava isento de erros,²⁰² demonstrando sua condição crítica quanto aos atos governamentais,

²⁰² Uma das críticas do jornal ao governo dizia respeito ao excessivo número de nomeações de juizes: “Com efeito, tem aumentado a verba destinada à magistratura brasileira com o número avultado dessas nomeações, o que tem

e sua clareza diante da atmosfera política em formação: “Não vai tão longe o nosso otimismo nem nos cegam as ideias republicanas à ponto de acharmos tudo bom à primeira vista, sem uma prévia análise dos acontecimentos; não (*Gazeta da Parahyba*, 29 de abril de 1890).

Por outro lado, como se sabe, em nenhuma hipótese, a percepção crítica teria tornado a *Gazeta da Parahyba* avessa à República, mas, ao contrário, colocava-a em posição de querer contribuir, como setor representativo e formador de opinião pública, para que o regime recém-implantado chegasse o mais perto possível da noção de República que sempre fora blindada em seu suporte.

A *Verdade* não destoava da *Gazeta da Parahyba* quanto à posição adotada em relação ao sistema político em vigência. O entendimento de República e o ideal constituído em torno do regime já eram algo bastante difundido pela folha. Aliás, como pregaria o veículo muito mais à frente, em sua primeira edição de 1895,²⁰³ o público teria lhe visto “receber a República já na luta”.

Faltavam ainda nove meses para que o Brasil recepcionasse uma nova forma de governo. Era 6 de fevereiro de 1889, quando a *Verdade* publicava um editorial cujo conteúdo pincelava as principais condições para que um povo pudesse constituir um regime republicano: “amar a liberdade, a igualdade perante as leis, a fraternidade, a ordem, o progresso, a instrução, ter patriotismo, bons costumes privados, públicos etc.” (*Verdade*, 6 de fevereiro de 1889).

As dimensões acima enumeradas podem ser consideradas a bússola do jornal em suas atividades de imprensa, no decorrer da República brasileira. Ou melhor, a propagação promovida pelo periódico no amparo do regime republicano se guiou em direção aos preceitos destacados naquela edição de fevereiro de 1889. Significações atribuídas a tais termos ganham melhor compreensão tendo por base os parâmetros trazidos no artigo publicado em 24 de janeiro de 1890. Sob o título “República não é anarquia”, defendia a *Verdade* que o sistema republicano

garante realmente em toda sua plenitude o direito de liberdade, como uma das mais importantes conquistas do homem na luta pela existência; e é justamente por isso que se contrapõe à anarquia em cujo domínio não pode imperar a liberdade pela ausência de respeito às leis e ao direito que constitui a garantia do homem na comunhão social.

A liberdade significa esta faculdade que cada um de nós tem, de agir sem perturbação na esfera da atividade que lhe é traçada pelas leis da coexistência social, prescrevendo a cada um o dever de respeitar o direito de outrem.

Portanto, a liberdade de ação de cada membro da sociedade tem de encontrar um limite na liberdade de ação do outro; sem esse limite, determinado pelo

importado a criação de novas comarcas para exercício dos novos juizes de direito, [...] que não tiveram ainda destino, e recebem, mesmo na inatividade, não pequenos honorários” (*Verdade*, 29 de abril de 1890).

²⁰³ Ver edição da *Verdade* de 8 de janeiro de 1895.

princípio de ordem, uma grande confusão de interesses egoístas e desencontrados teria lugar, acarretando a impossibilidade de existência do homem em sociedade.

[...]

Deve-se, entretanto, compreender que essas medidas, provocadas por interesse de ordem superior, constituem uma verdadeira garantia à liberdade, pois que tem sido inspiradas no exclusivo empenho de evitar a perturbação da paz pública, que brasileiros desnaturados têm procurado fazer explodir. (*Verdade*, 22 de janeiro de 1890).

Pode-se, então, inferir, a partir do referido escrito, que as concepções que norteavam a compreensão do jornal acerca do que seria República estavam interligadas, pois, de acordo com o exposto, liberdade, ordem, fraternidade e igualdade caminhavam na mesma direção. Por outro lado, o princípio de liberdade ganhava novos contornos quando inserido num contexto em que havia um entendimento voltado à condição da estabilidade do país.

Assim como se verificava com os demais jornais examinados, sempre fora uma constante, por meio da pena dos redatores da *Verdade*, a construção de uma contraposição entre a Monarquia e o regime republicano, na qual se verificava, para referenciar Reinhart Koselleck (2006), uma relação dicotômica, em que esse último era colocado em um patamar de convergência com o progresso, enquanto aquela era apontada na contramão do desenvolvimento. Objetivava-se imputar a noção de que uma mudança de regime era necessária e urgente.

Com a República instituída, a preocupação da imprensa que levantava a bandeira da nova ordem passou, como se sabe, a ser outra: legitimar e estabilizar o novo sistema político. O regime vigente ia se configurando pelas diversas edições das folhas, sendo apresentado, referido e festejado de diferentes maneiras, inclusive em forma de poesia, como se verifica em exemplar da *Verdade* publicado em 14 de dezembro de 1889. Assim, versava o poema assinado por T. Alencar Araripe:

Viva a lei republicana
Exultemos brasileiros!
Nova pátria renasceu;
A Nação o braço ergue
Dos nossos viris guerreiros.

O trono caiu por terra,
A Liberdade surgiu,
A Pátria galas vestiu
Sem sangue, fruto da guerra.

Seja a Pátria federada
Nesta terra do Brasil;

Dar-nos-á venturas mil
Federação suspirada.

Nossa Pátria federada
Tem amor, quer união;
Irmão unido a irmão
Faz a paz tão desejada.

Brasileiros, exultemos!
Com a voz forte soberana;
Brademos todos unidos:
Viva a lei republicana.

O sentimento em torno de uma pátria renovada e a convicção de que se iniciava uma nova fase eram colocados em circulação naqueles primeiros dias da República. Aliás, esperança de tempos melhores foi o tom da *Verdade* na edição que seguiu o acontecimento de 15 de novembro de 1889, veiculada no dia 19 daquele mês,²⁰⁴ ao apontar o princípio da nova realidade política: “a transformação por que passamos é para todos os brasileiros uma garantia de prosperidade, vem levantar a nação, por um esforço de energias patrióticas, do profundo abismo em que havia emergido a política monárquica” (*Verdade*, 19 de novembro de 1889).

Em 21 de novembro, a *Verdade* circulava com uma capa toda em “Homenagem ao dia 15 de novembro de 1889”, frase essa que a estampava. Saudava o jornal “com maior efusão d’alma o advento da República”, sendo concomitantemente apontadas as raízes do regime que acabara de ser instaurado, nomeando logo um herói: “a semente lançada no solo brasileiro em 1789 por Tiradentes e fecundada pelo sangue daquele ‘abnegado sublime’, acaba de converter-se, em 1889, em frondosa árvore”.

De tal modo, ao comemorar o nascimento do regime republicano no Brasil, o citado jornal se alinhava ao governo federal, que reivindicou a memória da Inconfidência Mineira, na busca pelas origens do regime vigente.²⁰⁵ Nessa vertente, “a memorização histórica realizada pela imprensa não oferece apenas uma visão de passado. Pelo que lembra e pelo que esquece, oferece, também, uma compreensão do presente, uma ordem que se quer preservar no futuro” (Siqueira, 1994, p. 4).

Como bem assinala Carla Siqueira (1994), os primórdios da vida republicana foram marcados por um esforço de legitimação de crenças e sistemas de valores. Nessa perspectiva, a imprensa, ainda na esteira da referida autora, que analisou a atuação de impressos cariocas

²⁰⁴ Ver tópico sobre chegada da República na Paraíba, no terceiro capítulo.

²⁰⁵ A República era, ao mesmo tempo, ruptura e resgate de sonhos distantes, logo nada melhor que procurar nele uma figura heroica. Ver: PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 177.

mediante a efeméride do primeiro aniversário da República brasileira, teve um importante papel pedagógico, enquanto formadora da opinião pública, no processo de reelaboração do imaginário social.

Se, na edição do 19 de novembro de 1889, a *Verdade* anunciou a instauração do que denominou “governo democrático”, em sua publicação subsequente, de 21 de novembro, no editorial intitulado “A República brasileira”, chamaria atenção, na mesma linha da *Gazeta da Parahyba*, para a necessidade de um empenho de patriotismo diante do emergente cenário político: “Agora todos os brasileiros devemos trabalhar confiadamente, com os mais enérgicos esforços de patriotismo, para levantar a nossa estremecida nação do [...] abismo em que a havia imergido a decaída política (*Verdade*, 21 de novembro de 1889).

Acreditava-se que um leque de possibilidades poderia se abrir diante da República, que, na perspectiva do impresso em foco, e dos demais aqui analisados, abrigaria governos compatíveis com os interesses coletivos que jamais seriam priorizados pela antiga ordem, em detrimento dos privilégios da família real. Sob a pena da *Verdade*, vigorava o entendimento de que só a República seria capaz de resgatar a pátria e de fazer valer as verdadeiras aspirações da sociedade.

Como ressalta o historiador Elio Chaves Flores, havia uma convicção de que a Monarquia era o principal mal do Brasil. De tal maneira, os propagandistas do novo regime, bem como os que de sua implantação fizeram parte, esforçaram-se, num primeiro momento, “para demonstrar que a República seria o exercício do poder em torno do bem comum, do respeito à coisa pública, vista como de todos, de uma coletividade” (Flores, 2003, p. 52).

A *Verdade* seguia suas publicações condenando o que considerava medidas inadequadas da administração pública, até então. Defendia o citado órgão que era preciso reconstruir a pátria, e, para isso, era essencial combater os vícios políticos, fundamentados nas vontades pessoais. Assim, ia se projetando, naqueles tempos, “uma espécie de cultura política da coisa pública, em oposição às intimidades governamentais da monarquia decaída” (Flores, 2003, p. 50).

Em tal direcionamento, a *Verdade* expusera o que pode ser nomeado de “dever de cidadania”, se colocando na condição de colaborar para “a consolidação das verdadeiras ideias democráticas”, como é possível observar no editorial de 18 de dezembro de 1889, sob o título “A nossa posição”:

Realizada a transformação política pelos acontecimentos do dia 15 de Novembro, experimentamos a mais justa manifestação antevendo que uma aurora de regeneração político social surgia no horizonte da pátria.

O governo republicano está ainda no início de sua vida, e para a sua atividade nas funções reconstituintes do país tem de lutar com as mais sérias dificuldades impostas pela dupla necessidade de demolir, isto é, eliminar todos os vícios implantados no seio social pela instituição decaída, e reconstruir com materiais novos as molas estragadas do nosso machismo político.

[...]

A nossa posição é observar e pôr em contribuição os nossos fracos recursos para, como soldados, auxiliarmos a consolidação das verdadeiras ideias democráticas, colocando-nos do lado daqueles que procurem evitar o seu falseamento (*Verdade*, 18 de dezembro de 1889).

Tinha-se a consciência de que o governo republicano ainda estava, usando palavras do próprio jornal, “no início da vida”. A República ia tomando forma, e a imprensa procurava dar sua parcela de contribuição nesse processo. Identifica-se que a defesa do sistema republicano, pelos jornais em questão, nunca esteve em jogo, mas as ações ou medidas dos governos que representavam o regime foram, em muitos casos, combatidas.

Pouco mais de um mês da Proclamação da República, dizia a folha no editorial “O governo dos Estados Unidos do Brasil”: “Não é tempo ainda de censurar os atos do governo provisório”. O jornal reconhecia que era preciso dar tempo para que o primeiro governo da República brasileira se ajustasse em torno do que era esperado diante da nova ordem. Argumentava que “o edifício da pátria brasileira, demolido *ex-abrupto* no dia 15 de Novembro, não poderá ser de chofre reconstruído e decorado de modo a satisfazer a esperança em geral” (*Verdade*, 23 de dezembro de 1889).

Ainda em 1889, na última edição daquele ano, a *Verdade* defendia a contradição do governo republicano, como, por exemplo na nomeação de governadores, ao invés de priorizar eleições, como medidas movidas pelo “louvável intuito de manter a estabilidade da nova forma de governo” (*Verdade*, 31 de dezembro de 1889).

Na primeira efeméride em comemoração ao aniversário da República, a *Verdade* veiculou, no dia 17 de novembro de 1890, o editorial “15 de Novembro”, título posto abaixo do símbolo da bandeira, que estava estampada com dizeres “Ordem e Progresso”. Diante da expressiva homenagem prestada ao ano um da República brasileira, o jornal lamentava o fato da data ter passado, no domingo,²⁰⁶ praticamente esquecida, se não fosse algumas ações oficiais, como a iluminação de repartições públicas.

Suponha a folha que o descaso com a celebração poderia estar atrelado, por parte de alguns, à esperança de ainda restaurar o antigo regime; ou, para outros, pela razão de não se

²⁰⁶ O impresso não circulava nesse dia da semana, por isso da referência ao aniversário da República em data posterior.

estar satisfeito com a marcha que o governo vinha impondo aos negócios públicos. Relatava o impresso que as pessoas “conservam-se indiferentes e assistem como que assustadas com tudo quanto diz respeito às novas instituições republicanas”. Com o intuito de reverter a situação, estimulava o jornal: “os areienses de hoje não parecem mais os areienses ontem! [...] Animai-vos que o futuro que vos aguarda é o mais lisonjeiro possível” (*Verdade*, 17 de novembro de 1890).

Os dias seguiram. Agora, já sob o manto constitucional, a administração de Deodoro da Fonseca não passaria de nove meses, pois caminhava para um impasse político cada vez mais acentuado, diante de sua postura e prática autoritárias, que logo culminaria no fim de sua gestão.²⁰⁷ “A própria imprensa se via constantemente ameaçada em sua liberdade de divulgar fatos e notícias sobre as autoridades e os atos do governo (Flores, 2003, p. 56).

Em 1892, entrava a República em seu terceiro aniversário. A *Verdade* em nada tinha mudado sua posição quanto ao sistema republicano. O amparo seguia, mas, como se sabe, não desacompanhado de julgamentos, pois, mesmo diante de quadros desaprovadores, a República continuava ser para a *Verdade* a melhor forma de governo.²⁰⁸

A cada efeméride celebrava-se o novo regime e reafirmava-se sua importância no intuito de dizimar qualquer esperança ou crença na restauração da Monarquia. A imprensa apoiadora da República acreditava que o verdadeiro sistema republicano ainda não havia se mostrado, e isso movia suas pretensões políticas na defesa da ordem em nascimento.²⁰⁹

Com a saída de Deodoro²¹⁰ da Fonseca da presidência e a chegada de Floriano Peixoto ao poder, apenas alargaria “a crise institucional e o radicalismo dos grupos envolvidos que se tornaria intenso até os contornos da guerra civil” (Flores, 2003, p. 60). No início de março de 1893,²¹¹ a *Verdade* trazia informações sobre revoltas federalistas no país.

O jornal fazia referência à guerra civil eclodida no Rio Grande do Sul entre republicanos e federalistas, um conflito “resultante da radicalização das lutas pelo poder no estado” (Resende, 2003), que, iniciado em fevereiro de 1892, se estenderia até agosto de 1895. A folha legitimava o levante sob o argumento de que se lutava por direitos. Nessa direção, alertava para a questão de que, se providências não fossem tomadas pelo povo, a República iria desaparecer.

O movimento promovido pelos revolucionários do Rio Grande do Sul, como eram chamados pelo impresso, tomava conta dos exemplares do mês seguinte. A folha argumentava

²⁰⁷ Ver contextualização do período no terceiro tópico do segundo capítulo.

²⁰⁸ Ver editorial da *Verdade* publicado em 15 de novembro de 1892.

²⁰⁹ Ver exemplar da *Verdade* de 1º de dezembro de 1893.

²¹⁰ Renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891.

²¹¹ Ver publicação de 11 de março de 1893.

que “a causa pela qual aqueles bravos leões pugnam, é bem justa, e todo brasileiro de sentimento, que tem amor a sua pátria, a ela deve aderir” (*Verdade*, 27 de maio de 1893).

O debate acerca do conflito prosseguiria por meses nas páginas da *Verdade*, atribuindo-se a Floriano Peixoto uma imagem de ditador.²¹² Por outro lado, cautelosamente, o jornal buscava demonstrar que, embora diante de um poder que pouco representasse os ideais republicanos e democráticos, o novo regime era superior à Monarquia.²¹³ Como, para o jornal areiense, a República se constituía em um terreno fértil para o progresso e a liberdade, louvava-se a iniciativa gaúcha, contudo não se estimulando a conservação do regime pela força.

Na edição de 4 de julho de 1893, no editorial “Rio Grande do Sul”, ao desmentir informações de que as tropas governistas estavam vencendo, e criticar o governo, discorria o jornal sobre a República que desejava: “Queremos a República com a liberdade para todos e o desenvolvimento para a pátria brasileira, e não a República com todo cortejo de iniquidades, atrocidades e usurpações” (*Verdade*, 4 de julho de 1893).

Já totalmente contrário ao governo de Floriano Peixoto, na edição de 16 setembro de 1893, a *Verdade* veiculava o editorial “A Revolução”. Nele, falava sobre as tensões na Capital federal por conta do presidente querer permanecer no posto. Ressalta-se que os discursos de oposição a Floriano ganhariam grande repercussão na imprensa do Rio de Janeiro (Flores, 2003). Endossando a vertente oposicionista, enfatizava a *Verdade*: “o estado do Brasil, hoje, é o mais melindroso possível. Não há esperança de salvá-lo enquanto em seu governo predominar a espada” (*Verdade*, 16 de setembro de 1893).

No mês posterior, visando dar mais ênfase à necessidade do fim do governo de Floriano Peixoto, a *Verdade* publicaria o manifesto escrito pelos estudantes da Faculdade de Recife, em defesa das instituições democráticas. Intitulado “À Nação”, o documento chegaria aos leitores no dia 14 de outubro de 1893. O governo vigente em nada agradaria os redatores do impresso, que permaneceu trazendo informações que minavam cada vez mais a gestão federal perante a opinião pública.²¹⁴

²¹² Floriano Peixoto “passaria à história como *Marechal de Ferro*, por ter enfrentado com êxito, entre 23 de novembro de 1890 e 15 de novembro de 1894, período que presidiu a República, movimentos armados de expressão como a Revolução Federalista no Sul do país e a Revolta da Armada; ter procedido à derrubada de quase todos os governadores de estado, substituindo-os por outros, fiéis a seu governo; ter buscado apoio político nas oligarquias estaduais, na jovem oficialidade e na capital federal”. Ver: NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 36.

²¹³ Ver editorial “Ainda é Cedo”, na edição da *Verdade*, publicada em 22 de junho de 1893.

²¹⁴ Os exemplares de 19 de outubro de 1893 traziam notícias de que acontecia grande pressão do comércio no Rio de Janeiro para que “Floriano deixe o comando do país”. “A ganância e a ambição, entrelaçadas com o despotismo,

O duro posicionamento do jornal contra o governo de Floriano Peixoto o tornou alvo de acusações. Seria apontado por jornais apoiados pelo governo paraibano, mais precisamente por outro jornal areiense, *O Democrata*, de ser um periódico oposicionista. Em sua defesa, a *Verdade* disponibilizaria ao público o editorial “Nossa posição”, no qual argumentava que nunca esteve ao lado de governos, mas de programas, de boa gestão.

Dizem aqueles que não conhecem o programa de nosso jornal, ou fingem não conhecê-lo, que a nossa imprensa ultimamente declarou-se em aberta oposição ao governo que dirige os destinos deste infeliz país. Não, nós não temos política definitiva, abraçamos a justa causa pela qual prodigamos, cumprimos com retidão o nosso dever, isto é, cingimo-nos fielmente ao nosso programa, mostrando a estes desafetos gratuitos de todos os tempos que a nossa posição na arena jornalística é a mais árdua possível, porque com valor defendemos a causa dos oprimidos, que em todos os tempos são espezinhados pela ambição, pelo ouro e pelo atroz poderio; censuramos os atos arbitrários desta ou daquelas autoridades que se afastam das suas atribuições para exercerem as mais mesquinhas e torpes vinganças, contanto que agrade a seus superiores, expandimos qualquer ideia progressista e de grande utilidade para o nosso município [...]

Se abraçamos a causa dos federalistas, é porque a achamos não só sublime como também justa. Cruel e desumano seria aquele que, em lugar de pugnar pelos direitos usurpados de nossos irmãos, cooperasse para sua postergação. Censurando os atos [...] do sr. marechal, não fazemos oposição ao seu governo, e sim cumprimos com o nosso dever. Em defesa dos oprimidos sempre estaremos de atalaia (*Verdade*, 31 de agosto de 1893).

O impresso, de acordo com o escrito acima, reforçava o discurso que sempre trouxera em suas páginas, de estar a serviço da sociedade, condição essa que justificava e legitimava sua pretensão de arregimentar o apoio popular, visando manter suas atividades de imprensa.

Em 15 de novembro de 1894, no quinto aniversário da República, a *Verdade* festejaria duplamente a data: celebrava a queda da Monarquia e o início do governo civil. Como dizia o periódico, “o sistema democrático infelizmente tão deturpado, ainda em sua juventude”, era o único capaz de garantir as liberdades cívicas e impulsionar o progresso do país. Dava-se destaque a um governo eleito pelo povo e imputava-se a ideia de que eram deixados para trás os últimos cinco anos de desastres e erros de governos sem orientação democrática, e, por tal razão, não se deveria atribuir culpas ao regime republicano.

Para a *Verdade*, se a República não se mostrou, de fato, com a Constituição de 1891 era porque ainda lhes faltava elementos essenciais, e isso se efetivaria, na perspectiva do impresso,

[...] predominam no governo atual, que trará a ruína inevitável da República brasileira, senão houver atitude enérgica por parte do povo que vai sucumbido aos golpes da tirania” (*Verdade*, 19 de outubro de 1893).

a partir daquele ano. Os preceitos democráticos respaldados pelo impresso eram, naquele momento, vislumbrados com grandes expectativas de se tornarem realidade. Em 25 de novembro de 1894, o jornal veiculava o editorial estampando o nome do primeiro presidente eleito pelo voto do povo brasileiro: “Dr. Prudente de Moraes”.

Acaba de tomar conta das rédeas do governo de nosso país o republicano histórico Dr. Prudente de Moraes, – digno e ilustre paulista que, sempre na decaída da monarquia, salientou-se, pugnando pela liberdade do povo brasileiro.

[...]

Creemos que, com o início do governo civil, estabelecido presentemente, largo horizonte se apresentará para o Brasil (*Verdade*, 25 de dezembro de 1894).

Como se vê, a *Verdade*, assim como a *Gazeta da Parahyba*, era defensor do sistema republicano de governo, aos moldes do modelo norte-americano, sobretudo em relação à organização política, embora aceitando por um tempo princípios positivistas. Os impressos aqui analisados acreditavam que o avanço do país só seria possível por meio dessa forma de governar, por isso das críticas e, ao mesmo tempo, a cautela ao abordar as fragilidades do governo para não passar a imagem de que a República não teria valido a pena, razão pela qual tanto se via figurando em suas páginas a bandeira de um patriotismo que se configura em um dever de cidadania.

E como a República foi representada nas páginas da *Gazeta do Sertão*? A visão do impresso não diferiu muito em relação àquela propaganda pelos demais jornais. Como vem sendo procedido em termos metodológicos, o exame acerca das considerações feitas pela gazeta partirá das primeiras impressões estampadas por ela após a instauração do regime, para que suas particularidades venham à tona.

Na *Gazeta do Sertão*, o marco 15 de Novembro de 1889 só viria a ser veiculado mais de um mês depois de sua ocorrência, na primeira semana do ano seguinte. O dia em que se desenrolavam, no Rio de Janeiro, os acontecimentos que logo pautariam a imprensa fluminense e ecoariam pelas redações de muitos jornais sediados em diferentes pontos do país representou para a citada folha o início de um hiato que só seria desfeito em 3 de janeiro de 1890, quando o periódico voltaria a circular.

Retirar-se da praça pública paraibana a partir da referida data se impôs para a *Gazeta do Sertão* como, nas palavras impressas no próprio suporte, “um recolhimento necessário”. Nenhum outro fato concorreu para a suspensão da publicação do jornal nos últimos dias de

1889 a não ser a mudança do regime político brasileiro, narrava a *Gazeta do Sertão* na sua primeira edição depois de proclamada a República no Brasil.

No entendimento do periódico, seria fundamental, diante do que acontecera no cenário político nacional, “meditar e orientar-se”. E, nessa direção, defendia o argumento de que tal tarefa “consistia o dever de todos os brasileiros amantes da pátria”.

No parágrafo que abre a citada passagem, a folha fazia questão de reforçar sua posição de defensora histórica de princípios considerados republicanos: liberdade, democracia e soberania popular. Ou melhor, deixava claro que teve como principal diretriz, ao surgir como veículo de comunicação, a luta por um sistema político que contemplasse o interesse público e coletivo.

Entretanto, frisava o jornal que aquele momento significava apenas o começo de um processo. Para a *Gazeta do Sertão*, a maior de suas aspirações, que era a implantação do sistema republicano, estava apenas em vias de realização. A explicação para tal constatação se fez da seguinte maneira:

Rigorosamente falando, não podemos considerar devidamente fundada a República; a República é a liberdade em ação, e na ordem das cousas atualmente existente o que menos obra é a liberdade: estamos em pleno domínio da ditadura, e o que mais importa, da ditadura ilegal, consequência lógica de toda revolução.

[...]

Eis porque admitimos sem reserva e aplaudimos sem limites a existência da ditadura militar que hoje dirige os destinos do país.

Mas tudo tem seu modo de existir: a ditadura é necessária para fundar em tempo a República, mas não para se perpetuar no poder.

Assim é, como dissemos, que a República acha-se em via de formação.

[...]

Não temos por enquanto a fazer política, sim somente obra de patriotismo. (*Gazeta do Sertão*, 3 de janeiro de 1890).

Como se percebe, os jornais tratados nesta tese coincidiam em defender a postura ditatorial de Deodoro da Fonseca como primordial à consolidação da República. Para tanto, todos eles se utilizaram de estratégias linguísticas e argumentos visando à preservação da nova ordem, sendo a retórica do patriotismo um dos pontos constantemente evocados com o objetivo de resguardar o regime recém-implantado, por um certo tempo, até que conseguisse se estabelecer.

O termo patriotismo pautaria as duas primeiras publicações de 1890 da *Gazeta do Sertão*. Além da já referida, aparece, também em forma de editorial, nos exemplares de 10 de janeiro de 1890. Na ocasião, o jornal ressaltava, primeiramente, o viés contraditório do governo

provisório, e não deixava de fazer ponderações a posturas consideradas semelhantes às práticas do regime monárquico. Por outro lado, o impresso alertava em suas páginas que se vivia um momento de exceção, devendo ser concebido e aceito como transitório e não permanente.

Outra concepção defendida pelo impresso, na trilha do que apontava como necessário na fase em que se encontrava o regime republicano, veio em forma de título: “Bom senso”. No artigo, publicado no dia 17 de janeiro de 1890, o periódico retomava o significado de patriotismo e reforçava o compromisso do recém-governo instaurado com o desenvolvimento do país. Na linha do impresso, era preciso pensar a coisa pública com a “mais profunda calma [...] É rigoroso dever nosso meditar e interpretar os fatos antes de condená-los precipitadamente, [...] Podemos afirmar que o único objetivo do governo provisório é a felicidade do povo brasileiro e a prosperidade da pátria” (*Gazeta do Sertão*, 17 de janeiro de 1890).

De tal maneira, o jornal advogava que era possível “garantir o brilhante futuro da nascente República brasileira”, resgatando a frase utilizada pelo próprio veículo, desde que seguidas duas condições essenciais para tal fim: patriotismo e bom senso. Ao se conjugar os referidos termos, imputava-se a noção de que ser patriota era se movimentar com cautela, com equilíbrio, era agir em prol da coisa pública.

O vocábulo patriotismo, que comportava significados múltiplos, mas alinhados à ideia de um dever de cidadão da República, poderia ser relacionado aqui a um pedido de espera, de tolerância, de um estado de aguardo para que as coisas pudessem se ajustar em seu devido tempo. Seria uma espécie de inércia evocada, que, por outro lado, também não deixa de ser uma ação, mas acompanhada de um prazo concedido e cronometrado.

Esse era o caminho apontado pelo suporte em torno da recente República, buscando imprimir uma opinião pública favorável aos contornos políticos que iam se configurando. Havia, assim, um horizonte de expectativa positivo em relação ao novo regime político brasileiro.

A ideia de patriotismo parecia mover também jornais de outras localidades, como demonstra a citada folha em edição de 21 de março de 1890, ao transcrever um artigo da folha *Renascença*, cujo conteúdo assim se expressa: “o período, que atravessamos, é melindroso e reclama muita soma de patriotismo para conjurar as dificuldades, que amontoaram-se em nosso caminho”.

A *Gazeta do Sertão* transmitia uma noção clara de República, relacionando-a aos significados de “ordem, progresso, liberdade e fraternidade”.²¹⁵ Percebe-se que o vocábulo

²¹⁵ Ver editorial publicado em 17 de janeiro de 1890.

igualdade não aparece na citação, embora o jornal tenha tido uma postura democrática desde sua fundação. Para o impresso, “a República é o emblema mais sagrado da paz dos povos”. E, autoproclamados de republicanos convictos, aqueles que faziam parte do corpo redacional e editorial do periódico atuavam na tentativa de dissipar as críticas que pairavam sobre o governo provisório, acusado de proceder em moldes semelhantes aos praticados durante a monarquia.²¹⁶

A República brasileira era o assunto do momento no país e fora dele, seja pelo viés positivo, seja ganhando repercussão contrária a isso. “América e Europa” foi o título atribuído ao editorial publicado pela *Gazeta do Sertão*, em 7 de fevereiro de 1890, que fazia um balanço sobre como o acontecimento de 15 de Novembro estava sendo tratado internacionalmente, mais precisamente pelos órgãos de notícia de ambos os continentes.

Por uma ótica aparentemente hostil, o jornal relatava que o Velho Mundo teria se impressionado menos pela Proclamação da República, ou mesmo pela queda da Monarquia, do que pelo fato de ter ocorrido no Brasil uma mudança de regime político “sem derramamento de sangue, quase sem comoção”. Argumentou o impresso que não se compreendeu, em terras europeias, ter-se dado “tão agigantado passo sem a menor perturbação da ordem pública”.

Por outro lado, buscando imprimir a legitimidade do novo regime, o citado editorial demonstrava como a nova forma de governo vinha sendo aceita e reconhecida pelas Repúblicas americanas e, sobretudo, pelo governo e pela imprensa dos Estados Unidos, principal referência brasileira de governo republicano na época.

Da mesma maneira que a *Gazeta da Parahyba* e a *Verdade*, combater críticas que considerava injustas à recente República não impedia a *Gazeta do Sertão* de conferir espaço em seu suporte para posicionamentos duros à gestão em vigência. Três meses após condenar o que denominava de apontamentos infundados em relação ao Governo Provisório, o impresso fazia circular, na seção “Transcrições”, o artigo “Procura-se a República”.

Dizer que se estava procurando a República implicava afirmar que não se notava sinais, os mínimos que fossem, do novo regime. Em tom irônico, o texto, assinado por Horácio Silva, frisava que o governo republicano idealizado parecia cada vez mais longe de existir: “O que tem havido desde o dia 15 de Novembro é outra coisa muito diferente da República, da boa e honesta República que ambicionávamos” (*Gazeta do Sertão*, 21 de abril de 1890).

O escrito seria finalizado da seguinte forma: “Procura-se, portanto, a República, e para encontrá-la, é imprescindível que se continue a fazer a sua propaganda”. Ou seja, continuar falando de República era uma estratégia que se traduzia no apontamento de projetos ou

²¹⁶ Idem.

caminhos mais eficazes para sua sedimentação, e assim o jornal não deixou de proceder durante o tempo que se fez publicar.

Por outro lado, tendo por norte a noção de que em um regime republicano deva prevalecer a soberania popular e a ideia de que tudo era provisório (governo, ditadura), o jornal disseminava a premissa de que era basilar não abrir mão dos direitos políticos. A gazeta conclamava, em edições de maio de 1890, a importância e a necessidade da inscrição eleitoral, chamando atenção para o diminuto número de cidadãos alistados pela comissão eleitoral de Campina Grande. Segundo o periódico, durante sete dias, foram qualificados pouco mais de 200 eleitores, sendo a metade desse total composta por antigos cadastrados.

Estando em jogo o pleito para a escolha dos representantes na Constituinte,²¹⁷ frisava o impresso que a indiferença em assunto de tamanha magnitude se convertia em grave erro, sobretudo num momento em que a nação buscava se reorganizar, e isso se daria por meio da resolução de questões que teoricamente seriam resolvidas pela assembleia constituinte.

O poder de escolha, por intermédio do voto, era estampado no e pelo veículo como um requisito indispensável para a concretização de uma nova realidade política e social. Se eximir de tal direito significava, na ótica da folha, deixar de lado um instrumento essencial de cobrança, ou seja, de exercício de cidadania.

O voto era, assim, apontado como a essência da democracia e o meio central para a organização da coisa pública. E, valer-se de tal direito era um ato, segundo a citada folha, de patriotismo, de condição necessária para se edificar uma nova pátria. Mesmo diante da decepção com as eleições ocorridas em 15 de setembro de 1890 para a composição da Constituinte,²¹⁸ apontada como fraudulenta pelo impresso,²¹⁹ o jornal não desistia do novo sistema político do Brasil ao afirmar: “É preciso salvar a República!”

A bandeira da República seguiria hasteada nas páginas da gazeta campinense até o seu último ano de atividade. Acredita-se que isso se deve, primeiro, a existência de uma perspectiva de que o regime ainda poderia acontecer da forma como o impresso tinha cogitado, depois, percebe-se que havia um entendimento de que a sua constante defesa era um meio de combater os vícios políticos que ainda prevaleciam na esfera pública. De tal modo, em artigo publicado em 24 de abril de 1891, sob o título “Situação”, o jornal argumentava que “por pior que nos pareça a situação, que atravessamos, cumpre não desesperar do futuro. A nação brasileira

²¹⁷ O pleito ocorreu em 15 de setembro de 1890. Ver terceiro tópico do segundo capítulo.

²¹⁸ Da qual Ireneo Jofilly participou e perdeu, sendo o único candidato a senador que vivia no estado.

²¹⁹ Ver editorial “A eleição”, publicado na *Gazeta do Sertão* em 19 de setembro de 1890.

ressurgirá de seus próprios desastres, como a fênix de suas cinzas” (*Gazeta do Sertão*, 24 de abril de 1891).

Portanto, não se desistiu um só momento, seja nas páginas da *Gazeta do Sertão*, seja nos exemplares da *Gazeta da Parahyba* e da *Verdade*, de acreditar que uma nova era seria possível com e só com a República, que, na acepção dos jornais, não estava pronta, mas, pelo contrário, em constante processo de ajustes e construção. E, nessa edificação, se prontificaram os impressos a colaborar, e assim procederam de várias maneiras, fazendo com que essa vontade de interferir na esfera pública já correspondesse em si a um movimento de participação política, como se verá a seguir.

5.2 CONSTRUINDO O FUTURO: DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM NOVO TEMPO

Imbuídos do dever de cidadania, no sentido de chamar para si também a responsabilidade na construção de uma nova ordem, os impressos em análise agiram de forma ativa, não apenas na propagação do ideal republicano, mas, sobretudo, diagnosticando problemáticas e disseminando, a seus modos, propostas que julgavam ser as melhores opções para se estruturar e consolidar o regime recém-implantado. Ou melhor, os jornais se envolveram na missão de apontar caminhos, que levariam o país, em suas concepções, ao que tanto desejavam e pregavam: o progresso.

Dos três jornais examinados, não teria dificuldade em sinalizar a *Gazeta da Parahyba* como o impresso que mais insistiu em levantar questões e veicular projetos que visavam aperfeiçoar a vida financeira do Estado da Paraíba, que se encontrava bastante fragilizada no nascer da República.

Reconhecia-se que na nova atmosfera política era fundamental aos estados brasileiros uma racionalização e reorganização da gestão pública, com o estabelecimento de metas centradas, principalmente, na contenção de gastos e no investimento na produção agrícola. Nessa vertente, desenhavam-se possibilidades e contornavam-se cenários nas páginas da *Gazeta da Parahyba*, e, em menor proporção, no suporte da *Gazeta do Sertão*, com o objetivo de propiciar ao poder público alternativas que levassem ao desenvolvimento do estado e, conseqüentemente, do país.

As ideias sugeridas, ou mesmo os pontos problematizados, abrangiam os ramos administrativo e econômico, sendo esse último considerado a base para o equilíbrio dos demais setores. Por outro lado, pelo prisma da *Verdade*, a aposta em um futuro promissor para o Brasil encontrava ecos no investimento na educação, como se verá mais adiante.

Em uma série de artigos de fundo, ou editoriais, denominada “Interesse do Estado”, a *Gazeta da Parahyba* direcionava, no primeiro mês da vigente República, rotas a serem seguidas pelo poder estadual em prol do equilíbrio de suas finanças, como o corte de verbas, até mesmo com o fim da publicação dos atos do governo no *Jornal da Parahyba* (aliado de Venâncio Neiva, na ocasião), se colocando, inclusive, à disposição para prestar o serviço gratuitamente.²²⁰

Outras medidas expressadas para diminuir os gastos, por meio do enxugamento da máquina administrativa, miravam a extinção de alguns cargos públicos, a criação de outros e a diminuição do número de servidores, mas destacava a necessidade de bem remunerar os que permanecessem em exercício, diante do conhecido fato de que “o funcionalismo era mal pago”. Ou seja, pregava o periódico uma mudança estrutural “com manifesto proveito do Estado”.²²¹

Em 22 de janeiro de 1890, no editorial de número seis, sob o lema “Interesse do Estado”, a folha informava, e isso lhe era satisfatório, que as sugestões apresentadas, “visando o estabelecimento de uma boa política financeira, vão sendo aproveitadas pelo ilustre cidadão Venâncio Neiva”.

Decorridos dois meses da Proclamação, a partir de 9 de fevereiro de 1890, a citada gazeta publicava o editorial intitulado “O empréstimo”, que se estenderia por mais cinco edições. Contrair dinheiro era apontada como a alternativa mais acertada para a Paraíba naquele momento. Embora oneroso aos cofres públicos, o ato era tido como “a única salvação das finanças do Estado”²²²

Os acontecimentos em voga e os seus desdobramentos políticos, nos meses subsequentes à instauração da República, fizeram com que os assinantes da *Gazeta da Parahyba* também quisessem se tornar produtores de conteúdo crítico, ou seja, buscaram colaborar com o que se cogitava ser um país em fase de reformulação política e administrativa. Verifica-se tal fato na seção “A pedidos” da citada folha, de 26 de fevereiro de 1890, localizada na terceira página. Sob o título “A atualidade”, escrevia-se o seguinte:

As condições políticas em que a revolução surpreendeu o país, oscilando as bordas do abismo que lhe prepararam os maus governos de ambos os partidos monárquicos, reclamam na atualidade mais patriotismo e abnegação do que podemos esperar de nossa sociedade. Um povo sem noção de seus direitos políticos, atirado a obediência servil que lhe impunha o poder soberano e irresponsável de quem dirigiu até agora os seus destinos, não pode senão vagorosamente despir os andrajos imundos da escravidão para cobrir-se com o barrete frígido.
[...]

²²⁰ Ver edição de 18 de janeiro de 1890.

²²¹ Ver edição de 17 de janeiro de 1890.

²²² Ver edição de 14 de janeiro de 1890.

Estamos em uma época de transição, em que necessitamos de atividades reformadoras e ninguém as poderá indicar entre a multidão que se agita em torno do poder, só a quem cabe a reponsabilidade de nosso futuro (*Gazeta da Parahyba*, 26 de fevereiro de 1890).

Sem constar assinatura, ou melhor, anônimo, o material revelava como o contexto era concebido, ao menos, por alguns que vivenciavam aquele momento. Tinha-se a noção de que se tratava de um período de transição e, ao mesmo tempo, de construção. Argumentava o escritor que cada um deveria assumir a responsabilidade, naquilo que lhe couber, na reconfiguração política do Estado.

Em 5 de março de 1890, a referida gazeta diária veiculava, em sua segunda página, o artigo intitulado “Interesse de praça”, no qual propagava o projeto de instalação de um estabelecimento bancário na capital paraibana. Uma segunda publicação com a mesma nomenclatura chegaria aos leitores sete dias depois, em 12 de março. Nela, o veículo reforçaria a importância de dispor a Cidade da Paraíba de uma agência bancária, além de reivindicar outra demanda considerada importante para a economia do Estado: “deve seguir-se na ordem de melhoramentos há muito reclamados, uma linha de navegação transoceânica, de carreira regular que, em excessivos fretes, transporte para este mercado as mercadorias europeias, em permuta de nossa valorosa exportação (*Gazeta da Parahyba*, 12 de maio de 1890).

O tema voltaria a ser destaque em edição do impresso de junho de 1890, ao veicular em sua segunda página o artigo “Agência do Banco Sul Americano na Paraíba” (assinado com as iniciais C. M.). Argumentava o periódico que com a iniciativa era possível atingir avanços positivos para todos os ramos profissionais, do funcionalismo público à lavoura, passando, sobretudo, pelo comércio e pela oferta de empregos. De acordo com o jornal, tais setores seriam favorecidos pela circulação de capitais, canalizados, principalmente, por meio de empréstimos.²²³

O referido jornal também daria destaque a uma perspectiva de expansão econômica condicionada à decretação da constituição, que daria, segundo o jornal, condições imprescindíveis para o Brasil prosperar. De tal maneira, defendendo o impresso que “entrando o país no regime da liberdade e confiança, continuará a sua prosperidade sempre em uma progressão crescente, exploradas e abertas a novas fontes de riqueza, e potente como é, atrairá naturalmente os capitais estrangeiros” (*Gazeta da Parahyba*, 17 de junho de 1890).

²²³ Ver editorial de 17 de junho de 1890.

De modo geral, a preocupação da *Gazeta da Parahyba* era com o difícil quadro econômico do Estado, cuja base centrava-se na agricultura (Gurjão, 1999), e com as consequências de tal condição para toda a sociedade, como bem retratava no editorial de 13 de março de 1890, sob o título “A nossa situação”:

Economicamente falando é das mais precárias a situação do Estado da Paraíba: onerado de elevada dívida; uma agricultura agonizante; um comércio sem capitais e um território flagelado pela seca, que tem reduzido os habitantes do interior à mais deplorável penúria, ao passo que tem diminuído consideravelmente as duas fontes principais de receita – o gado e a lavoura, a Paraíba como que tende a aniquilar-se (*Gazeta da Parahyba*, 13 de março de 1890).

Para o impresso, a causa de todas essas problemáticas estava condicionada à falta de créditos na praça paraibana. O tópico sobre a situação econômica estadual apareceria em mais duas outras edições. Em 14 de março, a folha deixava claro que o agravamento da situação da agricultura paraibana não mantinha relação com a abolição da escravatura, já que a seca de 1877 e a alta do preço fizeram com que muitos senhores vendessem seus escravos para fazendeiros paulistas, fluminenses e mineiros, “se dando gradualmente o trabalho livre em condições mais ou menos favoráveis, com salários baixos”.

Quando veio a abolição raríssimo era o senhor de engenho que possuía mais de uma dúzia de escravos, válidos para o trabalho de campo, e raro era o que não admitia em suas culturas, de 20 a 30 homens livres diariamente, vencendo o salário de 500 a 600 reis por dia (*Gazeta da Parahyba*, 14 de março de 1890).

Reforçando a falta de verbas, o jornal voltaria a expor a situação da economia estadual no editorial publicado no dia 20 março de 1890. Após discorrer sobre a ascensão do algodão local, mediante à eclosão da guerra civil norte-americana e sua posterior decaída com o fim do conflito, o periódico citaria os problemas enfrentados na produção da cana de açúcar, enfatizando, em seguida, que tal ramo tenderia a sucumbir “se o governo, ou algum estabelecimento de crédito não vier já e já em seu auxílio, proporcionando-lhe os meios diretos e indiretos, ao menos de melhorar a sorte.”

Além da necessidade de créditos, objetivando incrementar a produção agrícola e pastoril, o órgão noticioso apontaria outra medida fundamental para o fim do colapso econômico enfrentado pelo Estado. Para a folha, deveria haver uma diversificação no setor

produtivo, com o investimento em novas culturas. O tema protagonizou os editoriais de cinco edições consecutivas, estendendo-se de 23 a 28 de março de 1890.

Contudo, a *Gazeta da Parahyba* relatava aos seus leitores que a ideia de se investir em ramos agrícolas diversificados não se tratava de uma novidade, pois, como explicava a folha, o cultivo de muitos produtos já acontecia, embora em pequena escala. Sob a epígrafe “Novas culturas”, expressava o jornal que deveria haver um incremento nas plantações: “deixamos consignadas as vantagens de dar-se desenvolvimento ao cultivo do café, do fumo e do cacau, como lavouras muito praticáveis entre nós e de resultados muito convidativos do emprego de capitais” (*Gazeta da Parahyba*, 25 de março de 1890).

O desenvolvimento de novos tipos de plantio proporcionaria, seguindo o raciocínio da gazeta, vantagens não só para particulares, mas, principalmente, para o Estado, pois contribuiria para a elevação de suas receitas.²²⁴ Um exemplo seria o Estado do Ceará, que estaria, segundo o impresso, atingindo resultados positivos graças a implantação de uma linha de diversidade agrícola. Já a Paraíba, na visão do citado jornal, contava com condições climáticas ainda mais favoráveis, caso se nortearse por igual propósito: “temos um solo muito mais fértil e mais apropriado a culturas tão variadas (*Gazeta da Parahyba*, 26 de março de 1890).

No editorial de 28 de março de 1890, o último da série, o jornal reforçava que o objetivo da iniciativa era contribuir para o aumento da cota de produtos voltados à exportação e, com isso, fortalecer a economia estadual. Nota-se que sair da condição de dependência de recursos do poder central, como acontecia na Monarquia, era um propósito a ser buscado no novo regime vigente, pois, no entendimento do impresso, emancipação econômica significava também um protagonismo político.

Nesse direcionamento, ao examinar o conjunto de artigos sobre a proposta de novas culturas agrícolas na Paraíba, importa ressaltar que as considerações e ideias lançadas pelo jornal para a área econômica tinham como meta não apenas contribuir para a estabilidade financeira do Estado, mas projetá-lo para um novo patamar no regime republicano.

As tentativas de contribuição do citado impresso para que a Paraíba conseguisse emergir da crise financeira na qual se encontrava seguiram na publicação de 10 de abril de 1890. O editorial posto em circulação trazia o título “E o empréstimo?”, referência a um tema cujas diretrizes já tinham sido bastante discutidas em diversas publicações, tendo como base dados econômicos e orçamentários fornecidos pelo próprio Tesouro do Estado.

²²⁴ Ver editorial de 26 de março de 1890.

Agora, queria saber o jornal como estavam as negociações que visavam contrair verbas para o estado: “Há quase dois meses, que nos embalamos na doce esperança de efetuar-se um empréstimo na capital federal, solicitado pelo ilustre governador d’este Estado no louvável intuito de acudir as suas mais urgentes necessidades” (*Gazeta da Parahyba*, 10 de abril de 1890).

Ainda no editorial em foco, o veículo traçava mais detalhes do cenário das dificuldades atravessadas pela Paraíba para justificar a necessidade de se contrair um empréstimo: safras ruins, lavouras e agriculturas devastadas pelas secas, vencimentos do funcionalismo atrasados há quase seis meses.

O jornal apoiava inteiramente a iniciativa de se buscar um empréstimo na Capital Federal. E, nessa direção, estimulava o governo estadual a não desanimar diante das recusas ou da falta de interesse do governo provisório. Ao contrário, a *Gazeta da Parahyba* transmitia a ideia de que o objetivo era justo e possível de acontecer, passando, assim, uma noção de positividade ao governo local e aos leitores que acompanhavam as notícias sobre o tema. Difundia, sobretudo, que poderia o Estado atingir o progresso num futuro próximo, desde que logo fossem alcançados os objetivos projetados para a recuperação de sua saúde financeira.

A *Gazeta do Sertão*, por sua vez, se mostrava mais preocupada com a situação econômica do país, especialmente em relação aos gastos públicos, que deveriam, na visão do impresso, ser urgentemente contidos e diminuídos. Nessa perspectiva, em editorial de 31 de janeiro de 1890, sob o título “As finanças do Brasil”, no qual se expõe a dívida deixada pela Monarquia, contida em relatoria do ministro da fazenda, Ruy Barbosa, são defendidas medidas importantes para conter as despesas, tais como: reduzir o quadro do funcionalismo, evitar criar novos cargos, limitar as pensões à lei etc.

Mas, como ocorria com a *Gazeta da Parahyba*, os problemas locais também despertavam a atenção do periódico campinense. Para o veículo, as consequências da seca ultrapassavam o limite da fome, liquidando a principal economia do Estado. Em artigo de 7 de março de 1890, o jornal veiculava o artigo “Indústria Pastoril”, chamando atenção para a estagnação do setor diante da falta de ações que buscassem sanar os danos gerados pelas grandes estiagens.

Ao demonstrar a potencialidade do ramo pastoril, afirmando que a criação de gado “é relativamente superior à dos demais estados desta parte setentrional da República”, assim como destacando a cidade de Campina Grande como centro da “maior feira de gado para açougue do norte da República (juntamente com a de Itabaiana, PE)”, o jornal frisava que tal riqueza pública encontrava-se em decadência.

Meses depois, em circulação da citada folha de 26 de novembro de 1890, o tópico “Indústria pastoril” continuava a figurar a primeira capa do veículo. Dessa vez, um cidadão não identificado encaminhou carta à *Gazeta do Sertão*, pedindo que se editasse um artigo que fora publicado no *Jornal do Recife*, alegando “prestar um pequeno serviço à importante indústria pastoril, deste e estados vizinhos, ora atrozmente perseguida por vexatórios impostos que lhe entorpecem e entram o regular desenvolvimento”.

O acatamento do pedido animou o escrevente, que teve trecho de uma nova correspondência publicada na edição seguinte, a primeira de 1891. Junto a veiculação da missiva do leitor, frisava o jornal que há muito tempo o tema vinha sendo abordado em seu suporte por se tratar de um interesse do público, passando a ideia de que a folha se pautava por temáticas que visavam a melhoria do Estado.²²⁵

Em uma série de editoriais denominados “Situação política”, que se alargou pelo mês de julho, o órgão também apontava o que considerava grandes erros da administração de Venâncio Neiva, como a decretação de impostos provinciais e a aquiescência às posturas de diversos municípios. Tais ações, segundo a folha, causavam danos não apenas à economia, mas à própria imagem da República, pois o povo, “envolto n’uma rede de tributos, em seu desespero acusa o novo regime, quando o único culpado é o governador do estado, que por sua inépcia encaminha a Paraíba para o abismo” (*Gazeta do Sertão*, 11 de julho de 1890).

Enquanto a *Gazeta da Parahyba* e a *Gazeta do Sertão* focavam nas questões de cunho econômico, se preocupando em diagnosticar as primeiras necessidades do Estado da Paraíba, no início da era republicana, a *Verdade*, como já mencionado, inclinava-se para o setor educacional, trazendo sempre o tema da instrução para o debate. Vale frisar que a *Gazeta da Parahyba* também discorreu sobre a temática, pautando-se por ela desde 1888, quando foi criado, mas sem a continuidade e a constância que se viu na folha areiense, que intensificou o debate, sobretudo no primeiro ano da República.

Se, durante a Monarquia, a instrução pública já era uma preocupação da *Verdade*, que, aliás, tomava para si a missão de educar o povo por meio da seção “Instrução Popular”, com a chegada da República, o assunto ficaria mais ativo em suas páginas. Ressalte-se que, até o final do século XIX, a Paraíba sofreria duras críticas quanto à qualidade do ensino, não só por parte da imprensa, mas de diretores de instrução, e mesmo presidentes de província, que atribuíam o atraso à falta de recursos (Santos, 2016).

²²⁵ Ver edição de 9 de janeiro de 1891.

Em editorial de 14 de dezembro, intitulado “Instrução Pública”, o impresso fundado por Manuel da Silva colocava a educação como assunto central da República.

É deplorável e vergonhoso o estado de nossa educação pública, toda de resultado negativo. Agora que a pátria entra em uma nova fase, que todo cidadão vai conquistar ampla liberdade de ação em suas funções sociais e individuais, julgamos oportuno de dizer alguma coisa em referência a esse ramo da atividade humana.

[...]

Quem penetrar em um dos estabelecimentos de nossas escolas públicas do interior receberá logo a mais triste e dolorosa impressão de nosso regime de educação à vista da parte material desses estabelecimentos: o ensino faz-se em uma sala imunda, de acanhada capacidade, tendo por únicos móveis uns velhos bancos de madeira e duas ou três mesas nas mesmas condições” (*Verdade*, 14 de dezembro de 1889).

O aperfeiçoamento da instrução pública sempre foi uma luta empreendida nas páginas da *Verdade*, ao denunciar a falta de estrutura das escolas, a precariedade do ensino e a deficiência na formação dos professores. A somar-se, o jornal destacava, ainda, o despreparo dos docentes, o que considerava uma ausência de vocação, e reconhecia a profissão como mal retribuída.

Por outro lado, a folha não anulava a esperança de ver mudanças no cenário da educação, ao finalizar o citado texto da seguinte maneira: “à frente da nossa instrução pública acha-se atualmente o Dr. Rodolfo Galvão, moço de ideias adiantadas e espírito bem cultivado: querendo muito poderá dar à educação pública desde estado uma boa organização” (*Verdade*, 14 de dezembro de 1889).

O foco na educação seguiria no ano de 1890. Em 24 de janeiro, mais um editorial denominado “Instrução Pública” chegava aos leitores. Assim iniciava o escrito: “Em outra ocasião ocupou-nos a atenção o assunto que encima estas linhas; e, em cumprimento dos deveres que nos impõe a ponderosa tarefa do jornalismo, julgamo-nos sempre obrigados a, de vez em quando, fazer dele objeto capital de nossa atenção (*Verdade*, 24 de janeiro de 1890).

Colocando-se na posição de quem tinha a obrigação de cobrar por esse direito, o impresso apregoava por uma formulação urgente no ensino, ao classificar como deplorável a situação na Paraíba, sobretudo no que se referia à instrução primária, que, segundo a folha, estava longe de atender as exigências das ciências contemporâneas.

Destacava a *Verdade*, ainda na referida edição, que “o Estado da Paraíba é o mais atrasado que conhecemos neste ramo de atividade”,²²⁶ detectando como fator determinante no agravamento do quadro educacional a baixa remuneração dos professores, especialmente os do nível primário, condição que tornava, na esteira do jornal, o ramo da educação pouco atrativo aos que melhores estariam capacitados para o ensino.

Uma das causas que preponderantemente concorre para o desprestígio da nossa instrução pública é incontestavelmente a mesquinha retribuição que se dá aos professores.

[...]

Não sabemos que motivo de ordem superior determina estabelecer-se uma sensível disparidade entre os vencimentos dos professores primários e secundários, quando é certo que, além de não dever existir diferença hierárquica entre eles, a tarefa dos primeiros é mais árdua, senão mais importante.

[...]

É preciso não centralizar na capital o ensino secundário, privando-se desta sorte as populações menos favorecidas do centro de participar de seus benefícios, quando todos contribuem, na proporção de seus recursos, para a manutenção desse ensino (*Verdade*, 24 de janeiro de 1890).

Compreendendo a educação como instrumento primordial para o desenvolvimento social, e era esse o discurso civilizatório que vigorava naqueles tempos,²²⁷ o impresso defendia não apenas um melhor rendimento para os professores e a equiparação de salários entre docentes de classes diferentes, mas, sobretudo, a expansão do ensino secundário para o interior, criticando o fato de escolas secundárias serem exclusivas da Capital. A centralização dificultava, de acordo com o jornal, a continuidade dos estudos para quem morava em cidades distantes. Por outro lado, investir na educação era, para o jornal, um dever republicano.

Em 30 de janeiro de 1890, a *Verdade* veiculava o editorial “Administração do Estado”, no qual dizia reconhecer o que chamou de louvável empenho do governador em restaurar as finanças do Estado. Mas, no mesmo escrito, apontava “censuras contra o governador em face da supressão de muitas cadeiras que tem ultimamente assinalado os atos administrativos desse cidadão”.

Argumentava a folha que era de se esperar, diante de um novo tempo em que se proclamava o alargamento dos direitos dos povos, que “se multiplicassem as escolas, se

²²⁶ Concepção semelhante se verifica no ano anterior, em editorial do jornal *Arauto Parahybano*, publicado em 6 de junho de 1888.

²²⁷ Ver: ANANIAS, Mauricéia. *As escolas para pobres: instrução, trabalho e civilização: Campinas-SP, 1860-1889*. João Pessoa: UFPB, 2015.

liberalizassem os meios de educar esse povo para fazê-lo melhor compreender os seus deveres ante o novo papel que tem de representar na sociedade que se reconstitui” (*Verdade*, 30 de janeiro de 1890).

O debate prosseguiria no editorial da edição seguinte, de 31 de janeiro, intitulado “Supressão de cadeiras de instrução primária”. A publicação posterior, de 1º de fevereiro de 1890, aplaudia a disponibilidade de um curso de instrução secundária particular, mas advertia que a oferta deveria ser do poder público, pois o ônus iria pesar no bolso do povo. Para o jornal, “não se compadece com o regime da democracia privar-se uma população dos meios de estimular o seu desenvolvimento”.

Ainda no editorial publicado no primeiro dia de fevereiro de 1890, a *Verdade* alertava que era preciso fazer, na gestão pública, economia para tudo, menos para a educação. Investir no citado setor, seria, na vertente do impresso, apostar na transformação da sociedade.

Não se deve cogitar de medidas de economia quando se trata da instrução do povo, porque as experiências e os fatos demonstram à sociedade que naqueles países onde a população ignorante predomina sobre a população instruída, como acontece entre nós, o desenvolvimento da fortuna pública e particular é impossível ou se faz mui lentamente. (*Verdade*, 1º de fevereiro de 1890).

Novamente, o tema da instrução pautava a *Verdade* em 28 de fevereiro de 1890. No editorial “Instrua-se o povo”, o impresso frisava que a educação deveria ser uma prioridade para o governo republicano, ou seja, figurar acima de qualquer outro ramo administrativo. Afirmava o periódico que a consciência dos direitos e dos deveres dependia do acesso à educação.

As duas grandes reformas sociais que se operaram no Brasil em anos consecutivos, vindo uma como corolário da outra, a extinção do elemento servil e a proclamação de um sistema de governo democrático – ampliando consideravelmente os direitos e deveres do homem, descendo a chamar todas as camadas da sociedade a coparticiparem da direção dos negócios públicos, reclamam forçosamente um âmbito mais vasto nos domínios da instrução popular.

[...]

É, pois, a educação do povo a questão que deve sobre todas as outras preocupar seriamente o governo [...]

Estamos em um estágio de vida social e política em que essa necessidade torna-se mais palpitante, para que não continue o povo, sem consciência clara de seus direitos e deveres, a ser um simples elemento de exploração por parte de uma classe a quem melhor fortuna colocou em posição superior (*Verdade*, 28 de fevereiro de 1890).

Tomando a República como um regime no qual deva prevalecer a soberania popular, a *Verdade* advertia para a necessidade de se expandir a instrução às classes populares, sem que houvesse qualquer contenção de verba para esse fim, pois, na esteira do órgão, qualquer tentativa de frear investimentos no setor seria um entrave ao progresso social.

O alargamento da esfera educacional surgia nas páginas da *Verdade* como uma transformação inerente aos novos tempos, pois sem a instrução “a soberania do povo continuará a ser uma mentira envolta nos mesmos artificios urdidos pelo regime decaído” (*Verdade*, 28 de fevereiro de 1890).

A conclamação para que se multiplicassem os estabelecimentos de ensino pela Paraíba seguia na edição de 3 de março de 1890, sob o editorial “O livro e a escola”. Fazia a *Verdade* um diagnóstico ainda mais negativo sobre a educação no Estado da Paraíba, afirmando que há anos não se via investimento na área, apenas retrocesso. Entendendo a escola como luz da civilização, apregoava a *Verdade* como lema: “escola por toda a parte onde houver um cérebro pensante” (*Verdade*, 3 de março de 1890).

A queixa em torno das escolas primárias, tanto no aspecto estrutural dos prédios onde se encontravam alojadas quanto em relação à metodologia aplicada em sala de aula, davam o tom da edição da *Verdade* de 23 de abril de 1890, quando mais um editorial intitulado “Instrução Pública” vinha à tona.

Lamentável é o estado de nossas escolas primárias e múltiplos são os defeitos que as deturpam, desde a carência de habilitações profissionais do pessoal docente destituídos de orientação moderna para o exercício de tão importante função social, até os edifícios escolares que estão muito longe de satisfazer os requisitos de estabelecimentos para tal destino.

[...]

As nossas escolas de hoje são as mesmas do velho tempo: os mesmos sistemas viciados de ensino que atrofiam as faculdades mentais das crianças [...]

O método intuitivo que desperta as energias latentes das tenras inteligências; o ensino objetivo que educa os sentidos, apurando-os e desenvolvendo-os, para converter-se a criança em consciente observador, ainda não teve entrada em nossas escolas (*Verdade*, 23 de abril de 1890).

O lamento em torno da precariedade do ensino elementar prosseguiria na edição seguinte da *Verdade*, de 24 de abril de 1890. No mês subsequente, em de 10 de julho de 1890, a instrução pública era mais uma vez tema de editorial. Demonstrava o jornal sua decepção com a conduta da primeira administração do Estado no que denomina de “nova fase de vida social e política”. Para a *Verdade*, na base da organização perfeita da coisa pública estaria o exame cauteloso da condição financeira e o investimento na educação do povo.

As críticas ao sistema de ensino na Paraíba voltariam a estampar a *Verdade* nos editoriais de agosto de 1890, sob a denominação “Instrução popular”. Nos escritos, os redatores focam na difusão da instrução, mas enfatizam: “não queremos dizer que o ensinamento às massas rudes continue a praticar-se como até hoje se tem feito em nosso Estado, provendo cadeiras de instrução primária com um pessoal inteiramente inepto” (*Verdade*, 26 de agosto de 1890).

Relatava o impresso, em publicação de 28 de agosto de 1890, que não eram poucas as escolas de instrução elementar no Estado, entretanto não se teria razão, segundo a folha, de se julgar bem amparada a causa da educação popular, ao considerar os centros de ensino pela qualidade: “a partir da capital, não temos um estabelecimento de instrução que mereça este nome, que o encaremos pelo lado moral quer pelo lado material”.

Em julho de 1891, a *Verdade* relacionava o desenvolvimento social ao grau de instrução facilitada aos habitantes de cada lugar. Apontava, no editorial de 11 de julho de 1891, o fato do governo francês ter investido grandes quantias na educação, “em detrimento de outros ramos da administração pública”. Observava a folha que, mesmo sendo alvo de críticas por isso, o resultado foi positivo, já que “a França conseguiu constituir-se a mais adiantada potência da Europa”.

Para a *Verdade*, a instrução deveria ser uma constante preocupação dos brasileiros, “porque nela se afirma o futuro do Brasil [...] Instruamo-nos, pois; exige o patriotismo”. Assim, o impresso argumentava que a esperança de um futuro próspero para o país estava ligada diretamente à atenção que se dava ao setor educacional.

O problema da educação parecia não ter tido uma solução, mesmo diante de tantas críticas e sugestões. Dois anos depois, citações ao setor ainda são observadas nas páginas da *Verdade*. Na edição de 27 de julho de 1893, eram reivindicadas, em artigo assinado por Fiat Lux, ações relevantes para democratizar o ensino, tais como: a oferta de aulas noturnas e, sobretudo, medidas que obrigassem os analfabetos a frequentarem-nas.

Mais cadeiras de instrução primária também eram reivindicadas, na citada publicação, para Areia, pois “as duas cadeiras do sexo feminino e masculino desta cidade não satisfazem plenamente sua população”. Tudo isso sem que fosse preciso criar mais impostos, “porque cremos que os que atualmente existem são suficientes para fazerem faces a estas despesas” (*Verdade*, 27 de julho de 1893). Para o escrevente, “o povo vive onerado de impostos, e entretanto, pouco ou quase nada tem obtido de recompensa”.

Como se percebe, a problemática da educação na Paraíba não se ausentou da pauta da *Verdade*, ao menos, nos primeiros quatro anos após a Proclamação da República, atingindo-se

o auge de cobranças e propostas voltadas ao setor em 1890, talvez porque fosse aquele o ano que se seguiu ao advento da República, estando nele depositadas as maiores esperanças em torno de mudanças e transformações na sociedade.

A instrução pública era uma preocupação constante para os que faziam a *Verdade*, pois, como destacaram na edição de 7 de setembro de 1893, o principal fator de prosperidade de um povo achava-se, naquele momento, no Estado, “quase que em completo aniquilamento”. Essa realidade tornara-se inaceitável na era republicana, assim como outras enumeradas no próximo tópico.

5.3 DIREITOS: O QUE NÃO SE ADMITE NA ERA REPUBLICANA

Já se argumentou, no tópico anterior, que exercer a cidadania no início da República significava estar em movimento, em ação constante, em prol da consolidação do regime político implantado em novembro de 1889. Tal concepção fora posta em prática na e pela imprensa quando problemas foram apontados e, ao mesmo tempo, indicaram-se possíveis soluções visando à constituição de um novo tempo.

Mas, da pena do jornalista, tida como uma arma de combate, concepção utilizada pela *Gazeta da Parahyba* em artigo publicado ainda em 9 de junho de 1888, além das ocorrências relevantes, não escapavam os pormenores do cotidiano, a vivência em sociedade e todas as suas implicações.

O sentimento e a consciência de República norteavam a *práxis* jornalística de tal modo que o dia a dia entrava na pauta dos jornais pelo filtro da representação do que era esperado e do que não se admitia em um regime que se acreditava ser moldado em bases democráticas. Principiava-se, assim, um processo de redefinição de valores alocados em contraposição a um quadro de experiências modelado por um passado monárquico.

Para se ter uma ideia, República e democracia estavam intrinsecamente relacionadas na concepção da *Gazeta da Parahyba*. Acreditava-se em um governo mais representativo e em sintonia com o interesse popular. Em 19 de dezembro de 1889, o impresso indagava, no artigo “A democracia”, a respeito do que fora até bem pouco tempo o vocábulo povo. Respondeu, em seguida, que se tratava de uma palavra onomatopaica, sem preâmbulos.

A atenção ao termo recaía no novo presente político. Destacava o jornal que a categoria povo passou “a figurar no primeiro plano da política”. Ao mesmo tempo, alertava que era preciso que “ele se compenetre da importância do papel que lhe cabe nas funções da vida pública”.

Seguindo os argumentos de Maria Emília Prado, no que diz respeito à política, a palavra povo tem um sentido bastante próprio. Com base em G. Burdeau, adverte a autora para “o perigo de se querer confundir esse povo com o sentido físico da palavra, ou seja, todos os indivíduos que integram a sociedade, pois o povo em seu destino político é constituído por aqueles dotados de vontade e interesse próprios” (Prado, 2005, p. 97). Percebe-se, assim, que a democracia se constituía, na esteira do jornal, na base fundamental do novo regime, mas, por outro lado, era necessário querer participar dele, tornar-se atuante.

Como bem afirmava a *Verdade*, em seu editorial de 10 de maio de 1890, “a transformação política operada pelo acontecimento de 15 de Novembro abriu para o povo brasileiro uma nova era político-social”. Estendendo tal perspectiva propagada pela *Verdade* aos demais jornais aqui referidos, constata-se que noções em torno de bem-estar, equidade, segurança, justiça, mérito e transparência começaram a figurar nas páginas de impressos jornalísticos paraibanos para justificar ou rebater o que era passível de se aceitar no contexto em formação.

Frisa-se que esse tipo de abordagem foi detectado com mais frequência na *Gazeta do Sertão* e na *Gazeta da Parahyba*. Não é à toa, aliás, que essa última mencionava, na edição comemorativa referente aos seu aniversário de dois anos de existência, publicada em 8 de maio de 1890, que tinha como objetivo contribuir para o “progresso e civilização deste Estado”.

Voltando um pouco no tempo, a dois dias de completar um mês da proclamação do regime republicano, o periódico de Eugênio Toscano de Brito levantava um debate, na edição de 13 de dezembro de 1889, que mantinha relação direta com a implantação da República no país. Era criada uma expectativa em torno do direito de igualdade na ocupação de cargos públicos.

Tomando a coluna “Vita Nueva”, os vocábulos mérito e talento chegaram à primeira página da *Gazeta da Parahyba* para combater a importância dada ao nascimento, quando se tratava do serviço público, fato corriqueiro durante a antiga ordem política.

Favorecimentos e privilégios seguiram como alvos de combate na imprensa, que tinha repulsa a qualquer tipo de ação dessa natureza. Adianto algumas edições para demonstrar mais um fato extraído da *Gazeta da Parahyba*, publicada em 15 de abril de 1890, quando foi veiculado o artigo intitulado “Boa medida”. Nele, o impresso felicitava o governo por ter rescindido o contrato com uma fábrica de tecido, estabelecido no ano anterior.

O digno governador Dr. Venâncio Neiva acaba de praticar um ato assaz louvável e de grande alcance para o progresso material do Estado da Paraíba,

rescindindo o contrato firmado em 22 de abril de 1889 entre o vice-presidente de então e a Casa Cahn Freres & C^a.

[...]

Com efeito, não há maior absurdo do que a concessão de privilégios para fábricas de tecidos que devem ser consideradas meros estabelecimentos comerciais [...]

O privilégio, quando não é a garantia de uma inversão, é uma espécie de patronato que deve ser banido para sempre no regime atual (*Gazeta da Parahyba*, 15 de abril de 1890).

Pela perspectiva da folha, atos administrativos de tal natureza seriam inadmissíveis em um governo republicano. O contrato foi considerado “ilegal e inconveniente”, mediante o fato, como se detalharia em artigo publicado posteriormente (19 de abril de 1890), de que à empresa teria sido concedido o prazo de 20 anos de isenção de impostos e direitos provinciais e municipais sobre matérias indispensáveis para o estabelecimento e manufatura de produtos.

Mas, o periódico não teria ficado apenas na esfera das concessões tributárias. O contrato firmado entre o Governo e a fábrica de tecido fez o jornal levantar questões de outra natureza. Apontou como uma forma de escravização, e uma agressão à liberdade, forçar órfãos menores de idade a trabalharem gratuitamente nas instalações da Casa Cahn Freres & C^a. De tal modo, indagava o periódico: “Qual a vantagem que decorreria para o Estado deste ato imoralíssimo de patronato? Qual a conveniência, para as crianças, dessa longíssima e inusitada aprendizagem? Qual a garantia que o vice-presidente estatuiu em favor delas para quando atingirem a idade de 21 anos?” (*Gazeta da Parahyba*, 24 de abril de 1890).

Dessa maneira, procedia o referido jornal acompanhando de perto as ações do poder público, seja se posicionando criticamente a algumas medidas, seja apoiando outras. Entre alguns leitores do citado impresso, a ideia de um país sem privilégios parecia ter também ganhado terreno, como revela a correspondência de um particular veiculada na edição da *Gazeta da Parahyba* de 20 de abril de 1890.

Na carta, o autor dizia não acreditar na concretização de uma constituinte. Para ele, depois de diversos projetos apresentados, o governo federal fundiria um só decreto, que poderia, em sua opinião, ser retocado em novembro daquele ano pelo congresso ordinário. Mas, de uma coisa o escrevente tinha certeza de acontecer: “o governo da República pretende tomar uma resolução altamente moralizadora: proibir a transferência de concessões e privilégios”.

Em outra missiva, chegada do município de Souza e veiculada nos exemplares da *Gazeta da Parahyba* de 24 de abril de 1890, o autor demonstrava, pelo conteúdo relatado, que havia uma consciência, ou mesmo uma noção mínima, de que se iniciava uma época em que o direito à equidade deveria ser contemplado a todos os cidadãos brasileiros.

Depois de discorrer sobre como se encontrava a pastagem para o gado em sua terra após três dias sem chuvas, o escrevente trouxe a público uma situação envolvendo o agente dos correios da cidade, juntamente com a indignação da população com o caso. Assim, constava na carta:

Com surpresa para a população desta cidade foi demitido de agente de correios o cidadão Manuel da Costa Gadelha, que desempenhava este emprego com zelo e a contento de todos.

Em uma época em que a equidade deve ser equivalente para todos os cidadãos brasileiros, é de estranhar o procedimento do ilustre cidadão e administrador dos correios, por ter deixado entrar nas suas serenas funções o ódio pessoal e a pequena politicagem de aldeia.

Por que demitiu o cidadão Dulcídio, administrador dos correios deste Estado, ao cidadão Manuel da Costa Gadelha, agente zeloso do correio de Souza?

Seria porque esse cidadão é um homem honesto, severo cumpridor dos seus deveres e um dos melhores agentes de correio do Estado? Ou seria porque o ilustre cidadão quis servir a pedidos de amigos que pouco importam comprometer a altos empregados da pátria? Que o diga a sua consciência (*Gazeta da Parahyba*, 24 de abril de 1890).

O referido texto, publicado na seção “Correspondência”, originalmente escrito em 8 de abril e assinado pelas iniciais S. M., transmitia a ideia de que atitudes norteadas por interesses pessoais, ódios ou vinganças, eram requisitos que não poderiam sobrepor o mérito no regime republicano, intuindo-se que tais sentimentos, no âmbito do poder público, poderiam reinar em outro momento histórico, mas que jamais deveriam ser aceitos no regime atual.

Vislumbrava-se que uma luta contra as práticas consideradas, na época, como imorais, ou seja, respaldadas no apadrinhamento político, teria entrado, desde o início da implantação da República brasileira, na pauta do impresso comandado por Eugênio Toscano de Brito, bem como adentrado as rodas de conversas protagonizadas, ao menos, por alguns dos leitores da *Gazeta da Parahyba*.

Um caso especial envolvendo abuso de poder público, arbitrariedade e direito à informação se disseminou pelas páginas da *Gazeta da Parahyba*, e logo entrou no domínio público, a partir da primeira semana de junho de 1890. Tratava-se do afastamento do jornalista Arthur Aquiles da função de segundo escriturário da Fazenda do Estado.

O fato veio à tona no dia 8 do referido mês, quando o impresso, ao denominar o episódio de “arbitrariedade”, relatava que o inspetor da Fazenda, Turíbio Guerra, suspendeu por 15 dias Aquiles e seu colega de trabalho por não terem entregado o lançamento de impostos industriais

e de profissões dentro do prazo estipulado, desconsiderando que o primeiro estava doente e teria apresentado atestado médico.²²⁸

No dia 11 de junho de 1890, o jornal veiculou o editorial “O Sr. Turíbio Guerra”, que prosseguiu na edição seguinte. Nele, revelava qual teria sido o real motivo da suspensão de Arthur Aquiles, apontando que a nomeação dele ia de encontro a interesses particulares, pois contrariava a vontade do secretário do inspetor, que, por sua vez, tinha a perspectiva de ver ocupando o posto seus “afilhados”.

Indagava o jornal, ainda no editorial da edição citada: “E o Sr. Turíbio Guerra [...] sabe porventura quanto custa, quando se tem brio e dignidade, zelar a dupla honra de funcionário e de cidadão?” O texto vai além, ao dizer que a República deveria dispor de um inspetor mais bem preparado para assumir o cargo, sendo Turíbio considerado, inclusive, muito inferior a alguns nomes que ocuparam o posto durante a Monarquia.²²⁹

O posicionamento de Arthur Aquiles sobre o caso no qual ele era o principal atingido seria publicado na edição de 14 de junho de 1890, na seção “A Pedidos”, sob o título “A minha suspensão e o Sr. Turíbio Guerra”:

Venho à imprensa com a minha assinatura tratar de um fato que já está no domínio público – a suspensão que me foi imposta pelo Sr. Turíbio Guerra. Esta pena com que a lei manda fulminar os empregados omissos no cumprimento dos seus deveres, e aqueles que se tornam insubordinados no recinto das repartições, faltando com o respeito devido aos seus superiores, foi-me aplicada pelo Sr. Turíbio sem o menor fundamento legal e pelo simples desejo de que aquele Sr. foi tocado de ferir a minha reputação de funcionário, e atirar uma mancha na minha carreira pública. Há seis anos que exerço empregos e durante esse longo tempo, digo-o com orgulho, nunca recebi dos meus chefes a mais leve advertência. [...] Sempre procedi de modo a impor-me ao respeito e consideração deles, que viam em mim um funcionário ativo, assíduo e avesso a intrigas e bajulações (*Gazeta da Parahyba*, 14 de junho de 1890).

Arthur Aquiles ainda relatou que se surpreendeu com a portaria que imputava ao serviço de lançamento de impostos um prazo de conclusão de 30 dias, embora o período legalmente

²²⁸ Segundo o jornal, ao determinar a conclusão do lançamento em 30 dias, e dispensá-lo fora da Capital, o inspetor infringia o Decreto 9.766, de 14 de julho de 1887, que aplicava o prazo de 90 dias. Ainda de acordo com a *Gazeta da Parahyba*, também se exigia no citado documento que se entregasse ao coletado uma via do aviso impresso, para que ficasse ciente de “sua contribuição perante a fazenda pública e poder em prazo determinado e fixo fazer a sua reclamação”. Tais procedimentos, na ótica do periódico, seriam impraticáveis no período exigido por Turíbio Guerra, a somar-se o tempo que ficou doente. Ver edição da *Gazeta da Parahyba*, de 11 de junho de 1890.

²²⁹ Discorre o impresso: “E a tesouraria de fazenda da Paraíba que, durante o Império e para falarmos dos últimos, teve inspetores como Castro Nunes, Roldopiano Padilha e Alonso de Almeida, vê que o primeiro inspetor que lhe manda a República podia quando muito ser um medíocre praticante confrontado com eles!” (*Gazeta Da Parahyba*, 11 de junho de 1890).

previsto fosse de 90. Àquela altura, afirmou Aquiles que o trabalho se encontrava bastante adiantado, mas ainda faltando muito para concluí-lo, “quando a 27 de maio dirigimos uma representação ao Inspetor da Alfândega articulando os motivos que nos inibiam de terminar a comissão, e solicitando a prorrogação de vinte dias de prazo” (*Gazeta da Parahyba*, 14 de junho de 1890).

Ao ser transmitida a representação a Turíbio, esse lançou um despacho, no qual qualificava Arthur Aquiles e seu colega de “caprichosos, capciosos e pouco assíduos”, e acabou concedendo apenas oito dias de prazo. Entretanto, no dia 1º de junho Aquiles fora acometido por uma febre persistente: “no dia seis comuniquei o fato ao meu superior [...] a fim que este providenciasse em ordem a que eu ou fosse substituído na comissão, ou fosse novamente prorrogado o prazo pelos vinte dias”.

Contudo, ao ter ciência do quadro de saúde de Aquiles, o inspetor baixou uma portaria demitindo-o da comissão e suspendendo-o por 15 dias das funções públicas. Ignorando os motivos de seu desligamento, Aquiles solicitou ao inspetor a exposição das causas de sua demissão, que foi negada. Por esse direito de informação, recorreu Aquiles à justiça.²³⁰

O processo contra Turíbio Guerra, para que expusesse os motivos da demissão, seguiu nas edições subsequentes. O tema movimentou o jornal, que criticava a postura do inspetor e pedia a intervenção do governo no caso, e provocou o posicionamento dos leitores. O debate prosseguiu durante quase todo o mês de junho nas páginas da *Gazeta da Parahyba*. Não se falava em outra coisa na Capital. Cartas eram enviadas ao escritório da folha, nove delas foram publicadas em seção destinada ao gênero, todas assinadas pelo cidadão Oríbio Batalha.

Na última missiva, veiculada em 22 de junho de 1890, Oríbio Batalha apontava que negar uma certidão expondo as causas da demissão de um servidor teria sido um dos principais erros de Turíbio Guerra, porque, segundo ele, “é incompreensível, que uma portaria, dispensando um funcionário deste ou daquele trabalho, que lhe tenha sido cometido, constitua um documento reservado”, justificativa utilizada pelo inspetor. O escrevente apelava, assim, ao entendimento de um princípio de publicidade dos atos públicos, já que, no caso em questão, a sua não observância estava comprometendo o direito da parte prejudicada de se defender.²³¹

²³⁰ Em 17 de junho de 1890, o jornal noticiava, por meio do título “Processo Turíbio Guerra”, que o juiz de direito da comarca da Capital determinou que, sendo a queixa formulada por Arthur Aquiles e documentos remetidos por cópia ao querelado, este respondesse dentro de quinze dias.

²³¹ Na segunda página dessa mesma edição do impresso, na seção “A pedidos”, Aquiles voltava a falar de sua demissão, e afirmava que ela não teria relação direta com Turíbio, mas com o fato de que a pessoa que o nomeou para o cargo, Gama Rosa, teria desavença política com o ministro Ruy Barbosa. Com isso, o assunto chegava ao fim.

O caso serviu para ilustrar como o exercício da cidadania se refletia na repulsa à violação ao direito de resposta, à arbitrariedade e aos interesses pessoais em detrimento do interesse público, demonstrando como tais questões ganharam importante dimensão discursiva, por meio da imprensa, nos primeiros meses da República brasileira.

Uma indignação diante do acontecido parece ter acalorado os ânimos de alguns cidadãos contemporâneos a Aquiles, que se interessaram pelo caso e argumentaram em favor de um desfecho justo. A própria extensão temporal e uma tomada cada vez maior de espaço e destaque nas páginas do jornal apontam para o fato de que o caso despertou a atenção de grande audiência.

Ressalta-se que o entendimento do que era ou não aceitável na República já vinha sendo explorado, na perspectiva aqui tratada, há bastante tempo pelo veículo. Algumas das referidas dimensões conceituais despontavam na *Gazeta da Parahyba* em editorial publicado em 9 de fevereiro de 1890.

Na citada publicação, o redator da *Gazeta da Parahyba* deixava claro que o novo regime não poderia atuar de forma semelhante à Monarquia, aliás reforçando que a República deveria ser um modelo para todos, sobretudo em questão de retidão e seriedade diante dos compromissos contraídos, em referência à recusa do Governo de pagar serviços prestados e liquidados, prática que já durava, segundo o impresso, 14 anos.

De tal modo, criticava a *Gazeta da Parahyba*: “É isto decente? O governo tem o direito de usufruir gratuitamente o trabalho alheio? [...] Será justo, porventura, que continue a proceder a República do mesmo modo [que a Monarquia], ela que nasceu em nome da dignidade do povo (*Gazeta da Parahyba*, 9 de fevereiro de 1890). A República como o oposto da Monarquia e, portanto, compatível com um mundo mais equilibrado, ia ganhando forma e se propagando.

Em outra passagem do editorial acima transcrito, fazia a gazeta uma denúncia sobre a condição precária da Casa de Misericórdia. Argumentava o órgão de imprensa que a instituição não poderia permanecer sem o auxílio do governo no novo regime, da mesma forma como foi, segundo a folha, tão negligenciada pelo poder público durante o Império. Assim, perguntava aos leitores: “A República pode cruzar os braços diante de semelhante quadro?” (*Gazeta da Parahyba*, 9 de fevereiro de 1890).

Pode-se também identificar a maneira como a representação de República se dava em seu estado nascedouro, ao se examinar como as questões sociais eram postas em pauta. Um problema da época que pedia debate urgente, segundo a *Gazeta da Parahyba*, dizia respeito à polícia. Como mesmo salientava o jornal, em nome da “causa pública” e da “reconstrução da pátria”, advogava em favor de uma reforma da corporação e da formação profissional do

policial. A necessidade de uma profissionalização da corporação policial era, para o jornal, uma questão de “segurança do cidadão”.²³²

Entretanto, uma das questões mais recorrentes que se discutia nas páginas dos jornais daqueles tempos dizia respeito à seca, bem como às consequências humanitárias inerentes a tal calamidade. Salienta-se que a crise gerada por três grandes secas (1877/1889/1890), pela queda na venda do algodão, com o fim da guerra de Secessão, e pelo declínio do setor açucareiro revelam as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pela Paraíba a partir da década de 1870 (Gurjão, 1994).

A fome se tornaria uma temática cara aos jornais da época. Informações sobre a precariedade da população sempre chegavam de várias partes da Paraíba, e mais uma vez os impressos se tornavam uma voz ativa contra esse estado de coisas, sendo por meio deles que se buscava espaço para reivindicar e denunciar aquilo que era considerado um crime moral numa época de República.

A indignação com a problemática não ficava apenas sob a responsabilidade dos redatores do jornal. Correspondências tratando o fato chegavam dos interiores do estado, apelando ao governador por providências. “Noite e dia, as ruas desta cidade se acham apinhadas de homens, mulheres e meninos nus, esqueléticos, mortos a fome”, assim constava em carta, publicada em 21 de março de 1890, oriunda de Mamanguape.

Em outra edição da folha, bem anterior à acima referida, publicava-se um manuscrito, oriundo do município de Sapé, dirigido ao governador da Paraíba. Assim, versava a carta, ao afirmar que sem socorros públicos seria impossível melhorar as condições de vida da população, classificadas como precárias: “Ao ilustre governador deste Estado, em nome da população faminta, pedimos que lance as suas vistas sobre esta localidade” (*Gazeta da Parahyba*, 31 de janeiro de 1890).

No âmbito do querer, requisitar e propagar uma República que em nada fosse parecida com a antiga ordem, o impresso argumentava que a casa de misericórdia não poderia ficar desprovida do auxílio do novo governo, ao passo que abria espaço para a afirmação de que em tempos de República não poderia prevalecer a fome.²³³

²³² Ver edição da *Gazeta da Parahyba* de 13 de maio de 1890.

²³³ Em edição de 23 de março de 1890, o jornal traz em sua segunda página uma nota denominada tempo, na qual relata a chegada da chuva, mas frisa a permanência da fome por um longo período: “ao que parece vamos ter inverno de serra abaixo, zona onde as chuvas faltavam e estavam fazendo triste contraste com o sertão, que está todo muito bem chovido. Entretanto a miséria e a fome ainda continuarão por meses” (*Gazeta da Parahyba*, 23 de março de 1890).

Sobre a questão, a *Verdade*, em edição de 12 de fevereiro de 1890, fazia circular o editorial “Horrores da fome”. Acerca das calamidades provocadas pela seca na zona rural, o impresso relatava que “as propriedades rurais enchem-se de famintos quase nus, em estado de despertar comiseração aos mais apáticos e endurecidos corações, prorrompendo em clamores de indignação contra o governo da República que os deixa morrer à mingua” (*Verdade*, 12 de fevereiro de 1890).

O jornal fazia uma dura crítica ao governo federal, acusando-o de não promover a melhoria da situação:

Foi-se o governo da monarquia, sob o qual milhares de contos desviaram-se dos cofres públicos do Estado com o simulado destino de vir matar a fome dos indigentes; veio o governo da República e pouco ou nada tem feito ainda, ao menos em relação ao Estado da paraíba, no sentido de suavizar os rigores da situação dos famintos. Tem, porém, este a atenuante de achar-se há pouco tempo na investidura do poder e lutando com múltiplas dificuldades econômicas legadas pela situação decaída. Entretanto, o assunto de que nos ocupamos é de natureza a reclamar urgente medida (*Verdade*, 12 de fevereiro de 1890).

A *Gazeta do Sertão* retornava suas atividades, em 1890, também impulsionadas pela preocupação que abrangia a problemática da fome. Posicionando-se, na linha dos demais jornais, contra uma situação de precariedade, que seria, em sua concepção, desconexa com a nova ordem, a citada folha veiculava, em 3 de janeiro de 1890, o artigo denominado “Seca”.

Conclamava o jornal que fosse conferido um encaminhamento diferente daquele praticado até então, centrado apenas na distribuição de alimentos. Ou seja, dizia que era dever da República impor soluções estruturais para a questão, e não focar em ações paliativas e ineficientes, como, segundo a *Gazeta do Sertão*, acontecia durante a gestão monárquica. “Cumpra ao governo republicano, que em boa hora se consolidou no país, dar nova direção a esse estado de cousas”, enfatizava a folha em editorial publicado no dia 3 de janeiro de 1890.

Para o impresso, a República deveria encarar a situação de forma urgente porque não se podia admitir, diante da representação positiva construída em torno do sistema republicano, que a “nova era” política brasileira permitisse que o cidadão continuasse vivendo em estado de miserabilidade. Mais que isso, postulava-se que seria preciso ir além, dando-se condições para que as pessoas vitimadas pelas longas estiagens e pela falta de comida fossem capazes de superar tais adversidades, sem precisarem recorrer diretamente aos “socorros públicos”, como se dizia à época.

Pode-se observar que se tornava para a gazeta uma questão moral tratar o problema da seca, sobretudo adotando uma linha que buscava apontar soluções, como é possível constatar em seus exemplares de 22 de janeiro de 1890, ao relatar o fato de que grande número de famílias teria deixado a Comarca de Campina Grande.

Mais de cem famílias tem saído desta comarca, abandonando suas casas.

[...]

Existe somente um meio de salvação: o salário pelo trabalho; e este urge que seja sem demora empregado pelo governo.

Por esta medida salvadora pugnamos, há mais de um ano, em uma série de artigos, o prolongamento da nossa via férrea até esta cidade, e a construção de açudes em toda zona sertaneja.

[...]

Clamamos hoje perante o governo republicano, e esperamos que ele, que mais de perto deve sentir os sofrimentos do povo, atenda as calamitosas circunstâncias da pobre Paraíba (*Gazeta do Sertão*, 22 de janeiro de 1890).

Destacava o jornal, ainda no editorial anteriormente recortado, que sua missão em prol da referida causa social já transcorria por mais de um ano. Nessa direção, ao acusar a Monarquia de não atender aqueles que mais sofriam com a seca, enquadrava o Governo Provisório, indicando-lhe a direção que deveria tomar: “a República deve agora provar ao povo por meio de medidas prontas e enérgicas que é um governo paternal e na altura destas terríveis secas que têm periodicamente assolado a Paraíba” (*Gazeta do Sertão*, 22 de janeiro de 1890).

Como já ressaltado, acreditava-se e defendia-se que se estava em vigor uma nova forma de se fazer política, e que tal prática precisaria, no entendimento do jornal campinense, ser norteada pelos princípios mais inclusivos. Ainda na perspectiva da folha, o povo deveria ter seus próprios salários, condição frisada pelo jornal como decente, honrosa, republicana, ao contrário de se viver em constante dependência do Estado. E um modo de ver tal perspectiva ganhar contornos de realidade seria, na visão do periódico, investir em obra pública, o que geraria empregos e renda.

O viés paternal defendido pelo suporte não se relacionava à defesa de uma condição unilateral de dependência, mas de uma relação de deveres de ambas as partes, governo e população, culminando em investimento e trabalho. A discussão em torno da temática da seca perpassaria as páginas da *Gazeta do Sertão* no decorrer de publicações diversas, durante o ano de 1890.

A partir da edição de 28 de fevereiro, um novo problema seria posto em debate pelo jornal, juntamente com a fome. Na ocasião, o impresso veiculou o editorial “A fome e a sede”,

no qual afirmava que o alastramento de tais calamidades já estaria se dando entre praticamente todas as camadas da sociedade. No texto, há ainda uma cobrança quanto ao que se esperava do atual governo.

Tocou o auge do desespero!

A sede sem exceção a todos acomete, a par da fome que já vai invadindo as camadas médias da nossa sociedade e ameaçando não poupar as mais elevadas!

[...]

É hoje, entre nós, o obrigado assunto de conversão.

E abandonam-nos assim os poderes públicos, em que somente podíamos confiar!

[...]

O que poderão adiantar as migalhas que para aqui tem vindo, que só chegam para fazer uma única e insignificante distribuição aos mais infelizes, quando amanhã talvez, estarão também à porta da comissão, cobrindo, envergonhados, o rosto com a mão esquerda e estendendo a direita à caridade, aqueles que até ontem só souberam ter para dar?

Entretanto, o mesmo não aconteceria se o governo se deliberasse a mandar aproveitar o serviço de tantos mil braços, porque em tal caso ninguém teria repugnância em procurar o resultado de seu trabalho, ninguém morreria à fome [...]

Não duvidamos que o governo se resolva a lançar mão ainda de medidas enérgicas, mas então será tarde, como já o é talvez agora.

Enquanto a imigração estrangeira é acolhida e beneficiada à custa de enormes somas de nossos cofres, se estorcem, nus, famintos e sedentos, os desvalidos filhos da Grande República dos Estados Unidos do Brasil! (*Gazeta do Sertão*, 28 de fevereiro de 1890).

Mais uma vez, apareceria a expectativa em torno do regime republicano, ao serem expostas imagens sociológicas da desigualdade. A “Grande República”, como se referia o jornal, estaria se mostrando pequena diante do cenário de miséria que se instaurava no norte do país. Em matéria de tal questão, o governo federal ainda era acusado pelo impresso de priorizar mais os estados do sul, pois, mesmo que se apresentassem por lá semelhantes dificuldades, essas eram, na compreensão do jornal, menos graves.

Fome e sede eram títulos que se fizeram presentes em edições futuras do periódico. A folha alertava, inclusive, que a memória da República poderia ser manchada, ao profetizar que a negligência do governo quanto à situação se configurará em uma “página negra” na história do regime no país: “quando se disser: – no segundo ano da República – se dir-se-á também: – no ano que em a fome e a sede devastaram o Estado da Paraíba do Norte” (*Gazeta do Sertão*, 28 de fevereiro de 1890).

Todos os movimentos, todos os fatos ocorridos, eram medidos e analisados tendo como parâmetro o que se entendia sobre como deveria ser uma sociedade gerida em regime de

República. De tal maneira, a *Gazeta do Sertão* ia imprimindo posicionamentos e críticas às medidas tomadas no âmbito do novo regime. Como se sabe, tal veículo, como os demais, não era contrário ao sistema vigente, mas não deixava de tecer suas considerações quanto aos contornos que ele vinha tomando.

Outro foco de debate que entrou na pauta dos jornais em questão foram as intendências municipais, que se tornaram um dos principais alvos da *Gazeta da Parahyba* e da *Gazeta do Sertão*. Delas, cobravam providências acerca do que estava sob suas alçadas. Nas páginas da citada folha diária, chama atenção a grande quantidade de editoriais, artigos e notas que fez circular tendo como ponto central de discussão a qualidade da carne verde comercializada na capital paraibana.

Do dia 15 a 29 de abril, o tema pontuou, praticamente, todas as edições da *Gazeta da Parahyba*, que pedia a resolução urgente do problema. Entretanto, o descaso com a oferta de carne em condições inadequadas já tinha sido levantado pela primeira vez há quase um ano.²³⁴ Tornava-se, assim, o impresso um espaço público para a denúncia, como se pode perceber no primeiro editorial denominado “Carnes verdes”:

Incontestavelmente, deveria ser este um dos mais graves problemas que, de preferência, à intendência municipal competia estudar e resolver.

Está no domínio público a péssima alimentação de que há longos anos estamos sendo vítima. Porque, a verdade é esta, a carne servida à população desta cidade é de péssima qualidade, e pode mesmo assegurar-se que ela tem sido sempre o refugio das feiras. Além disso, a falta de severa fiscalização médica, na ocasião da matança, acaricia a vinda de gado magro, doente, e nas piores condições de ser abatido.

Para melhorar este deplorável serviço de carnes verdes, quer-nos parecer que tem a Intendência os necessários elementos, sem precisar lançar mão de qualquer desperdício. É promover, por concorrência, o fornecimento das carnes ao Município, mediante preços e condições vantajosas (*Gazeta da Parahyba*, 15 de abril de 1890).

Como se vê, as cobranças proferidas pelo jornal sempre vinham acompanhadas de sugestões, soluções. Ao criticar o estado no qual se comercializava a proteína animal na capital paraibana, o impresso se nomeava representante da sociedade, porta-voz de seus anseios e reivindicações.²³⁵

²³⁴ Ver edição da *Gazeta da Parahyba* de 17 de abril de 1890. No artigo sobre “Carnes verdes” é mencionado que o tema fora apontado já nos primeiros números da folha.

²³⁵ Ver edição da *Gazeta da Parahyba* de 17 de abril de 1890.

Ainda no decorrer do mês de abril, a *Gazeta da Parahyba* discorria sobre as condições em que eram vendidas as carnes: “Esmaga-nos de há muito esta cruel certeza: que o serviço da matança é feito em deploráveis condições, sem fiscalização, sem limpeza e sem responsabilidades; sendo a carne consumida positivamente má em todos os sentidos” (*Gazeta da Parahyba*, 23 de abril de 1890).

Também sob os fundamentos da atmosfera republicana, os novos Códigos de Posturas, que eram impostos instituídos pelas intendências municipais, se tornaram um quesito bastante debatido pela *Gazeta do Sertão*, tendo como ponto de partida os exemplares de 28 de março de 1890. Diante da imposição das recentes taxas, fixadas pela intendência de Campina Grande, se pronunciava o jornal:

Mais cedo do que suponhamos apareceu o novo código de posturas promulgado pela intendência municipal desta cidade. Esperávamos que a intendência, querendo proceder com toda prudência e critério, requisitos essenciais a um legislador, aceitasse o nosso conselho, exarado em uma das próximas passadas edições desta folha. Assim não quis proceder e o resultado de sua precipitação não se fez esperar diversas taxas do novo código tem dado lugar a um tal clamor na população do município, que receia-se com fundamento sérios conflitos por ocasião de sua cobrança (*Gazeta do Sertão*, 25 de março de 1890).

Em um período de transição política em que se atravessavam dificuldades econômicas, alertava o jornal, ainda no editorial acima transcrito, para o fato de que o aumento de taxas e a atribuição de impostos a gêneros antes isentos, o que, aliás, segundo a folha, tornava a comercialização deles impraticável, eram medidas que prejudicavam o regime recém-implantado, contribuindo para que o tornasse impopular logo em seu nascimento, época em que era imprescindível o apoio geral.

Alertava o periódico para o fato de que quando se pesa no bolso, no caso dos contribuintes, tem-se uma “matéria delicadíssima, causa das causas em todas as sociedades”. De tal modo, enfocava: “Um regime que se inaugura não deve decretar impostos vexatórios para não se tornar impopular; e qualquer autoridade administrativa, por mais restrita que seja a sua jurisdição, assim praticando, faz um grande desserviço à causa pública (*Gazeta do Sertão*, 25 de abril de 1890).

As intendências, instâncias criadas para substituírem as câmaras municipais no início da República (Cittadino, 2010), não eram concebidas, nem poderiam ser, como órgãos representativos, já que seus membros eram nomeados pelos governadores dos estados, não escolhidos por meio de eleições.

As insatisfações com os procedimentos das intendências, que lançavam cada vez mais impostos, seguiram no mês seguinte nas páginas do veículo em foco, que narrava como os ânimos da população estavam bastante aflorados com tais medidas:

O povo rude em sua linguagem incorreta clama por toda parte: – com a seca veio a fome e com a intendência vem a peste e a guerra.
O espírito público está agitadíssimo; se não fosse a índole ordeira do nosso povo, já teriam aparecido conflitos.
A nosso escritório tem vindo agricultores, criadores, negociantes, artistas, cidadãos qualificados de todas as classes da sociedade, trazer as mais fortes reclamações (*Gazeta do Sertão*, 23 de maio 1890).

Ao demonstrar a insatisfação popular, o jornal dava sinais de como pessoas de diversas áreas e ramos profissionais estavam cientes de que as medidas adotadas pela intendência eram arbitrárias e feriam seus direitos de cidadãos, a ponto de se revoltaram contra elas. Vê-se que, ao mesmo tempo em que revelava a atmosfera da época, a folha se colocava como lugar para onde se recorria, ao se buscar reclamar e denunciar aquilo que se entendia como agressão aos direitos.

E, nesse clima de desmandos, acabava a culpa recaindo sobre o regime republicano, embora o jornal ressaltasse que se tratava de erros da gestão estadual, como pode ser percebido no editorial “Situação política V”, veiculado na edição de 11 de julho de 1890:

Entre os graves erros da administração do Dr. Venâncio Neiva salientam-se a decretação dos impostos provinciais e a sua aquiescência às horrorosas posturas de diversos municípios; de sorte que o povo envolto n’uma rede de tributos, em seu desespero acusou o novo regime, quando o único culpado é o governador do estado, que por sua inépcia encaminha a Paraíba para o abismo (*Gazeta do Sertão*, 11 de julho de 1890).

A condição de cidadão era colocada ainda mais em evidência em publicação de 6 de fevereiro de 1891, quando o impresso salientava que o cidadão e, sobretudo o jornalista, que era alocado a uma categoria ainda mais robusta em termos de denunciante, deveria mostrar seu valor cívico, que, seria, na concepção do jornal, fiscalizar e cobrar medidas administrativas coerentes com a nova ordem. Assim pode ser visto no artigo, assinado por Irieno Joffilly, intitulado “A intendência e a justiça municipal de Campina”:

Nesta época de terríveis provações porque está passando o país, é *quando o cidadão, e principalmente o jornalista*, deve demonstrar o seu valor cívico clamando incessantemente contra os abusos, os crimes praticados pelos

agentes do governo, revestidos de qualquer parcela do poder público (*Gazeta do Sertão*, 6 fevereiro de 1891 [Grifo meu]).

Ainda no citado texto, o impresso denunciaria a intendência pela venda de prédios públicos por valor bem inferior ao de mercado, ao cobrar preço de 10 anos atrás: “A intendência de Campina não se contenta com uns 10 contos de reis, que tem extorquido do povo por meio de impostos vexatórios, quer ainda acabar com os prédios municipais e para este fim todo dinheiro lhe convém” (*Gazeta do Sertão*, 6 fevereiro de 1891).

Reconstruir a pátria, para fazer uso do vocabulário utilizado pelo próprio jornal, significava promover transformações em diversos setores, visando, sobretudo, segurança e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Como é possível observar, o novo regime fazia com que os periódicos analisados tivessem uma posição de cobrança dentro dos limites do que se compreendia como República, pois estava se vivendo em uma, e isso era lembrando o tempo todo pelos impressos, em diversas situações, como mote para dizer que as coisas precisavam ser diferentes.

5.4 LIBERDADE DE IMPRENSA: QUESTÃO MAIOR EM ASSUNTOS DE REPÚBLICA

Não haveria maneira melhor de iniciar este tópico que não fosse a partir da edição da *Gazeta da Parahyba* do dia 8 de maio de 1890. Os exemplares do único impresso diário da Paraíba, na época, chegavam mais uma vez às mãos dos leitores. Mas, não se tratava de uma simples publicação regular da quinta-feira: comemoravam-se naquela data os dois anos de vida da folha, que festejava a caminhada para o terceiro ano de existência.

O jornal carregava em sua página principal o editorial “O nosso aniversário”. Nele, a *Gazeta da Parahyba* ressaltava o que considerava essencial a um bom jornalismo: independência, compromisso social, defesa da causa pública e apoio popular. Gabava-se o veículo de ser detentor de todas essas características, o que lhe custava, de acordo com o narrado, dias de lutas no cumprimento de seu programa.

Comemora hoje a *Gazeta da Parahyba* o seu segundo aniversário, satisfeita e mesmo orgulhosa com as manifestações de apreços e simpatia com que tem visto coroados seus esforços em bem servir a causa pública e os interesses do Estado.

[...]

Na luta de todos os dias, árdua sempre, muitas vezes ingrata, nunca vacilou um só instante nem desanimou um só momento.

Embora não a queiram compreender alguns e não avaliem outros do seu esforço, continuará a exercer a sua missão no cumprimento do seu programa. Como todas as individualidades agitadas por sãs ideias, desinteressadas e firmes, arremessamo-nos ousados na arena jornalística, tendo fé íntima no vivo desejo de cumprir o nosso dever e profunda convicção de que não nos faltaria o apoio público, indispensável à existência independente da Gazeta.

[...]

Os melhoramentos reais do Estado têm encontrado n'estas colunas modesta mas sincera e viva defesa, bem como os direitos do povo; e a solicitude com que alguns, ou antes, todos os representantes bem intencionados dos poderes públicos atendem as nossas reclamações, sempre justas, sempre inspiradas no bem estar do nosso meio social, atesta a imparcialidade e o critério das nossas ponderações.

O respeito à ordem e aos direitos individuais e o acatamento à liberdade, em suas justas e espontâneas manifestações, têm encontrado nas páginas da Gazeta abrigo seguro e puro culto.

São esses os nossos elementos de vida e a força que nos sustentam como órgão da opinião pública (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

A citada edição, toda pautada pela celebração do segundo ano de vida do impresso, também trouxe textos e versos que exaltavam a importância da *Gazeta da Parahyba* para a sociedade, além de trechos com opiniões de leitores, que teciam considerações positivas sobre a folha. Em um dos artigos publicados, intitulado “A imprensa”, o jornal era equiparado à categoria de livro, concebido como instrumento que “instrui, moraliza e regenera”.²³⁶

O impresso jornalístico era visto como peça fundamental para o desenvolvimento social, pois, segundo o redator, “é ele que revoluciona o mundo fazendo propagandas das ideias, esmagando as prepotências e pregando o evangelho da civilização”. O texto ressaltava, ainda, como a imprensa interagira com o meio no qual se encontrava inserido:

Em suas páginas registra os acontecimentos da vida dos povos e das nações, determinando a forma dos governos, o movimento social e a filosofia de nossas ações com relação às causas e aos efeitos da natureza e da humanidade. Nestas condições, a folha diária representa a opinião pública, única fonte legítima da soberania das nações, e torna-se o verdadeiro livro do povo, por ser a válvula única, pela qual se pode patentear com eficácia a grandeza e a liberdade do pensamento (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

Em outra passagem do referido artigo, enfatizava-se como o jornal se conectava ao cidadão e como se tornava essencial ao seu dia a dia:

²³⁶ Salienta-se que “a visão da imprensa como criadora do progresso e da liberdade, ainda que correspondesse a determinadas práticas culturais então correntes nos anos 1790, quando se publicou a *Encyclopédie*, era ao mesmo tempo, da parte dos autores dessa obra coletiva, uma defesa de determinada concepção que ainda não vigorava plenamente nas sociedades em questão. Ou seja, era um dever no sentido filosófico” (Morel, 2009, p. 155). Ver: MOREL, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 153-184.

E o povo nas suas horas vagas lê e relê as notícias locais e telegráficas, o artigo doutrinário, os atos dos governos, as alterações da praça, a marcha do comércio, o movimento da lavoura, o desenvolvimento da indústria, as causas do seu atraso ou progresso, os inventos, o romance, o conto, o folhetim e o que vai pelo mundo na ciência, nas artes, nas letras, na diplomacia, sem carência do esforço de inteligência. Sim, o povo lê e compreende tudo, por maior que seja a complexidade dos elementos que caracterizam as diversas seções do jornal, destinado pela sua força ligeira e agradável a espalhar nas cidades, nas vilas e nos povoados, todas as manifestações da atividade do espírito e da força do homem (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

Sabe-se, por outro lado, que não existe neutralidade em jornalismo. Um veículo se vale mais pela ideia que passa de si aos leitores, pela imagem que transmite, pela credibilidade que constrói. E parece que a *Gazeta da Parahyba* conseguiu esse feito há 130 anos, tomando como referência a data da edição em foco. Assim, taxando-se, em seu segundo aniversário, como representante de uma imprensa que descrevia e conceituava o mundo, destacava:

Mantendo completa neutralidade na luta dos partidos desde a sua criação, tem discutido até hoje com certa proficiência, critério e independência, as questões da atualidade, a bem do interesse geral, merecendo por isso o apoio de todas as classes, que acham em suas colunas o desafogo, sem o menor embaraço das conveniências partidárias, de que tanto abusam os jornais políticos com detrimento da comunhão social (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890).

O texto, assinado com as iniciais A. C. C., classificava o jornal como um defensor da causa pública, o que o fez se autoalinhar, como sempre argumentou, aos interesses sociais no novo regime, fato que não acontecia com outros jornais nascidos na Monarquia, que, como mesmo ressaltava o impresso, se não existiam mais era porque sempre se guiaram por interesses partidários, se antepondo a princípios que comungavam com as demandas coletivas.

De tal maneira, a referida edição comemorativa demonstrava como os próprios jornais se preocupavam em relacionar suas atividades ao progresso social, ao mesmo tempo em que procuravam comprovar que suas existências eram fundamentais ao meio no qual estavam inseridos.

No brotar da República, o que predominava como narrativa de capa na *Gazeta da Parahyba* era a sua missão como meio de comunicação. E isso não era um discurso novo. Voltando ao ano em que a folha fora inaugurada, ainda na Monarquia, dizia a *Gazeta*, com quatro meses de vida, que, desde que surgiu no seio do jornalismo até aquele momento, “tem

tido sempre como farol a causa da justiça, da equidade, dos interesses do povo e do bem-estar da província” (*Gazeta da Parahyba*, 30 de setembro 1888).

Uma confiança em relação à República tomava conta da *Gazeta da Parahyba*, no nascer de ano de 1890. Ao mesmo tempo, o periódico reforçava, mais uma vez, o compromisso que a folha tinha para com o público, ainda no editorial anteriormente citado, ressaltando a importância do trabalho que desenvolvia enquanto imprensa “independente”.

Legítimo é o nosso esforço, que ampliaremos até onde chega a nossa boa vontade natural e a nossa energia, que desenvolveremos até onde chega a nossa dedicação, tanto mais quanto aspiramos o aperfeiçoamento de nossa sociedade e o progresso do nosso país, para os quais trabalharemos sempre, apesar de tudo. É nestas disposições que continuaremos a publicação da “Gazeta” no ano que começa (*Gazeta da Parahyba*, 4 de janeiro de 1890).

Na edição seguinte da *Gazeta*, no dia 5 de janeiro de 1890, a liberdade de imprensa era referida como questão maior em assuntos de República. O direito de se expressar livremente parecia estar na ordem do dia naquele momento. Isso pode ser percebido com a repercussão do fato da *Gazeta da Parahyba* não ter sido publicada em dias anteriores. Discorreu-se sobre o assunto na coluna “Altos e Baixos”.

E o caso deu o que falar. Eram todos uma voz a perguntar: – Então foi suprimida a *Gazeta*? E o doutor Eugênio deportado? Mas isso é uma coisa extraordinária! E acrescentavam à meia voz com as devidas precauções: a República vai mal. Debalde eu procurava tranquilizar os ânimos, alarmados fazendo-lhes sentir que a *Gazeta* estava de perfeita saúde e no pleno gozo de sua liberdade em emitir opiniões, *maxime* sobre assuntos de República, coisa de sua inteira competência (*Gazeta da Parahyba*, 5 de janeiro de 1890).

A não saída do jornal foi justificada pelo fato de que o periódico não fazia circular publicações um dia antes e um dia depois de cada um dos seguintes feriados: Natal, Ano Novo e Reis. Uma nota sobre o assunto fora publicada anteriormente pelo jornal para demonstrar, aliás, que, diferentemente de outros periódicos, sua redação fechava as portas apenas nas mencionadas datas.

Entretanto, o boato de uma possível censura ao jornal foi visto pelos leitores como algo inadmissível na República, que jamais, seguindo o conteúdo exibido, deveria se tornar um empecilho à liberdade de imprensa. Isso revela que havia um certo reconhecimento e uma conscientização da importância de uma imprensa livre pelos cidadãos.

Expressar a linha editorial que seguia e buscar transmitir uma imagem desvinculada de qualquer posição política não era algo comum no século XIX, pois os próprios meios

carregavam em seus suportes as denominações partidárias que sustentavam. Como se sabe, tal “regra” não pode ser aplicada ao impresso fundado por Eugênio Toscano de Brito. Entretanto, como já debatido em outro momento, isso não significava dizer que a *Gazeta da Parahyba* era neutra ou imparcial.

Importa ressaltar aqui a propaganda que o veículo fazia de si próprio enquanto impresso jornalístico, construindo um conceito positivo sobre si perante seus leitores. Diante da conjuntura republicana que ia se desenhando, a *Gazeta da Parahyba* atribuía a si, como já frisado, um papel de proeminência, de condição *sine qua non* na sociedade.

Quanto a nós [GAZETA], firmes, serenos e tranquilos do nosso posto, cada vez mais gratos ao apoio espontâneo dos que, em tão larga escala, se tem manifestado em nosso favor, amparando-nos com sua *coadjuvação*, esperamos continuar a prestar, no novo ano, todos os serviços ao nosso alcance e merecer do público a mesma generosa aceitação com que nos tem horado em todo tempo da nossa missão jornalística (*Gazeta da Parahyba*, 4 de janeiro de 1890).

A *Gazeta da Parahyba* não estava sozinha na defesa da “missão jornalística”. Os publicistas da *Verdade* e *Gazeta do Sertão* também empreenderam, por meio de seus suportes, a preconização dos ofícios que desempenhavam, ressaltando a importância social de seus veículos no meio onde se encontravam inseridos.

Para a *Gazeta do Sertão*, o jornalista detinha uma responsabilidade maior em relação ao “cidadão comum”, pois, segundo a folha, o profissional integraria uma categoria com potencial para fiscalizar o poder público e cobrar medidas administrativas coerentes com a nova ordem das coisas. Tornava-se, assim, o homem de imprensa, na concepção da citada gazeta, uma espécie de cidadão-mor, aquele que tinha obrigação, mais do que qualquer outro, de fiscalizar e se manifestar contra qualquer desvio dos governos.²³⁷

Em 8 de janeiro de 1895, chegava às mãos dos leitores a publicação de número 903 da *Verdade*. Tratava-se da primeira edição do ano que marcaria o encerramento das atividades jornalísticas da folha, cujo editorial, que discorreria sobre seu posicionamento desde os tempos da fundação, intitulava-se “Em caracol”. Sobre o ano novo que chegava, dizia o jornal:

Estamos tranquilos; com a mesma coragem que olhamos para o trabalho, para a aspereza de nossa missão em 88, com essa mesma coragem vamos enfrentar o ano que agora começa, que se levanta.
Na imprensa não temos tido épocas, nunca tivemos períodos especiais: nosso presente, nosso passado, nosso futuro como jornalistas tem sido e há de ser

²³⁷ Ver edição da *Gazeta do Sertão* de 6 de fevereiro de 1891.

sempre um, e semelhante, igual, e homogêneo, e luminoso, e brilhante, e criterioso em todas as suas fases.

[...]

Já não é de hoje a nossa vida; e o público que durante tanto tempo nos lê, nossos patrícios especialmente, o público que nos viu receber a República já na luta, já mostrando que ninguém devia se iludir com o pançudismo monárquico dos mandões políticos de nossa terra, o público que nos viu fazer sempre o memorável 3 de Maio, o público, repetimos, que nos julgue (*Verdade*, 8 de janeiro de 1895).

A *Verdade* imprimia em suas páginas a propagação de um jornalismo comprometido com a esfera social, pois, na visão do jornal, sem a observância a essa condição, estaria o impresso desmerecendo o investimento e a credibilidade que recebia para manter sua redação em atividade, além de anulando a si próprio. Assim, relatava em editorial de 22 de janeiro de 1890: “a imprensa que não se culmina na posição de um representante dos direitos da coletividade [...]; que não é a resultante de uma enérgica convicção de fomentar o melhoramento de um povo, pugnando pelo alargamento de suas condições de vida, ilude a esse mesmo povo que lhe conserva a existência material (*Verdade*, 22 de janeiro de 1890).

A legitimidade do impresso estava na lida diária e no reconhecimento do público pelo trabalho prestado, e isso era buscado o tempo todo. Claro, os jornais se constituíam como os principais meios, e os mais acessíveis, de transmissão de informação e de conhecimento naqueles tempos. Tendo por base os escritos do historiador Marco Morel (2009), o termo imprensa se vinculava à ideia de construção do progresso e da liberdade.

Tal perspectiva ilustrada classificava a imprensa em duas esferas intrinsecamente relacionadas: “de um lado, a efetivação e o aprimoramento da técnica de imprimir, e, de outro, sua dimensão cultural ou *esclarecedora*, como propagadora das ciências, das artes, do pensamento” (Morel, 2009, p. 154).

A edição comemorativa do segundo aniversário da *Gazeta da Parahyba* comprova que havia uma consciência da relevância dos impressos jornalísticos, mas a publicação provoca uma reflexão que vai além, sobre o porquê da supervalorização das dimensões sociocultural e política dos impressos, tomados como elementos essenciais na sociedade. A questão não é pontual, há uma constância, nos três jornais analisados, de veiculações que têm como foco difundir a importância social do jornal e sua missão em prol da causa pública como órgão de comunicação.

Ressaltar a relevância da imprensa na sociedade nada mais era do que um artifício utilizado pelos impressos para defender e reafirmar o direito de imprensa e expressão, diante de um cenário de incertezas, ameaças e intimidações. Nascia a República, mas a liberdade de

imprensa não se fez logo que se deu o novo regime. De tal maneira, o jornal precisava se legitimar, defendendo e justificando o tempo todo a necessidade de sua existência como instrumento social, porta-voz dos interesses coletivos

A liberdade de imprensa foi um ponto crucial para os jornais da época. Não que o tema não tivesse pautado os impressos em outros momentos da história brasileira, mas se tratava ali de assegurar um direito em uma conjuntura política que, em essência, deveria abrigar o princípio fundamental da liberdade. Para os periódicos dos tempos iniciais da República, batalhar por essa prerrogativa significava lutar para sobreviver e garantir seu espaço.

Referências à liberdade de imprensa e expressão acompanhavam os jornais em foco desde que foram fundados, em 1888. Não se deve esquecer que o fechamento das redações da *Gazeta da Parahyba* e da *Gazeta do Sertão*, por exemplo, se deu em uma atmosfera de supostas ameaças e retaliações políticas, por parte do poder institucionalizado. Para se ter uma noção ainda mais ampla, no mínimo, quatro veículos sofreram empastelamento durante a oligarquia de Álvaro Machado, já no regime republicano. Foram eles: *O Parahybano*, *O Democrata*, *O Combate* e o *Commércio*.

Em 6 de maio de 1891, a *Gazeta do Sertão* circulava pela última vez. Na edição, Irineo Joffily fez questão de frisar o autoritarismo e a perseguição à imprensa por parte da gestão de Venâncio Neiva, primeiro governador da Paraíba na era republicana. O fundador da folha campinense o acusava, dentre outros crimes, de buscar implantar um regime de trevas e corrupção. Assim, dizia o jornalista: “tratou sem demora de aniquilar a imprensa. Com efeito, usando de manejos indecentes e de ameaças, levou avante seu intento, conseguindo o desaparecimento sucessivo dos três órgãos da imprensa da Capital” (*Gazeta do Sertão*, 6 de maio de 1891).

Nos primórdios do sistema político republicano se deu uma forte repressão aos impressos. Em menos de dois meses após a Proclamação da República, em 23 de dezembro de 1889, foi promulgado um decreto, pelo Governo Provisório, de censura à imprensa, com o intuito de frear aqueles que “conspirassem” contra o Governo republicano.²³⁸

²³⁸ “Art. 1º Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispô-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados: serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Governo Provisório, 23 de dezembro de 1889, 1º da República. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório. - Q. Bocayuva. - M. Ferraz de Campos Salles. - Demétrio Nunes Ribeiro. - Ruy Barbosa. - Benjamin Constant Botelho de Magalhães. - Aristides da Silveira Lobo. - Eduardo Wandenkolk.”

O controle da palavra impressa não se limitou ao texto da lei, como indica Maria de Lourdes Eleutério: “a repressão das primeiras horas investiu contra formadores de opinião e órgãos de imprensa, com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias” (Eleutério, 2008, p. 85).

Entretanto, deve-se salientar, ainda segundo os escritos da historiadora, que durante a República a imprensa também foi cotejada pelo governo, “que aliciou-a e mobilizou-a para sua propaganda e serviço” (Eleutério, 2008, p. 86).²³⁹ Na Paraíba, foram criados órgãos de imprensa por parte do poder executivo estadual, como forma de combater as críticas, as denúncias e os ataques dos adversários, como era o caso dos jornais *Estado da Parahyba*, *Correio Oficial* e *A União*.

Sob o tópico “Liberdade de imprensa”, apareceram muitos artigos nas páginas da *Gazeta da Parahyba*, reproduzidos de jornais de outros estados. Remetiam a notícias sobre ocorrências de empastelamento de jornais e até mesmo prisão de jornalistas. A exemplo, em 13 de abril de 1890, o referido impresso transcreveu uma carta enviada diretamente do Rio Grande do Sul para o periódico *Correio Paulistano*.

Consta que o governo tem cogitado em adotar algumas providências que se lhe afiguram aconselhadas pelos interesses da coisa pública relativamente a certos órgãos de publicidade do Rio Grande do Sul. Fala-se mesmo no fechamento de tipografias e no aprisionamento de diversos jornalistas [...] Acredito, a despeito dessas informações que tenho como seguras, que o governo saberá, sem o recurso a meio extremos, conciliar os interesses da segurança e da tranquilidade pública com o livre exercício da liberdade de pensamento (*Gazeta da Parahyba*, 13 de abril de 1890).

Liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa tornaram-se sinônimos e um direito a ser preconizado cada vez com mais ênfase. Em 24 de abril de 1890, outro artigo nomeado “Liberdade de imprensa” era veiculado pela *Gazeta da Parahyba*. O texto, última publicação das impressões do jornalista Ferreira de Araújo na sessão “Coisas Públicas”, que vinha sendo veiculada desde o dia 12 de abril, fazia referência a medidas, tomadas por parte do governo, entendidas como tentativas de cercear a liberdade de imprensa, ao relatar prisões de jornalistas sem apresentações de causas ou motivos.

Aqui na capital foi preso [...] Saturnino Cardoso, redator do *Democracia*, e solto no dia seguinte. Se lhe perguntarem ainda hoje por que foi preso e por

²³⁹ Ver livro de memórias do presidente Campos Salles, que destinou verba governamental para compra de opinião e jornalistas. SALLES, Manuel de Campos. *Da propaganda à presidência*. Lisboa: Tip. A. Editora, S. D.

que foi solto, ele mesmo não sabe, porque também perguntou e não lhe responderam. Foi preso Pedro Tavares, a quem se disse que os seus artigos eram muito violentos, e a pena que lhe impuseram, consistiu num incômodo de uma viagem repentina com escolta armada. Foi preso... preso, não, foi chamado à polícia o Dr. Fernando Mendes, do *Diário do Comercio*.

Acredita o governo que tem tudo a perder, nada a ganhar, com a decretação de medidas contra a imprensa. Se há caso em que seja verdadeiro o princípio de que a liberdade da imprensa tem em si mesmo o corretivo pelo desprezo público, é justamente este em que nos achamos (*Gazeta da Parahyba*, 24 de abril de 1890).

A coerção a nomes famosos do cenário jornalístico brasileiro e a jornais conhecidos nacionalmente fazia com que os impressos de outros estados ficassem atentos à questão da liberdade de imprensa, sendo por essa razão não apenas levantadas bandeiras de defesa a esse direito, como também impulsionada uma campanha de valorização da própria imprensa para a sociedade.

Nunca se falou tanto da importância dos periódicos como no início da República. *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* e *Verdade* sempre encontravam uma oportunidade para ressaltar como fundamental era o papel da imprensa para o desenvolvimento e o progresso sociais, e como essencial era ainda mais a liberdade da pena do jornalista, sobretudo em um regime no qual se postulava a defesa da democracia e das liberdades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que imprensa, política e sociedade se entrelaçam tão intrinsecamente que mobilizam e delineiam os próprios contextos e temporalidades que demarcam suas existências. A historiografia brasileira atesta esse dinamismo, ao considerar que tais instâncias caminham sempre juntas, se articulando o tempo todo, e configurando, conseqüentemente, a história do País.

Por outro turno, não tem como trabalhar qualquer temática tendo os impressos jornalísticos como objeto central da pesquisa sem se levar em consideração as especificidades que carregam, seus modos de atuar e de se relacionar com os meios dos quais fazem parte e, sobretudo, integram. Ou melhor, ao serem classificados como documentos históricos, os periódicos precisam ser compreendidos como força ativa na sociedade, e, nessa condição, necessitam ser acompanhados por uma reflexão sobre suas historicidades.

Como já dizia Tania De Luca, em se tratando de meios jornalísticos, nada há de natural. Tudo envolve uma teia de sentidos e revela uma rede de sociabilidade que se opera no interior de cada veículo. Tudo isso culminará na maneira como se elegem os temas e as abordagens e no valor que se dá a cada fato ou personagem, bem como no que se decide deixar de fora do mundo social que é constituído e apresentado ao leitor sob a ótica do impresso.

Desse modo, salienta-se que os jornais tomados como fontes documentais desta pesquisa também se constituíram em objetos de análise. Daí, o olhar cuidadoso em direção aos seus suportes e aos seus dirigentes. *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* e *Verdade* muito disseram sobre si pelas informações que traziam, mas também pela forma que se apresentavam e pelas características que imprimiram em suas páginas ao longo do tempo.

Os aqui tratados publicistas, como se dizia naqueles tempos em referência aos indivíduos que escreviam em jornais, podem ser tidos como “homens de imprensa”, pela dedicação e paixão à tarefa de se fazer um jornalismo mais “independente” numa época tão difícil, em que cobrava-se muito e pouco se investia, tendo em vista a inadimplência dos assinantes dos jornais, registro trazido pelas próprias folhas, que sempre advertiam seus leitores sobre as quitações das assinaturas, até mesmo como condição para a continuidade de suas atividades de imprensa.

Por outro lado, os nomeados homens de imprensa também podem ser vislumbrados como indivíduos que trafegavam por diversos espaços públicos. Havia, assim, uma interseção entre o mundo da política e o da imprensa, pois muitos dos jornalistas da época já tinham

ocupado ou ainda exerciam funções públicas, como também tinham assumido algum cargo político ou a ele almejavam, lançando candidaturas. Frisa-se, ainda, que com formação superior ou não, atuando em solo paraibano ou fora dele, sendo ligado ao mundo político, religioso e/ou literário, a Paraíba possuía no século XIX homens e mulheres bem preparados e dedicados à lide de imprensa.

Um fato novo, desconhecido pela historiografia, ou por ela menosprezado, diz respeito a *Verdade*, um jornal que teve pequenos intervalos de paralisação, diversos diretores e dirigentes, bem como múltiplas periodicidades, chegando a ser até diário, diferentemente do que diziam até então aqueles que já trataram sobre ele: que se publicava três vezes por semana. Isso fala muito sobre sua importância, organização e luta para se manter em atividade. Não é à toa que em 1895, ano do fechamento de sua redação, era o impresso mais longo da Paraíba, com sete anos de existência.

Sob o prisma da imprensa, esta tese trouxe à cena do debate um importante marco fundador da história do Brasil, a gênese da República brasileira. Um regime que, instaurado em 1889, suscitava, como demonstraram reconhecidos historiadores, a exemplo de Ângela de Castro Gomes e Renato Lessa, muitas dúvidas quanto à sua durabilidade. Tratava-se, como é sabido, de um período caracterizado por uma eclosão de ideias conflitantes acerca do novo sistema político, causando desavenças e disputas até mesmo entre seus apoiadores.

Diante de tal cenário, sem uma noção concreta acerca do regime recém-implantado, a República iria se configurando a partir das decisões e experiências que iam sendo pontuadas, ou seja, fazia-se a República e, ao mesmo tempo, aprendia-se a fazê-la. Foi justamente nesse contexto que os veículos de comunicação desempenharam um relevante papel no processo de legitimação e edificação do regime republicano. Longe do centro político do país, em terras do Norte, mais precisamente na Paraíba, a imprensa se tornou uma janela para os acontecimentos que se davam em âmbito nacional.

Informações que davam conta da Proclamação da República chegaram aos paraibanos no mesmo dia de sua ocorrência, 15 de novembro. O impresso jornalístico se tornou o principal canal de acesso ao novo mundo político que começava a despontar. Logo, *Gazeta da Parahyba*, *Gazeta do Sertão* e *Verdade* se pautariam por um conjunto de temáticas que tinham como ponto central a República, bem como questões que envolviam dimensões de cidadania.

Ao pontuarem os fatos do momento, seja com produções próprias, seja pelas transcritas de impressos de outros estados, tais jornais alimentaram o debate público e fizeram circular ideias e noções que, de certo modo, se impuseram como dominantes, ao passo que conseguiam

mobilizar leitores a se manifestarem sobre a conjuntura em formação, e assim procederam por meio dos próprios veículos.

Reivindicações e posicionamentos acerca do novo regime chegavam constantemente às redações dos impressos. O montante de cartas recebidas pelos periódicos era tão considerável que alguns deles determinaram horário para o recebimento e instruíram a escrita das missivas a fim de que os documentos comportassem conteúdos mais diretos e concisos, prática que contribuiria, no entendimento dos veículos, para que os objetivos dos escreventes atingissem melhor seus alvos.

Constatou-se, ainda, que República não pode ser considerada tema estranho na Paraíba, tampouco assunto de véspera. Os jornais analisados pautaram-se pelo ideário republicano desde quando, praticamente, foram fundados, um ano antes da implantação do regime. Também se percebeu, através das informações que veicularam, que o novo sistema agitou o estado no dia de sua ocorrência. Por meio dos impressos, viu-se que as pessoas quiseram se informar sobre o acontecido, não importando a motivação, se por curiosidade ou interesse político.

Uma movimentação anormal tomou conta da rua onde se encontrava instalada a redação da *Gazeta da Parahyba*, e se leu, nas páginas da *Verdade*, que grande euforia, marcada até mesmo pela explosão de foguetes, se fez na cidade de Areia. A partir da análise documental, poderia se dizer que o interesse foi maior do que a indiferença, embora os jornais e a historiografia frisem essa versão.

Chegada a República, os periódicos em foco muniram-se de um “dever de cidadania”, ou seja, da causa em defesa do regime recém-implantado. Tal dever iria sendo propagado, mobilizado e posto em prática pelos próprios jornais, que, mais do que qualquer outro sujeito, tomaram para si essa missão, ao se colocarem como entes participantes e ativos no processo de construção do que se conjecturava ser uma nova era. Ressalta-se que traços de cidadania já eram verificados nas páginas de tais impressos ainda no processo de abolição da escravatura, sobretudo nos primeiros tempos após a instauração da Lei Áurea, quando os jornais passaram a imprimir em suas páginas denúncias sobre a resistência de muitos ex-senhores que não aceitavam a liberdade de seus até então escravizados.

Utilizando-se de seus recursos linguísticos, os periódicos aqui tratados teciam narrativas que se articulavam em prol do novo sistema político, imputando-o uma perspectiva positiva quanto ao futuro, ao compará-lo a um passado classificado e pintado como um entrave ao progresso do Brasil. Ou seja, contrapunham uma leitura do passado a uma projeção do porvir.

Tais jornais, que defendiam uma República liberal e democrática, admitiram, por um certo tempo, acreditando ser necessário à estabilidade do regime, a prática autoritária do

Governo Provisório. Assim procederam ao julgar que o endurecimento da gestão se constituía uma fase essencial para que o período republicano pudesse surgir, e isso, para eles, se daria sob a égide constitucional.

Contudo, durante esse percurso de apoio que se estendeu pelos primeiros meses, os impressos não se isentaram de fazer avaliações e ponderações acerca dos contornos tomados pela República. Logo, não se aceitava mais as justificativas que prolongavam o autoritarismo, e os jornais aqui analisados passaram a se colocar, cada vez mais, contra o governo. Desse modo, os impressos nunca se posicionaram contrariamente ao regime republicano, mas contra os governos que em nome dele se constituíam e dele se afastavam, segundo suas óticas.

Pode-se inferir que a República que se delineava nas páginas dos jornais paraibanos em foco, nos primórdios do regime instaurado em 1889, condensara traços dos três modelos de República disponíveis naquele momento. Ao defenderem uma democracia e uma participação maior dos cidadãos na vida pública, os impressos se aproximavam dos ideais do jacobinismo, mas não apregoavam um republicanismo radical, com atuação direta no governo, sem intermediário. Miravam a representatividade política de forma positiva e, por isso, apostavam que com a implantação da constituição entraria o país, de fato, na era republicana.

O modelo norte-americano de República, sobretudo na organização política, predominaria no conteúdo veiculado pelos jornais, contudo, como já falado, influências positivistas também se fizeram presentes quando os jornalistas levantaram a bandeira da necessidade de se impor a disciplina e endurecer o governo em nome da estabilidade política e institucional da República.

Julgando fundamental intervir nos rumos da vida política, as citadas folhas levantaram problemáticas, apontaram caminhos e reivindicaram direitos, visando à reorganização governamental em níveis estadual e nacional. Diversas áreas do Estado pautaram os periódicos. O enxugamento da máquina pública, o investimento na diversificação de setores econômicos, a moralização administrativa, o progresso material e a expansão e melhoramento do ensino público foram os assuntos mais debatidos por eles. A tudo isso somou-se uma postura fiscalizatória em torno do cotidiano, que culminava na defesa de novos valores e em cobranças e protestos contra situações consideradas incoerentes com a nova ordem de coisas.

Os jornais enxergaram a existência do poder público e das incumbências e obrigações que a ele eram inerentes. Assim, era comum, nas páginas dos impressos, na esteira de medidas condizentes com o novo sistema, cobrar certas posturas políticas e impor exigências. Acreditavam que uma nova era estava em formação, e dela queriam participar e contribuir, ao mesmo tempo que cobravam dos governos que também fizessem a parte que lhes cabia.

É importante pontuar que, embora os impressos aqui analisados tivessem como principal ponto de convergência o ideário em torno de um regime político de princípios divergentes do sistema monárquico, e isso foi o que mais chamou atenção nesta tese, tais veículos guardavam particularidades e pontos de vista contrários em relação à edificação da República, o que revela o caráter não homogêneo das fontes selecionadas. Enquanto *Gazeta da Parahyba* e *Verdade* defendiam e propagavam uma República sob bases da laicidade, a *Gazeta do Sertão*, aliada ao Partido Católico, estava convicta de que a nova ordem não poderia se dar sem o braço do catolicismo.

Por outro turno, valorização do jornalismo e missão de imprensa foram temáticas que predominaram nos impressos em questão, com o intuito de chamar a atenção para a importância dos periódicos para a sociedade, seja pelo viés educativo, seja pelo protagonismo na luta em prol do desenvolvimento social. O jornalista era colocado numa posição de “cidadão-mor”, responsável por estar atento a tudo que dizia respeito à esfera pública. Isso refletia uma necessidade de defender o direito à livre opinião, mas, sobretudo, o de existir e sobreviver, mediante uma atmosfera de ameaças e censuras que marcaram os tempos iniciais da República.

Sobre a questão dos direitos à igualdade, se tratou de um ponto voltado mais para as questões que visavam um ensino de qualidade. Tratava-se de uma defesa estendida a todos, pobres e ricos, dando a entender até que deveria ser extensivo às mulheres, embora de maneira não clara, pois não se verificou uma narrativa explícita nesse sentido.

Ressalta-se que, embora os jornais não tenham focado tal ponto, a escolarização era fundamental para se ter direito ao voto, já que analfabetos não podiam exercer tal prerrogativa. Por outro lado, não se deve deixar de frisar que vigorava naqueles tempos o entendimento de que a instrução era imprescindível ao desenvolvimento do país, bem como imprescindível à diminuição das mazelas sociais.

Portanto, cidadania nos tempos iniciais da República estava relacionada à construção do próprio regime republicano. Centrava-se na edificação do novo sistema, e isso incluía, sobretudo, organização governamental e progresso material, palavra que tantas vezes estampou os citados jornais. O emergir de um “dever de cidadania” implicava não apenas a defesa da ordem política em vigência, mas a obrigação de contribuir, de alguma forma, para que ela obtivesse êxito e se consolidasse.

Querria-se e buscava-se fazer parte da esfera política, e esse desejo, como se viu, também se estenderia aos leitores, que recorreram aos impressos para exporem seus posicionamentos, o que faz pensar que vislumbravam tais meios jornalísticos como espaços democráticos de potencialização do debate, de onde suas vozes podiam ecoar e, por conseguinte, ter chances de

serem atendidas. Pode-se dizer, então, que o próprio fato de almejar fazer parte da vida pública já reflete um movimento, uma dinâmica, de participação política.

Não se duvida da força da imprensa na fixação de um determinado repertório conceitual, em consonância com o qual as concepções de modelos de apreensão dos fenômenos da vida social se dão. Contudo, deve-se ter em mente que esse poder apresenta limitações. Dessa maneira, a investigação aqui empreendida se fez consciente de que os sentidos atribuídos às acepções de República e cidadania no limiar da ordem política inaugurada em 1889 não podem ser direta e exclusivamente correlacionados àqueles que circulavam nos meios impressos, embora os espaços jornalísticos tenham sido cruciais para bem apreender os termos em que esse debate se dava.

Falando de outra forma, deve-se considerar que a imprensa tenha dimensões abrangentes, capaz de dinamizar e fazer ampliar quadros conceituais e representativos, mas não se pode considerá-la em termos totalizantes, pois é dependente da existência de uma receptividade aberta aos ideais que propaga. E, de certo modo, quando os impressos paraibanos fizeram circular um ideário de República e muitas vezes tiveram um feedback sobre isso, por meio de cartas enviadas às suas redações, cogita-se que havia um entendimento e uma visão positiva quanto a nova conjuntura política.

Assim, voltar os olhos para os anos iniciais da República tendo os jornais como porta de entrada teve como objetivo principal verificar como o regime ia sendo arquitetado no interior do país. Dito tudo isso, assevera-se que os jornais em foco, cujo traço em comum se calcava na autoproclamação de suas independências, na propagação de um discurso que buscava legitimar suas funções de imprensa, afirmando o tempo todo que se pautavam por um jornalismo voltado à sociedade, sem subordinação a governos, podem ser apontados como um conjunto de impressos que impulsionaram o debate público em torno das noções de República e cidadania em um momento histórico da vida política brasileira mergulhado em incertezas e disputas quanto ao futuro.

Para tanto, projetaram e mobilizaram expressões e sentidos que se relacionavam aos referidos termos, numa fase em que ainda se buscava dar os primeiros passos em direção à concretização de um regime político em todas as suas dimensões. Portanto, visando à consolidação do sistema vigente, tais órgãos não mediram esforços para contribuir, da forma que lhes era característica, ou seja, travando uma luta simbólica por meio das palavras, com a nova ordem em formação.

Assim, em nome de um modo diferente de se fazer política, observou-se uma articulação de vocábulos como progresso, liberdade, democracia e patriotismo, que, utilizados para

preencher as narrativas jornalísticas empreendidas pelos impressos em questão, movimentaram os escritos que narravam os novos tempos, imprimindo, de tal maneira, uma cultura política embrionária, ainda incipiente, cuja importância se dá diante da apresentação de uma visão de futuro em contraposição às marcas negativas deixadas pelas experiências do passado imperial.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jornais:

Gazeta da Parahyba (1888-1890)

Gazeta do Sertão (1888-1891)

Verdade (1888-1895)

Jornal da Parahyba (1889)

Estado da Parahyba (1890)

Arauto Parahybano (1888)

O Parahybano (1892)

Jornal do Commercio (1889)

Gazeta de Notícias (1889)

Gazeta da Tarde (1889)

Sites de notícias:

Estadão (2019)

Folha de São Paulo (2019)

Memórias:

BRITO, Eugênio Toscando de. Reminiscências: de como fundou-se e por que morreu a Gazeta da Parahyba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano*. Ano II. V.2. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910 (1897), p. 263-276.

BRITO, Eugênio Toscando de. Reminiscências: de como estabeleceu-se o governo republicano na Parahyba do Norte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano*. Ano III. V.3. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1911 (1897), p. 147-159.

MEDEIROS, Coriolano de. *O Tambiá da minha infância/Sampaio*. João Pessoa: União, 1994 [1942/1958].

Dicionário:

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/pequeno_d.pdf. Acesso em: 5/6/2018.

Bibliografia:

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 41-66.

ABREU, Martha Campos; MARZANO, Andrea Barbosa. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 121-150.

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Universitária UFPB, 1978.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Luiz. *Jornalismo matéria de primeira página*. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

ARAÚJO, Fátima. *História e ideologia na imprensa paraibana*. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 1986.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo, Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a história cultural. In: CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (orgs). *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2009.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornalismo e literatura no século XIX paraibano: uma história*. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo_e_literatura_no_seculo_XIX_uma_historia.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BELTRÃO, Luíz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002, p. 273-284.

BEZERRA, Alcides de. A imprensa na Paraíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano*. Ano XIV. Vol. V: Paraíba: 1922, p. 51-64.

BEZERRIL, Simone da Silva: *Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão*. II Simpósio de história do Maranhão oitocentista. São Luís, 2011. Disponível em: https://hugepdf.com/download/imprensa-e-politica-jornais-como-fontes-e_pdf.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco: História e Política: laços permanentes. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.12, nº 23/24, 1991/2: 7-18.

BUTLER, Judith. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção. In: BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 57-97.

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CABRAL, Manuel Villaverde. “O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 18, nº. 51, fevereiro de 2003, p. 31-60.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *A agonia da República brasileira (1899-1945)*. 2011. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31143/1/13-%20rep%C3%ABablica%2C%20republicanismo.pdf>. Acesso: 22 de maio de 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 517-544.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. In: *Estudos Históricos*, vol. 9, n. 18, 1996.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1955.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo*, São Paulo, Summus, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História ou leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

CITTADINO, Monique. A Paraíba na primeira República: a oligarquia de Álvaro Machado (1892-1912). In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (orgs.). *Historiografia e (m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 163-177.

COSTA, Cléria Botelho da. Progresso e desordem: o alvorecer da República brasileira. In. HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiros da; ISAÍÁ, Artur César. (orgs).

Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910. Coimbra – PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 8 ed., 2007 [1968].

_____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6 ed., 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, n. 35, p. 253-270, Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em 17 de julho de 2019.

DAL RI, Luciene. *A construção da cidadania no Brasil: entre império e primeira República*. Sorocaba. Espaço Jurídico, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan. /jun. 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-109.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DE LUCA, Tania Regina. MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-178.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Unesp, 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83-102.

FALCON, Francisco J. C. Historiografia republicana e historiografia da República. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiros da; ISAÍIA, Artur César. (orgs). *Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910*. Coimbra – PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 389-409.

FALCON, Francisco J. C. História e cidadania. In: *Revista do Arquivo Nacional*. n. 2, vol. 21, 2011, p. 123-144.

FARGE, Arllete. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Jorge Batista - A Constituinte de 1890-1891. A institucionalização dos limites da cidadania. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.19, nº 1-2, Jan/Dez 2006.

FERNANDES, Jorge Batista. *As boas leis, um governo bom e uma boa nação: A República e os que “vivem sob o mesmo rancho” (1890-1891)*. 2012. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/375>. Acesso em: 9/5/2020.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As origens da resenha no Brasil: as experiências de O Patriota. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 325-346.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. In: *Revista Saeculum*, nº 16, João Pessoa, jan/jun, 2007, p. 83-102.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. O conceito da República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*. Porto Alegre. v. 13, n. 23/24, jan/dez de 2006, p. 323-350.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 49-80.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Eduardo C. Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur

Cesar (Org.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 109-129.

GRINBERG, KEILA. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, p. 415-436.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 4, 1989.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coords). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: MORÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro. (orgs). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. 2014, p. 55-94.

GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Jordan Queiroz. *A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. 2018, 460 f.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidade-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-48.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização brasileira*. O Brasil monárquico: do Império à República. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, v. 7.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 135-158.

KOSELLEK, Reinhart. Terror e sonho: anotações metodológicas para a experiência do tempo no Terceiro Reich. In: KOSELLEK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 247-266.

KNAUSS, Paulo. Introdução. In: KAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro: Maud X/FAPERJ, 2011, p. 7-14.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia: uma questão de cidadania. In: Martins, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *História e cidadania: XIX Simpósio de História Nacional – ANPUH*. Minas Gerais, 1998, v. 1, p. 53-73.

LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1979.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1870-1889). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 403-444*.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª Ed., 1999.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

LUSTOSA, Isabel. O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da independência. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 11-24.

MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes (orgs.). *Histórias da Paraíba: Autores e Análises sobre o Século XIX*. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 2003.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Universitária UFPB, 1980.

MARSHAL, T. H. “Cidadania e Classe Social” In. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2001.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-82.

MARTINS, Eduardo. *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: União Cia, 1976.

MARTINS, Eduardo. *A tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1978.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. São Paulo: Civilização brasileira, 2009, p. 349-392.

MATTOS, Hebe. Arthur Achilles. *Revista da Academia Paraibana de Letras*, nº. 3, João Pessoa, 1948.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de A. *A Paraíba na primeira República*. João Pessoa: A União, 1982.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIRANDA, Itacyara Viana. Por entre notícias de jornais: memória e história do Lyceu Parahybano (1888-1889). In: *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. João Pessoa/Universidade Federal da Paraíba. 2017, p. 1122-1133.

MOLINA, M. Matías. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à regência (1500-1840)*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOURÃO, ALDA; GOMES, Angela Maria de Castro. *A primeira experiência de República no Brasil e em Portugal*. FGV, 2012.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 115-134.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 153-184.

MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800/1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002, p. 49-83.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002, p. 49-83.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-44.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Cidadania e participação política na época da independência. *Cad. Cedes*. Campinas. V. 22, n. 58, dezembro/2002, p. 47-64.

NÓBREGA, Apolônio. *História republicana da Paraíba*. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

ODILA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 159-170.

PAMUK, Orhan. *O romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PEIXOTO, Rodrigo Acioli. *Nascimento da imprensa: notícias, boatos e opiniões (Pernambuco, 1821 - 1824)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. 2011, 111f.

PEREIRA, Wellington. A nova escrita jornalista como leitura do cotidiano. *Culturas Midiáticas (UFPB)*. João Pessoa. Ano II, n. 1, jul./dez./2008.

PEREIRA, Wellington. A inscrição do cotidiano no jornalismo impresso (o artesanato da pesquisa). *Culturas Midiáticas (UFPB)*. João Pessoa. Ano II, n. 2, jul./dez./2009.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870/1902*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2005.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 91-120.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado*. 2007.

Disponível em: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf)

[1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf)

Acesso em: 20/04/2020.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a06v1326.pdf> Acesso: em 10/10/2018.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional*. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20652/11065>. Acesso em: 18/10/19.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da independência. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-238.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder (Paraíba 1889/1930)*. João Pessoa: UFPB, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. UNB, 2001, p. 25-51.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins dos. *A escolarização da população pobre na Parahyba do Norte: instruir para civilizar (1855-1889)*. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à edição brasileira: Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SILVA, Lucian Souza da. *Esmagando a cabeça da hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2021. 348f.

SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2016. 171f.

SILVA, Lucian Souza da; ROCHA, Solange Pereira. *Ideias e discursos abolicionistas na Parahyba do Norte*. 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_4963b2ba708863172a5069566d1cd841.pdf Acesso em: 9/10/2021.

SILVA, Otoniel Machado da. *As facetas da crônica do século XIX e suas expressões na Gazeta da Parahyba*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba. 2017.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR., Raimundo Barroso (orgs.). *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique. *Estrutura de Poder na Paraíba*. História Temática da Paraíba, n. 4, NDIHR. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890*. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1981/1120>. Acesso em: 23/05/2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 1999.

SOUZA, Thiago Oliveira de. *A instrução pública contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Monografia. João Pessoa. UFPB, 2010.

TERUYA, Marisa Tayra. Em família: arranjos, negociações e poder local na Paraíba (1940-1946). In: CAVALCANTE NET, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana*. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2012, p. 251-270.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na primeira República*. João Pessoa: União, 1982.

VIERIA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)*. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf>. Acesso em: 12/4/2018.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; FIGUEIREDO, Vitor. As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: VISCARDI, Cláudia Maria Riberio; ALENCAR, José Almino (orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, e-book, 2016.

XAVIER JUNIOR, Francisco. Uma reivindicação: 3 de maio de 1888. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano*. Ano II. V.2. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910, p. 249-251.